



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**A PARTICIPAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS REPRESENTAÇÕES DE BAIRRO NA  
GESTÃO E NO PLANEJAMENTO DE CAMPINA GRANDE/PB: “ativismos” entre  
precariedades democrático-cidadãs**

**LUIZ ARTHUR PEREIRA SARAIVA**

**RECIFE – PE  
FEVEREIRO – 2016**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**LUIZ ARTHUR PEREIRA SARAIVA**

**A PARTICIPAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS REPRESENTAÇÕES DE BAIRRO NA  
GESTÃO E NO PLANEJAMENTO DE CAMPINA GRANDE/PB: “ativismos” entre  
precariedades democrático-cidadãs**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO/UFPE), como requisito para a obtenção do título de doutor em Geografia.

**Orientador: Prof. Dr. Alcindo José de Sá**

**RECIFE – PE  
FEVEREIRO – 2016**

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB-4 1689

S243p Saraiva, Luiz Arthur Pereira.

A participação socioespacial das representações de bairro na gestão e no planejamento de Campina Grande/PB : "ativismos" entre precariedades democrático-cidadãs / Luiz Arthur Pereira Saraiva. – 2016.

244 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Alcindo José de Sá.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2016.

Inclui referências e anexos.

1. Geografia. 2. Planejamento urbano – Campina Grande (PB). 3. Bairros – Planejamento – Campina Grande (PB). 4. Participação popular. I. Sá, Alcindo José de (Orientador). II. Título.

910 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2016-30)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS - DCG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo



**LUIZ ARTHUR PEREIRA SARAIVA**

**A PARTICIPAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS REPRESENTAÇÕES DE BAIRRO NA GESTÃO E NO  
PLANEJAMENTO DE CAMPINA GRANDE/PB: "ATIVISMOS" ENTRE PRECARIEDADES  
DEMOCRÁTICO-CIDADÃS**

Tese aprovada, em 26/02/2016, pela comissão examinadora:

---

Prof. Dr. Alcindo José de Sá  
(1º examinador – orientador – PPGeo/DCG/UFPE)

---

Prof. Dr. Antonio Carlos de Barros Corrêa  
(2º examinador – PPGeo/DCG/UFPE)

---

Prof. Dr. Lincoln da Silva Diniz  
(3º examinador – Geografia/UFCG)

---

Prof. Dr. Thiago Romeu de Souza  
(4º examinador – Geografia/UFCG)

---

Prof. Dr. Gleydson Pinheiro Albano  
(5º examinador – Geografia/UFRN-CERES)

**RECIFE – PE  
2016**

## DEDICATÓRIA

Muitas pessoas fizeram parte dessa caminhada e espero agir com justiça ao lembrá-las durante os agradecimentos desse trabalho. Contudo a dedicatória dessa tese é uma singela homenagem a minha companheira, **Laise França Nascimento de Lima**. Assim como na dissertação, mais uma vez, quebro o protocolo acadêmico das normas e regras da “exigida” escrita científica aqui (e também nos agradecimentos) para usar a primeira pessoa do singular e expressar minha carinhosa homenagem. Porque meu amor e as pessoas que agradeço não podem ser tratadas impessoalmente.

Conheci Laise no final de 2007. Era meu segundo ano de curso concluído, o primeiro dela em um curso que posteriormente foi trocado por sua verdadeira vocação, Serviço Social. À época, tinha realizado minha primeira experiência de pesquisa, um artigo sobre o bairro que residia (e que voltei para cá), a Estação Velha. Laise vinha de Bananeiras, Brejo paraibano, para estudar aqui. Entre conversas e afetos, nos encontramos e firmamos esse relacionamento maravilhoso que caminha pelos anos, seguindo juntos e compartilhando nossas existências.

Tenho plena convicção de que esses anos de pós-graduação (aqui incluo o mestrado) foram de muitos desafios e escolhas difíceis. Também sei que fui ausente, complicado, problemático e difícil em todas as formas possíveis. Ainda assim, me acompanhaste com todo amor e ternura, colorindo meus dias cinzas e alimentando a esperança de um futuro melhor ao seu lado. Em meio a toda jornada dessa vida ainda jovem, Laise testemunhou a “morte de uma adolescência tardia” e o alvorecer da minha maturidade enquanto homem acadêmico e, sobretudo, enquanto pessoa. Ainda tenho muitos degraus pela frente, mas cada esforço, cada ação empreendida tem sido em prol do objetivo maior de nossa felicidade enquanto casal, enquanto pessoas que muito se amam, acima de qualquer coisa.

**Laise**, sei que esses escritos são mínimos se comparados ao esforço de “me aturar” em muitos momentos, cumprindo, inclusive, papéis além de namorada, noiva, companheira e amiga, mas espero com ele honrar os sentimentos que nutre por mim, bem como pedir desculpas pelas minhas falhas e lapsos. Espero ser uma pessoa melhor, porque mereces o meu melhor sempre. Sei que esses últimos anos foram difíceis, mas agora, ao término dessa caminhada, e com a alma mais leve, tenho plena convicção de que tens grande participação e inspiração em tudo isso e que se essa jornada se encerra, outras virão. Não me desanimarei, afinal estou ao teu lado e isso é tudo aquilo que preciso para continuar seguindo em frente, batalhando e buscando o melhor para nós dois.

Te amo muito, minha rainha, luz de minha vida. A ti dedico esse singelo trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela graça, glória, proteção, sabedoria e luz nessa trajetória e nas outras que virão. Apesar de minhas dúvidas e incertezas, sei que o Senhor zela por mim e me guia pelos caminhos que ainda não entendo, mas que são os melhores sempre.

Agradeço mais uma vez a Laise, companheira de todas as horas, amor de minha vida, paciência maior de todo o trabalho e perfeição buscada em tudo o que faço e tudo que sou. Nós passamos por muita coisa e construímos uma história de amor linda (8 anos e 2 meses não são poucos dias ou horas). Que essa tese não compense as ausências, estresses e insanidades, mas seja um lembrete, um passo na caminhada que, ao teu lado, vale a pena seguir e sonhar. Você me apresentou um mundo novo, vivo e feliz. Que essa vida e felicidade possam ser experimentadas por cada um e, a partir de tais sentimentos, se tenha um sentido para uma existência realmente plena.

Agradeço a toda minha família, Mainha (*in memorian*), Lourdes, Mercinho, Tuca, Livia, Larissa, Cléber, Tia Salete (também suas meninas Carla e Clara, além de Herman e o pequeno Yuri), Tio Tadeu (e família), pelos anos de convivência, ajudas, favores e apoios em geral. Apesar de todas as dificuldades, não troco o que vocês me ensinaram nem os momentos compartilhados por riqueza nenhuma. A trajetória do longo e árduo caminho da vida, na companhia de vocês, se torna agradável e instigante.

Também agradeço à segunda família que tenho na aconchegante cidade paraibana de Bananeiras: Dona Socorro, Seu Zé Vital, o agora “gigante” João Victor, além dos tios, primos e amigos que fiz nesse pedaço do paraíso na Terra.

Ao grande professor, orientador, amigo e “padrinho de pós-graduação” Alcindo José de Sá, meus mais nobres agradecimentos mais uma vez. Grande parte da minha experiência e da minha perseverança na capital pernambucana se deu graças à ajuda educada e inquieta de um professor que se tornou amigo e sempre batalhou para que eu superasse autonomamente meus limites e desenvolvesse potencialidades. Quando entrei em conflito comigo mesmo sobre o sentido disso tudo, Alcindo me ensinou a olhar para o alto e ter em mente um objetivo, independente de quão árduo possa ser o caminho. Seja por e-mail, nas risadas pelos corredores ou nas horas discutindo Geografia e Filosofia na sala de aula, além da correria na coordenação do PPGEIO/UFPE, sempre serei grato pelos agradáveis momentos.

Agradecimentos especiais aos professores Antônio Albuquerque e Caio Maciel pelas colocações, sugestões, ideias propostas e possibilidades de caminhos a seguir durante a qualificação do projeto de tese. Parte considerável dessa tese foi escrita e trabalhada com base

no que foi exposto no final de 2015 durante aquele encontro. Muito obrigado pelas gentis palavras de apoio, demonstrando mais uma vez que o importante não reside apenas no que é dito e escrito, mas também em como se diz, como se escreve.

Menções e agradecimentos importantíssimos aos professores que conheci e muito aprendi no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, destacando-se Jan Bitoun (pelas reflexões metodológicas e urbanas), Cláudio Castilho (por ter me apresentado ideias e abordagens nunca antes pensadas), Beatriz Soares Pontes (pelo aprendizado político e lições de produção científica), Ana Cristina (pelas reflexões profundas sobre meu objeto de estudo e diálogo constante), Caio Maciel (pelo combate ao dogmatismo e novas possibilidades da geografia no cotidiano), Edvânia Torres (por me apresentar outros caminhos críticos no fazer geográfico) e Francisco Kennedy (por me levar a refletir constantemente os rumos da pesquisa e me apresentar autores e ideias para um riquíssimo diálogo). Espelho-me em cada um de vocês.

Um agradecimento todo especial ao “anjo da guarda” Eduardo Vêras da secretaria do PPGEU/UFPE, uma pessoa incrível que me ajudou muito, várias vezes e que tem grande participação na caminhada até aqui. Entre e-mails, telefonemas e atendimentos no PPGEU, Eduardo sempre foi uma pessoa educada, gentil, disposta a ajudar e competente em todas as suas funções, inclusive ajudando em situações graves e contando com o reconhecimento, carinho e apoio de toda a comunidade acadêmica da pós-graduação. Muito obrigado, Eduardo, você merece tudo de bom que vier em sua vida, MESMO!

Gratidão também aos professores do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, atuais e ausentes, sobretudo aos exemplares Arthur Tavares Valverde, Márcia Rejane, Marília Quirino, Aretuza Candeia, Anselmo Cavalcanti, Cristiane Nepomuceno, Maria da Penha, João Tavares, João Damasceno, Aldo Gomes, Rogério Bezerra, Aucio Tavares, Antônio Albuquerque, Daniel Campos e Rafael Xavier. Mais uma vez, todos vocês, de uma forma ou de outra tiveram grande participação nesses escritos, seja incentivando, questionando, buscando abrir portas, despertando ideias e ajudando sempre que possível, com compreensão e paciência. Exemplos para toda uma vida.

Agradeço aos líderes comunitários Inês Almeida Costa (Estação Velha), Andrea Cristina Viana de Souza e Maria Vitória Farias de Araújo (Catolé), Crivanilda Gonçalves de Araújo (Bodocongó), João Cavalcante (Jardim Continental), João Sinésio Dantas (Cruzeiro), Roberto de Almeida Ibiapino (José Pinheiro), Djavan Souza Ferreira (Monte Santo), Severino Flor da Silva (Palmeira), José Ricardo Paulino da Silva (Pedregal), Josefa Luzia dos Santos

Medeiros (Ramadinha), Maria do Socorro Pequeno (São José), Paulo Roberto Lima Sales (Santa Rosa), Aderaldo Joaquim de Lira (Tambor), Zacarias Pereira da Silva (Vila Cabral de Santa Terezinha), Evandro Pereira de Oliveira (Distrito Industrial) e Rivaldo Mendes Ribeiro (Araxá). Representantes de bairro que merecem ser conhecidos e ouvidos por todos. Ainda agradeço a todos que participaram das entrevistas e conversações nas ruas e esquinas dos bairros visitados, ajudaram a identificar questões cotidianas e falaram um pouco de suas vidas nessa pesquisa. Esse trabalho e todos os frutos relacionados também são de vocês.

Agradecimentos ao pessoal da copiadora Penélope da Central de Aulas da UEPB por todo apoio, credibilidade e boas conversas durante a permanência acadêmica e as visitas pontuais, mas sempre agradáveis. Muito obrigado por tudo.

Não posso deixar de agradecer ao pessoal do apartamento, Caline, Ana Claudia, Zenis e Naiana, pela convivência, apoio e carinho nesses últimos anos em estadias pelo Recife. As risadas, conversas e até os desabafos renderão boas histórias no futuro.

Agradeço também ao corpo docente, gestões e funcionários da Escola Estadual de Ensino Médio Inovador e Profissionalizante Dr. Hortênsio de Souza Ribeiro, o famoso Premen de Campina Grande, pela paciência e pela ternura nesse início de caminhada docente pela educação básica pública estadual. Um abraço em todo mundo e carinhos especiais para o pessoal de humanas (Aldivan, Levina, Ivandro, Edgard, Rosangela, Fátima, Arnilson, Jota, Max, Janailson, Marcos e Gersa) e articulação do Proemi (Celso, Lusinete e Evanize) pelos aprendizados e experiências compartilhadas nessa trajetória. Cresci muito na companhia de todos vocês.

Agradeço a companhia dos meus dez filhos felinos: Frajola, Risoflora, Amy Winehouse, Lampião, Rugui, Nazaré Tedesco, Gandalf, Caruso, Paola Bracho e Carminha. A “gatoterapia” e as companhias no escritório ajudaram muito. Papai ama a todos!

E por fim (mas não menos importantes), agradecimentos a todos os meus alunos nesses últimos anos. Turmas da Universidade Federal de Campina Grande, da Universidade Estadual da Paraíba e do já mencionado Premen. Essa agradecida lembrança também carrega uma *mea culpa* pelos equívocos e negligências de minha parte. Eu sei que, entre as rotinas corridas, as jornadas de trabalho de três turnos e leituras envolvidas, o convívio com vocês me rendeu conjuntos de ideias e perspectivas enquanto professor e pessoa que carregarei por toda a minha existência. Espero de coração que vocês tenham aprendido comigo como aprendi com cada um de vocês. Foi bom estar com vocês e fazer parte de suas vidas, assim como fizeram parte da minha. Também espero que a gente se veja muitas outras vezes.

As relações de poder estabelecem fronteiras e divisas, esferas de influência e muros e cercas visíveis ou invisíveis, os quais incluem uns e excluem outros, assim limitando a mobilidade e o acesso a benefícios; os signos e símbolos inscritos nas formas espaciais transmitem ideias e sentimentos, positivos ou negativos, sobre grupos e práticas, assim influenciando ações e predisposições relativamente à inclusão ou à exclusão (segregação, estigmatização) de certos grupos por parte de outros. Além de ser uma expressão da sociedade (tão contraditória quanto a própria sociedade que o produziu), o espaço, organizado assim ou assado, é requisito para que certas relações sociais possam florescer, prosperar. Uma sociedade profundamente marcada por prisões reais ou metafóricas se reflete e, ao mesmo tempo, é condicionada por uma espacialidade correspondente (fragmentada sociopoliticamente), que, em vez de colaborar para “educar para a liberdade”, estimula o individualismo e o privatismo.

**Marcelo Lopes de Souza, A prisão e a ágora**

A ideologia do consumo, a gestão de consumidores convictos acaba por ser um dado fundamental na instrumentalização da vida social. Desse modo, a procura de objetivos finais é deixada de lado e apenas se buscam mediações. Somente se chega à metade do caminho, se é que não se retrocede. Quando se confundem o cidadão e consumidor, a educação, a moradia, a saúde, o lazer aparecem como conquistas pessoais e não como direitos sociais. Até mesmo a política passa a ser uma função do consumo. Essa segunda natureza vai tomando lugar sempre maior em cada indivíduo, o lugar do cidadão vai ficando menor, e até mesmo a vontade de se tornar um cidadão por inteiro se reduz.

**Milton Santos, O espaço do cidadão**

O problema central a ser abordado é bastante claro. Obter crescimento composto para sempre não é possível, e os problemas que assolaram o mundo nos últimos trinta anos sinalizam que estamos próximos do limite para o contínuo acúmulo de capital, que não pode ser transcendido exceto criando-se ficções não duradouras. Adicione-se a isso o fato de que tantas pessoas no mundo vivem em condições de extrema pobreza, a degradação ambiental está fora de controle, a dignidade humana está sendo ofendida em toda a parte, enquanto os ricos estão acumulando mais e mais riqueza para si próprios e as alavancas dos poderes políticos, institucionais, judiciais, militares e midiáticos estão sob controle político estrito, porém dogmático, encontrando-se incapazes de fazer algo além de perpetuar o *status quo*. Uma política revolucionária capaz de enfrentar o problema do interminável acúmulo de capital composto e, finalmente, desliga-lo como o principal motor da história humana requer uma compreensão sofisticada de como ocorre a mudança social.

**David Harvey, O enigma do capital e as crises do capitalismo**

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                                            | <b>Pág.</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| <b>RESUMO .....</b>                                                                                                                                                                                        | 12          |
| <b>ABSTRACT .....</b>                                                                                                                                                                                      | 13          |
| <b>LISTA DE TABELAS .....</b>                                                                                                                                                                              | 14          |
| <b>LISTA DE MAPAS .....</b>                                                                                                                                                                                | 14          |
| <b>LISTA DE FOTOGRAFIAS .....</b>                                                                                                                                                                          | 15          |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                                                                                    | 17          |
| <b>CAPÍTULO 1 – APRESENTANDO UM CONTEXTO ESPACIAL URBANO: a gestão e o planejamento em Campina Grande/PB na passagem entre os séculos XX e XXI e a escolha pela lógica empreendedora/competitiva .....</b> | 27          |
| <b>1.1 O capitalismo recente sob o prisma do Desenvolvimento Geograficamente Desigual (DGD) e suas implicações na relação cidade/urbano .....</b>                                                          | 28          |
| <b>1.2 Desenvolvimento urbano “a la” Campina Grande: história recente e lógica vigente .....</b>                                                                                                           | 43          |
| <b>1.3 A atual dinâmica do empresarialismo urbano: Campina Grande, uma mercadoria? .....</b>                                                                                                               | 50          |
| <b>CAPÍTULO 2 – AGENTES SOCIAIS CONSUMIDORES E (RE)PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO CAMPINENSE: os exercícios de poder e lógicas/dinâmicas entre suas práticas .....</b>                                        | 55          |
| <b>2.1 Considerações e relações entre poder(es) e suas expressões geográficas .....</b>                                                                                                                    | 56          |
| <b>2.2 Agentes sociais no espaço urbano: intencionalidades, relações e conflitos .....</b>                                                                                                                 | 66          |
| <b>2.3 Ações do Estado/poder público municipal: neutralidade nas políticas e nos investimentos? .....</b>                                                                                                  | 69          |
| <b>2.4 Ações dos espaços políticos populares: “representações” e “ativismos” de bairros entre comunidades campinenses .....</b>                                                                            | 83          |
| <b>CAPÍTULO 3 – A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA/DA CIDADE: questões de cotidiano, democracia e cidadania nas representações de bairro .....</b>                                                                  | 107         |
| <b>3.1 As representações de bairro enquanto espaços políticos: “vez e voz” dos comunitarismos na tríade bairro-cotidiano-comunidade .....</b>                                                              | 108         |
| <b>3.2 Cidadania e democracia: o que a geografia tem a considerar sobre esse par dialético (e como pode ser analisada tal relação em Campina Grande?) .....</b>                                            | 124         |
| <b>3.3 Situações de exclusão frente à democracia e cidadania: precariedade e</b>                                                                                                                           |             |

|                                                                                                                                                |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>mutação de direitos, exercícios e práticas na negação da participação .....</b>                                                             | <b>141</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: pensando contra-racionalidades, contraespaços e possibilidades a partir da participação popular comunitária .....</b> | <b>192</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                                       | <b>200</b> |
| <b>APÊNDICES .....</b>                                                                                                                         | <b>211</b> |
| <b>ROTEIRO DE ENTREVISTAS NAS REPRESENTAÇÕES DOS BAIRROS CAMPINENSES .....</b>                                                                 | <b>212</b> |
| <b>TERMO DE CONSENTIMENTO DAS ENTREVISTAS .....</b>                                                                                            | <b>213</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>                                                                                                                            | <b>214</b> |

## RESUMO

SARAIVA, Luiz Arthur Pereira. **A participação socioespacial das representações de bairro na gestão e no planejamento de Campina Grande/PB: “ativismos” entre precariedades democrático-cidadãs.** Recife, 2016. p. 254. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. CFCH/UFPE/PPGEO.

O presente trabalho aborda o potencial participativo das representações de bairro nas práticas recentes de gestão e planejamento urbano da cidade de Campina Grande/PB, sob as perspectivas da cidadania e da democracia geografizadas em seu cotidiano. A pesquisa traz a tese de que os modelos de gestão e planejamento urbanos da cidade de Campina Grande/PB, vigentes desde meados da década de 1990 até meados da segunda década do século XXI, intensificaram a desigualdade e a exclusão urbano-espaciais mediante o ideário mercadológico instituído nas legislações, políticas urbanas e parcerias envolvendo o Estado e o capital, depreciando os espaços políticos das representações de bairro e contribuindo para o estabelecimento de diferentes padrões territoriais de democracia-cidadania, além de dificuldades quanto à participação política-representativa e cumprimento dos direitos (civis, políticos e sociais) da população frente ao poder local. O objetivo geral consistiu em compreender as relações e práticas socioespaciais entre o Estado, na figura do poder público local-municipal, e as representações de bairro, enquanto entidades político-espaciais da sociedade civil, na cidade de Campina Grande/PB mediante os atuais modelos de gestão e planejamento urbanos. No que tange aos objetivos específicos, esses foram analisar a adoção e desdobramentos dos vigentes modelos de gestão e planejamento urbanos campinenses, baseados no empresarismo urbano e no desenvolvimento geograficamente desigual de cunho mesoescalar; elucidar espacialmente as relações de poder (aqui incluindo suas estratégias, práticas e instrumentos) de poder envolvendo as dinâmicas e os agentes sociais previamente elencados no espaço urbano campinense, enfatizando as instituições do poder público local e da sociedade civil; caracterizar as práticas participativas de representações de bairro da cidade enquanto espaços historicamente políticos de ativismo e resistência, bem como as relações que estabelecem com o poder público local; e abordar os usos e as dinâmicas a partir da relação dialético-geográfica entre democracia e cidadania político-territoriais, enquanto possibilidades no cotidiano campinense. Quanto aos procedimentos metodológicos e técnicas de pesquisa, parte-se do método de abordagem materialista histórico-dialético em diálogo com outros vieses críticos. Foram realizados levantamentos bibliográfico e documental, assim como as visitas *in loco* a alguns bairros da cidade e espaços políticos institucionalizados, com suas devidas observações, descrições e coleta de dados/informações. Também foram aplicados questionários e visitas foram realizadas às instituições para acompanhar a gestão urbana de Campina Grande. Tem-se ainda o recolhimento de depoimentos e realização de entrevistas semiestruturadas com representantes populares atuais e anteriores dos moradores, enfatizando o contexto político e os conflitos inerentes ao cotidiano estudado. Por fim, se faz necessário o registro fotográfico de vários objetos espaciais, além de tratamento cartográfico para representação das espacialidades e contextos relacionados. A pesquisa justifica-se na contribuição à discussão dos espaços urbanos em suas dimensões políticas, com ênfase aos seus potenciais de participação e representação civil, política e social, na exequibilidade pelo acesso ao contexto em questão, incluindo o contato com representações instituídas da população e órgãos públicos responsáveis, pelo cotidiano compartilhado na condição de morador, transeunte e usuário da cidade, além do amadurecimento das ideias e reflexões decorridas ao longo outros trabalhos junto à necessidade de pensamento do constante agravamento das desigualdades e expressões da questão urbana.

Palavras-chave: gestão e planejamento – Campina Grande; participação popular; representação de bairro; democracia-cidadania.

## ABSTRACT

SARAIVA, Luiz Arthur Pereira. **The sociospatial participation of neighborhood representations in the management and planning of Campina Grande/PB: "activisms" among precarious democratic-citizenships.** Recife, 2016. p. 254. Thesis (PhD in Geography). CFCH / UFPE / PPGEIO.

This study approaches the participative potential of neighborhood representations on recent management and urban planning practices of the city of Campina Grande / PB, from the perspectives of citizenship and democracy in a geography way in their everyday lives. The research brings the thesis that urban management and planning models of Campina Grande/PB, in effect since the mid-1990s until the mid of the second decade of this century, intensified the inequality and the urban-spatial exclusion, by ideology marketing instituted in urban laws, policies and partnerships between the State and the capital, depreciating the neighborhood's political spaces and representations contributing to the establishment of different territorial standards of democracy-citizenship, and difficulties regarding the political-representative participation and fulfillment of rights (civil, political and social) from population to local power. The overall objective is to understand the relations and sociospatial practices between the state, the figure of the local-municipal power, and neighborhood's representations, while political-spatial entities of civil society, in the city of Campina Grande / PB through current models urban management and planning. In regard to specific objectives, these were to analyze the adoption and developments of current Campina Grande's management models and urban planning based on the urban entrepreneurship and geographically uneven development mesoscale nature; to spatially elucidate the power relations (here including their strategies, practices and tools) of power involving the dynamics and social agents previously listed in Campina Grande urban space, emphasizing the institutions of local public power and civil society; to characterize the participative practices of city neighborhood's representations while historically neighborhood's political spaces of activism and resistance, as well as the relations established with the local public power; and to address the uses and dynamics from the dialectical-geographic relationship between political-territorial democracy and citizenship as possibilities in Campina Grande everyday. About the methodological proceedings and research techniques, it is part of the method of the dialectical historical materialism approach in dialogue with other critical bias. Bibliographical and documental surveys were conducted, as well as field visits to some city neighborhoods and institutionalized political spaces, with their proper observations, descriptions and collecting data/info. Questionnaires were administered and visits were made on institutions to follow the urban management of Campina Grande. It has still the collection of testimonials and conducting semistructured interviews with current and former popular representatives of the residents, highlighting the political context and conflicts inherent to the studied everyday. Finally, photographic recording of various space objects is necessary in addition to cartographic representation treatment for representation of spatialities and related contexts. The research is justified in contributing to the discussion of urban spaces in its political dimensions, with emphasis to the their potentials of civil, political and social participation and representation on the executability by the access to the context in question, including the contact with instituted representations of the population and public agencies, through the shared everyday in city folk condition, passerby and user of the city, beyond the maturity of the elapsed ideas and reflections along other studies with the need for constant thought of increasing inequalities and expressions of urban question.

Keywords: management and planning - Campina Grande; popular participation; neighborhood representation; democracy-citizenship.

## **LISTA DE TABELAS**

|                                                                                                                                                                  |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 01: Imobiliárias campinenses e distribuição por bairro em 2010 .....                                                                                      | 51 |
| Tabela 02: Obras executadas por demanda do orçamento participativo na área de saúde, com os bairros visitados/entrevistados em destaque .....                    | 78 |
| Tabela 03: Obras executadas por demanda do orçamento participativo na área de cultura, esporte e lazer, com os bairros visitados/entrevistados em destaque ..... | 79 |
| Tabela 04: Obras executadas por demanda do orçamento participativo na área de educação, com os bairros visitados/entrevistados em destaque .....                 | 79 |
| Tabela 05: Obras executadas por demanda do orçamento participativo na área de obras e serviços urbanos, com os bairros visitados/entrevistados em destaque ..... | 80 |
| Tabela 06: Obras executadas por demanda do orçamento participativo na área de assistência social, com os bairros visitados/entrevistados em destaque .....       | 81 |

## **LISTA DE MAPAS**

|                                                                                                                                    |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Mapa 01: Ações executadas a partir das demandas do orçamento participativo, em diferentes áreas, durante o triênio 2005/2007 ..... | 82  |
| Mapa 02: Representações de bairro entrevistadas e bairros visitados durante a fase de campo da pesquisa .....                      | 86  |
| Mapa 03: A questão do lazer entre os bairros visitados e o ponto de vista das representações .....                                 | 146 |
| Mapa 04: A questão da saúde entre os bairros visitados e o ponto de vista das representações .....                                 | 150 |
| Mapa 05: Distribuição dos postos de saúde em cada bairro visitado, de acordo com suas instalações .....                            | 151 |
| Mapa 06: A questão da educação entre os bairros visitados e o ponto de vista das representações .....                              | 156 |
| Mapa 07: Distribuição das escolas e creches em cada bairro visitado, de acordo com suas instalações e tipos .....                  | 157 |
| Mapa 08: A questão da segurança entre os bairros visitados e o ponto de vista das representações .....                             | 160 |
| Mapa 09: A questão da moradia entre os bairros visitados e o ponto de vista das representações .....                               | 164 |

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

|                                                                                                                                                                                                                          |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Fotografias 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07: Estandes e espaços da CampImóveis, edição de 2014 .....                                                                                                                         | 54  |
| Fotografias 08 e 09: Oficinas de trabalho artesanal para fazer cartões de natal e curso de alfabetização, ofertados pela representação do bairro Tambor, durante a década de 1990 .....                                  | 89  |
| Fotografias 10 e 11: Organização e fiscalização de obra-reforma no canal que corta o bairro Cruzeiro, pela SAB do bairro, dezembro de 2015 .....                                                                         | 90  |
| Fotografias 12 e 13: Aula de caratê para crianças do Pedregal, oferecida na SAB do bairro, dezembro de 2015 .....                                                                                                        | 90  |
| Fotografia 14: Partida de futsal em uma das quadras da SAB no bairro Santa Rosa, novembro de 2015 .....                                                                                                                  | 91  |
| Fotografia 15: Confraternização e cerimônia de posse da gestão da SAB da Palmeira, anos 2000 .....                                                                                                                       | 91  |
| Fotografias 16, 17 e 18: Festividades natalinas, celebrações ao Dia da Mulher, reunião de movimentos sociais em edição do Grito dos Excluídos, na representação comunitária do bairro de Bodocongó, década de 1990 ..... | 92  |
| Fotografia 19: Celebração ecumênica na Associação Pró-Melhoramento do Bairro de Bodocongó, década de 1980 .....                                                                                                          | 93  |
| Fotografias 20, 21, 22 e 23: Sede da representação do bairro do Araxá e alguns de seus espaços .....                                                                                                                     | 96  |
| Fotografias 24, 25, 26, 27 e 28: Sede da representação do bairro de Bodocongó e alguns de seus espaços .....                                                                                                             | 97  |
| Fotografias 29, 30, 31 e 32: Sede da representação do bairro do Catolé e alguns de seus espaços .....                                                                                                                    | 98  |
| Fotografias 33, 34, 35 e 36: Sede da representação do bairro do Cruzeiro e alguns de seus espaços .....                                                                                                                  | 99  |
| Fotografias 37, 38, 39 e 40: Sede da representação do bairro Jardim Continental e alguns de seus espaços .....                                                                                                           | 100 |
| Fotografias 41, 42, 43, 44 e 45: Sede da representação do bairro José Pinheiro e alguns de seus espaços .....                                                                                                            | 101 |
| Fotografias 46, 47, 48 e 49: Sede da representação do bairro do Monte Santo e alguns de seus espaços .....                                                                                                               | 102 |

|                                                                                                                               |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Fotografias 50, 51, 52 e 53: Sede da representação do bairro do Pedregal e alguns de seus espaços .....                       | 103 |
| Fotografias 54, 55, 56 e 57: Sede da representação do bairro do Vila Cabral e alguns de seus espaços .....                    | 104 |
| Fotografias 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64: Sede da representação do bairro do Santa Rosa e alguns de seus espaços .....         | 105 |
| Fotografias 65, 66, 67 e 68: Cartazes das Noites Culturais na SAB do Santa Rosa .....                                         | 147 |
| Fotografias 69, 70, 71, 72 e 73: Mais alguns cartazes das Noites Culturais na SAB do Santa Rosa .....                         | 148 |
| Fotografias 74, 75, 76 e 77: Unidades básicas de saúde dos bairros Pedregal, Araxá, Jardim Continental e Estação Velha .....  | 152 |
| Fotografias 78, 79, 80 e 81: Exemplos dos bairros Araxá e Distrito Industrial quanto às moradias .....                        | 168 |
| Fotografias 82, 83, 84 e 85: Exemplos do bairro Jardim Continental quanto às moradias .....                                   | 169 |
| Fotografias 86, 87, 88 e 89: Exemplos do bairro Pedregal quanto às moradias .....                                             | 170 |
| Fotografias 90, 91, 92 e 93: Exemplos dos bairros Ramadinha e Cruzeiro quanto às moradias .....                               | 171 |
| Fotografias 94, 95, 96 e 97: Problemas de infraestrutura ambiental nos bairros Cruzeiro, Distrito Industrial e Pedregal ..... | 172 |

## INTRODUÇÃO

O debate sobre o conflituoso e complexo espaço urbano, em diferentes escalas e contextos, está longe de cessar: a cada problema cotidiano, ação governamental, objetivo do capital e/ou prática de grupos/classes constituintes da sociedade civil, são exigidas reflexões críticas constantes sobre os rumos que a cidade e o urbano têm seguido, inseridos na lógica vigente neoliberal e globalitária desse início de século XXI. Quando se somam a retomada dos estudos sobre redes urbanas e, ainda, as novas pesquisas sobre as ditas cidades médias brasileiras, a agenda de pesquisa não apresenta o menor sinal de esgotamento, antes consistem em um convite à participação, ao questionamento e discussão sobre os espaços-tempos contemporâneos.

Dinâmicas e lógicas diversas forneceram à cidade e ao urbano diferentes mudanças e processos ao longo do transcurso histórico e esse mesmo contexto se apresenta dotado de uma multidimensionalidade complexa (em seu sentido Moriniano): economicamente desigual, socialmente conflituoso e politicamente excludente. Enquanto produtos sociais, esses espaços artificializados se apresentam como um conjunto mutável e relacional de particularidades e semelhanças inter e intraurbanas, estando na condição de objeto de estudo de várias ciências e saberes aplicados, e manifestando uma natureza inconstante de conflito e análise dos vários pontos de vista envolvidos. Enquanto contribuição a esse debate interdisciplinar, a Geografia não deve tomar para si o papel de “guardiã” do conhecimento multidimensional-urbano, mas, acima de tudo, deve saber dialogar com outros saberes como a política, o direito, a história, a economia, a sociologia e a filosofia, de forma a captar a cidade e seu espaço enquanto totalidade e possibilidade à humanidade.

A cidade vista a partir de uma dimensão sociopolítica, com seus conflitos, interesses e exercícios de poder entre os agentes sociais (re)produtores e consumidores do urbano, é produzida e vivida em um conjunto de práticas que varia desde a valorização e especulação de “fragmentos” da cidade até o “descaso” para com espaços antes populares em prol de um viés desenvolvimentista, modernizante e privatista. Contudo, mesmo que tais ações sejam colocadas como “naturais” ou “comuns” pelo cotidiano corrido, que vê a cidade se transformar em uma mercadoria, elas refletem um conjunto de espacialidades locais que delimita e controla as práticas e relações sociais, visando uma precarização da democracia (defendida em sua forma representativa, mas poucas vezes proposta em sua forma direta participativa) e uma mutilação do modelo de cidadania plena/ativa pelo conjunto de lógicas e instrumentos de poder presentes em cada território.

Mediante tais inquietações, dentre o contexto urbano brasileiro, a cidade de Campina Grande, localizada na mesorregião Agreste da Paraíba, apresenta várias dinâmicas, funções comuns a outras cidades e, simultaneamente, particularidades de sua realidade histórico-geográfica. O espaço urbano campinense, construído heterogeneamente pelas classes e grupos sociais situadas em um modelo de desenvolvimento atendente de necessidades de grupos hegemônicos e concentrador de riquezas, passou por permanências e transformações no decorrer do tempo sem, contudo, negar sua natureza desigual e contraditória original até o tempo-espaço hodierno. Esse é o contexto urbano campinense a ser discutido na pesquisa.

Pensar a condição espacial-urbana de qualquer sociedade é sempre um grande desafio. Procurando evitar a superficialidade que se daria a partir da mera observação pura e simples de uma dada realidade, cada contexto possui em sua matriz todo um conjunto complexo de relações, conflitos, lógicas e dinâmicas. Avançar no ideal de uma cidade democrática é ir “contra a corrente” do modelo em vigor no processo de urbanização brasileira, mas, sobretudo, uma possibilidade frente ao capital. Aqui se concorda com as reflexões e propostas de Santos (2010, p. 269)

É preciso estabelecer o direito à uma cidade democrática e livre das amarras que a prendem aos interesses imediatistas do capital especulativo e financeiro, e que mercantilizam o cotidiano os moradores, transformados em habitantes. É preciso pensar uma cidade apropriada pelo cidadão como valor de uso e não como valor de troca, uma cidade onde se viva a democracia participativa ou renovada. Ou seja, uma cidade onde os moradores sejam reconhecidos como sujeitos de sua história, dela se apropriando a partir de suas subjetividades, e não como meros instrumentos para a reprodução do capital, tanto na esfera da produção ou da circulação de mercadorias, como na de consumo.

Partindo desse caminho, uma questão principal se anuncia: como estudar e compreender esse conjunto complexo em seu diálogo com o espaço, fazer parte de suas mudanças e como se posicionar perante a realidade socioespacial/socioterritorial de cada sociedade ou seu conjunto de intencionalidades? Esta seria a primeira reflexão aqui levantada. A cidade de Campina Grande/PB traz em sua natureza uma formação própria do desenvolvimento geograficamente desigual capitalista a partir das gestões municipais e políticas públicas praticadas recentemente. Para compreender tal contexto, têm-se algumas questões:

- Sob o ponto de vista institucional, como se caracterizam as práticas do poder público municipal em suas relações com a sociedade civil no cotidiano dos bairros campinenses?
- Como as representações de bairro se inserem nos atuais modelos de gestão e planejamento do espaço urbano de Campina Grande?

- Como se dão as relações estabelecidas pelas representações de bairro com o poder público local, mediante os interesses e necessidades de seus respectivos moradores/associados?
- Quais as expressões e/ou manifestações do par dialético democracia-cidadania no espaço intraurbano contemporâneo de Campina Grande?

Dessas inquietações, resulta a tese de nossa pesquisa: *os modelos de gestão e planejamento urbanos da cidade de Campina Grande/PB, vigentes desde meados da década de 1990 até meados da segunda década do século XXI, intensificaram a desigualdade e a exclusão urbano-espaciais mediante o ideário mercadológico instituído nas legislações e políticas urbanas e parcerias envolvendo o Estado e o capital, depreciando os espaços políticos das representações de bairro e contribuindo para o estabelecimento de diferentes padrões territoriais de democracia-cidadania, além de dificuldades quanto à participação política-representativa e cumprimento dos direitos (civis, políticos e sociais) da população frente ao poder local.*

Os argumentos que sustentam essa tese residem nos processos a seguir:

- O Estado, o capital e as representações de bairro se relacionam heterogênea e conflituosamente, mediante as capacidades de articulação e barganha para atender suas necessidades e objetivos. Ao passo que o poder público municipal incentiva os investimentos da iniciativa privada pela cidade (setor da construção civil, instalação de novas empresas e oferta de novos serviços), as demandas da maior parte da população local são colocadas em segundo plano ou submetidas à lógica daqueles que determinam ou não o usufruto da cidade e do urbano;
- As representações de bairro, entidades político-espaciais de interesses e reivindicações dos moradores campinenses enfrentam dificuldades quanto à construção e manutenção de canais e espaços de diálogo com as gestões municipais recentes, reduzindo a participação sociopolítica por elas representadas a um “jogo de favores”, envolvendo cooptações, partidarismos, práticas de cunho eleitoreiro e burocracia excessiva;
- O par dialético composto por democracia e cidadania tem se expressado/manifestado a partir de padrões diferenciados de acesso e exercício de direitos civis, políticos e sociais e além da ausência de participação popular nas decisões da/na cidade. O cumprimento de direitos e deveres varia entre os bairros (acarretando desde tipos precários e incompletos de cidadania, até sua total negação), bem como o acesso aos serviços públicos mediante os problemas cotidianos existentes e os níveis de participação política (e até alienação quanto

ao desconhecimento das lógicas que regem a espacialidade campinense), mas seguem uma tendência cada vez decrescente e ineficaz frente à demanda da população dos bairros e as classes/grupos sociais que os compõem.

No campo dos objetivos, o objetivo geral consistiu em compreender as relações e práticas socioespaciais entre o Estado, na figura do poder público local-municipal, e as representações de bairro, enquanto entidades político-espaciais da sociedade civil, na cidade de Campina Grande/PB mediante os atuais modelos de gestão e planejamento urbanos. No que tange aos objetivos específicos, esses foram analisar a adoção e desdobramentos dos vigentes modelos de gestão e planejamento urbanos campinenses, baseados no empresarialismo urbano e no desenvolvimento geograficamente desigual de cunho mesoescalar; elucidar espacialmente as relações de poder (aqui incluindo suas estratégias, práticas e instrumentos) de poder envolvendo as dinâmicas e os agentes sociais previamente elencados no espaço urbano campinense, enfatizando as instituições do poder público local e da sociedade civil; caracterizar as práticas participativas de representações de bairro da cidade enquanto espaços historicamente políticos de ativismo e resistência, bem como as relações que estabelecem com o poder público local; e abordar os usos e as dinâmicas a partir da relação dialético-geográfica entre democracia e cidadania político-territoriais, enquanto possibilidades no cotidiano campinense.

A realização dessa pesquisa visa contribuir com a discussão dos espaços urbanos em suas dimensões políticas, com ênfase aos seus potenciais de participação e representação civil, política e social. Mediante diferentes leituras e discussões, se busca relacionar não só as geografias urbana e política com outros ramos geográficos, mas também com outros campos do saber, logo, uma visão interdisciplinar que não perca seu foco geográfico enquanto caminho que não deve ser abandonado ou excluído da trajetória epistemológica dessa ciência e seus debates. Também se busca uma contribuição ao desenvolvimento da ciência geográfica enquanto enfrentamento das questões da pesquisa<sup>1</sup> e novas dinâmicas da realidade socioespacial brasileira.

A exequibilidade desta pesquisa se dá pelo acesso deste pesquisador ao recorte espacial em questão, incluindo o contato com representações instituídas da população e parcelas desta última enquanto populares transeuntes em visitas pelos bairros, além de

---

<sup>1</sup> Como aponta a segunda perspectiva de Claval (2011, p. 15) sobre a epistemologia, esta “analisa o trabalho dos pesquisadores, segue passo a passo na sua progressão, nota as suas hesitações, seus remorsos e a maneira pela qual avançam no conhecimento do mundo”.

órgãos públicos responsáveis. Também pelo fato do pesquisador compartilhar o cotidiano na condição de morador, transeunte e usuário da cidade, além de experiências de pesquisa já obtidas sobre a temática<sup>2</sup>. Tal prática manifesta ainda um desejo contribuir bibliograficamente, visto a quantidade de fontes e pesquisas que discutem a referida cidade em suas dimensões espacial, social e política contemporâneas, integrando-as. Esse esforço resulta na continuação de uma trajetória de pesquisa envolvendo um trabalho de conclusão de curso de graduação (tendo por objetivo principal trabalhar as relações entre os moradores e um bairro da cidade, cujo espaço ora é visto como necessidade, ora é colocado como mercadoria) e uma dissertação de mestrado (onde se fez uso de um viés mais político e aprofundado sobre a realidade social da cidade, já explorando algumas nuances de seu espaço intraurbano). Em suma, trata-se também do amadurecimento das ideias e reflexões decorridas ao longo desses últimos trabalhos junto à necessidade de pensamento do constante agravamento das desigualdades e expressões da questão urbana.

As representações de bairro tiveram e ainda tem um papel de destaque na produção dos espaços urbanos dos bairros campinenses. Com a adoção da racionalidade empresarialista na gestão e no planejamento urbanos (associado à participação/contextualização no capitalismo vigente), no intervalo de tempo de poucas décadas, esses canais de diálogo entre a sociedade civil e o Estado, em seu papel de poder público municipal, passaram por mudanças quanto às suas capacidades de ação e reivindicação de direitos da população, expressando um cenário de inserção precária nas políticas públicas urbanas. Seus papéis históricos e socioespaciais merecem atenção na medida em que retomar suas funções junto ao povo nessas entidades exemplifica um dos traços mais comentados da política urbana brasileira contemporânea: uma gestão urbana democrática. A ideia e a escolha de se trabalhar tal contexto espacial surgiram da vivência, dos relatos cotidianos e da apreensão para com os rumos propostos à cidade nesses últimos tempos e suas contraditórias divergências dos pontos de vista espacial e territorial.

Quanto à escolha de método de abordagem, esta pesquisa parte, predominante mas não exclusivamente, do método<sup>3</sup> de abordagem materialista histórico-dialético, sob uma perspectiva que não negue outras correntes de pensamento também críticas, evitando o dogmatismo e buscando o diálogo. Vieses crítico-sociais esses que concebiam o espaço enquanto dinâmico, reflexo, *lócus* das relações sociais capitalistas e produto de vários agentes

---

<sup>2</sup> Saraiva (2009) e Saraiva (2011), dentre artigos, debates e participações em eventos evocando a temática.

<sup>3</sup> “[...] a posição filosófica, ideológica, do pesquisador que vai guiar-lhes os mecanismos de escolha; a própria visão do objeto de sua disciplina feita por cada pesquisador” (SANTOS, 2008a, p. 148).

sociais (incluindo-se aí as parcelas da sociedade junto ao Estado) e suas respectivas práticas. Da mesma forma, o território jurídico-político enquanto mediado pelo conflito de poderes, práticas e intencionalidades, arena de articulação de grupos e classes sociais diversos. O diálogo entre tais categorias se dá na ênfase das contradições do modo capitalista de produção e relações de poder presentes, manifestações dos processos e práticas realizadas pelos agentes nesse contexto.

É importante ressaltar que o recorte espacial aqui trabalhado não se trata de uma escala única, o espaço intraurbano campinense, mas da consciência de que a escala “única”, além de camuflar, pode se constituir em uma prisão para o pensamento e para a realidade social: é necessário pesquisar Campina Grande, mas também ir além, contextualizando-a na totalidade de relações do chamado Meio Técnico-Científico-Informacional contemporâneo. Isso sem falar nas políticas de bairro e respectivas relações entre os agentes sociais que atuam no urbano campinense. Ainda se fazem presentes discussões sobre desenvolvimento (urbano e espacial), urbanismo (especulação/valorização de terrenos urbanos, legislação e direito à cidade), política (Estado, poder, políticas públicas, intencionalidades, gestão e planejamento urbanos), democracia, participação e cidadania, além do agravamento da questão social (desigualdade, exclusão, segregação, violência).

O levantamento bibliográfico consultado teve como referenciais importantes obras teórico-metodológicas de autores do campo da ciência geográfica (Milton Santos, David Harvey, Yves Lacoste, Iná Elias de Castro, Marcio Piñon de Oliveira, Ruy Moreira, Everaldo Santos Melazzo, Raul Borges Guimarães, Paul Claval, Roberto Lobato Corrêa, Marcelo Lopes de Souza, Ana Fani Alessandri Carlos, entre outros), bem como influência de estudiosos de outras áreas das ciências sociais (Zygmunt Bauman, Henri Lefebvre, Bader Sawaia, Norberto Bobbio, Eric Hobsbawn, Ermínia Maricato, Carlos Vainer, Michel Foucault, Thomas Humphrey Marshall, István Meszáros, Emir Sader, Carlos Nelson Coutinho, Antonio Gramsci, Agnes Heller, entre outros). Nesta análise, serão privilegiados estudos que focalizem as relações de poder e suas expressões cotidianas nas espacialidades políticas, com ênfases nas representações de bairro e no cumprimento dos direitos de cidadania previsto pelas legislações e políticas nacional e urbana.

Uma observação importante deve ser feita aqui: para se discutir apropriadamente as ideias centrais apresentadas anteriormente, mesmo que atentemos apenas para as concepções/interpretações que sejam pertinentes à pesquisa em questão, fica visível – e reconhecida – uma certa pluralidade de posturas teórico-metodológicas entre os nomes citados

anteriormente, bem como algumas divergências entre os mesmos. Apesar disso, um dos desafios dessa pesquisa residiu justamente no trabalho com tais ideias e as formas como elas se complementem ou mesmo dialogam enquanto contribuições para a proposta aqui desenvolvida, tomando o devido cuidado para evitar contradições agudas entre autores, ideias e correntes de pensamento.

O autor desta pesquisa repudia abertamente a ausência de diálogo vista entre teorias ou pensamentos que se consideram únicos “bastiões” da verdade, transformados em dogmas e vias de mão única, como se o conhecimento da realidade fosse todo contemplado de uma vez e por uma única escolha. Há sim uma tendência crítica entre os autores, mas antes de julgar qual caminho crítico é o mais indicado<sup>4</sup>, também se busca a reflexão sobre o que é a criticidade e como ela é complexamente composta. Não se pensa aqui em um modelo “colcha de retalhos” (um pouco disso, um pouco daquilo), mas negar outras considerações válidas e valiosas ao debate por “fidelidade” de método é uma negação da totalidade construída pelas diferentes concepções sobre o contexto do objeto de estudo em questão. Para além dos rótulos acadêmicos, contribuições que elucidem a problemática de pesquisa são buscadas e aqui bem-vindas.

Quanto às categorias de análise e conceitos geográficos a serem adotados nesta pesquisa (e aqui entendidos em suas constelações como propõe HAESBAERT 2010 e 2014), além do extenso e complexo conceito de espaço, o território vislumbra-se como uma dimensão mais próxima às ações/práticas cotidianas das populações que interagem e reproduzem constantes e dinâmicas relações de poder, como ocorre com as representações de bairro e ações coletivas em comunidades residenciais populares. Tais geografias dos espaços políticos, bem como as suas formas e processos resultantes em áreas residenciais pobres de Campina Grande, constituem aspectos pertinentes nesta análise, uma vez que geram novas possibilidades entre os habitantes e suas relações com o poder institucionalizado.

Os principais procedimentos metodológicos foram os levantamentos bibliográficos (referente às áreas de Geografia Urbana e Política, além de áreas afins e categorias anteriormente colocadas) e documental (legislação e documentos oficiais institucionais), assim como as visitas *in loco* a alguns bairros da cidade e espaços políticos institucionalizados (secretarias municipais e representações de bairro moradores), com suas devidas observações, descrições e coleta de dados/informações. Busca-se analisar as políticas públicas a partir da

---

<sup>4</sup> lembrando que marxismo, anarquismo e estruturalismo podem ser colocados, dependendo da discussão, em termos críticos, por exemplo, mesmo que suas abrangências, “alvos” e objetivos variem drasticamente.

aplicação de questionários<sup>5</sup> e visitas às instituições para acompanhar a gestão urbana de Campina Grande. Tem-se ainda o recolhimento de depoimentos e realização de entrevistas<sup>6</sup> semiestruturadas com representantes populares atuais e anteriores dos moradores, enfatizando o contexto político e os conflitos inerentes ao cotidiano estudado. Por fim, se fez necessário o registro fotográfico de vários objetos espaciais, além de tratamento cartográfico para representação das espacialidades e contextos relacionados. Um aprofundamento na caracterização de tais procedimentos se dará posteriormente ao adentrarmos os dados e informações obtidas durante o contato empírico com os espaços em questão desse objeto de estudo, à luz da análise de conteúdo proposta por Bardin (1979)

Sobre a escolha dos bairros, a proposta inicial da pesquisa era trabalhar com os bairros que possuíam uma SAB (Sociedade de Amigos do Bairro) em seu espaço interno. Pensou-se de início em estabelecer contato com as SABs, conhecê-las para, mediante tais contatos, iniciar as entrevistas e fazer triagens, amostras do universo de pesquisa obtido. Contudo, tal raciocínio passou por mudanças no decorrer da pesquisa. O ponto de partida foi a “descoberta” da UCES (União Campinense das Equipes Sociais), entidade-mãe de todas as representações oficiais de bairro da cidade de Campina Grande há mais de cinquenta anos. Em contato com a UCES, obteve-se boa parte dos contatos necessários para o início do trabalho de campo. Em meio aos contatos, surgiu a possibilidade de abranger outras representações comunitárias para além das SABs (associações de moradores, sociedades pró-melhoramentos, líderes comunitários) partindo da premissa adotada entre tais representações de que tais nomenclaturas eram apenas títulos escolhidos pela comunidade: as atribuições, funções, atividades e relações entre as representações de bairro eram as mesmas para todos. No decorrer da pesquisa, isso ficará evidente e será justificado, entre outras coisas, porque a

---

<sup>5</sup> Para além de enfatizar as informações sobre condições de vida, acesso e usufruto de bens e serviços, infraestrutura, formação, mercado de trabalho, saúde, transporte, programas sociais do governo, problemas da cidade, a abordagem qualitativa escolhida objetivará também sobre as experiências contextualizadas das pessoas que a pesquisa tiver acesso, evocando o papel da memória e a vivência coletiva nos diferentes espaços-tempos experienciados pelos transeuntes e populares. A dimensão do cotidiano pode se configurar em rica contribuição para a pesquisa, mesmo sob um ângulo crítico, como se verá no terceiro capítulo.

<sup>6</sup> Cabe aqui uma breve nota sobre as entrevistas: apesar da tranquilidade e franqueza em meio aos encontros nas representações, em alguns momentos, os representantes de bairro temeram por suas respostas. Isso se deve ao imaginário político de longa data carregado de imagens e discursos sobre a reação de figuras “poderosas” citadas. Em Campina Grande, falar isso ou aquilo de determinada pessoa pública pode render problemas como perseguição política e dificuldades em parcerias para a comunidade. Como se verá em algumas entrevistas, o caráter partidário-eleitoral, ou popularmente “de que lado você está?”, é fortíssimo entre as representações, mesmo entre aquelas que se declaram apartidárias ou que não “fazem politicagem”. Para garantir o máximo de participação dos entrevistados e liberdade de expressão quanto às suas respostas, foi solicitado (e assim garantido) o anonimato em falas que pudessem trazer algum comprometimento às suas pessoas ou ao bairro. Apesar de isso acontecer poucas vezes na análise das entrevistas, algumas respostas e pontos de vista não serão identificados aos seus emissores ou bairros, em respeito ao termo de compromisso (ver apêndices) e ao sigilo sobre “falar verdades inconvenientes”.

escolha da denominação “representação de bairro” estendida a todos os ativismos comunitários de bairro. Em fato, a escolha por “representação de bairro” se deu pela própria identidade funcional atribuída pelos líderes comunitários a si mesmos, representantes do bairro, do povo, da comunidade onde moravam e com ela se relacionam diretamente.

As entrevistas foram ocorrendo apesar de alguns contratempos. Havia desde representantes que estavam ocupados demais com questões pessoais e/ou profissionais, até quem não compareceu ao espaço representativo no dia e hora marcados, sem contar os casos em que a pessoa do outro lado da linha simplesmente disse “não”, que não tinha interesse em contribuir com a pesquisa. Além dos bairros trabalhados no decorrer dessa pesquisa, o autor estabeleceu contato com as representações dos bairros Jardim Paulistano, Presidente Médici, Sandra Cavalcante, Nova Brasília, Jeremias, Jardim Quarenta, Malvinas, Castelo Branco, Bela Vista, Centenário. SABs de bairro como as de Santa Cruz e Liberdade também eram opções de pesquisa, mas estavam com seus mandatos vencidos e em processo eleitoral, durante a transcurso da pesquisa empírica. Em todo caso, os/as representantes que concederam tempo e atenção à proposta apresentada, contribuindo para as ideias que se encontram nesses escritos.

Sobre a estrutura da tese, o primeiro capítulo consiste nas discussões sobre Desenvolvimento Geograficamente Desigual enquanto dimensão espacial (ou ajuste espacial, como assinala David Harvey em suas obras) do capitalismo contemporâneo. Em um primeiro momento, discutiremos algumas nuances do capitalismo contemporâneo seguindo pela perspectiva do Desenvolvimento Geograficamente Desigual (DGD). Em seguida, adentramos o contexto campinense em suas décadas mais recentes, a partir de 1990, bem como suas particularidades em termos de desenvolvimento urbano. Por fim, abordar-se-á a escolha das gestões e planejamentos urbanos pela perspectiva empresarialista (também chamada de empreendedora ou competitiva) que concebe a cidade enquanto uma mercadoria fragmentada apropriada por aqueles que na ordem vigente dispõe de recursos e meios socioeconômicos (mas também políticos) para usufruir da cidade.

No segundo capítulo, versaremos sobre as relações de poder entre alguns dos agentes que compõe a dinâmica da cidade nesse início de século. Em um primeiro momento a questão do poder será discutida em suas expressões geográficas. A escolha política visa dar coerência à abordagem aqui pretendida na medida em que os diferentes agentes sociais do espaço urbano se relacionam a partir de relações conflituosas e intencionalidades diversas, traçando objetivos próprios e que demandam uma atenção do ponto de vista espacial/territorial,

entendendo em que a espacialidade e a territorialidade se traduzem em expressões de suas ações e propostas para a cidade. Enfatizaremos nessa pesquisa, inicialmente, as ações do Estado, aqui compreendido e citado no decorrer da pesquisa enquanto escala de poder público municipal local. Em seguida, os espaços políticos populares, aqui colocados a partir das representações de bairro, serão apresentados não só em suas representatividades, mas também em seus ativismos sociais urbanos. Como se verá, as representações de bairro têm se consubstanciado enquanto principal resposta da sociedade civil em relação ao Estado. A abordagem das representações de bairro parte do cotidiano vivido dos moradores da cidade de maneira constante e não apenas no período de quatro anos quando se elegem prefeitos e vereadores. Tais ativismos comunitários carregam uma trajetória de luta política e busca de melhorias quanto à qualidade de vida dos moradores campinenses.

No terceiro capítulo, a questão da participação popular será evidenciada a partir das experiências empíricas obtidas durante o campo da pesquisa nas representações de bairro. Partimos aqui da tríade composta por bairro, cotidiano e comunidade. A segunda discussão realizada diz respeito ao par dialético cidadania-democracia. Como essa pesquisa privilegia a dimensão política e as representações de bairro atuam enquanto agentes sociopolíticos, a questão da cidadã-democrática se expressa nos direitos civis, políticos e sociais exercidos no cotidiano dos moradores. Retoma-se a questão das leis em uma escala mais ampla, visto que tais direitos estão institucionalizados na constituição, mas de maneira incompleta e imprevista aos cotidianos recentes. Por fim, examinaremos as situações de exclusão sociopolítica, não se limitando à falta e negação de participação popular: os direitos, os exercícios e as práticas cidadãs são precarizados cotidianamente.

Pensando em apontamentos para mudar essa situação, a pesquisa apresenta nessa seção três caminhos/possibilidades, visando uma Campina Grande politicamente mais próxima do cidadão comum e sua participação: apontar os caminhos de uma contraracionalidade, com seus contraespaços, frente a lógica de governança vigente; Estimular práticas espaciais de democracia direta como premissas na relação entre poder público municipal e bairros/comunidades; e fortalecer as representações de bairro enquanto espaços políticos instrumentais da pedagogia e da politização urbanas. Tais perspectivas contam com plena consciência de suas limitações e dificuldades de execução, não se traduzindo em panaceias ou “receitas mágicas”. Acrescenta-se que, seguindo a linha de raciocínio defendida durante a tese, tais ideias podem ser relacionadas em termos de complementaridade e interdependência entre as mesmas.

## **CAPÍTULO 1 – APRESENTANDO UM CONTEXTO ESPACIAL URBANO: gestão e planejamento em Campina Grande/PB na passagem entre os séculos XX e XXI e a escolha pela lógica empreendedora/competitiva**

Como a cidade de Campina Grande se apresenta nesse início de século? Quais os rumos que tem tomado enquanto espaço urbano e cotidiano de seus 395 mil habitantes? Como tem se configurado as gestões e planejamentos urbanos recentes da cidade? Partindo de tais questionamentos, a proposta desse primeiro capítulo consiste nas discussões sobre Desenvolvimento Geograficamente Desigual enquanto dimensão espacial (ou ajuste espacial, como assinala David Harvey em suas obras) do capitalismo contemporâneo. A inserção da referida cidade já foi brilhantemente discutida em Costa (2003), ao aborda-la no contexto do Meio Técnico-Científico-Informacional.

O referencial aqui adotado não nega o anterior, antes busca complementá-lo visando uma abordagem teórico-metodológica que a situe quanto aos processos recentes do capitalismo em sua vertente neoliberal. Para tanto, em um primeiro momento, discutiremos algumas nuances do capitalismo contemporâneo seguindo pela perspectiva do Desenvolvimento Geograficamente Desigual (DGD). Em seguida, adentraremos o contexto campinense em suas décadas mais recentes, a partir de 1990, bem como suas particularidades em termos de desenvolvimento urbano. Por fim, abordar-se-á a escolha das gestões e planejamentos urbanos pela perspectiva empresarialista (também chamada de empreendedora ou competitiva) que concebe a cidade enquanto uma mercadoria fragmentada apropriada por aqueles que na ordem vigente dispõe de recursos e meios socioeconômicos (mas também políticos) para usufruir da cidade.

Uma ressalva deve ser feita sobre a abordagem crítica aqui realizada: não se tem a pretensão de “atacar” a cidade ou denegrir a imagem que ela projeta em diferentes escalas (local, regional e até nacional), mas sim refletir sobre o ideário que a coloca como uma cidade atendente dos interesses privados em detrimento das demandas sociais coletivas, infelizmente, tendência essa seguida continuamente pela urbanização brasileira contemporânea. Também é importante lembrar que mesmo a lógica empresarialista sendo uma prática recente, os modelos de gestão e planejamento que a antecederam também trouxeram desigualdades e expressões da questão social<sup>7</sup> que se agravaram nos últimos 20 anos. Os chamativos atributos

---

<sup>7</sup> Reflexão desenvolvida no âmbito do Serviço Social, o uso da expressão “questão social”, nesse trabalho, diz respeito ao “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (IAMAMOTO, 2008,

e qualificativos positivos campinenses não são negados, mas se questiona sobre sua abrangência e usufruto, afinal, a heterogeneidade de seu espaço urbano se manifesta nas diferenças e desigualdades de seus bairros, de seus cotidianos. Se Campina Grande realmente fizer juz à fama de cidade em ascensão dentro do modelo de urbanização capitalista, não tenhamos dúvidas de que seus habitantes “colhem os frutos” desse progresso de maneira desigual entre as classes e grupos que compõe a população dessa cidade média.

### **1.1 O capitalismo recente sob o prisma do Desenvolvimento Geograficamente Desigual (DGD) e suas implicações na relação cidade/urbano**

O capitalismo que emerge nesse início de século merece algumas palavras enquanto tentativa de compreensão de seus processos e respectivas expressões. Enquanto sistema e ordem socioeconômica vigentes, o capitalismo recente (que recebe outras adjetivações como tardio, cinzento e até parasitário) traz em sua matriz o ideário neoliberal dos anos 1970, com sua ênfase na “mão invisível” do mercado<sup>8</sup> e na lógica que agrava as desigualdades e exclusões enquanto manifestações da questão social cada vez mais complexa.

Tal discussão se faz necessária não só como forma de expor uma concepção sobre o capitalismo, mas também de estabelecer pontes com a geografia e como essas pontes se fazem presentes no contexto pesquisado de Campina Grande, na medida em que a cidade, com seus fixos e fluxos (SANTOS, 2008b), horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 2009a), se insere na construção do que Milton Santos (2008c) denominou de Meio Técnico-Científico-Informacional. Para além de “mais uma crítica sobre o capitalismo”, partimos aqui do capitalismo contemporâneo mediante três perspectivas: seu caráter ideológico e carregado de paliativos, seu intuito consumista voraz indutor de comportamentos próprios à manutenção do *status quo* e o Desenvolvimento Geograficamente Desigual construído nas políticas de escalas e ações dos agentes que se encontram em diferentes lugares do mundo. Respectivamente, tomamos por base as reflexões do filósofo Slavoj Žižek, do sociólogo Zygmunt Bauman e do geógrafo David Harvey. Como será aqui evidenciado, as ideias colocadas por esses três pensadores críticos se complementam, fornecendo um quadro que nos permite situar as discussões posteriores sobre o capitalismo presente na cidade/no urbano, com suas respectivas dinâmicas.

---

p. 27). Nos termos da pesquisa, também estão incluídas as práticas existentes entre as classes – e suas lutas – que compõem a sociedade e seus respectivos instrumentos de dominação, poder, consenso, ideologia e alienação.

<sup>8</sup> Justificativa adotada pelos liberais para suas medidas, junto a um mínimo possível de interferência governamental (HARVEY, 2012).

Inicialmente, podemos afirmar que a ideologia do capitalismo recente se manifesta a partir das expressões que as empresas e suas marcas, o lucro, o *merchandising* e a propaganda imprimem na vida das pessoas. Nas palavras de Žižek (2003), a “vida social real” estaria mais próxima de uma farsa, de um palco, onde os indivíduos estariam lançados à sua própria sorte e imagem junto os outros. Essa farsa não está distante da vertigem causada ora pela incerteza da liquidez moderna (como assinala Bauman em várias de suas obras), ora pela quantidade de informação, ciência e tecnologia que os objetos de hoje carregam (como lembra Milton Santos em seus últimos escritos).

A mercadização alienada atrai cada vez mais elementos íntimos da vida pessoal, do consumismo alimentado pela indústria cultural até a espiritualidade “paga” em determinadas crenças e ritos. Herança da modernidade capitalista, a lacuna entre o burguês e o cidadão no indivíduo isolado se agravou nas leis e na educação, que pregam valores como o individualismo, a competição e o zelo para com a mercadoria (ŽIZEK, 2011), garantindo que o capitalismo adquira um “manto” de revolucionário, quando se reinventa, quando manipula agentes para agir em prol de seus interesses, quando o “impossível” deu lugar ao possível, ao conhecido, pelos avanços científicos patrocinados e pela iniciativa privada (ŽIZEK, 2011).

Exemplos bem conhecidos, as parafernalias eletrônicas invadem o cotidiano das pessoas ao nível da dependência: celulares, redes sociais, computadores com dezenas de funções na palma da mão. A ideologia do capitalismo recente aprisiona a nossa sociedade entre aqueles que podem e aqueles que não podem realizar/ter/ser com um agravante: o abismo entre esses grupos, os níveis de inserção e a “busca pela última novidade” comprovam a perversidade do modelo econômico global apontado por Santos (2009b). Em meio ao conformismo, à docilidade, “a ideologia dominante pretende nos fazer aceitar a ‘impossibilidade’ da mudança radical, da abolição do capitalismo, da democracia não restrita ao jogo parlamentar etc., para tornar invisível o impossível/real do antagonismo que transcende as sociedades capitalistas” (ŽIZEK, 2011, p. 13).

O foco da atenção é comumente desviado para outras questões inerentes ao sistema como a corrupção, as celebridades, o sensacionalismo, uma estratégia bem executada pelos ideólogos do “Partido de Wall Street” (HARVEY, 2014), sobretudo quando a ordem vigente enfrenta uma crise ou um entrave à sua dinâmica. Nesse sentido, o filósofo esloveno, mais uma vez, é preciso em suas colocações

A maneira como os fundamentalistas do mercado reagem ao resultado destrutivo da implementação de suas receitas é típica de ‘totalitários’ utópicos: atribuem todo fracasso às concessões dos que puseram seus planos em prática (ainda havia demasiada intervenção do Estado etc.) e simplesmente exigem uma implementação

ainda mais radical de suas doutrinas. A tarefa central da ideologia dominante na crise atual é impor uma narrativa que atribua a culpa do desastre não ao sistema capitalista *como tal*, mas a desvios secundários e contingentes (regulamentação jurídica excessivamente permissiva, corrupção das grandes instituições financeiras) (ZIZEK, 2011, p. 29).

Em meio a uma sociedade de consumidores, o capitalismo foi o sistema que mais encantou seus sujeitos, seja pela liberdade, pela naturalização do que acontece<sup>9</sup>, seja pela meritocracia, pelos prazeres ilimitados ou pela fé cega de que o mercado “resolve todos os problemas”. Em meio às crises, o capitalismo “se pinta” de responsável, de humanitário, de ecologicamente correto (ZIZEK, 2011), desvencilhando a ideologia do momento das reais relações de produção, das explorações e desigualdades tão bem estudadas pelas tradições críticas (marxistas, anarquistas, entre outras). Lembremos também ainda de acordo com o autor, que a ideologia capitalista é um campo de luta onde interesses diferentes se chocam, mas que a “ajuda mútua”, slogan suscitado em meio a grandes tragédias e “causas filantrópicas”, funciona a partir dos interesses de classe. A ajuda aos bancos durante o *crash* de 2008-2009 foi exemplar. A questão se torna ainda mais radical na perspectiva do sujeito, em meio das representações e da pressão social sobre si: “o objeto perdido, em última análise, é o próprio sujeito, o sujeito como objeto, o que significa que a questão do desejo, seu enigma original, não é ‘o que quero?’, mas ‘o que os outros querem de mim? Que objeto – objeto *a* veem em mim?’” (ZIZEK, 2011, p. 61).

Na passagem da abstração para o concreto, para o cotidiano vivido, a ideologia atua a partir da visibilidade das ações, exigindo das pessoas que não pensem, mas que “façam alguma coisa” mediante o que veem de errado no mundo. Somos bombardeados por discursos imagéticos suplicantes que exigem do indivíduo uma ação sem reflexão, sem pensar crítico: tragédias, causas políticas, situações de desconforto e exclusão com grande carga emotiva são lançadas cotidianamente sem que a lógica por trás disso tudo se revele, inclusive na maioria dos casos uma lógica que é a principal responsável por tais discursos<sup>10</sup>. Nas palavras de Zizek (2012, p. 50-51), o capitalismo

Concebe a si mesmo como ‘política do mal menor’, sua ambição é produzir ‘a sociedade menos pior possível’, evitando assim o mal maior, já que considera qualquer tentativa de impor diretamente um bem concreto a fonte suprema de todo

---

<sup>9</sup> “Só no capitalismo a exploração é ‘naturalizada’, inscrita no funcionamento da economia, e não o resultado da pressão e da violência extraeconômica”. É por isso que, com o capitalismo, temos igualdade e liberdade pessoal: não há necessidade de dominação social direta, a dominação já está na estrutura do processo de produção” (ZIZEK, 2012, p. 166-167).

<sup>10</sup> Wood (2014, p. 22) aponta que “a coerção nas sociedades capitalistas é então exercida não somente pessoal e diretamente por meio da força superior, mas também indireta e impessoalmente pelas compulsões do mercado. As classes dominantes, com a ajuda do Estado, têm condições de manipular essas compulsões, e certamente o fazem em seu próprio interesse”

mal. [...] A pretensão de só querer o menor dos males, depois de afirmada como princípio da nova ordem global, repete pouco a pouco as mesmas características do inimigo que ela alega combater. A ordem liberal global afirma-se claramente como a melhor dos mundos possíveis; a modesta rejeição das utopias termina com a imposição de sua utopia liberal de mercado, que supostamente se tornará realidade quando no subtermos de maneira apropriada aos mecanismos do mercado.

O autor questiona se a liberdade pregada pelo capitalismo na verdade não se traduz em uma imposição, uma passagem ao ato cego implicando a obediência e a (auto)destruição (ZIZEK, 2014). Além da influência latente em setores como a política e a cultura, o capital atua se metamorfoseando em “(1) capitalismo financeiro (investimentos, instrumentos monetários); (2) capital manufaturado (máquinas e infraestrutura); (3) capital natural (recursos, sistemas vivos); (4) capital humano (trabalho, inteligência, organização)” (ZIZEK, 2012, p. 311). Uma última ideia do autor sobre a ideologia do capitalismo contemporâneo cria ponte para a discussão posterior sobre o consumismo a partir da figura do “consumistariado”: os economicamente excluídos que alimentam a produção a partir de seu consumo, recebendo uma renda básica. Fenômeno exemplar da ideia (e citado pelo autor) diz respeito ao caso brasileiro com programas como o Bolsa Família.

Adentrando o consumismo, Bauman analisa o processo a partir de uma constatação, presente em alguns de seus escritos: a sociedade de produtores da modernidade sólida/hardware passou a uma sociedade de consumidores na modernidade líquida/software. Essa última sociedade se apresenta enquanto sedutora e segura àqueles que dela podem fazer parte. Nas palavras do autor, o consumo abundante é visto como “a marca do sucesso e a estrada que conduz diretamente ao aplauso público e à fama” (BAUMAN, 1998, p. 55). Ainda nas palavras do autor,

Se o consumo é a medida de uma vida bem-sucedida, da felicidade e mesmo da decência humana, então foi retirada a tampa dos desejos humanos: nenhuma quantidade de aquisições e sensações emocionantes tem qualquer probabilidade de trazer satisfação da maneira como o “manter-se ao nível dos padrões” outrora prometeu: não há padrões a cujo nível se manter – a linha de chegada avança junto com o corredor, e as metas permanecem continuamente distantes, enquanto se tenta alcançá-las.

O consumismo contemporâneo surge na ideologia dominante como a porta que se abre para uma vida “sem limites” ao mesmo tempo que aprofunda o abismo entre aqueles que podem usufruir desse “mundo dos sonhos” e aqueles lançados à própria sobrevivência enquanto trabalhadores ou excluídos.<sup>11</sup> Na lógica do mercado, as classes se situam em uma

---

<sup>11</sup> Um exemplo: dentre as notícias que repercutiram mundialmente no início do mês de janeiro, uma pesquisa da ONG britânica Oxfam chamou atenção para o fato de que as 62 pessoas mais ricas do mundo possuem tanto dinheiro quanto a metade mais pobre da população mundial, algo em torno de 3,6 bilhões de pessoas. Portais de notícias como Carta Maior, Controvérsia e Huffpost Brasil destacaram informações em suas páginas.

divisão social no qual a liberdade de consumo é a medida, individualizando as pessoas entre aquelas que souberam fazer bom uso de tal liberdade e aquelas que fizeram escolhas erradas, naturalizando as desigualdades (BAUMAN, 1998). Ao discutir as consequências humanas da globalização, o autor aponta que as técnicas atuam na polarização da condição humana, ao passo que muitas dessas atuam a serviço de um mercado não acessível para todos (BAUMAN, 1999). O consumo acaba ditando os padrões, os comportamentos e a condição de pertencer à sociedade.

A maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. A norma que nossa sociedade coloca para seus membros é a da capacidade e vontade de desempenhar esse papel. [...] O consumidor em uma sociedade de consumo é uma criatura acentuadamente diferente dos consumidores de quaisquer outras sociedades até aqui. Se os nossos ancestrais filósofos, poetas e pregadores morais refletiram se o homem trabalha para viver ou vive para trabalhar, o dilema sobre o qual mais se cogita hoje em dia é se é necessário consumir para viver ou se o homem vive para poder consumir. Isto é, se ainda somos capazes e sentimos a necessidade de distinguir aquele que vive daquele que consome (BAUMAN, 1999, p. 88-89).

A sedução do consumo imprime no homem da modernidade líquida um ar de aventureiro amante da diversão: a mobilidade, a busca pela satisfação de desejos e a descoberta de experiências as mais variadas possíveis se traduzem em um comportamento complexo e seletivo àqueles que conhecem as tendências (como surfistas que pulam de uma onda à outra) e, sobretudo, tem recursos para delas usufruir, realizar. O processo de individualização hoje, com suas respectivas representações, é uma palavra de ordem (BAUMAN, 2001) na mídia e nos anúncios de todos os tipos, junto aos excessos e egoísmos do consumismo. Lefebvre (1991) já apontava que o consumo nada criava, nem mesmo relações entre os consumidores. A ação de consumir, embora carregada de significações na chamada sociedade de consumo dirigido, é um ato solitário. Ele se comunica por um efeito de espelho e um jogo de reflexos no/pelo consumidor.

Se essa individualização soa como benção do mercado, simultaneamente ela é entendida pelo sociólogo enquanto fatalidade, com o exemplo da culpabilização do indivíduo por seus infortúnios. Em tempos-espacos em que a felicidade pode ser comprada ou o ato de comprar já é visto como a felicidade em si, a aparência e a imagem do indivíduo mais uma vez são exaltadas no palco do cotidiano e atuam como “defesas”, como “soluções” aos medos e incertezas. Sob uma economia política da incerteza, o mercado e sua liberdade seriam os grandes redentores em meio ao consumismo e a precariedade que lhes são inerentes (BAUMAN, 2008).

Na produção de uma ordem marcada pela dissipação de ofertas e desperdícios, que comporte consumidores em diferentes níveis e aqueles indivíduos que anseiam ascensão sob esse parâmetro, o mundo líquido-moderno tem na produção de refugos humanos sua maior perversidade (BAUMAN, 2005): o mercado formal de trabalho alega estar em crise, a flexibilidade, tão discutida por Sennett (2012), não os absorve, a “superpopulação” se transforma em uma paranoia explicativa para justificar as desigualdades cada vez mais gritantes. Tudo alimentado pelo crédito e outras formas de lucro como os juros, os empréstimos e as estratégias especulatórias de bancos e outros detentores do capital (BAUMAN, 2010).

Se uma das hipóteses apontadas pelo autor diz respeito às velocidades do capital e das elites facilitadas pelas técnicas de mobilidade cada vez mais avançadas, a questão geográfica se torna importante ao debate não só pelos territórios que compõem os raios de ação dos agentes e poderes local/global, mas também pelo espaço que é visto em algumas passagens do autor como sinônimo de distância e que essa sim estaria diminuindo, encurtando. Sob um olhar mais crítico, esse “pulo do gato” de quem pode usufruir de meios de transporte mais rápidos e avançados é uma característica da atualidade, mas não uma dádiva comum acessível a todos. As diferenciações entre os espaços e territórios (não apenas os estritamente nacionais) marcam a geografia do capitalismo contemporâneo, empreendidas por autores como David Harvey<sup>12</sup>.

A ideologia neoliberal foi erigida a partir da aceitação disseminada das benesses que o individualismo e o livre mercado poderiam trazer para todos mediante a responsabilidade pessoal pelas próprias vitórias e derrotas de cada um (HARVEY, 2013a).

A neoliberalização é um enorme sucesso do ponto de vista das classes mais altas. Ela devolveu o poder de classe às elites governantes (como nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha), criou condições para a consolidação da classe capitalista (como no México, na Índia e na África do Sul) ou abriu caminho para a formação da classe capitalista (como na China e na Rússia). Com a mídia dominada pelos interesses da classe alta, foi possível propagar o mito de que os estados fracassaram economicamente porque não foram competitivos, ou seja, não foram suficientemente neoliberais. A desigualdade social aumentada dentro de um território foi construída como necessária para encorajar o risco e a inovação empresariais, que conferiam poder competitivo e estimularam o crescimento. Ao que consta, se as condições entre as classes inferiores se deterioraram foi porque elas falharam, em geral por razões pessoais ou culturais, em melhorar seu próprio capital humano (por meio da dedicação à educação, à ética de trabalho protestante, à submissão à disciplina do trabalho). Seguindo o raciocínio, os problemas que surgiram na Indonésia, na Argentina ou em qualquer outro lugar foram específicos,

---

<sup>12</sup> Nas palavras do autor, o capitalismo se consolidou enquanto sistema vigente a partir de ajustes espaciais e reorganização geográfica que favorece sua expansão e intensificação. Geografias, com suas paisagens, espaços e territórios, são construídas para a acumulação do capital e estabelecem estágios do desenvolvimento capitalista (HARVEY, 2012).

devidos à falta de força competitiva ou a falhas pessoais, culturais ou políticas. Num mundo neoliberal darwiniano só os mais aptos poderão e irão sobreviver.

O processo de neoliberalização não só consistiu em um conjunto de inovações quanto aos poderes instituídos de sua época, como também adentrou diferentes áreas da vida social, ampliando as capacidades de transações do mercado e informações entre agentes envolvidos. Não por acaso, um dos maiores interesses do capitalismo atual reside no desenvolvimento do setor de tecnologias que favoreçam as atividades e relações de mercado. O capitalismo financeiro, com suas transações em tempo real, caixas eletrônicos e, mais recentemente, os aplicativos para *smartphones*, constitui um conjunto de rotinas e relações entre clientes, empresas e pessoas que dependem dos bancos para resolver questões na contemporaneidade<sup>13</sup>. Em escala global, o neoliberalismo favoreceu o fortalecimento de uma elite em cada contexto nacional em que se implantou, atuando como “projeto *político* de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas” (HARVEY, 2013b, p. 27).

A própria competição entre territórios nacionais se tornou palavra de ordem pós-1970, quando as potências da época discutiam qual seria o melhor modelo de desenvolvimento e foi a partir daí que o desenvolvimento geograficamente desigual e seus mecanismos foram expostos na medida em que Estados e regiões bem-sucedidas passaram a figurar como modelos-exemplos do que outros contextos deveriam fazer para se lançar na “corrida econômica (HARVEY, 2013b). Nessa competição, uma geografia capitalista foi sendo construída

Havia a crescente mobilidade geográfica do capital, facilitada em parte pelo fato corriqueiro mas essencial da rápida redução dos custos de transporte e de comunicações. A gradual redução de barreiras artificiais ao movimento do capital e das mercadorias, como tarifas, controles de câmbio ou mesmo, simplesmente, tempo de espera nas fronteiras (cuja abolição na Europa teve efeitos dramáticos), também desempenhou um importante papel (HARVEY, 2013b, p. 100).

No cotidiano, o capitalismo neoliberal foi gradativamente incorporado ao senso comum de populações, claro que com variações de acordo com os contextos valores, tradições políticas e culturais. A liberdade individual e as normas do livre mercado foram adentrando o dia a dia da classe trabalhadora individualizando as vagas, precarizando os vínculos, enfraquecendo as representações como sindicatos e associações, além de incapacitá-la em situações em que seus direitos trabalhistas estavam ameaçados. Jogados a sua própria sorte, a

---

<sup>13</sup> “Uma onda de inovações ocorreu nos serviços financeiros para produzir não apenas interligações globais bem mais sofisticadas como também novos tipos de mercados financeiros baseados na securitização, nos derivativos e em todo tipo de negociação de futuros. Em suma, a neoliberalização significou a ‘financiarização’ de tudo” (HARVEY, 2013b, p. 41).

competitividade e a autopromoção se consumaram em “mantras” para trabalhadores que o mercado, a partir de sua exploração, considera descartáveis. (HARVEY, 2013b). Como se vê, os ideais de liberdade e autonomia do Partido de Wall Street se traduzem na exploração do trabalho alheio e na desapropriação das pessoas quanto aos seus bens, bem como no saque dos recursos ambientais e culturas de massa que propagam os valores “dos de cima”.

Ao passo que o capital procura mobilidades e novos espaços para se reinventar, a dimensão espacial da classe trabalhadora também se faz presente no capitalismo contemporâneo com suas diferenciações. Segundo Harvey (2012, p. 83)

Dá-se atenção aos desenvolvimentos de classe no âmbito de algum espaço circunscrito que, quando submetido a um escrutínio mais detido, se mostra como um espaço inserido no espaço internacional dos fluxos de capital, do trabalho, da informação e assim por diante, sendo cada um deles composto de grande número de espaços menores, todos dotados de suas próprias características regionais, e mesmo locais, distintivas.

A partir dessa compreensão geográfica, surge a possibilidade de emancipação junto a uma espacialidade oculta que tem tido o poder de dominar e confundir a classe trabalhadora (HARVEY, 2012). Por isso a necessidade de se estudar os espaços no capitalismo. Como apontada por Lacoste (2010), a ideia de conhecer o espaço para saber nele combater surge aqui como uma forma de esclarecimento para pensar alternativas e mudanças nos contextos cuja hegemonia do capital se mostra inabalável.<sup>14</sup>

Para fins dessa pesquisa, o espaço será abordado enquanto produto social, contextualizado junto à ordem social capitalista, com ênfases aos espaços urbanos e seus rebatimentos políticos. Mediante suas práticas e sua interpretação enquanto construção, os diálogos com a categoria tempo se fazem necessários de forma a enriquecer a discussão e acrescentando ações e eventos, envolvendo noções como transformação, dinâmica, movimento e contradição, sob um viés crítico-dialético. O que não significa negar as importâncias da experiência e do cotidiano, visto que ambos possuem uma espacialidade tão significativa quanto a temporalidade (MASSEY, 2008). Sobre essa questão, Carlos (2011, p. 63) lança ideias sobre as relações sociais cotidianas e como a espacialidade se faz presente nas mesmas

Podemos pressupor que a espacialidade das relações sociais pode ser efetivamente compreendida no plano da vida cotidiana e, a partir desta, articulada e redefinida como plano da reprodução das relações sociais, vista na multiplicidade dos processos que envolvem a reprodução do espaço em seus mais variados aspectos e sentidos como prática sócio-espacial. Isso porque as relações sociais têm concretude

---

<sup>14</sup> Como criticamente apontou Mészáros (2013, p. 57), “a consciência dos limites do capital tem estado ausente em todas as formas de racionalização de suas necessidades reificadas, e não apenas nas versões mais recentes da ideologia capitalista”.

no espaço, nos lugares onde se realiza a vida humana, envolvendo um determinado dispêndio de tempo que se revela como modo de uso do espaço, em dois planos: o individual (que se expressa, em sua plenitude, no ato de habitar) e o coletivo (a realização da sociedade), portanto, na dialética entre o público e o privado.

A perspectiva do espaço social enquanto produto relaciona-o enquanto processo da humanidade no transcorrer de sua trajetória. Junto ao processo de hominização, também se deu um processo de espacialização (CLAVALL, 2011). Nas obras de Santos, o espaço é posto enquanto produto social a partir da natureza modificada pelo trabalho<sup>15</sup>. Na concepção do autor, o espaço é um produto dinâmico que acompanha a atividade humana. A partir da relação entre a trajetória da humanidade e a produção de seus espaços, Santos (2008a, p. 202) argumenta

O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. A promoção do homem animal a homem social deu-se quando ele começou a produzir. Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida. A produção, pois, supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio. [...] Por seus próprios ritmos e formas, a produção impõe formas e ritmos à vida e à atividade dos homens, ritmos diários, estacionais, anuais, pelo simples fato de ser a produção indispensável à sobrevivência do grupo. Essa nova disciplina, que o homem até então não conhecia, implica uma utilização disciplinada do tempo e do espaço.

Relacionando os tempos e as práticas, Carlos (2011) adentra as possibilidades da produção do espaço afirmando que tal prática permite desvendar a apropriação mediante o habitar também enquanto prática socioespacial que ganha objetividade nos atos e ações do cotidiano. Nesse sentido, a produção do espaço da vida humana comportaria um movimento constante proveniente do ato/ação continuados da reprodução social. Tal reprodução social, hoje contextualizada em termos de globalização, abrange a definição mais contemporânea do espaço: situada à luz do que o autor denominou de Meio Técnico-Científico-Informacional (SANTOS, 2008c), relaciona-se aos objetos – hoje, mais do que antes, carregados de técnica<sup>16</sup> – e às ações – carregadas de intencionalidade que produzem ordens. Segundo Santos (2009a, p. 63), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Sobre suas dinâmicas e transformações hodiernas, o autor continua

---

<sup>15</sup> Nas palavras do autor (2008a, p. 150), “a concepção de uma natureza natural, onde o homem não existisse ou não fora o seu centro, cede lugar à ideia de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano”.

<sup>16</sup> A relação entre técnica e espaço é colocada por outros autores de método crítico. Moreira (2011, p. 41-42), ao abordar o primeiro espaço na história, cita, como exemplos da relação entre o homem e o meio, o fogo e a agricultura como fundadores de núcleos de povoamento.

O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes. Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as forças e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

O espaço surge como dimensão das relações sociais, ao passo que ocorre uma apropriação espacial pelas mesmas

Se o espaço foi durante muito tempo pensado como localização dos fenômenos, palco onde se desenrolava a vida humana, é possível pensar uma outra determinação que encerre em sua natureza um conteúdo social dado pelas relações sociais que se realizam num espaço-tempo determinado; aquele da sua constante reprodução, ao longo da história, obrigando-nos a considerar o conteúdo da prática sócio-espacial em sua complexidade. [...] As relações sociais que constroem o mundo concretamente se realizam como modos de apropriação do espaço para a reprodução da vida em todas as suas dimensões. Referem-se a modos de apropriação que constroem o ser humano e criam a identidade que se realiza pela mediação do outro (sujeito da relação), já que as relações sociais têm concretude no espaço, nos lugares onde se realiza a vida humana, envolvendo um determinado emprego de tempo que se materializa enquanto modo de uso do espaço (CARLOS, 2011, p. 11).

Uma discussão que aborda o espaço enquanto produto sem considerá-lo no contexto capitalista, pelo menos nos termos propostos por essa pesquisa, resultaria em uma incompletude. Até porque quando a geografia histórica do capitalismo é analisada, sua notoriedade à relaciona a uma teia de processos e eventos em diferentes escalas e contextos. Nas palavras de Harvey (2013a, p. 477)

A geografia histórica do capitalismo tem sido absolutamente notável. Povos dotados de total diversidade de experiências históricas, vivendo em uma incrível variedade de circunstâncias físicas, têm-se unido, muitas vezes de modo grandioso e por convencimento, mas mais frequentemente mediante o exercício de uma força bruta implacável, em uma unidade complexa no âmbito da divisão internacional do trabalho. As relações monetárias têm penetrado em cada canto do mundo e em quase todos os aspectos da vida social e até mesmo da vida privada. Essa subordinação *formal* da atividade humana ao capital, exercida pelo mercado, tem sido cada vez mais complementada por aquela subordinação *real* que requer a conversão do trabalho na mercadoria força de trabalho por meio da acumulação primitiva. Essa transformação radical das relações sociais não ocorreu de modo regular. Ela se moveu mais rápido em alguns lugares do que em outros. Tem resistido mais fortemente aqui e sido mais bem-vinda ali. Tem penetrado de maneira relativamente pacífica em um lugar e com uma violência genocida em outro.

Dentre as tarefas delegadas à geografia e aos geógrafos sob a égide do capital, Harvey (2006) comenta que nossa tarefa é elaborar uma teoria geral das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico sob o capitalismo, que possa, entre outras coisas, explicar a importância e a evolução das funções do Estado (locais, regionais, nacionais e

supranacionais), do Desenvolvimento Geográfico Desigual, das desigualdades inter-regionais, do imperialismo, do progresso e das formas de urbanização etc.

No Brasil, Santos (2008a, p. 115) já discutia a relação entre capital e espaço e a questionava

Se o espaço sempre foi o veículo preferencial indispensável do capital, depois de quase um século ele se tornou o objeto de uma ideologia, a da planificação. Esta ideologia, travestida de uma aparência científica, desenvolveu-se para facilitar o domínio do capital sobre o espaço e com o objetivo de mudar a sociedade em sua distribuição e em seu comportamento em relação às coisas materiais, isto para permitir a estruturação do capitalismo. Mas será que o espaço, um resultado do trabalho social, não pode ter outra utilização senão a de servir ao capital?

Enquanto isso, Soja (1993) apontava para uma homologia entre classes sociais e espaço correspondente com as relações de classe tradicionalmente definidas, e, por conseguinte, com as contingências do conflito de classes e da transformação estrutural. Tal homologia espaço-classe pode ser verificada na divisão regionalizada do espaço organizado em centros dominantes e periferias subordinadas, em relações espaciais de produção socialmente criadas e polarizadas, captáveis com maior precisão na ideia de DGD. Se, dentre os traços que caracterizam o capitalismo, a desigualdade nas relações sociais se faz presente, Santos (1987, p. 91) relacionou o processo em termos espaciais

Sendo um resultado, o espaço também contribui para que, no sistema capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão da divisão do trabalho sejam paralelos à formação de uma estrutura de classes que separa, de um lado, os proprietários dos bens de produção, e, de outro, os portadores de força de trabalho e, igualmente, os que se beneficiam da mais-valia coletivamente realizada dos que, com menos recompensa, a realizam. Uns e outros dividem-se o espaço, mas de maneira distinta, pois o lugar que detêm na cidade, ou no campo, é um dado fundamental para a reprodução de sua situação original, isto é, das relações sociais desiguais.

A partir das lutas, estratégias e processos econômicos, políticos e culturais, Soja (2008, p. 48) reuniu algumas possibilidades a partir do espaço para se pensar a contemporaneidade

(1) vivemos em espaços socialmente produzidos, predominantemente urbanos e quase inteiramente urbanizados; (2) por serem socialmente produzidos e não naturalmente doados, esses espaços urbanizados estão sujeitos a ser modificados pela ação social; (3) as geografias urbanas nas quais vivemos produzem poderosos efeitos negativos e também positivos sobre nossas vidas; (4) a injustiça e a opressão que são construídas em nossas geografias podem tornar-se uma força estratégica para mobilizar e organizar formas inovadoras de práxis espacial, com o objetivo explícito de alcançar maior justiça espacial e democracia “glocal”, estendendo-se por todas as escalas geográficas em que vivemos.

Um dos principais expoentes da geografia crítica contemporânea, Harvey aponta em suas obras a construção de uma geografia pelo capitalismo<sup>17</sup>. Partindo de uma matriz marxista-lefebvreana, o autor soma-se a outros<sup>18</sup> que buscam acompanhar como o sistema do capital construiu suas lógicas espaciais para sobreviver até os dias de hoje<sup>19</sup>. Ao discutir a materialidade do tempo e do espaço no mundo da produção, o autor realiza uma análise do capitalismo a partir da relação entre essas dimensões

A objetividade do tempo e do espaço advém de práticas materiais de reprodução social; e, na medida em que estas podem variar geográfica e historicamente, verifica-se que o tempo social e o espaço social são construídos diferencialmente. Em suma, cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço. Como o capitalismo foi (e continua a ser) um modo de produção revolucionário e que as práticas e processos materiais de reprodução social se encontram em permanente mudança, segue-se que tanto as qualidades objetivas como os significados do tempo e do espaço também se modificam. Por outro lado, se o avanço do conhecimento (científico, técnico, administrativo, burocrático e racional) é vital para o progresso da produção e do consumo capitalistas, as mudanças do nosso aparato conceitual (incluindo representações do espaço e do tempo) podem ter consequências materiais para a organização da vida diária. (HARVEY, 2010, p. 189-190)

Ao relacionar o domínio do espaço enquanto fonte de poder social, as classes hegemônicas adotam lógicas e estratégias a partir de investimentos que atendam o lucro e a propriedade privada. O espaço acaba se transformando em uma condição para a produção no mundo competitivo da mercadoria. Ainda nas palavras de Harvey (2010, p. 212),

A produção, a reestruturação e o crescimento da organização espacial são muito problemáticos e caros, sendo prejudicados pela necessidade de vastos investimentos em infraestruturas físicas que não podem ser levadas para outro lugar e em infraestruturas sociais que sempre mudam com lentidão. O contínuo incentivo para os capitalistas individuais se mudarem para locais de custo mais baixo ou mais lucrativos também é prejudicado pelos custos da mudança. Em consequência, a intensificação da concorrência e o surgimento de crises tendem a acelerar o ritmo de reestruturação espacial por intermédio da desvalorização seletiva e localizada de ativos. Essas tendências e tensões gerais devem ser situadas, no entanto, no âmbito dos interesses divergentes e da luta de classes, porque é quase invariável que as mudanças no tempo ou na organização espacial redistribuam o poder social ao modificarem as condições do ganho monetário (na forma de salários, lucros, ganhos de capital etc.). O domínio do espaço sempre foi um aspecto vital da luta de classes (e intraclasses).

---

<sup>17</sup> Em concordância com os autores citados anteriormente, Harvey (2011, p. 77) argumenta, sobre a dinâmica espacial produtiva do capital, que “a produção de espaços e lugares absorveu, ao longo do tempo, grandes quantidades de excedentes de capital. Novas paisagens e novas geografias foram criadas dentro das quais o capital circula em formas que são frequentemente assombradas por profundas contradições”.

<sup>18</sup> Edward Soja, Massimo Quaini, Yves Lacoste, Neil Smith e Milton Santos trouxeram grandes contribuições ao debate entre capitalismo e ciência geográfica.

<sup>19</sup> “A acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado de funcionar como sistema econômico-político” (HARVEY, 2012a, p. 40).

Adotando os conflitos como processos inerentes da sociedade, adota-se aqui o pressuposto de que seus espaços e territórios são produtos entre tais agentes e suas relações. Com ênfase ao Estado, ao capital e aos espaços políticos da sociedade civil (concebida em grupos e/ou classes), as formas como cada um participa das dinâmicas capitalistas e processos urbanos variam no tempo e no espaço, sob possibilidades advindas de uma legislação classista e variados exercícios de poder no urbano desenvolvido sob uma lógica neoliberal. Ao se discutir o desenvolvimento da economia espacial do capitalismo, as tendências quanto a organização espacial, as barreiras e distinções regionais-locacionais envolvem toda uma organização geográfica da ordem, envolvendo usos, consumos, produções e reproduções do espaço entre as classes e grupos que se relacionam de maneira antagônica e conflituosa. Não por acaso, a sobrevivência do capitalismo até os dias de hoje, mesmo em meio às crises, se deveu às suas dinâmicas espaciais dentro de modelos de desenvolvimento, como apontou, entre outros, Lefebvre (1978a).

A temática do desenvolvimento, enquanto discussão que envolve múltiplos saberes, tem na ciência geográfica a colaboração de contribuições na área de Desenvolvimento Geograficamente Desigual (DGD), este herdado de leituras marxistas efetuadas por Smith (1988), Soja (1983 e retomada em 1993) e Harvey (2011, 2012, 2013a e 2013b), para ficar em alguns exemplos; e desenvolvimento socioespacial e urbano sob a perspectiva de Marcelo Lopes de Souza (2006a, 2008, 2010a, 2010b e 2013) a partir de leituras autonomistas “herdadas” de Cornelius Castoriadis.

A necessidade de apresentar tais enfoques visa não só um diálogo entre os mesmos, na medida em que eles não se excluem (antes se complementam), como também servem como guia de apreensão da realidade campinense, frente à série de exaltações que elencam Campina Grande ora como “uma terra boa para se viver”, “capital do trabalho”, “tecnopólo”, mas que mascaram os contrastes de sua inserção no contexto vigente enquanto espacialidade atendente às necessidades da ordem neoliberal hodierna. A Campina Grande dita desenvolvida é retratada nos meios comunicativos, midiáticos e em períodos eleitorais, mas o cotidiano árduo e conflituoso salta aos olhos de parcela considerável de sua população.<sup>20</sup>

Contudo, antes de discutir tais ideias, é importante evidenciar o que se entende por desenvolvimento ou elucidar qual desenvolvimento é apresentado aqui. Inicialmente, se faz necessário apontar (e criticar) a premissa reducionista existente na relação entre

---

<sup>20</sup> Sobre o cotidiano, Carlos (2011, p. 15) discorre “a noção de cotidiano permite deslocar a questão da análise do plano do econômico, sem, todavia, excluí-lo, para o plano do social, iluminando a prática real e vivida na qual afloram as contradições. Aí se encontram as determinações do político e do econômico, ora contraditoriamente, ora em suas alianças ‘pensando sobre a vida cotidiana’”.

desenvolvimento e crescimento econômico. Tal enfoque, além de associar o desenvolvimento a uma visão puramente economicista, o situa enquanto ideologia já apontada por Souza (2010b) que prometia “fazer crescer o bolo e depois reparti-lo”. Hoje, sabe-se que um desenvolvimento unidimensional ou unilateral, enquanto desigual, também distribui desigualmente seus “pedaços”, além dos problemas e custos – sociais, ambientais – resultantes do processo.

Um segundo ponto a ser colocado visa a necessidade de se pensar o desenvolvimento sob um prisma geográfico. A dimensão espacial da sociedade deve ser levada em conta enquanto apreensão crítica do processo de um modelo de desenvolvimento seja ele qual for. Ora, se o desenvolvimento diz respeito a sociedade ou uma fração dela, se torna impossível desvincular a relação sociedade-espço, na medida em que tal dinâmica se tornou constante de longa data: o homem, mesmo inconscientemente, sempre produziu espaço e, a partir do trabalho e das técnicas, buscou soluções e adaptações aos problemas encontrados. Eliminar o espaço da discussão sobre desenvolvimento seria tão danoso quanto eliminar o tempo ou a própria sociedade: resultariam, respectivamente, um desenvolvimento que não se dá em lugar nenhum, que surgiu de uma hora para outra ou ainda um desenvolvimento sem agentes envolvidos.

Iniciando a discussão dos enfoques capitalistas consultados para essa pesquisa, em uma primeira aproximação do Desenvolvimento Geograficamente Desigual, Soja (1983, p. 55) assim o caracteriza

Definido mais amplamente o DGD descreve uma padronização geral da espacialidade dos modos de produção. O DGD é assim uma característica inerente da expressão material das relações de produção e da divisão do trabalho, através da qual a própria espacialidade é definida. A espacialidade capitalista é sempre geograficamente desigual no sentido de que os elementos particulares que a compõem nunca são, pelo menos ao combinar-se, distribuídos uniformemente sobre o espaço geográfico.

Harvey (2013a, p. 528) aborda as dinâmicas que compõem o DGD

O desenvolvimento da economia de espaço do capitalismo está cercado de tendências contrapostas e contraditórias. As barreiras espaciais e as distinções regionais precisam ser derrubadas. Mas os meios para atingir esse objetivo envolvem a produção de novas diferenciações geográficas que criam novas barreiras espaciais a serem superadas. A organização geográfica do capitalismo internaliza as contradições dentro da forma de valor. É isso que quer dizer o conceito do inevitável desenvolvimento desigual do capitalismo.

Tomando tal premissa, tem-se o DGD em diferentes escalas geográficas, do globo à cidade (e seus bairros e/ou comunidades), do país à região, apresentando-se diferentes níveis de organização e objetivos ligados à dinâmica do capital. Apesar de sua origem econômica, sabe-se que o capitalismo, enquanto sistema de produção contraditório e complexo de

relações sociais, abrange relações econômicas, mas também políticas e culturais.<sup>21</sup>

Complementando a definição anterior, o autor afirma

Assim como o capitalismo desenvolve-se desigualmente sobre o tempo de forma nítida e pode ser periodizado em sequências distintas, fases e outros padrões temporais, ele também tem-se desenvolvido desigualmente sobre o espaço em configurações e arranjos distributivos identificáveis similarmente (HARVEY, 2013a, p. 56).

Os contrastes comuns oriundos desse desenvolvimento desigual se revelam nas cidades brasileiras (mas não exclusivos delas) entre os diferentes bairros (populares, periféricos, residenciais), áreas de coesão (CORRÊA, 2010) intraurbanos dotados da concentração de serviços (médico-hospitalares, jurídicos, mecânicos, educacionais) e condomínios fechados, verticais e horizontais, rodeados de “atrativos espaciais” muito bem explorados pelo mercado imobiliário e promessas de bem-estar.

Introduzida a discussão sobre DGD, neste segundo momento de reflexão cabe apontar as ideias de Souza<sup>22</sup> sobre o desenvolvimento socioespacial. Tal perspectiva de desenvolvimento vem sendo discutida nesses últimos tempos, de forma que se faz necessário abordar alguns aspectos dessa concepção para relacionar ao já discutido, visto que tal perspectiva se apresenta muitas vezes ligada ao plano teórico ou apreendida a partir de específicos contextos urbanos. Convém iniciar a perspectiva com um conceito mínimo de desenvolvimento. Souza (2010, p. 100) associa o termo desenvolvimento à mudança e transformação

o desenvolvimento é, nos seus termos mais simples, um *processo de mudança para melhor*, um processo incessante de busca de mais justiça social e melhor qualidade de vida para o maior número possível de pessoas – e isso exige, tanto em matéria de análise de problemas quanto de formulação de estratégias para a superação dos problemas, não somente a consideração das várias dimensões que compõem as relações sociais, mas também uma visão de como essas relações se concretizam no espaço.

Associado a tal natureza, a polissemia da palavra gera uma pequena confusão quanto ao(s) seu(s) significado(s)

“Desenvolvimento” é um termo que, devido à conotação teleológica, etnocêntrica e capitalística que essa palavra tem carregado, soa excessivamente pesado e comprometido para um número crescente de estudiosos. A palavra desenvolvimento pressupõe, naturalmente, uma valoração, bem como a determinação de uma meta (que, conforme o autor e sua visão de mundo, poderão ir do crescimento do PIB à “igualdade”) (SOUZA, 1994, p. 257).

---

<sup>21</sup> Veja-se, por exemplo, como se dão as parcerias entre empresas privadas e governos ou a produção cultural transformada em uma forma restritiva de consumo gerando para as indústrias do entretenimento lucros e participações na própria lógica do mercado.

<sup>22</sup> Concorde-se com as ideias do autor em questão, contudo, não é objetivo da pesquisa fazer uma revisão de literatura sobre sua vasta obra ou mesmo concordar “cegamente” com todo o seu entendimento sobre o assunto. Coloca-se aqui apenas o que for relevante à discussão sobre desenvolvimento socioespacial.

Além da carga ideológica por trás do termo, outros problemas insurgem como a monodimensionalidade, a separação simplista entre endógeno e exógeno, as abordagens monoescalares ou muito fracamente multiescalares, a negligência para com o papel do espaço, e o caráter fechado, absolutizante e etnocêntrico das teorias. Ao falar de desenvolvimento urbano, o autor propõe uma ideia de desenvolvimento que considere os interesses legítimos de uma sociedade, justiça social e melhor qualidade de vida. Desse raciocínio surge a definição de desenvolvimento socioespacial frente ao desenvolvimento estritamente econômico. Não se desmerece a importância das atividades econômicas no contexto regional, estadual e campinense que se teve. Entretanto, fica clara a evidência de que os “frutos” de tais atividades não foram “colhidos” por todos e espacialmente, tais desigualdades se reproduziram ora na heterogênea qualidade de vida da população campinense, ora na utilização do espaço para obtenção de lucro e valorização própria de uma seletividade/marginalização socioespacial.

É importante associar o desenvolvimento aqui adotado a sua escala geográfica local. Não se tratar de opor escalas de desenvolvimento, mas sim de estabelecer um diálogo entre elas, mediante os enfoques dados a um determinado tipo de desenvolvimento. Sobre o desenvolvimento local, Pontes (2010, p. 119) afirma

O desenvolvimento local é discutido sob duas perspectivas. A primeira privilegia a esfera econômica, dando ênfase, principalmente, à inserção competitiva do local. A segunda abraça a concepção de cidadania ampla, questionando a forma de desenvolvimento preconizada, nas últimas décadas, sugerindo uma nova forma de desenvolvimento, que busque um equilíbrio entre as várias dimensões de desenvolvimento: econômico, social, cultural, ambiental, físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológico.

Nesse ponto, as relações entre os desenvolvimentos merecem aprofundamento enquanto contextualização do espaço urbano campinense estudado e como ele tem se inserido nas urgências contemporâneas da ordem capitalista em sua fase financeira, incluindo suas particularidades e processos inerentes.

## **1.2 Desenvolvimento urbano “a la” Campina Grande: história recente e lógica vigente**

Após as décadas de 1960 e 1970, marcadas pela estagnação e pouco crescimento, frutos das escolhas enfáticas pelas capitais brasileiras por parte dos militares durante a ditadura<sup>23</sup>, Campina Grande ensaiaria, em meados da década de 1980 e toda a década de

---

<sup>23</sup> Nas palavras de Silva Junior (2009, p. 11), “a instauração do regime militar em 1964 atinge Campina Grande à medida que sua posição econômica estratégica foi sendo gradualmente deslocada para uma posição secundária em relação à capital do Estado da Paraíba, João Pessoa. Esse fator deu-se devido à redefinição tributária que levou o Município a um enfraquecimento econômico em relação ao Estado e à União”. Lima (2004, p. 221) exemplifica essa posição ao constatar que “Entre 1974 e 1980 o município foi beneficiado com apenas 09 (nove)

1990, sua “reação” apostando no setor turístico com eventos como o “Maior São João do Mundo”, a “Micarande” (carnaval fora de época seguindo o bem-sucedido modelo baiano, hoje *indoor*) e o Encontro para a Nova Consciência, “espetáculos” e eventos de grande estrutura e com considerável mobilização por parte da cidade. O comércio campinense também cresceu com renovações no Centro (tendo por exemplo a retirada de grande parte do comércio informal nas ruas principais), início do processo de verticalização e a instalação de *shoppings centers* na zona leste da cidade após a década de 1990, segundo Maia et al (2013). O advento das universidades públicas (e a chegada posterior das instituições privadas), além dos serviços médico-hospitalares cada vez mais especializados, realçaram a influência da cidade no estado, garantindo sua gradativa inserção no chamado meio técnico-científico-informacional (COSTA, 2003). Uma expressão da participação campinense se dá em suas relações interurbanas, a partir de um conjunto de relações diretas ou indiretas com 160 municípios segundo sua região de influência<sup>24</sup> (IBGE, 2008).

Essa aceleração de Campina Grande é aqui tratada como momento de ruptura entre dois momentos que podem ser colocados enquanto modernizações. A primeira modernização campinense correlacionou o desenvolvimento (desigual) urbano à economia algodoeira e às novas funções após a chegada do trem em 1907 (ARANHA, 1993). O contexto do sistema-mundo naquele momento era de um capitalismo fomentador do *crash* de 1929, seguido das guerras envolvendo as grandes potências da época e o surgimento de uma nova ordem mundial bipolarizada após a queda do III *Reich* (HOBBSAWM, 2009). A segunda modernização, aqui retratada desde meados da década de 1990 e manifesta até os dias presentes, aborda uma inserção de Campina Grande no sistema neoliberal vigente a partir de sua lógica ainda mais mercadológica, com diferentes empresas (e suas políticas de escala) ditando suas necessidades, do Estado tentando remediar uma série de expressões da questão social pretéritas e atualmente agravados, além de uma nova dinâmica e velocidade atribuída às relações sociais pelas redes materiais e imateriais de serviços, transportes, comunicação e informação.

Nessa dinâmica modernizadora, o Estado teve uma notória atuação enquanto agente produtor do espaço urbano: tal instituição é responsável pela gestão e planejamento urbanos,

---

projetos via SUDENE, sendo 06 (seis) de ampliação e modernização de fábricas já existentes e apenas 03 (três) projetos de implantação de novas indústrias”.

<sup>24</sup> Segundo Maia et al (2013, p. 87), “Campina Grande, nos últimos dez anos, experimenta um crescimento que a qualifica como centro comercial, industrial e tecnológico e exerce um papel relevante dentro da economia paraibana, como a segunda cidade mais importante no estado, sobretudo considerando-se as hierarquias urbanas dos estudos do IBGE”.

adotando estratégias que dizem respeito a tempos diferentes, sendo a gestão ligada ao presente e o planejamento relacionado ao futuro, além das parcerias com outros agentes. Um dos traços da passagem do planejamento urbano ao empresarialismo urbano é exemplificado recentemente por Ferreira (2010, p. 197-198), que comenta sobre o aparato municipal de gestão urbana, bem como as parcerias entre o poder público e a iniciativa privada

O aparato municipal de gestão urbana é quase sempre fragmentado, compartimentado pelas disputas internas de poder, abalado pelos projetos políticos pessoais, pela corrupção e pelo clientelismo, distante da população e de suas reivindicações e praticamente ineficaz – quando não conivente por alimentar-se da desigualdade – para promover alguma transformação social mais significativa nas cidades. [...] As perspectivas de investimentos propiciadas pelas parcerias com o mercado privado, o resultado vistoso e a aura de “modernidade” desses empreendimentos eram a garantia de certa “popularidade” e, portanto, de sucesso (sobretudo político-eleitoral) para seus autores na condução da política urbana. E ainda com a vantagem de identificá-lo com uma imagem de gestão eficaz e atualizada, além de favorecer o mercado imobiliário, tradicionalmente um setor propício a engordar os caixas das campanhas eleitorais.

Na pauta da geografia, tal problemática encontra nos espaços e nos territórios intraurbanos um importante leque de críticas e reflexões que questionam a noção de gestão urbana que muitas vezes se tem. Nas palavras de Souza (2006a, p. 150–151)

A gestão remete ao presente: *gerir significa administrar uma situação com os recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas* (“*the conducting or supervising of something*”). Quanto ao planejamento, como se viu, seu horizonte temporal é o futuro, especialmente o médio e o longo prazos. Encarados dessa forma, *gestão* e *planejamento* não são termos nem intercambiáveis nem concorrentes; eles dizem respeito a diferentes tipos de atividades, atividades essas *complementares* uma em relação à outra e que não se encontram em relação hierárquica entre si, mas tão-somente possuem referenciais temporais distintos. Teoricamente, o planejamento é a *preparação para a gestão futura*, em que o que se busca é evitar ou, pelo menos, minimizar problemas, além de ampliar margens de manobra; quanto à gestão, ela é, ou deveria ser, ao menos em parte (pois o imprevisível e o indeterminado estão sempre presentes, o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre imprescindíveis), a *administração das condições e dos resultados que o planejamento pretérito ajudou a construir*.

Enquanto práticas políticas, gestão e planejamento também constituem arenas de interesses e discursos que legitimam variadas ações. Mesmo que os orçamentos sejam “participativos” (quem participa?)<sup>25</sup>, que os planos diretores<sup>26</sup> tenham “representantes” (quem

---

<sup>25</sup> O recente interesse pelos orçamentos participativos se deu, segundo Harvey (2014, p. 14) enquanto resposta: “o fato de que algo como ‘orçamento participativo’, em que os moradores comuns da cidade tomam parte direta na distribuição de quantias do orçamento municipal por um processo democrático de tomada de decisão, tem inspirado muitas pessoas a buscar algum tipo de resposta a um capitalismo internacional brutalmente neoliberalizante que vem intensificando sua agressão às qualidades de vida cotidiana desde os primeiros anos da década de 1990”.

<sup>26</sup> Sobre a dimensão política dos planos diretores na vida pública urbana, Ribeiro (1990, p. 21) aponta que os mesmos “não deveriam ser compreendidos como instrumentos de amortecimento das contradições sociais que caracterizam a vida urbana – através das suas potencialidades de instrumento de ordenamento e controle do uso do solo – mas como possíveis contratos sociais, ou melhor, contratos urbanos, cuja duração estará subordinada à dinâmica da vida pública”.

os elegeu?) da população nas reuniões e que as câmaras municipais sejam compostas de eleitos da população municipal, tais sujeitos agem na maioria dos casos, como intermediários de ideologias e investimentos da iniciativa privada atuais e futuros. Sobre uma possível “fé cega” no planejamento e as limitações que a política urbana brasileira possui, Carlos (2009, p. 301) alerta

Nesse momento podemos visualizar o seguinte: a) o plano diretor e o planejamento urbano aparecem como solução dos conflitos existentes, ocultando choques de interesse; b) a legislação urbanística surge como instrumento de distribuição mais justa dos equipamentos e serviços na cidade; c) o desenvolvimento sustentável aparece como alternativa para o desenvolvimento de atividades capazes de trazer benefícios imediatos aos sujeitos sociais envolvidos; d) o turismo como solução para superar as condições adversas da economia revela um movimento de análise, que vai da consciência do espaço tornado mercadoria nos processos de constituição/reprodução da cidade capitalista para a produção do conhecimento viabilizando a venda do espaço; e) a implantação dos conselhos comunitários e da gestão participativa encobre a necessidade da crítica ao Estado e à política do Estado.

Acompanhando as discussões sobre a legislação urbana recente e suas respectivas políticas, os focos centram nas possibilidades e aplicações do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) e seus pressupostos de tratamento dado à questão urbana, incentivo à gestão democrática e regularização fundiária. Além da variação de responsabilidade dos gestores e planejadores frente a legislação urbana vigente, tal conjunto normativo não se constitui enquanto “panaceia” para os problemas urbanos: como se verá no decorrer da pesquisa, tal aparato legal antes significou uma adaptação da cidade ao capitalismo de seu tempo. Adentrando os instrumentos legais, mesmo que tal participação exista, como aponta Silva (2008, p. 149), estes

expressam o reconhecimento formal das necessidades e direitos da população pobre das áreas urbanas, evidenciando a questão do acesso à moradia que pressupõe: urbanização e regularização fundiária das áreas faveladas e loteamentos ilegais; programas de construção de moradias populares por parte dos estados e municípios; uso das terras públicas ociosas para assentamentos da população de baixa renda.

Campina Grande sofre hoje com as tendências do empresarialismo na gestão urbana, cujo ideário transforma a cidade em uma mercadoria de consumo seletivo. Mormente as classes hegemônicas usarem o capital especulativo para valorizar determinados espaços da cidade em detrimento de outros e das demais classes e grupos, “excluídas” do processo de desenvolvimento urbano ou precariamente incluídas na dinâmica da cidade enquanto “mercadoria complexa”, estampada pelo *city marketing* (VAINER, 2009). Tal passagem de gestão administrativa ao empreendedorismo se manifesta na transformação da cidade em uma mercadoria complexa, consumida heterogeneamente e “vendida” a partir de alguns de seus

atributos<sup>27</sup>. Some-se ao fato de Campina Grande estar constantemente reafirmando sua imagem enquanto cidade moderna, como apontam Cardoso; Maia (2007, p. 536)

Embora consideremos a cidade de Campina Grande com alguns índices de modernização, como por exemplo, a informatização dos bancos e dos serviços especializados (técnico-agrícola, consultores, etc.), a construção de *shoppings*, os investimentos turísticos, bem como os modos de lazer e de divertimento, a cidade conserva uma necessidade de estar sempre reafirmando a sua modernidade e seu progresso.

A respeito do empresarialismo, Souza (2008, p. 97-98) trata de seu histórico e o caracteriza

O “empresarialismo urbano” entrou no Brasil na primeira metade da década de 90, depois de já se ter solidamente estabelecido em países como Estados Unidos, Reino Unido e Espanha. Seu inimigo declarado, no mundo todo, é o planejamento regulatório clássico: para os seus adeptos e entusiastas, uma cidade deveria atuar tal qual uma empresa, envidando esforços para atrair investimentos e visitantes. Cada cidade concorre com as demais por capitais e turistas, e o objetivo básico é tornar-se cada vez mais *competitiva*. Para isso cumpriria modernizar-se, participar de redes internacionais de vários tipos e, *last but not least*, construir uma “governança” eficiente (alianças e “pactos” entre Estado e sociedade civil, e empresários em especial) e oferecer vantagens e benefícios a investidores em potencial, como incentivos fiscais e relaxamento *ad hoc* de normas de uso do solo urbano. O tipo de crítica a que o “empresarialismo urbano” submete o planejamento regulatório é homólogo ao tipo de ataque que o neoliberalismo endereçou ao keynesianismo hegemônico do período dos assim apelidados *trente glorieuses* (isto é, os três decênios imediatamente posteriores ao término da Segunda Guerra Mundial, caracterizados, nos países centrais, por uma relativa prosperidade). Na verdade, o “empresarialismo urbano” bem poderia ser denominado, também, “neoliberalismo urbano”.

Segundo Harvey (2006), a perspectiva provinda da administração foi substituída pelo empresarialismo nas décadas de 1970 e 1980 pelo mundo. A ideologia do modelo proposto pregava que os benefícios positivos são obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico. Acrescenta-se que esse consenso, aparentemente, difunde-se nas fronteiras nacionais e mesmo nos partidos políticos e ideologias. Nesse sentido, as considerações de Vainer (2009, p. 78) são precisas

Talvez esta seja, hoje, uma das ideias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Isto explicaria que o chamado *marketing urbano* se imponha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades.

Sobre as práticas e instrumentos do empresarialismo urbano, Souza (2006b, p. 129) assim as caracteriza

---

<sup>27</sup> Como exemplos, alguns “títulos campinenses” comumente evocados e conhecidos: “Rainha da Borborema”, “Capital do Trabalho”, “Oasis *High Tech*”, “tecnopolo”, “Cidade do Maior São João do Mundo”, “Cidade da inovação”. Evidentemente, ao se pensar a relação entre a realidade concreta e seus discursos, os interesses e a abrangência pela qual esses títulos correspondem ao vivido variam drasticamente entre as camadas que compõem e produzem o urbano.

O estilo empresarialista de planejamento e gestão tem sido simbolizado e implementado por meio dos chamados “planos estratégicos”. A finalidade do “empresarialismo urbano” é, na sua essência, facilitar a acumulação privada de capital e reduzir as resistências da sociedade civil. Para tanto, vários expedientes são empregados: são introduzidos instrumentos que permitem a “negociação” pelo Estado, em troca de contrapartidas financeiras ou outras, de exceções pontuais (de gabarito ou uso do solo) em zoneamentos, assim realizando uma certa “desregulamentação” da gestão do uso do solo; “privatização” e “terceirização” da gestão do espaço urbano (“*urban corporations*” e congêneres); generosos incentivos fiscais são concedidos; farta infraestrutura e outras vantagens são oferecidas aos investidores.

Com a abertura da cidade ao mercado e ao ideário neoliberal, as parcerias público–privadas intensificam o caráter restritivo e parasita dos agentes (re)produtores da cidade privativos que alegam trazer benefícios à população local (como emprego e qualidade de vida, por exemplo), mas que migram quando os benefícios cessam, gerando uma “concorrência” entre outras cidades candidatas a receber seu capital, tendo na “guerra fiscal dos lugares” um caso conhecido da realidade brasileira (SANTOS; SILVEIRA, 2005).

Como essa situação é permeada pela desigualdade de oportunidades<sup>28</sup>, própria ao sistema capitalista, tem-se uma série de desigualdades nas relações socioespaciais urbanas, a começar pela própria cidade hoje vista enquanto mercadoria. Nas palavras de Maricato (2013, p. 20)

Ela é um produto ou, em outras palavras, também um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. Há uma disputa básica, como um pano de fundo, entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos.

Apesar dessa tendência hegemonicamente adotada em realidades urbanas brasileiras e mundiais, o urbano também pode servir de cenário para a ação e revolta política. É Harvey (2014, p. 213) quem nos apresenta essa possibilidade

É evidente que o urbano funciona como um espaço importante de ação e revolta política. As características atuais de cada lugar são importantes, e a reengenharia física e social e a organização territorial desses lugares são armas nas lutas políticas. Da mesma maneira que, nas operações militares, a escolha e a configuração do campo de batalha desempenham um importante papel para determinar quem será o vencedor, é com os protestos populares e movimentos políticos nos contextos urbanos.

Mediante tal arcabouço teórico-metodológico, quando se adentra atualmente o contexto urbano campinense, Maia et al (2013) apontam que a cidade se apresenta com fortes sinais de descentralização, ao mesmo tempo em que seu centro principal continue com uma forte centralidade. Além disso, outros processos, a exemplo da verticalização, estão se

---

<sup>28</sup> Tal caráter competitivo, traço do DGD, é apontado entre outros por Harvey (2013b, p. 125): “o desenvolvimento geográfico desigual foi tanto um resultado da diversificação, da inovação e da competição (por vezes de tipo monopolista) entre modelos de governança nacionais, regionais e mesmo metropolitanos quanto o foi da imposição por algum poder hegemônico externo”.

iniciando. No que se refere às atividades econômicas, a indústria, os serviços médicos especializados, adicionados à educação especializada, apontam crescimento e têm atraído considerável contingente demográfico, ainda de acordo com a obra supracitada. Somam-se, ainda, os investimentos concretizados para a promoção de eventos culturais, o que também contribui para a dinâmica econômica da cidade. Contudo, a atividade comercial é ainda o seu grande destaque econômico. Os autores assim caracterizam a produção do espaço urbano campinense durante a década de 1990

Desde os anos 1990, inicia-se um processo de expansão do tecido urbano impulsionado pela instalação do *shopping center* na via, que também é a BR-230, a principal artéria de ligação com a capital do Estado. Posteriormente, novos empreendimentos, com outras estruturas, são instalados na cidade: de um lado, visando à remoção de favelas, os conjuntos habitacionais e, de outro, os condomínios horizontais e verticais destinados à população de alta e média renda, que vai se afastando do Centro e se dirigindo à área leste. Produzem-se, assim, espaços diferenciados e desigualmente habitados, enfim, uma cidade periférica. Periferias urbanas e espaços segregados, apartados por muros ou pela exclusão social, que determinam a fragmentação da cidade (MAIA ET AL, 2013, p. 164-165).

Essa dinâmica, acompanhada do aumento no número de favelas pós-1980<sup>29</sup> e das contradições quanto às questões de moradia e segregação, expressam o continuísmo classista na produção dos espaços campinenses

Nota-se, assim, que há alguns esforços para a redução da precariedade da habitação nos bairros populares. Apesar dos projetos em execução, porém, é visível a proliferação de loteamentos irregulares e o surgimento de algumas ocupações também irregulares. Verifica-se a reprodução do antigo modelo da produção da cidade pelo Estado com a construção de habitações populares em locais periféricos, distantes das áreas que possuem infraestrutura e oferecem serviços, deixando, entre esses locais e a malha urbana efetivamente ocupada, grandes vazios que serão bastante valorizados (MAIA ET AL, 2013, p. 164).

Estes autores ainda discutem a reprodução da cidade de Campina Grande a partir das expressões das disparidades socioespaciais no cotidiano

A cidade (re)produz-se com grandes disparidades socioespaciais. A aspiração ao moderno reapresenta-se: i) na edificação vertical voltada para a residência de médio a alto padrão, tanto na área central – agora concentrada no entorno do Açude Velho (Centro expandido), que muito recentemente foi “transfigurado” em uma amenidade – como na área de expansão no bairro do Catolé; ii) na construção de loteamentos e condomínios horizontais fechados. Estes, diferentemente dos construídos na maioria dos centros urbanos, surgem nas proximidades do Centro, sendo este fator – a localização próxima à área central um dos atrativos para tais empreendimentos. As disparidades socioespaciais produzem uma cidade fragmentada e, por vezes, segregada, seja pelos condomínios fechados, seja pela construção de conjuntos habitacionais em áreas periféricas, separadas da malha urbana estruturada, seja ainda na produção de ocupações precárias onde vivem pessoas em condições de evidente miséria (MAIA ET AL, 2013, p. 186).

---

<sup>29</sup> “Nesse período, verificou-se um acelerado processo de favelamento, com consequência de cinco anos de seca na região Nordeste (inclusive intensificaram o êxodo rural) e do processo de proletarianização de vastas camadas da população, fruto da grave crise econômica, social e política”. (MAIA ET AL, 2013, p. 124)

Mediante o exposto, aponta-se a ideia de que os conflitos envolvendo os espaços políticos urbanos e as relações de poder se manifestam na gestão campinense e tal questão vem sendo discutida a partir dos rumos que o poder local vem tomando nos últimos tempos: além dos problemas relacionados à legislação<sup>30</sup>, a seletividade das políticas públicas no espaço urbano de Campina Grande se mostra conflituosa e contraditória no cotidiano da população, nos moldes de como as relações capital-trabalho se materializam pela sociedade enquanto compreensão da ordem social contemporânea

### **1.3 A atual dinâmica do empresarialismo urbano: Campina Grande, uma mercadoria?**

Revisitando alguns escritórios imobiliários, já consultados durante pesquisa anterior (SARAIVA, 2011), as opiniões do mercado imobiliário sobre Campina Grande permanecem hegemonicamente otimistas, com projetos<sup>31</sup> e ofertas espalhadas pela cidade, a começar pela própria quantidade de imobiliárias que se instalaram na cidade nos últimos anos (tabela 01). Contudo, quando tratados alguns temas como a valorização/desvalorização de uma parte da cidade, como o mercado vê os problemas urbanos ou especificamente quais as perspectivas para a cidade, as respostas não só variaram como também demonstraram a lógica desigual do capital especulativo imobiliário no espaço urbano.

Inicialmente, Campina Grande apresenta uma diversidade de terrenos ligados ao crescimento horizontal, vertical (na condição de solo criado em edifícios) e expansão para suas franjas rural-urbanas. Alguns desses terrenos nos bairros, inclusive, foram citados pelas representações comunitárias e populares durante as entrevistas. Como terreno é uma palavra-chave quando se fala na valorização uma dada localidade, um bairro atrativo é visto como aquele que dispõe de terrenos para possíveis empreendimentos, além de bom entorno social<sup>32</sup> e localização, aqui empregada enquanto proximidade com o Centro. Bairros concentrados ou que simplesmente “não tem mais onde construir” são considerados estagnados, mas nem por isso desvalorizados, afinal, apresentam dinâmicas internas que podem possibilitar ações de construção e empreendimentos comerciais ou residenciais. O próprio termo “desvalorização”

---

<sup>30</sup> “No tocante à produção da cidade, do mesmo modo que em outras cidades brasileiras, observam-se em Campina Grande discrepâncias em sua forma, muitas delas relacionadas, entre outros fatores, ao descompasso existente entre as leis, sua aplicação e as transformações da vida da população” (MAIA ET AL, 2013, p. 160).

<sup>31</sup> Ver, por exemplo, o site [www.skyscraper.com](http://www.skyscraper.com), que disponibiliza projetos e empreendimentos imobiliários (futuros ou em andamento). Apesar do público formado por “curiosos”, as imobiliárias são visitantes constantes.

<sup>32</sup> Entorno social é a nomenclatura empregada pelo *city marketing* para classificar “o peso da pobreza” enquanto ambiente ou demanda insolvável para a “mercadoria” cidade (VAINER, 2009).

| Bairro   | Número de Imobiliárias | Nomes das Imobiliárias                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|----------|------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Catolé   | 04                     | Cipresa Empreendimentos<br>Campina Imóveis<br>Zelare Imóveis – Imobiliária em Campina Grande<br>Nova Casa Imobiliária                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Centro   | 25                     | Adiplan Paraíba<br>Agência de Negócios e Negócios Ltda.<br>Alcântara Escritório Imobiliário<br>Campina Escritório Imobiliário<br>Comércio de Marques de Almeida Ltda.<br>Dicê Rodrigues Negócios Imobiliários<br>Feitosa Consultoria Imobiliária<br>Feitosa Imóveis<br>Feitosa Imóveis<br>GM George Martins Promoções Imobiliárias Ltda.<br>Graciete Escritórios Imobiliários<br>Imobiliária Gomes Ltda.<br>Imobiliária Gomes Ltda.<br>Imobiliária Habitar<br>Imobiliária L S Ltda.<br>Lucena Imobiliária Construção e Comércio Ltda.<br>Lucena Imobiliária Construção e Comércio Ltda.<br>Luiz Santos Escritório Imobiliário<br>Mota Feitosa Cia. Ltda.<br>NR Escritório Imobiliário<br>Paraíba Const. e Empreendimentos Imobiliários<br>RETA IMOBILIÁRIA – <a href="http://www.retaimobiliariacg.com.br">www.retaimobiliariacg.com.br</a><br>Rosa Gabino Escritório Imobiliário<br>Vavá Administradora de Imóveis Ltda.<br>Vavá Imóveis |
| Prata    | 01                     | Imobiliária Souto Maior Ltda.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| São José | 01                     | Faustino Imóveis                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Cruzeiro | 03                     | Investlar Negócios imobiliário<br>Marco Rodrigues Imóveis<br>Marcos Rodrigues Corretor de Imóveis em Campina Grande e região                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

Tabela 01: Imobiliárias campinenses e distribuição por bairro em 2010.  
Fonte: Maia et al (2013)

soou a alguns entrevistados como um absurdo, não só pelas oportunidades de negócio oferecidas por Campina Grande como também pelo otimismo de mercado e recentes dinâmicas obtidas com a instalação de novos objetos espaciais em áreas antes estagnadas. São indústrias, lojas e serviços que se instalam em outros (ou novos) espaços da cidade e geram modificações/impactos em seu entorno, sem contar conjuntos habitacionais de casas ou apartamentos propiciados pelo financiamento do programa Minha Casa Minha Vida.

Por outro lado, tal otimismo se revela contraditório quando colocado em pauta os problemas urbanos. A questão da localização ainda conta como principal critério tomando por referência o Centro ou espaços de coesão de serviços (bairros como a Prata para serviços médico-hospitalares e laboratoriais ou Bodocongó para educação superior), mas questões de infraestrutura e expressões da questão social urbana exigem estratégias que envolvem também

as políticas sanitárias e sociais do poder local frente a tais realidades. A discrepância no valor dos terrenos e imóveis encontra uma influência significativa na escolha de projetos e diz respeito à questão da segurança. Morar em determinadas localidades, marcadas pelo tráfico de entorpecentes ou consideradas de baixo status, pode representar um leque de anseios quanto as possibilidades de busca pela segurança, de circuitos fechados de segurança composto por câmeras, até cercas elétricas, muros altos, grades afiadas<sup>33</sup>, cães de guarda e empresas privadas de segurança.

Em Campina Grande, tem se configurado dois processos que expressam o consumo seletivo dos espaços urbanos na cidade: o processo de verticalização e o estabelecimento de condomínios fechados nos limites da malha urbana. Ambos estão intimamente relacionados à especulação imobiliária, prática presente nos bairros campinenses em diferentes intensidades (terrenos “parados”, aluguéis acima da média, sem contar com a crescente quantidade de anúncios nos jornais, prédios recém-construídos e até programas na televisão). As classes sociais de maior renda usufruem do espaço urbano campinense em uma margem de escolha muito maior quando comparadas às classes sociais mais pobres que, em muitos casos, se limitam “ao que sobra da cidade”. Mesmo em bairros populares e essencialmente residenciais, as classes que os compõem manifestam as diferenças e desigualdades dentro de um mesmo bairro. Quando tal lógica é aplicada ao espaço urbano municipal como um todo, as classes que partilham o urbano em seus valores de uso e de troca utilizam-se das possibilidades ofertadas pelo *city marketing* e das promessas de status e melhoria de qualidade de vida entre aqueles que podem usufruir da cidade-mercadoria.

Tomando por exemplo o processo de verticalização de um dos bairros visitados, o Catolé, observa-se nas proximidades dos shopping centers e da rodoviária mais recente da cidade uma oferta considerável de apartamentos dos mais diferentes tipos e tamanhos, áreas de lazer inclusas no preço, conforto e sensação de segurança transmitida pelas guaritas, sensores de movimento, câmeras e controles de entrada e saída. Os valores do mercado imobiliário, mesmo variando com o tempo, com as injeções de capital em dados locais e melhorias promovidas pelo Estado (incluindo os recentes programas habitacionais que “tiraram muitos do aluguel”, mas também “fizeram a alegria” das construtoras envolvidas), impulsionam as relações entre capital imobiliário e Estado, como apontam Maia et al (2013, p. 152)

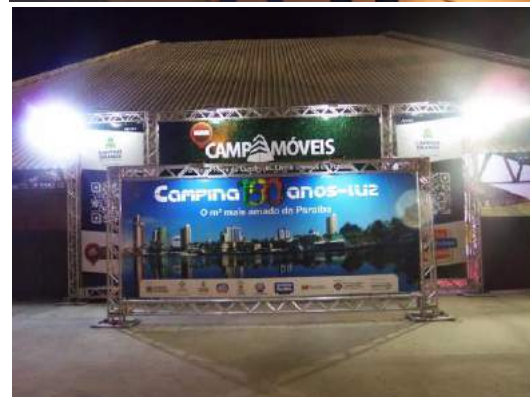
---

<sup>33</sup> Enquanto crescente artificialização do ambiente, tais aparatos se configuram enquanto próteses em um dado contexto que amplificam o poder de vigilância e a sensação de segurança por parte de seus usuários. Tal recurso técnico pode ser enquadrado naquilo que Santos (2008c) denominou de tecnosfera.

Atualmente, a atuação do mercado imobiliário tem se concentrado na construção de espaços fechados para moradia que ofereçam maior conforto e comodidade, sejam eles horizontais ou verticais. Tal atuação não se dá sem a conivência do Estado, que além de garantir a abertura de vias de acesso e a infraestrutura adequada, age também na remoção dos aglomerados não desejados, ou seja, as favelas. Assim, fortalece-se a concentração de capital, em especial o imobiliário, e aguça-se a segregação socioespacial. Considerar a importância da localização, entendida não apenas isoladamente, mas como produto de toda uma construção social, é de extrema necessidade para revelar a dinâmica do espaço urbano, questões, portanto, não apenas econômicas, mas também ideológicas.

Um conjunto de eventos que tem fortalecido a imagem de Campina Grande para os negócios imobiliários tem sido as feiras imobiliárias e feirões ocorridos no Parque do Povo, espaço público da cidade apropriado para diferentes eventos como o “Maior São João do Mundo”, encontros religiosos e festividades *indoor*; e no principal shopping center da cidade. Os estandes de imobiliárias, construtoras, indústrias e marcas de produtos no setor atraem a atenção de empresários do ramo e da população que procura oportunidades e promoções. As imagens de inovação, novidades, progresso e qualidade de vida são exaltadas enquanto discurso do setor imobiliário para promover a cidade e seus próprios interesses, obviamente (fotografias 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07).

Nessa experiência urbana hodierna, Campina Grande se apresenta enquanto cenário complexo, marcado por um modelo de desenvolvimento que agravou a desigualdade entre os agentes sociais e por uma expansão do ideário de “cidade à venda”. Certamente, pensar a cidade a partir das pessoas que nela habitam, ao invés do lucro dos empreendimentos, é um desafio constante para todo conjunto de habitantes e a dimensão geográfico-política pode trazer algumas respostas.



Fotografias 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07: Estandes e espaços da CampImóveis, edição de 2014.  
 Fonte: site do evento [www.campimoveis.com.br](http://www.campimoveis.com.br). Acesso em 15 nov. 2014.

## **CAPÍTULO 2 – AGENTES SOCIAIS CONSUMIDORES E (RE)PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO CAMPINENSE: os exercícios de poder e as lógicas/dinâmicas entre suas práticas**

Apresentado o contexto campinense recente à luz de seu desenvolvimento e de sua escolha pelo empresarialismo urbano, o segundo capítulo da pesquisa versa sobre as relações de poder entre alguns dos agentes que compõe a dinâmica da cidade nesse início de século. Em um primeiro momento a questão do poder será discutida em suas expressões geográficas. A relação espaço-poder-território, já bastante discutida em várias obras teórico-epistemológicas recentes, será aqui apresentada enquanto aporte para entender a cidade a partir de um prisma ou dimensão política. Certamente, não estamos excluindo outras perspectivas ou dimensões da realidade como a cultural, a social ou a econômica. A escolha política constrói a coerência da abordagem aqui pretendida na medida em que os diferentes agentes sociais do espaço urbano se relacionam a partir de relações conflituosas e intencionalidades diversas, traçando objetivos próprios e que demandam uma atenção do ponto de vista espacial/territorial na medida em que a espacialidade e a territorialidade se traduzem em expressões de suas ações e propostas para a cidade. Essa pauta, inclusive, é a discussão seguinte deste capítulo.

Dentre os agentes que atuam no urbano campinense, enfatizaremos nessa pesquisa, inicialmente, as ações do Estado, aqui compreendido e citado no decorrer da pesquisa enquanto escala de poder municipal. As ações estatais são expressas no espaço a partir das políticas públicas e investimentos na cidade e seus bairros. Como se tentará abordar nessas páginas, a lógica de tais práticas beneficia desigualmente a população atendendo alguns interesses ao preço de outros, contrariando uma possível neutralidade quanto às ações e justificativas para as mesmas.

Em seguida, os espaços políticos populares, aqui colocados a partir das representações de bairro, serão apresentados não só em suas representatividades, mas também em seus ativismos sociais urbanos. Como se verá, as representações de bairro têm se consubstanciado enquanto principal resposta da sociedade civil em relação ao Estado. O processo eleitoral, um dos exercícios dentre os direitos políticos de cidadania (e talvez o principal e mais conhecido em escala nacional), tem um peso considerável nas concepções de política carregadas entre a população campinense. Contudo, a abordagem das representações de bairro parte do cotidiano vivido dos moradores da cidade de maneira constante e não apenas no período de quatro anos quando se elegem prefeitos e vereadores. Tais ativismos comunitários carregam uma trajetória

de luta política e busca de melhorias quanto à qualidade de vida dos moradores campinenses. Durante muito tempo, como confirmado nas entrevistas realizadas, esses agentes urbanos foram negligenciados no contexto campinense de pesquisa, apesar do evidente potencial na chamada luta institucional<sup>34</sup>. As representações não só traduzem os anseios e reivindicações dos bairros, mas também buscam estratégias para continuarem atuando junto aos órgãos públicos e propondo alternativas sobre os rumos que a cidade está tomando. Datando de décadas, as representações de bairro visitadas compuseram capítulos importantes na produção do espaço urbano de cada bairro, bem como se consolidaram como força política resistente até os dias de hoje, apesar do avanço neoliberal urbano que limitou muitas de suas ações e minou seu campo de ação em comparação com outros tempos. A pesquisa não procura dicotomizar a relação Estado-representação de bairro, mas, como se viu em diferentes momentos, o tratamento com esses espaços políticos e suas relações com as gestões urbanas instaladas em Campina Grande nesses últimos 20 anos variaram sutil ou drasticamente, dependendo dos casos observados.

## **2.1 Considerações e relações entre poder(es) e suas expressões geográficas**

Ao se discutir a dimensão do poder, faz-se necessário antes de qualquer passo, contextualiza-lo e apresentá-lo dentro da “confusão pluralista” em que se encontra o termo. Do senso comum às correntes de pensamento e autores que se debruçaram sobre o tema, existem numerosas definições e usos (até imagens positivas ou negativas do mesmo, como aponta SOUZA, 2009a), isso sem contar os sinônimos com os quais essa palavra foi associada (dominação, potência, abuso, exploração, possibilidade de alcançar tal meta/objetivo). Faz-se necessário justificar tal discussão, sobretudo como uma forma de “quebrar tabus” e esclarecer as coisas: as práticas, lógicas e ordens, “mesmo” inseridas no contexto capitalista, estão impregnadas de relações de poder.

Como recurso didático-introdutório, o verbete poder é aqui concebido em dois dicionários, a começar pelos autores Bobbio; Matteucci; Pasquino (1993, p. 933), que assinalam o poder em seu dicionário sobre política

Em seu significado mais geral, a palavra Poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Se o entendermos em seu sentido especificamente social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade, o Poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceptual pode ir desde a capacidade geral de agir, até a capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: Poder do homem sobre o homem. O homem é não só sujeito mas também

---

<sup>34</sup> Uso de canais, instâncias e recursos do próprio Estado, com suas respectivas armadilhas (SOUZA, 2015).

objeto do Poder social. É poder social a capacidade que um pai tem para dar ordens aos seus filhos ou a capacidade de um Governo de dar ordens aos cidadãos.

Gregory et al (2009, p. 575) assim apresentam o termo poder no dicionário de geografia humana

A minimal definition of power would refer to the ability of one agent to affect the actions or attitudes of another. Like most concepts that are central to social science, the meanings, causes and effects of power are continually being re-assessed. One thing we know for sure is that it is trite to think of power only in negative terms. People both exercise power and are on the receiving end of power at different times every day, in all realms of life. More important than the fact that power is exercised is the way in which power is constructed and deployed.

A questão do poder não é recente: ela atravessa toda a tradição de grandes nomes do pensamento político (Aristóteles, Hobbes, Kant, Locke, Maquiavel, Marx, Montesquieu, Rousseau e Weber, entre outros) e até os antecede, se for considerada a análise proposta por Foucault enquanto problemática relacional (2009 e 2011, mas também RAFFESTIN, 1993) produto de uma relação desigual entre agentes. Acrescente-se a tais dimensões social e temporal a questão das escalas geográficas, que se traduzem em relações de poder entre países, cidades e membros de classes ou grupos sociais, cotidianamente. O exemplo da geopolítica se torna evidente quando tais discussões sobre o poder miravam no modelo do Estado-nação enquanto único detentor. A crítica a esse modelo (realizada por, entre outros, RAFFESTIN, 1993 e BECKER, 2008) insere novos agentes na discussão, como grupos e movimentos sociais, representações da sociedade civil, agentes do capital e as extremidades do poder de “p” minúsculo discutidas por Foucault (2009).

Uma contribuição sobre poder vem desse autor em seus estudos sobre a prisão, a clínica, a loucura, a sexualidade e a sociedade. Inicialmente, Foucault relaciona poder à força (2009, p. 175): “o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção ou reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força”. No primeiro volume de sua História da Sexualidade, a vontade de saber, o autor retoma a relação poder-força

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma o corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.

O autor expõe dois esquemas para a análise do poder (contrato-opressão e dominação-repressão) que podem ajudar na questão. Em seguida, desenvolve quatro preocupações metodológicas para uma análise do poder (FOUCAULT, 2009, p. 182-184):

- “captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e institucionais mais regionais e locais”;
- “estudar o poder onde sua intenção – se é que há uma intenção – está completamente investida em práticas reais e efetivas; estudá-lo em sua face externa, onde ele se relaciona direta e imediatamente com aquilo que podemos chamar de objeto, alvo ou campo”;
- “o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos”;
- “uma análise ascendente do poder: partir dos mecanismos infinitesimais que têm uma história, um caminho, técnicas e táticas e depois examinar como estes mecanismos de poder foram e são relacionados a mecanismos cada vez mais gerais”.

Fica visível nas preocupações do autor a variedade de poderes presente na sociedade, incluindo aqui a relação entre Poder (maiúsculo) das instituições sociais e o poder (minúsculo) presente em todas as relações desiguais. Como coloca Raffestin (1993) o poder é parte intrínseca de toda relação. Multidimensionalidade e imanência do poder em oposição à unidimensionalidade e à transcendência.

Há, nas discussões sobre o poder, divergências quanto às ênfases dadas pelos autores ou, ainda, pela filiação teórico-metodológica que exclui ou critica dada concepção de poder. Harvey (2011), por exemplo, aponta a relação entre capitalismo e poderes a partir de suas lógicas. Segundo o autor, há, de um lado, uma lógica territorial estatal envolvendo questões como a vontade popular e a esfera pública da vida. Do outro, uma lógica capitalista construída pelo acúmulo de poder oriundo das atividades lucrativas.

Ao abordar a questão do poder e traçar uma nova tipologia (poderes econômico, político e ideológico), Bobbio (2000, p. 161) expõe sua definição e exemplifica politicamente

o poder é definido ora como uma relação entre dois sujeitos, na qual um impõe ao outro a própria vontade, determinando-o seu, malgrado o comportamento: mas como o domínio sobre os homens não é geralmente fim em si mesmo, mas meio para se obter “alguma vantagem”, ou, mais exatamente, “os efeitos desejados”, de modo não distinto do domínio sobre a natureza, a definição de poder como tipo de relação entre sujeitos deve ser integrada à definição do poder como a posse dos meios (dos quais os dois principais são o domínio sobre os outros homens e o domínio sobre a natureza) que permitem obter, exatamente, “alguma vantagem”, ou os “efeitos desejados”. O poder político pertence à categoria do poder de um homem sobre outro homem (não do poder do homem sobre a natureza). Esta relação de poder é expressa de mil maneiras, nas quais se reconhecem expressões típicas da linguagem

política: como relação entre governantes e governados, entre soberano e súditos, entre Estado e cidadãos, entre comando e obediência etc.

Uma última reflexão sobre o poder parte de Bauman; Donskis (2014), ao contextualizar o poder no “espaço de fluxos”. Nas palavras dos autores, o poder é evasivo, móvel, difícil de localizar, apontar ou designar e, tem vários caminhos. É imune às regras estabelecidas no local e confinadas ao território – e formidavelmente resistente a todas as tentativas de controlar seus movimentos e tornar previsíveis suas próprias ações, ou suas reações às ações dos outros.

A inserção da discussão do poder na geografia perpassa obras sobre o tema, mas também traz a preocupação da produção científica dessa ciência que, no momento de sua institucionalização, estava fortemente vinculada às estruturas do poder, seja nas escolas geográficas nacionais, seja nos vínculos criados nas geografias dos professores e dos Estados-maiores (LACOSTE, 2010). Dentre os autores que discutiram a relação entre poder e geografia ou entre poder e espaço, destacam-se nessa pesquisa Claval (1979), Raffestin (1993) e Castro (2009). Começando pela primeira acepção, em sua obra Espaço e Poder, Claval (1979, p. 8) traça uma gênese

A reflexão sobre as relações entre o poder e o espaço é bem posterior à reflexão que precisou a noção do alcance das relações econômicas. Ela nasceu dos trabalhos contemporâneos sobre a informação e sobre a comunicação: não tem mais de 20 anos. Era estranha à geografia política de princípios do século e à sua variante aplicada, a geopolítica, cujas interpretações nazistas deixaram triste lembrança: por não se interessarem pelos processos elementares que estruturam os corpos sociais, essas disciplinas ofereciam explicações muito parciais da formação dos Estados, problema ao qual dedicavam o essencial de seus esforços.

Posteriormente, o autor reflete sobre a ação do poder sobre os outros

Poder alguma coisa é estar em condições de realizá-la. A análise do poder é, numa primeira acepção, a análise da gama das ações que se sabe praticar para modificar o meio, explorá-lo e dele tirar o necessário à vida. Poder não é apenas estar em condições de realizar por si mesmo as coisas, é também ser capaz de fazer com que sejam realizados por outros. Ao império direto sobre o mundo acrescenta-se assim um império sobre os outros. Nesse segundo sentido, o poder se traduz, nas relações, pelo aparecimento de assimetrias e desequilíbrios. (CLAVAL, 1979, p. 11).

Em seguida, no diálogo entre espaço e poder, o autor aponta que a intervenção ocorre das seguintes maneiras “1) é o apoio da vida e da atividade e intervém, então, pela extensão; 2) é obstáculo à vida de relação; 3) serve de base para a atividade simbólica.” (CLAVAL, 1979, p. 15). Ao analisar o poder puro (aquele baseado na assimetria entre os agentes de uma relação), Claval aponta que o exercício do mesmo exige uma organização particular do espaço baseada no controle do espaço: “só é possível nos limites de círculos onde todas as partes são igualmente acessíveis àquele que inspeciona e onde as aberturas estão guardadas, de tal modo

que os movimentos de entrada e saída são controlados e, se necessário, interditados” (CLAVAL, 1979, p. 23).

A segunda acepção sobre poder e geografia parte de Claude Raffestin, sobretudo a obra *Por uma geografia do poder*. Nela, o autor discute o poder a partir de dois autores principais: Foucault, em sua análise já comentada no primeiro livro da *História da Sexualidade*, e Lefebvre na obra *De l'État*, para assinalar como as assimetrias entre os agentes se expressam no espaço. Nas palavras do autor, “pode-se dizer que o poder, quanto aos meios mobilizados, é definido por uma combinação variável de energia e informação.” (RAFFESTIN, 1993, p. 55). Ao discutir o par relação-poder, o autor coloca que

O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder. [...] Toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Analisando o poder enquanto fundante do território, o geógrafo afirma que a produção territorial se inscreve no campo do poder de uma problemática relacional. Todos formam estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder. Ao tratar das quadriculas do poder, o autor relaciona espaço-tempo-poder sob uma dinâmica nas/para as relações de poder

O invólucro espaço-temporal no qual se originam as relações de poder é um todo. Assim, pois, o limite ou a fronteira não decorrem somente do espaço, mas também do tempo. De fato, a quadricula não é exclusivamente territorial, é também temporal, pois as atividades que são regulamentadas, organizadas e controladas se exprimem de uma só vez, no espaço e no tempo, num local e num momento dados, sobre uma certa extensão e por uma certa duração. Essa construção simultânea do espaço e do tempo tem sido muito esquecida ou, talvez, não evidenciada o bastante, resultando daí um tratamento formal dos limites. Assim, eles são abordados ligeiramente, por vezes sem rigor, e no entanto constituem uma das bases das práticas espaciais (RAFFESTIN, 1993, p. 169).

A terceira acepção parte de Castro (2009) quando a mesma relaciona poder e geografia política. Após discutir seu caráter polissêmico e apresentar diversas ideias de outros autores, a autora sintetiza a ideia de poder enquanto manifestação de uma possibilidade de dispor de um *instrumento* para se alcançar um fim (a vantagem ou o efeito desejado), mas a possibilidade de chegar a este fim supõe a existência de uma relação necessariamente assimétrica, ou seja, a possibilidade de que uma das partes disponha de mais meios ou de maior capacidade de obter o *efeito desejado* através da prerrogativa de aplicar algum tipo de sanção. Conclui-se que o poder se manifesta em situações relacionais assimétricas.

Relações de poder supõem assimetrias na posse de meios e nas estratégias para o seu exercício. E o território é tanto um meio como uma condição de possibilidade de algumas destas estratégias. Uma crítica importante refere-se à aceção de poder como substantivo, ou seja, alguma coisa que se possui. O poder é, na realidade, relacional, não deve ser confundido com influência e incorpora a capacidade de estabelecer *sanções*. Esses aspectos se refletem ora numa sociedade como um todo, ora no indivíduo ou grupo que a representa. Contudo, a complexidade inerente ao poder contém “mentalidades e formas de pensar” do grupo representado e do subgrupo/indivíduo representante, gerando muitas vezes um conflito de prioridades.

Ainda em sua discussão sobre o poder, a autora propõe três tipos de poder. O primeiro seria o poder *despótico* caracterizado pelo medo, coerção pela força, ameaça de destruição do outro, pela violência, pelo conflito de vontades, imposição e constrangimento. O segundo seria o poder da *autoridade* na qual reside a mediação de uma lei, a tradição, o carisma e o consentimento social<sup>35</sup>. Por fim, o terceiro tipo é o poder *político*, que representa um “meio termo” entre os elementos dos tipos anteriores<sup>36</sup>. Como instância, o poder político

Tem capacidade de abrir e de construir um verdadeiro espaço público, um lugar de deliberação mais ou menos grande e transparente; ele se exerce sem a justificação de uma superioridade essencial, mas pelo consentimento coletivo mínimo (sem o qual ele tende a dissolver) e visa a um certo bem comum e não ao único bem privado daquele que o exerce (CASTRO, 2009, p. 104).

A diferenciação dos poderes se dá no modelo ideal de cada um: no despótico, pelo bem privado daquele que o exerce; na autoridade, pelo bem daquele que é o objeto da ação; no poder político, pelo bem comum. Essas variações de e entre o(s) poder(es) também repercute geograficamente traduzindo-se na natureza de diferentes territórios. Delimitando a escala geográfica dessa relação entre espaço e poder (cuja territorialidade é a expressão dos processos decorrentes) à escala local e aplicando ao contexto urbano, tem-se no campo das políticas públicas urbanas um rico campo de discussão, também sob uma abordagem geográfica. Contextualizando o poder local e apresentando as possibilidades e paradigmas de tal questão, Pontes (2010, p. 121-122) se posiciona

Na década de 1990, o Poder Local ganhou um novo enfoque, sendo associado, tanto com a sede político-administrativa do governo municipal, quanto com formas de organização e participação popular, organizadas por redes sociais, englobando, tanto a dimensão social, quanto a esfera geográfica-espacial. O Poder Local, assim

<sup>35</sup> A respeito da autoridade, Sennet (2001, p. 33) afirma: “Pode-se dizer da autoridade, no sentido mais geral, que ela é uma tentativa de interpretar as condições de poder, de dar sentido às condições de controle e influência, definindo uma imagem de força”.

<sup>36</sup> “a terceira forma é a do poder político, que compreende, em sentido amplo, tanto a possibilidade de coerção, típica do poder despótico, quanto a autoridade de fundamento legal. Ambos constituem os dois pólos opostos e extremos contidos nesta modalidade (CASTRO, 2009, p. 104).

concebido, pode envolver, tanto a esfera do município, como a de uma região, assim como, pode abarcar uma dimensão mais reduzida, um bairro ou vila. Além disso, o seu conteúdo possui um enfoque mais social, em relação ao governo local, que possui um caráter mais vinculado ao direito administrativo ou constitucional. Desse modo, o Poder Local emerge como uma interação entre redes sociais e instituições locais, estado e sociedade civil, fomentando novas formas sociais de representação e negociação dos interesses das comunidades locais. A intenção é desenvolver no município uma coalizão de forças estatais e da sociedade civil para implementar uma gestão compartilhada, na qual as decisões acerca dos problemas locais sejam articulados, tanto por membros do governo local, quanto por elementos da sociedade civil.

Enquanto relações sociais desiguais que atuam nos espaços e territórios, o poder é exercido tanto material como imaterialmente a partir dos instrumentos, práticas e técnicas que utilizam uma dimensão geográfica junto às relações sociais e temporalidades, outras dimensões que formam um contexto, em uma dialética socioespacial.

As relações entre espaço e poder, com suas respectivas reações ou resistências<sup>37</sup>, têm sido objeto de reflexão de pesquisadores que se debruçaram sobre a questão do território. Território, territorialidade, territorialização, reterritorialização e outros conceitos importantes relacionados à pesquisa geográfica atuam e funcionam enquanto apreensões de vários contextos sociais. Contudo, assim como o espaço é multidimensional, o território (que é uma de suas dimensões) também abrange perspectivas e tipologias, ora complementares, ora exclusivas de determinada dimensão.

É importante justificar que tais discussões teóricas se trataram de escolhas metodológicas para a pesquisa sobre Campina Grande. Explorar uma perspectiva específica de qualquer categoria sempre será uma prática limitante, mas nem por isso desnecessária. Primeiro, porque as teorias, enquanto partes importantes do processo de produção do conhecimento, acompanham mudanças e possuem uma história. Segundo, porque ao não privilegiar uma perspectiva dimensional/conceitual, as ideias correm o risco de ficarem vagas ou soltas, fugindo a visão do pesquisador e dos seus objetivos no decorrer de sua produção escrita. O que se discute aqui sobre espaço e território (e seus conceitos-manifestações derivadas, como espacialidade e territorialidade) diz respeito ao que é necessário à pesquisa em pauta, tendo consciência de que há um conjunto de ênfases dadas pelos autores sobre tal questão.

Há aqueles que discutem a relação entre o território-rede e o território zonal, ou as dimensões que o território abrange (jurídico-político, econômico, cultural, naturalista) e uma

---

<sup>37</sup> A concepção de resistência aqui é elencada consiste na interpretação proposta por Ribeiro (2015, p. 172), enquanto “parte das fissuras e intrínseca à relação de poder, é uma prática socioespacial permanente da cidade capitalista”.

visão integradora dessas dimensões, há também a oposição entre um território material e um território imaterial ou, ainda, os usos do território e sua discussão frente à escala. Para os interessados em tais discussões, consultar, por exemplo, as obras de Milton Santos, Marcelo Lopes de Souza, Iná Elias de Castro, Claude Raffestin, só para ficar em alguns autores. Neste grupo, Santos se diferencia exatamente por trabalhar com o conceito de território usado como sinônimo de espaço geográfico, dentro do que ele delimita de configuração territorial

A configuração territorial é o território mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem. [...] Seja qual for o país e o estágio do seu desenvolvimento, há sempre nele uma configuração territorial formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas, arranjadas em sistema, que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país (SANTOS, 2008b, p. 83-84).

A perspectiva aqui adotada para o território parte de sua tradição jurídico-política, mas reconhecendo a existência e relevância de outras interpretações, evitando a perigosa separação dimensional<sup>38</sup>. Tal escolha não só diz respeito à proposta de uma geografia urbana de viés político, como também aborda a questão das intencionalidades e dos conflitos no espaço geográfico, no qual o território se encaixa. Tal dimensão espacial da sociedade não pode ser vista como algo neutro ou imparcial. Na opinião de Lefebvre (2008, p. 53), o espaço, que há muito deixou de ser neutro,

depende de interesses divergentes e de grupos diversos que, no entanto, encontram uma unidade no Estado. Ele depende de uma encomenda e de uma demanda que podem não ter nenhuma relação e que, contudo, encontram um denominador comum sob a predominância deste ou daquele interesse.

O espaço revela-se pela contradição, pelo conflito e pelas ações e seus objetos em uma sociedade capitalista desigual e complexa, de tal forma que se a geografia quer dar uma real contribuição ao debate, uma de suas alternativas reside na questão política, como anteriormente colocada, perspectiva fortemente debatida no território. Souza (2008, p. 96) o define enquanto “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Em sua crítica à concepção de Raffestin<sup>39</sup>, o autor (SOUZA, 2008, p. 97) complementa que o território é “um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”. A respeito desse campo de forças, as relações de

---

<sup>38</sup> Como alerta Souza (2009a, p. 60), “em meio a relações sociais complexas, uma *dimensão* pode aparecer, histórico-culturalmente, como a mais importante, o que não significa que ela seja a única relevante”.

<sup>39</sup> Que em uma obra concebeu o território como uma humanização de um espaço físico/natural (RAFFESTIN, 1993).

poder se manifestam implícita e explicitamente, tendo no território sua expressão espacial (SOUZA, 2008).

A respeito dos usos do território, as contribuições de Santos ora enfatizam os laços entre a população e sua identidade (lembrando um pouco a tradição geográfica política de Ratzel que falava da relação entre povo e solo), ora do território usado pelos agentes sociais que atuam em diferentes escalas. A respeito da primeira perspectiva, Santos (2009b, p. 96) destaca que

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi

Quanto aos usos do território, a ênfase econômica dialoga com a questão política seja pela questão normativa, seja pela preocupação com a cidadania. Segundo Santos e Silveira (2005, p. 21)

O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico.

Sobre a multidimensionalidade territorial, Souza (2009a, p. 59) enfatiza sua opção metodológica, mas não exclui as demais.

O que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam “contemplados” ao se lidar o conceito de território.

Mediante essas apreensões, o território visto como parte do espaço geográfico, também se torna multifacetado e/ou multidimensional, na medida em que o mesmo retoma as concepções não só de seus constituintes, mas do próprio pesquisador que o utiliza como maneira de apreender a realidade em dado contexto<sup>40</sup>.

O estudo do território e seu uso enquanto estratégia de apreensão da realidade social sugere uma perspectiva que aborde poderes e práticas espaciais cotidianas, bem como suas práticas de territorializar. Em sua análise sobre o processo de urbanização e a cidade

---

<sup>40</sup> Um exemplo disso se dá no que Harvey (2011) denomina de lógica territorial: ao abordar os poderes no sistema capitalista, essa lógica é enfatizada pelo autor em seu cunho estatal. Não que o território ainda seja sinônimo de Estado-nação unicamente, ou mesmo que o autor creia nisso, mas há uma ênfase ao Estado e seu aparelho nos escritos do autor.

comercializada, Silva (2008, p. 142-143) aponta, a partir das diferenças entre os territórios e seus serviços, que

o chão da cidade é negociado com uma tabela de preços regulada por um complexo e variado sistema de bolsas, tendo inclusive a do mercado imobiliário, que associa todas as vantagens inerentes a cada pedaço da cidade, ocasionando a oscilação do preço, conforme as mais diversas combinações. Da cidade também é exigida sua sustentabilidade, e a capacidade de autogestão, tornando-a ainda mais atraente e competitiva. [...] A cidade em seu processo histórico tem sido analisada como instrumento e produto do desenvolvimento econômico e social. Hoje, essa instrumentalização faz-se claramente a serviço da expansão da forma ultraliberal do capitalismo, que subentende o atual processo de globalização.

Em busca de um diálogo com a totalidade e a complexidade dos processos presentes no cotidiano vigente, uma análise do poder e do território não devem se esgotar em si mesmas: antes devem se constituir enquanto instrumentos de apreensão de realidade como categorias que são, bem como o cuidado de contextualiza-la junto aos modelos explicativos ou correntes de pensamento que reflitam o momento e sua espacialidade cotidiana/atual.

Sendo a política uma dimensão da sociedade discutida por várias outras ciências (sociologia, história, antropologia, ciência política, entre outras) e também um processo que acompanha a humanidade desde os seus primórdios, tem-se no território a arena das relações de poder e dos conflitos que se materializam espacialmente a partir dos usos (e abusos) nas estratégias dos atores com os espaços de seus interesses<sup>41</sup>. Sendo ordem, dominação, conflito e poder questões frequentemente associadas ao conceito geográfico de território, é importante esclarecer qual território está sendo posto em pauta, mas também como tal categoria de análise dialoga com outras, a exemplo do espaço e da escala.

O estudo do território e seu uso enquanto estratégia de apreensão da realidade social sugere uma perspectiva que aborde poderes e práticas espaciais cotidianas, envolvendo agentes diversos e implicando em um contexto conflituoso na cidade de Campina Grande. As relações de poder entre os agentes que (re)produzem a cidade e o urbano campinenses manifestam um conjunto de objetivos e metas quanto aos usos e apropriações dos espaços dos bairros. Tais exercícios e instrumentos de poder se manifestam nas práticas e nos meios institucionais, sobretudo aos posicionamentos que os agentes assumem no cotidiano da cidade e aos rumos que a mesma tem seguido. Pensar as escalas de poderes, entre a macro e a microfísica Foucaultianas, entre o Poder e o poder em seus capilares mais longínquos, pode resultar em um primeiro esforço de reflexão para a compreensão da relação cidade-bairros.

---

<sup>41</sup> “O território deve ser, portanto visto como continente de um sistema de interesses, na maioria das vezes conflitantes, que são os fundamentos da necessidade da política e das suas instituições para o controle dos conflitos” (CASTRO, 2009, p. 40).

## 2.2 Agentes sociais no espaço urbano: intencionalidades, relações e conflitos

No pensamento sobre as cidades na contemporaneidade, a participação dos agentes sociais tem sido discutida, além das práticas de produção de seus espaços, estes materiais e reais. Como lembra Corrêa (2011, p. 43),

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade.

Em concordância com o autor supracitado, Carlos (2011) aborda as práticas de produção e reprodução do espaço na ordem hodierna enfatizando três agentes: o Estado, o capital e os sujeitos sociais, em realização da vida no espaço banal<sup>42</sup>. A relação entre esses agentes se mostra conflituosa a partir das contradições que suas lógicas e intencionalidades possuem.<sup>43</sup> A construção do espaço urbano enquanto processo se deu a partir de um ritmo que os grupos sociais impuseram à cidade em suas ações. Segundo Lefebvre (2006, p. 57-58)

Na luz um pouco instável fornecida por crises múltiplas e emaranhadas (entre as quais a da cidade e do urbano), entre as fissuras de uma “realidade” que muito frequentemente é considerada cheia como um ovo ou como uma página inteiramente escrita, a análise pode agora perceber por que e como processos globais (econômicos, sociais, políticos, culturais) modelaram o espaço urbano e modelaram a cidade, sem que a ação criadora decorra imediata e dedutivamente desses processos. Com efeito, se eles influenciaram os tempos e os espaços urbanos, eles o fizeram permitindo que grupos aí se introduzissem, que se encarregaram deles, que se apropriaram deles; e isto inventando, esculpindo o espaço (para empregar uma metáfora), atribuindo-se ritmos. Tais grupos igualmente inovaram no modo de viver, de ter uma família, de criar e educar as crianças, de deixar um lugar mais ou menos grande às mulheres, de utilizar ou transmitir a realidade urbana, não sem tirar dela suas motivações. A cidade foi ao mesmo tempo o local e o meio, o teatro e arena dessas interações complexas.

Santos (2008c) destaca a importância do espaço no estudo da cidade e do urbano, visto que se o espaço é uma categoria histórica e dinâmica, a cidade é, ao mesmo tempo uma região e um lugar, “porque ela é uma totalidade; e suas partes dispõem de um movimento combinado, segundo uma lei própria, que é a lei do organismo urbano, com o qual se confunde”. Ainda sobre leis, tempos e espaços, o autor expõe, a partir da ideia de dinâmica,

---

<sup>42</sup> Segundo Santos (2009b, p. 108-109), o espaço banal “seria o espaço de todos: empresas, instituições, pessoas; o espaço das vivências”. Pode-se pensar o espaço banal como uma dimensão espacial do cotidiano.

<sup>43</sup> Sobre os investimentos e contradições envolvendo o espaço e seus usos pelo capital, Harvey (2013a, p. 22) comenta à luz do desenvolvimento geográfico desigual, que “o espaço e o desenvolvimento geográfico desigual foram produzidos através de investimentos de capital de longo prazo e, em geral, com financiamento da dívida, incorporados na terra (por exemplo, redes de transporte e comunicações e áreas construídas)”.

que “na verdade, há leis que se sucedem, denotando tempo que passa e mudando as denominações desse verdadeiro espaço-tempo que é a cidade. É através desses dois dados que vamos unir cidade e urbano”. A desigualdade e o dinamismo também são lembrados por Corrêa (2010, p. 148-149), ao abordar a cidade capitalista

O espaço urbano capitalista é profundamente desigual: a desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista, refletindo de um lado, a desigualdade social expressa no acesso desigual aos recursos básicos da vida e, de outro, as diferenças locais das diversas atividades que se realizam na cidade. Ressalte-se que por ser reflexo social e porque a sociedade apresenta dinamismo, o espaço urbano é também mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e naturezas diferenciados. Mas é preciso considerar que a cada transformação o espaço urbano se mantém desigual, ainda que as formas espaciais e o arranjo delas tenham sido alterados. Mantém-se, ainda, fragmentado e articulado.

Mediante a necessidade de resposta às lógicas do capital, a cidade também pode compor seus espaços de resistência às racionalidades que lhe são predatórias. Santos (2008c, p. 74), por exemplo, aborda a questão

Mas a cidade como um todo resiste à difusão dessa racionalidade triunfante graças, exatamente, ao *meio ambiente construído*, que é um retrato da diversidade das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais. À cidade informada e às vias de transporte e comunicação, aos espaços inteligentes que sustentam as atividades exigentes de infraestruturas e sequiosas de rápida mobilização opõe-se a maior parte da aglomeração, onde os tempos são lentos, adaptados às infraestruturas incompletas ou herdadas do passado, aqueles espaços opacos que aparecem também como zonas de resistência.

De acordo com Carlos (2006), a cidade tem se constituído em uma mercadoria nos processos de produção e reprodução no capitalismo, com a relação entre o mundo e o indivíduo<sup>44</sup> sendo mediada pela propriedade privada. Nas palavras da autora, tal processo tem sido responsável pela chamada “crise urbana” e seus rebatimentos no cotidiano cidadão.

O espaço urbano capturado pelo novo dinamismo do mercado que se impõe direcionando o processo de reprodução do espaço, enquanto discurso técnico e racional, produz a metrópole mundial em função do desenvolvimento das necessidades da acumulação que esclarece no processo de alienação presente nos interstícios do processo de reprodução da cidade: o cidadão preso ao universo do consumo, submetido às relações que se estabelecem a partir daí, pela extensão do mundo da mercadoria, vive a condição das “separações” – na queda dos referenciais (construídos no espaço através do uso, como pilares de sustentação da vida que produz a identidade vivida), nas interdições de uso, nos limites ao corpo, na construção de uma morfologia urbana sempre cambiante (CARLOS, 2006, p. 50).

Para abordar a cidade, se faz necessário contextualizá-la junto ao contexto capitalista em que a mesma se encontra, com seus espaços e territórios. Tais geografias são construídas

---

<sup>44</sup> “O objeto produzido – a cidade – passa a ser percebido como estranhamento – que é o modo como a produção alienada da cidade aparece ao sujeito que habita” (CARLOS, 2006, p. 52).

por diferentes agentes sociais. Corrêa (2011, p. 43-45), ao retomar a questão dos agentes sociais<sup>45</sup>, contextualiza-os no sistema capitalista quanto às suas estratégias e práticas

Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Refletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. E são os agentes que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano. Afirma-se que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento. [...] A terra urbana pode ser objeto de interesse de promotores imobiliários, de empresas industriais, do Estado e de outros agentes. Práticas espaciais como a esterilização da terra, fragmentação e remembramento, assim como loteamentos descontínuos na periferia, podem ser comuns a diferentes agentes sociais. O espaço produzido refletirá essas estratégias e práticas espaciais.

Tais estratégias e práticas se relacionam à questão das legislações, seja se enquadrando nelas, estando à margem ou se aproveitando de suas brechas. Entre a lei autonomamente determinada e a lei sobreposta do aparato estatal, Mészáros (2015, p. 19) lembra que

A oposição real, que deve ser veemente afirmada, é entre a lei *autonomamente determinada* pelos indivíduos livremente associados em todos os níveis de suas vidas, desde suas atividades produtivas mais imediatas até as mais altas exigências regulatórias de seus processos de tomada de decisões sociais e culturais globais, por um lado, e a lei *sobreposta* acima deles, por outro lado, através da *codificação apologética* da relação de forças estabelecida por um órgão independente, por mais “democrático” que esse órgão seja no *sentido formal de legitimação do Estado*. (grifo do autor)

No contexto da legislação urbana brasileira, as discussões apontam rumos sobre o Estatuto da Cidade, os planos diretores, suas possibilidades, limites e críticas. Iniciando pelas possibilidades, Silva (2010, p. 197) comenta que

Nesse contexto, a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) significou marco importante para gestão urbana no sentido de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais (inclusive) da propriedade, por intermédio do Plano Diretor e garantir o bem-estar nos municípios segundo os preceitos da justiça social: distribuição equitativa dos ganhos e perdas advindos do processo de produção dos espaços público-privados; sustentabilidade ambiental; acesso à utilização dos serviços e equipamentos públicos de qualidade; gestão democrática e participação social na definição, implementação e controle das políticas públicas. Para os geógrafos preocupados com a produção de cidades democráticas e acessíveis, o Estatuto da Cidade abre múltiplas possibilidades.

Sobre os planos diretores, o autor aponta que os mesmos devem ser instrumentos integradores de políticas municipais, portanto, o governo deve optar pela incorporação dos princípios e objetivos dos planos setoriais, construídos coletivamente nas diferentes dimensões, integrando saúde, educação e meio ambiente. Um plano diretor elaborado de forma democrática, com a devida participação popular, identifica e define prioridades, promovendo e garantindo o direito à cidade. Deve, assim, considerar os conflitos entre as

---

<sup>45</sup> O referido autor já tinha abordado tais agentes e suas práticas em obra de 1993.

diferentes camadas sociais, dar voz à população e reconhece-la como sujeitos de sua própria urbanidade. No que se refere às visões críticas sobre os planos diretores, Maricato (2009) traz algumas provocações afirmando que a temática retorna na Constituição de 1988, estabelecendo a obrigatoriedade de sua execução em todas as cidades com mais de 20.000 habitantes, restabelecendo seu prestígio e fortalecendo o pensamento, comum na grande mídia, de que nossas cidades são um caos porque não têm planejamento urbano, o que não é verdade. Em obra posterior, a autora traz à tona as lógicas por trás de tais legislações, enfatizando os agentes e seus objetivos, traduzindo a legislação urbana enquanto produto social não-neutro

Não há que se criar ilusões sobre o Plano Diretor instituído por lei municipal. Sua elaboração permite aos participantes conhecer a cidade, entender as forças que a controlam. Seu processo participativo permite incorporar sujeitos ao processo político e ao controle – sempre relativo – sobre a administração e as câmaras municipais. Mas é preciso não perder de vista a natureza do poder municipal, que tem a especulação imobiliária (nem sempre capital, mas patrimônio) entre suas maiores forças. Há uma distância imensa entre discurso e prática entre nós. Invariavelmente os textos dos Planos Diretores são sempre muito bem-intencionados, afirmam uma cidade para todos, sustentável e democrática. A implementação do Plano, entretanto, tende a seguir a tradição: o que favorece a alguns é realizado, o que os contraria, é ignorado (MARICATO, 2012, p. 96).

Autores como Ferreira (2010, p. 200) apontam para brechas neoliberais dentro do próprio Estatuto da Cidade. Segundo o autor,

Os instrumentos do “urbanismo de mercado” se sobrepuseram aos do Estatuto da Cidade, quando não os confundiram. De fato, os setores ligados ao mercado conseguiram inserir no Estatuto um instrumento que, mesmo travestido de “interesse social”, nada mais era do que uma ferramenta de valorização imobiliária.

Com isso, tem-se a caracterização do contexto dicotômico atual do urbano brasileiro. Continua o autor afirmando que de um lado, os avanços da Constituição e do Estatuto da Cidade aparentam ter trazido a esperança de uma transformação possível rumo à construção de cidades democráticas, e por isso amplas camadas especializadas, da academia e das administrações, alinhadas na defesa da reforma urbana, depositam nos “instrumentos urbanísticos” uma crença de transformação que às vezes beira a supervalorização. De outro lado, o “urbanismo de mercado” e sua roupagem “democrática” dão a impressão de que podemos ter cidades “arrojadas” comparáveis às do Primeiro Mundo, depois de décadas de práticas neoliberais, a partir de uma reestruturação produtiva.

### **2.3 Ações do Estado/poder público municipal: neutralidade nas políticas públicas e nos investimentos?**

Em seus escritos sobre gestão e planejamento urbano, o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2006a, 2008 e 2010a) aborda a questão do Estado a partir das perspectivas de ação direta e luta institucional. Em artigo que aborda a questão do Estado (SOUZA, 2010c), este se apresenta de maneiras diferentes de acordo com a postura adotada por um movimento social, por exemplo. Com o Estado, contra o Estado e apesar do Estado são concepções de suma importância, mesmo quando combatido, enquanto agente presente no urbano. Afinal, ele ainda é o principal responsável pelas políticas públicas, pela execução da política urbana (e sua legislação inerente) e pela “manutenção da ordem”, guardadas as devidas reflexões sobre o que se entende por ordem e/ou qual ordem está em jogo.

Para a empreitada de se discutir as políticas públicas e os investimentos que a cidade de Campina Grande/PB vem passando nesses últimos tempos, é válido destacar qual concepção de Estado permeia a pesquisa, afinal, ele atua como principal agente nos termos de criar, exercer, fiscalizar, aplicar e garantir a lei, mediante seus poderes constituintes. O Estado aqui pode ser entendido como um agente mediador de conflitos e interesses, mas também fortemente influenciado por frações da classe hegemônica<sup>46</sup>. A concepção ampliada de Estado proposta por Gramsci (2002) supõe a relação e a participação da sociedade civil e dinâmicas relacionadas à disputa pelo poder, por exemplo, a partir da construção de consensos, pelo qual classes e grupos impõe sua hegemonia. Tal concepção está intimamente relacionada a ideia de luta institucional como proposta por Souza (2010c), a partir do uso de canais, instâncias e recursos estatais, como conselhos gestores, orçamentos participativos e fundos públicos. Associando as ações do Estado às dinâmicas do capitalismo, Harvey (2006, p. 85), embasado na tradição marxista, elenca algumas funções dessa instituição social

Os indivíduos todos em busca dos seus interesses privados, não podem levar em consideração “o interesse comum”, mesmo o da classe capitalista, em suas ações. Portanto, o Estado capitalista também tem de funcionar como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos da produção, da circulação e da troca. Ele desempenha um papel importante na regulação da competição, na regulação da exploração do trabalho (por meio, por exemplo, da legislação do salário mínimo e da quantidade máxima de horas de trabalho) e, geralmente, estabelecendo um piso sob os processos de exploração e acumulação capitalista. O Estado também deve desempenhar papel importante no provimento de “bens públicos” e infraestruturas sociais e fiscais; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro. Além disso, o Estado, inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro. Em todos esses aspectos, a intervenção do Estado é necessária, pois um sistema com base no interesse próprio e na competição não é capaz de expressar o interesse de classe coletivo.

---

<sup>46</sup> Como bem lembra Coutinho (2008a, p. 122), aportado nas ideias de Gramsci, “pode-se falar de hegemonia de uma fração da classe dominante sobre as outras frações, mas não do conjunto dessa classe sobre o conjunto das classes subalternas”.

Ao adentrar no contexto brasileiro, Coutinho (2008a, p. 126-127) assim sintetiza o caráter privativo do Estado, bem como sua dimensão pública,

O Estado brasileiro foi sempre dominado por interesses privados. Decerto, isso caracteriza o Estado capitalista em geral, não sendo uma singularidade de nossa formação estatal; mas este privatismo assumiu aqui traços bem mais acentuados do que em outros países capitalistas. Sempre que há uma dominação burguesa com hegemonia, o que ocorre nos regimes liberal-democráticos, isso implica a necessidade de concessões da classe dominante às classes subalternas, dos governantes aos governados. E, portanto, nesses casos, o Estado – ainda que, em última instância, defenda interesses privados – tem de ter também uma dimensão pública, já que é preciso satisfazer demandas das classes trabalhadoras para que possa haver o consenso necessário à sua legitimação.

Nos últimos anos, tal Estado vem sendo questionado, sobretudo pelos setores conservadores da sociedade, tendo como principal argumento de seus críticos a ineficácia frente aos problemas que atingem a sociedade, a defasagem de seu aparelho burocrático corporativo e a corrupção. Contudo, um cuidado que se deve ter com relação à temática diz respeito ao fim ou gradativa diminuição da intervenção/regulação estatal, e não do Estado em si. Como bem lembrou Santos (2008a), o Estado ainda é necessário ao sistema na difusão e sucesso de inovações, nas garantias de lucro ligados a investimentos e a construção de uma ideologia que legitime a lógica do capital e sua atuação no território.

Mediante o exposto, o Estado encontra suas bases em séculos passados enquanto aliado aos interesses e poder de parte da classe hegemônica, mas também em uma forma de governo atualizada aos interesses contemporâneos, dinâmicos e neoliberais vigentes. O Estado que o ideário neoliberal aponta “em crise” diz respeito, muitas vezes, aos modelos baseados no *Welfare State* dos países de capitalismo avançado. Curiosamente, as crises recentes do capitalismo recolocaram o Estado no centro das discussões, como aponta Mészáros (2015, p. 59), seja pela necessidade de leis ou controle a partir das mesmas, seja pela violência inerente à própria ordem do capital na manutenção do *status quo*

Em nossas sociedades, a base casualmente determinante da violência é a ordem sociometabólica do *próprio sistema do capital*. O estado, com certeza, é *parte integrante* desse sistema como um modo de controle sociometabólico, e funciona como o agente ativo tanto da *lei do Estado* como da *ilegalidade do Estado* a serviço da manutenção geral da ordem sociometabólica estabelecida. A responsabilidade do Estado pela promoção e pelo cumprimento dos *imperativos objetivos* do sistema do capital é *colossal*, mas de modo algum *exclusiva*. Essa qualificação é necessária não para isentar o Estado de sua responsabilidade, mas, ao contrário, justamente para possibilitar uma crítica genuína e historicamente sustentável do Estado. (grifos do autor)

Ao se pensar o caso brasileiro, tal “crise” enfatizou questões e interesses à custa de outros, ferindo direitos e necessidades básicas que deveriam ser providas pelo mesmo à sua população: tal instituição social buscou se modernizar a partir das novas dinâmicas do capital,

por conseguinte, ainda exercendo papel importantíssimo no cotidiano brasileiro. Contudo, há de se fazer uma ressalva sobre sua espacialização, lembrando que, enquanto processos sociais, as ações do Estado e de outros agentes possuem uma dimensão claramente espacial e, mediante o prisma das relações de poder, também territorial. A situação é exemplificada pelo direito à cidade, por sinal, um dos mais atacados pelo pensamento neoliberal, Harvey (2014, p. 28) o caracteriza

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades, como pretendo argumentar, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados.

Tendo como exemplo desse modelo recente as parcerias público-privadas, o Estado se alia ao mercado, negligenciando muitas das necessidades e questões ligadas à sociedade civil, apresentando-se como mínimo ou máximo de acordo com a pauta dos agentes que nele entram em conflito pelo lucro ou pelo bem-estar coletivo-social (máximo para o capital, mínimo para o mundo do trabalho como elucidou SADER, 1999). O ideário do mercado encontra no Estado uma função legitimadora de tal proceder e, segundo Oliveira (2007, p. 174),

As cidades passam a valer pelo que apresentam no presente como atributos de uma grande mercadoria. Nesse quadro, confunde-se o cidadão com o consumidor, o cliente, o usuário de bens e serviços de proteção ao crédito e códigos de consumidores, criando necessidades e determinando possibilidades. Esses efeitos atingem hoje, indistintamente, cidades de países ricos e pobres, tendo em vista a dinâmica das redes mundiais, que pressupõe um duplo movimento: o da circulação de mercadorias, investimentos e informações numa escala planetária e o da sua (re)produção pela (re)modelação das cidades, em nível local.

O Estado é emergido das relações de produção e moldado pela sociedade no capitalismo e seus conflitos entre as classes. A partir desses conflitos, interesses de uma parcela da sociedade têm no Estado um aporte teórico e tais objetivos devem ser seguidos, alcançados, respeitados e defendidos. Desse conflito emergem as ideias ou ideologias, com seus respectivos questionamentos relacionados às ordens e lógicas praticadas<sup>47</sup>: afinal quem definiria a ordem e o caos? Em uma sociedade capitalista, as classes dominantes exercem

---

<sup>47</sup> “Uma elaboração intelectual sobre a realidade, feita pelos pensadores ou intelectuais da sociedade que descrevem e explicam o mundo a partir do ponto de vista da classe dominante de sua sociedade. [...] A função principal da ideologia é ocultar e dissimular as divisões sociais e políticas, dar-lhes a aparência de indivisão” (CHAUÍ, 1999, p. 174).

tamanha influência sobre o Estado que chegam a “ditar suas regras”<sup>48</sup>. Quando, por exemplo, a classe trabalhadora “ganha” as ruas em manifestações, greves ou protestos, os “olhos” do Estado se encontram vigilantes a defender os direitos (de quem?), incluindo a proteção e vigência da ordem<sup>49</sup>, mesmo que as reações dos aparatos repressores ajam, em alguns casos, sob a premissa de estado de exceção (AGAMBEN, 2014). Sobre os direitos da classe operária, Lefebvre (2006, p. 138-139) lembra que

Em condições difíceis, no seio dessa sociedade que não pode opor-se completamente a eles e que no entanto lhes barra a passagem, certos direitos abrem caminho, direitos que definem a civilização (*na*, porém frequentemente *contra* a sociedade – *pela*, porém frequentemente *contra* a “cultura”). Esses direitos mal reconhecidos tornam-se pouco a pouco costumeiros antes de se inscreverem nos códigos formalizados. Mudariam a realidade se entrassem para a prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida. Entre esses direitos em formação figura o *direito à cidade* (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o *uso* pleno e inteiro desses momentos e locais etc.). A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) e por conseguinte se inscrevem nas perspectivas da revolução sob a hegemonia da classe operária.

Nesse contexto, as ações incluem uma das mais comuns relações entre o Estado e o povo: a relação entre autoridade e repressão. O papel da autoridade sempre manifestou um sentido de controle. Tal repressão não aparece exclusivamente nas ações – muitas vezes violentas – da polícia e forças armadas em geral: há uma representação de poder do Estado também em suas ações e investimentos em segurança pública e vigilância, garantindo-lhe status e dando alguma “satisfação” à sociedade (nos jornais, nas coletivas de imprensa e até “links” ao vivo em programas sensacionalistas). Sobre as imagens transmitidas pelos governos, Bauman (1999, p. 127) comenta

A construção de novas prisões, a redação de novos estatutos que multiplicam as infrações puníveis com prisão e o aumento das penas – todas essas medidas aumentam a popularidade dos governos, dando-lhes a imagem de severos, capazes, decididos e, acima de tudo, a de que “fazem algo” não apenas explicitamente pela segurança individual dos governados mas, por extensão, também pela garantia e certeza deles – e fazê-lo de uma forma altamente dramática, palpável, visível e tão convincente.

Quando se trata do urbano e sua espacialidade, o Estado consiste em um de seus principais agentes. O espaço da cidade é constituído por uma sociedade desigual na qual grupos atuam de maneiras a garantir seus interesses. Tratando educação, saúde, saneamento

---

<sup>48</sup> Veja-se, por exemplo, o financiamento e apoio político fornecido a determinados candidatos em período eleitoral: empresários, industriários e “pessoas influentes”, aparentemente partidárias aos ideais do candidato na verdade buscam meios de se beneficiarem e favorecer os “seus”. Recentemente, os espaços políticos de Brasília tem sido visados pelas discussões e votações sobre os financiamentos de campanhas eleitorais.

<sup>49</sup> “A ordem espacial da existência humana provém da produção (social) do espaço, da construção de geografias humanas que refletem e configuram o ser no mundo” (SOJA, 1993, p. 35).

básico e habitação como gastos (e não como investimentos e direitos), esses pontos não são de interesse ao capital e à parcela da sociedade que tira algum proveito dele, as classes hegemônicas, a não ser quando o mínimo necessário à reprodução da mão-de-obra para ser explorada é ameaçado. Curiosamente, como lembra Harvey (2014), foi nesse contexto que ocorreu a convergência de neoliberalização e democratização brasileiras na década de 1990: dessa relação, resultaram leis na Constituição Brasileira de 1988, dentre elas, o Estatuto da Cidade no ano de 2001, que deveria garantir o direito à cidade, lei essa obtida pela luta reivindicatória dos movimentos sociais urbanos.

Pode-se aqui estabelecer uma dialética entre a ordem capitalista atual e a desordem do Estado: a ordem capitalista exige que os moradores de qualquer espaço procurem uma maneira de sobreviver e ganhar “o pão de cada dia”, contexto em que até as necessidades mais vitais e urgentes adentram o “mundo da mercadoria”. Harvey (2006, p. 87) analisa a relação entre os poderes econômico e político.

A classe dirigente exerce sua hegemonia sobre o Estado por meio de um sistema político que é capaz de controlar apenas de modo indireto. No contexto da democracia burguesa, isso apresenta algumas consequências importantes. Para preservar sua hegemonia na esfera política, a classe dirigente talvez tenha de fazer concessões que não são de seu interesse econômico imediato. [...] A democracia burguesa sobrevive apenas com o consentimento da maioria dos governados; no entanto, ao mesmo tempo, tem de expressar o interesse distintivo da classe dirigente. Essa contradição se resolve apenas se o Estado se envolve ativamente na obtenção do consentimento das classes subordinadas.

Esta ordem (uma das expressões do poder exercido pelo capital) é, segundo Souza (2010c, p. 445), “geradora (especialmente no ‘Terceiro Mundo’) de pobreza, segregação socioespacial e conflitos sociais – vale dizer, de ‘questão urbana’ –, vem cronicamente concorrendo para produzir desemprego e frustração de expectativas”. Do outro lado, o Estado sofre uma “crise” perante o ideário neoliberal em que sua participação é limitada, bem como suas ações. Ocorre uma espécie de desobrigação ou “negligência” para com aqueles que não estão favoravelmente inseridos na ordem do dia.<sup>50</sup>

Por causa dessa divergência de interesses (interesses da maioria da população x interesses do capital minoritário), surge a imagem de um Estado “ausente” e tal imagem acarreta uma noção de desordem ou perda de controle<sup>51</sup>. Segundo Souza (1996) a ideia de “desordem” atualmente experimentada, e que se reflete em expressões popularizadas pela

---

<sup>50</sup> “governos locais oferecem o que podem com o objetivo de atrair e segurar novas empresas e, enquanto faltam ou alegam faltarem recursos para investimentos em habitação popular, saneamento básico e regularização fundiária etc., praticam renúncia fiscal e canalizam recursos para investimentos em infraestrutura para as empresas” (SOUZA, 2006, p. 131).

<sup>51</sup> Bem explorada, por exemplo, pelos meios de comunicação e programas que gastam grande parte da pauta jornalística noticiando tragédias, problemas da população e um “clima” de “Deus nos acuda”!

mídia como “caos das grandes cidades” (*médias e pequenas também, observação nossa*) e “clima de guerra civil”, é causada, em parte, pelos impactos sociais negativos da evolução da “ordem” econômica sobre o nível de emprego, através de uma modernização tecnológica pautada pelo progresso técnico poupador de mão-de-obra. Mais recentemente, a isso se acrescenta o quase vazio de poder, autoridade e amparo social aos trabalhadores (amparo esse que nunca foi mesmo muito significativo) deixado pela retração da “ordem” estatal. Como exemplo, basta lembrarmos do desmanche neoliberal que limitou os sindicatos e os direitos trabalhistas nas empresas. O autor posteriormente enfatizou a redução da regulação estatal em comunhão com a lógica empresarial urbana. De acordo com Souza (2006b, p. 129),

Para os “empresarialistas urbanos”, uma cidade deveria funcionar tal qual uma empresa, concorrendo com outras cidades para atrair capitais, na base da construção de uma “governança” (Estado e sociedade civil) eficiente e moderna. Caberia às diversas forças sociais atuantes em cada cidade colaborar para garantir que ela se mostrasse cada vez mais “competitiva”. A premissa implícita é a de que o que é bom para as empresas e faz a prosperidade econômica aumentar também acaba sendo bom para a população em geral. Desse ponto e vista, ao Estado local está reservado o papel de costurar “pactos” e “consensos” locais, ajudar a criar um bom “ambiente de negócios” e promover a imagem da cidade no país e no mundo. O que realmente importaria, assim, como tarefa política para os gestores urbanos, seria, para fortalecer a competitividade de cada local, ajudar a tecer redes de governos locais e regionais, assim como costurar alianças entre atores diversos no interior de cada cidade. [...] Os simpatizantes do “empresarialismo urbano” são propensos como se vê, a defender a redução ao máximo da regulação estatal do uso do solo, com isso procurando remover todos os obstáculos à captação de novos investimentos. No âmbito do que igualmente poderia ser apelidado de “neoliberalismo urbano”, planos diretores de uso do solo cedem terreno a “planos estratégicos” e ao *city marketing*. Trata-se de um “regime urbano” claramente orientado para o crescimento econômico e para o atendimento dos interesses empresariais.

Como exemplo da participação do Estado nos processos espaciais urbanos, é possível citar o tratamento dado à segregação socioespacial e sua multidimensionalidade<sup>52</sup>. Processo existente desde a Antiguidade (SOUZA, 2010), a segregação é colocada como manifestação das ações estatais na medida em que o governo é o responsável não só pelos meios de consumo coletivo como pelas taxas e impostos referentes aos espaços (veja-se o imposto predial e territorial urbano), além do espaço, seja urbano ou não, também ser (re)produzido pelas diferenças e conflitos entre as classes. De acordo com Rolnik (1994, p. 42)

a segregação é patente na visibilidade da desigualdade de tratamento por parte das administrações locais. Existem, por exemplo, setores da cidade onde o lixo é recolhido duas ou mais vezes por dia; outros, uma vez por semana; outros, ainda, onde o lixo, ao invés de recolhido é despejado. As imensas periferias sem água, luz

---

<sup>52</sup> Apesar das diferentes nomenclaturas (socioespacial, espacial, social, residencial, socioterritorial), a escolha pela terminologia segregação socioespacial teve por base a literatura consultada e a abrangência de vários aspectos inerentes ao processo. Segundo Lefebvre (2006, p. 94), “a segregação deve ser focalizada, com seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias) – voluntário (estabelecendo espaços separados) – programado (sob o pretexto de arrumação e de plano)”.

ou esgoto são evidências claras desta política discriminatória por parte do poder público, um dos fortes elementos produtores da segregação.

Gradativamente, as respostas da sociedade à tal fragmentação urbana têm variado desde estratégias cotidianas dos moradores de espaços malvistas que convivem neles como única opção disponível (mediante seus indicadores de renda, sua consequente inserção no modo de produção ou, ainda, a construção cotidiana de um espaço vivido erigido em suas experiências de vida) até o uso de aparatos de segurança e mudanças de comportamento frente ao mundo exterior às suas casas, gerando uma série de impactos em ambos os casos. Como argumenta Souza (2006a, p. 473),

Os muros não estão somente em torno dos “condomínios exclusivos” e dos prédios de classe média: estão, crescentemente, nas mentes e nos corações; tendo como argamassa o medo, projetam-se não apenas nos espaços do auto-enclausuramento dos privilegiados, mas ensejam, na verdade, os sonhos de um confinamento dos pobres: o campo de concentração como metáfora, ou a prisão como metáfora.

Em tempos de globalização, marcados por um cotidiano tão flexível, líquido e veloz, além da incerteza sobre o “dia seguinte”, o dia-a-dia urbano se apresenta instável e incerto, agravando os medos, inseguranças e angústias presentes na tarefa do existir. Tais sentimentos se manifestam também espacialmente, no cotidiano dos bairros e ruas, bem assinalado Bauman (2009, p. 47 e 68)

A desorientadora variedade do ambiente urbano é fonte de medo, em especial entre aqueles de nós que perderam seus modos de vida habituais e foram jogados num estado de grave incerteza pelos processos desestabilizadores da globalização. [...] com a insegurança, estão destinadas a desaparecer das ruas da cidade a espontaneidade, a flexibilidade, a capacidade de surpreender e a oferta de aventura em suma, todos os atrativos da vida urbana.

Se de um lado o Estado age no cotidiano urbano a partir de suas políticas públicas, a sociedade civil constitui o outro lado do elo sociopolítico aqui abordado. Esta sociedade contemporânea passa por processos de complexificação: se a tradição crítico-marxista via as classes sociais e sua luta entre burgueses e proletariados, hoje se fala de outras divisões e grupos sociais, que são vistos de um lado, como fragmentação das “únicas duas classes importantes”, e de outro, como dimensões da totalidade e diversificadas bandeiras de luta outras que se complementam às questões capitalistas/econômicas.<sup>53</sup> Como bem lembra Souza (2010a, p. 83),

A sociedade não é uma massa homogênea e indiferenciada, e sociedades capitalistas, mais especificamente, se apresentam divididas em classes (que se diferenciam em

---

<sup>53</sup> Concorde-se aqui com a concepção de Coutinho (2008b, p. 72), sobre as lutas da classe operária e de outros grupos: “essa luta envolve hoje indivíduos e grupos sociais cujos carecimentos e motivações têm origem num terreno bastante diverso do terreno “tradicional” da classe operária. (E é evidente, suponho, que *diversidade* não significa *contradição* ou *antagonismo*)”.

função do lugar que ocupam na esfera da produção), cujas relações são, em parte, contraditórias e de antagonismo estrutural. Além do mais, grupos sociais diversos, que se formam e entram ou não em atrito entre si devido a questões muito variadas, como modo de vida, etnia etc., complementam o panorama complexo e cheio de linhas de tensão e conflitos latentes e manifestos que caracteriza as sociedades capitalistas contemporâneas.

No tratamento das questões, dos dados e das informações junto ao Estado e seus órgãos, a pesquisa enfrentou alguns de seus maiores entraves. Durante dois anos se buscou junto à prefeitura e secretarias de diferentes áreas possibilidades de entrevistas e obtenção de dados e informações sobre as políticas públicas implementadas e investimentos sobre os bairros pesquisados. Repetidas visitas, e-mails enviados e telefonemas não retornados deram o tom da busca por respostas no aparato estatal. Também se buscou o contato com ex-prefeitos e até candidatos nas eleições do recorte temporal compreendido entre as décadas de 1990 e 2010, mas as justificativas se repetiam por meio de agendas repletas de compromissos inadiáveis, remarcações e imprevistos que cancelavam não só os encontros, mas também prejudicaram a possibilidade de “ouvir um dos lados”, no caso o Estado ou sociedade política.

No que tange às secretarias e gabinetes de responsáveis por áreas da gestão e planejamento do cotidiano urbano campinense, as solicitações de audiência, reunião, entrevista não foram atendidas, mesmo quando se tentou explicar que se tratava de uma pesquisa acadêmica séria, que só visava apurar informações. Mesmo quando se estabelecia um contato com “alguém de dentro que pudesse facilitar o contato”, a suspeita e a dúvida “por que ele quer saber dessas coisas?” sobre o autor se tornavam explícitos, a tal ponto de, em uma determinada visita a um dos órgãos da prefeitura, ouvir um “isso não é da sua conta, e se você insistir, te denuncio por desacato ao funcionalismo público”.

Outras tentativas de contato foram buscadas em outros âmbitos. Na câmara de vereadores, se buscou contato com algum dos representantes eleitos. Muitos receberam de bom grado a ideia de ouvir o Estado e conversar sobre a situação dos bairros campinenses. Contudo, mais uma vez a agenda lotada se tornou prioridade e os e-mails marcando entrevistas (alguns deles, inclusive contendo as questões e seus conteúdos da possível conversação) nunca obtiveram retorno/resposta.

O site da prefeitura, bem como o endereço eletrônico da câmara legislativa (<http://pmcg.org.br/> e <https://www.campinagrande.pb.leg.br/>, respectivamente) apresentam canais de contato com as pessoas políticas, além de várias notícias. Entretanto, seus sistemas de busca falham em termos de aprofundamento e filtros de pesquisa, e mesmo em sessões que tratam da história (da prefeitura ou da câmara), tudo fica limitado ao pleito atual. Os portais de transparência trazem informações sobre despesas, investimentos, balancetes, mas não há

grande detalhamento, sem contar que o histórico é limitado. Não se encontram, entre as notícias e dados financeiros, informações sobre as gestões anteriores. É como se a cada nova eleição e candidato vencedor, um sistema “reiniciasse” de tal forma que o pretérito deve ser excluído ou não serve/importa mais. Não por acaso, a bibliografia historiográfica campinense não possui muitos trabalhos e obras sobre as décadas de 1980 e 1990 em diante, enfatizando outros períodos históricos e temáticas.

Entretanto, mesmo sem informações completas e detalhadas sobre ações concretizadas pelo Estado e seus respectivos investimentos nos bairros campinenses, ainda assim restaram algumas tabelas obtidas a partir de um contato na prefeitura (um funcionário que pediu anonimato) sobre obras aprovadas em votações do orçamento participativo. A comprovação sobre a veracidade dessas tabelas de dados se deu na etapa de entrevistas com os representantes dos bairros, bem como populares que foram ouvidos quanto ao fato de serem beneficiados pelas ações. Eis as tabelas a seguir (tabelas 02, 03, 04, 05 e 06), lembrando que a data é a da obtenção da tabela

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**  
**COORDENADORIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**

**EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2005/2006 e 2007**

**SAÚDE**

**OBRAS EXECUTADAS POR DEMANDA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**

| <b>AÇÃO</b>                          | <b>ANO</b> | <b>BAIRRO</b>                           | <b>REGIÃO</b> | <b>SITUAÇÃO</b> |
|--------------------------------------|------------|-----------------------------------------|---------------|-----------------|
| Implantação de Farmácias Populares   | 2005       | José Pinheiro                           | I             | Concluída       |
|                                      | 2005       | Liberdade                               | VII           | Concluída       |
|                                      | 2005       | Bodocongó ( Severino Cabral)            | V             | Concluída       |
| Construção de UBSF                   | 2005       | Rocha Cavalcante                        | X             | Concluída       |
|                                      | 2005       | Araxá                                   | III           | Concluída       |
|                                      | 2007       | Jardim Verdejante                       | X             | Concluída       |
|                                      | 2007       | Estação Velha                           | XI            | Concluída       |
|                                      | 2007       | Ressurreição                            | IX            | Concluída       |
| Ampliação de UBSF                    | 2005       | Jeremias- Inácio Mayer                  | III           | Concluída       |
|                                      | 2005       | Monte Santo- Bonald Filho               | IV            | Concluída       |
|                                      | 2005       | Monte Castelo III                       | I             | Concluída       |
|                                      | 2005       | Reforma do Posto de Saúde Raiff Ramalho | VIII          | Concluída       |
|                                      |            |                                         |               |                 |
| Implantações de Novas Equipes de PSF | 2006       | UBSF- Plínio Lemos I (José Pinheiro)    | I             | Concluída       |
|                                      |            | UBSF- Plínio Lemos II (José Pinheiro)   |               |                 |
|                                      |            | UBSF – José Pinheiro II (Campo Sales)   |               |                 |
|                                      |            | UBSF- Jeremias I (EQ A)                 | III           |                 |
|                                      |            | UBSF- Jeremias II (EQ B)                |               |                 |
|                                      |            | UBSF- Araxá                             |               |                 |
|                                      |            | UBSF- Bodocongó (Matadouro)             | V             |                 |
|                                      |            | UBSF – João Rique I                     | V             |                 |
|                                      |            | UBSF – João Rique II                    | V             |                 |
|                                      |            | UBSF – Bonald Filho I                   | IV            |                 |
| UBSF – Bonald Filho II               |            |                                         |               |                 |

Tabela 02: Obras executadas por demanda do orçamento participativo na área de saúde, com os bairros visitados/entrevistados em destaque.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande (adaptado), 2014.

| <br><b>ESTADO DA PARAÍBA</b><br><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE</b><br><b>SECRETARIA DE PLANEJAMENTO</b><br><b>COORDENADORIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO</b> |               |               |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|------------|
| <b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2005/2006</b><br><b>SETORIAL CULTURA, ESPORTE E LAZER</b>                                                                                                                                                                     |               |               |            |
| <b>OBRAS EXECUTADAS POR DEMANDA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO</b>                                                                                                                                                                                         |               |               |            |
| <b>AÇÃO</b>                                                                                                                                                                                                                                            | <b>BAIRRO</b> | <b>REGIÃO</b> | <b>ANO</b> |
| Reforma do Museu do Algodão                                                                                                                                                                                                                            | Estação Velha | XI            | 2005       |
| Recuperação do Teatro Rosil Cavalcante                                                                                                                                                                                                                 | Centro        | XII           | 2005       |
| Reforma do Centro Cultural Lourdes Ramalho                                                                                                                                                                                                             | Centro        | XII           | 2005       |
| Reforma do Teatro Raul Pryston – Escola Dr. Assis Chateaubriand                                                                                                                                                                                        | José Pinheiro | I             | 2005       |
| Recuperação da Quadra de Esporte e Lazer                                                                                                                                                                                                               | Santa Rosa    | VII           | 2005       |
| Construção do Ginásio Poliesportivo                                                                                                                                                                                                                    | Liberdade     | VII           | 2007       |

Tabela 03: Obras executadas por demanda do orçamento participativo na área de cultura, esporte e lazer, com os bairros visitados/entrevistados em destaque.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande (adaptado), 2014.

| <br><b>ESTADO DA PARAÍBA</b><br><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE</b><br><b>SECRETARIA DE PLANEJAMENTO</b><br><b>COORDENADORIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO</b> |                                 |                                           |                                        |            |                 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------------|----------------------------------------|------------|-----------------|
| <b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2005/2006 e 2007</b><br><b>EDUCAÇÃO</b>                                                                                                                                                                                         |                                 |                                           |                                        |            |                 |
| <b>OBRAS EXECUTADAS POR DEMANDAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO</b>                                                                                                                                                                                          |                                 |                                           |                                        |            |                 |
| <b>REGIÃO</b>                                                                                                                                                                                                                                            | <b>BAIRRO</b>                   | <b>AÇÃO</b>                               | <b>LOCAL</b>                           | <b>ANO</b> | <b>SITUAÇÃO</b> |
| III                                                                                                                                                                                                                                                      | Araxá                           | Construção de Creche                      | .....                                  | 2007       | Em Andamento    |
| V                                                                                                                                                                                                                                                        | São Januário                    | Construção de Creche                      | .....                                  | 2007       | Em Andamento    |
| I                                                                                                                                                                                                                                                        | Monte Castelo                   | Implantação de Laboratório de Informática | E. M. Anésio Leão                      | 2007       | Concluída       |
| XIV                                                                                                                                                                                                                                                      | Galante                         | Implantação de Laboratório de Informática | E.M. Cicero Correia de Menezes         | 2007       | Concluída       |
| XV                                                                                                                                                                                                                                                       | São José da Mata                | Implantação de Laboratório de Informática | E.M. São Clemente                      | 2007       | Concluída       |
| XVI                                                                                                                                                                                                                                                      | Distrito do Catolé de Boa Vista | Reforma das Escolas Municipais            | E. M. Manoel Joaquim de Aguiar         | 2007       | Concluída       |
| XVI                                                                                                                                                                                                                                                      | Estreito                        | Reforma das Escolas Municipais            | E.M. Nossa Senhora do Perpétuo Socorro | 2007       | Concluída       |

Tabela 04: Obras executadas por demanda do orçamento participativo na área de educação, com os bairros visitados/entrevistados em destaque.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande (adaptado), 2014.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**  
**COORDENADORIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2005/2006 e 2007**  
**OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

**PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E CAPEAMENTO ASFALTICO POR DEMANDA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**

| Nº  | REGIÃO | BAIRRO              | LOCAL                        | ANO  | SITUAÇÃO  |
|-----|--------|---------------------|------------------------------|------|-----------|
| 1.  | I      | José Pinheiro       | Rua Sindolfo Montenegro      | 2007 | Concluída |
| 2.  | I      | José Pinheiro       | Tv. Sindolfo Montenegro      | 2007 | Concluída |
| 3.  | III    | Cuités              | Rua Luxemburgo               | 2005 | Concluída |
| 4.  | III    | Cuités              | Rua Bruxelas                 | 2007 | Concluída |
| 5.  | III    | Jardim Continental  | Roberval Ribeiro de Lima     | 2005 | Concluída |
| 6.  | III    | Jardim Continental  | Francisco Lourenço de Lima   | 2005 | Concluída |
| 7.  | III    | Jardim Continental  | José Quirino Ribeiro         | 2005 | Concluída |
| 8.  | III    | Jeremias            | Probo Câmara                 | 2006 | Concluída |
| 9.  | III    | Jeremias            | São Benedito                 | 2006 | Concluída |
| 10. | III    | Jeremias            | Santo Agostinho              | 2006 | Concluída |
| 11. | III    | Jeremias            | José Virgínio de Lima        | 2006 | Concluída |
| 12. | III    | Jeremias            | José Virgínio de Lima 2      | 2006 | Concluída |
| 13. | III    | Jeremias            | Trav. São Rafael             | 2006 | Concluída |
| 14. | III    | Jeremias            | Antônio Soares da Silva      | 2006 | Concluída |
| 15. | IV     | Pedregal            | Rua Raimundo Ásfora          | 2006 | Concluída |
| 16. | V      | Bodocongó           | Rua Rita Pereira de Araújo   | 2005 | Concluída |
| 17. | VII    | Jardim Quarenta     | Rua João Nunes Figueiredo    | 2006 | Concluída |
| 18. | VII    | Jardim Quarenta     | Rua Eliza Rafael de França   | 2005 | Concluída |
| 19. | VII    | Jardim Quarenta     | Rua Iaia de Melo             | 2007 | Concluída |
| 20. | VII    | Jardim Quarenta     | Rua Anacleto Elov            | 2007 | Concluída |
| 21. | VII    | Jardim Quarenta     | Rua José Martins de Andrade  | 2007 | Concluída |
| 22. | VII    | Santa Rosa          | Rua do Sol                   | 2005 | Concluída |
| 23. | VII    | Santa Rosa          | Tv. São Pedro                | 2005 | Concluída |
| 24. | VII    | Santa Rosa          | Rua Equador                  | 2005 | Concluída |
| 25. | VII    | Santa Rosa          | Rua Peru                     | 2005 | Concluída |
| 26. | VII    | Santa Rosa          | Rua José Costa e Silva       | 2006 | Concluída |
| 27. | VII    | Santa Rosa          | Rua José Martins de Andrade  | 2007 | Concluída |
| 28. | VIII   | Jardim Paulistano   | Rua Claudino G. de Oliveira  | 2005 | Concluída |
| 29. | IX     | Presidente Médici   | Rua Cícero Pereira de Farias | 2007 | Concluída |
| 30. | IX     | Presidente Médici   | Rua Abdon Napy               | 2005 | Concluída |
| 31. | X      | Jardim Verdejante   | Raul Pereira dos Santos      | 2005 | Concluída |
| 32. | X      | Catingueira         | Rua Júlio Gomes da Silva     | 2005 | Concluída |
| 33. | X      | Catingueira         | Rua Juvino Nepomuceno        | 2005 | Concluída |
| 34. | X      | Catingueira         | Rua Cláudio da Costa Barroso | 2006 | Concluída |
| 35. | XI     | Catolé              | Rua Epaminondas Câmara       | 2006 | Concluída |
| 36. | XI     | Catolé              | Rua Gilson Marinho           | 2006 | Concluída |
| 37. | XI     | Catolé              | Rua Maria Aparecida Carneiro | 2005 | Concluída |
| 38. | XI     | Catolé              | Rua Gutemberg Uchoa          | 2005 | Concluída |
| 39. | XI     | Tambor              | Rua General Canrobert        | 2007 | Concluída |
| 40. | XI     | Tambor              | Rua João Capiba              | 2007 | Concluída |
| 41. | XI     | Distrito Industrial | Rua Raimundo Silva Ribeiro   | 2006 | Concluída |
| 42. | XI     | Distrito Industrial | Manoel Alves do Nascimento   | 2007 | Concluída |
| 43. | XI     | Distrito Industrial | Severino Gaudêncio           | 2007 | Concluída |
| 44. | XI     | Distrito Industrial | Trav. Severino Gaudêncio     | 2007 | Concluída |
| 45. | XIV    | Galante             | Rua Antônio Alves Pimentel   | 2006 | Concluída |
| 46. | XIV    | Galante             | Rua Projetada                | 2005 | Concluída |

Tabela 05: Obras executadas por demanda do orçamento participativo na área de obras e serviços urbanos, com os bairros visitados/entrevistados em destaque.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande (adaptado), 2014.

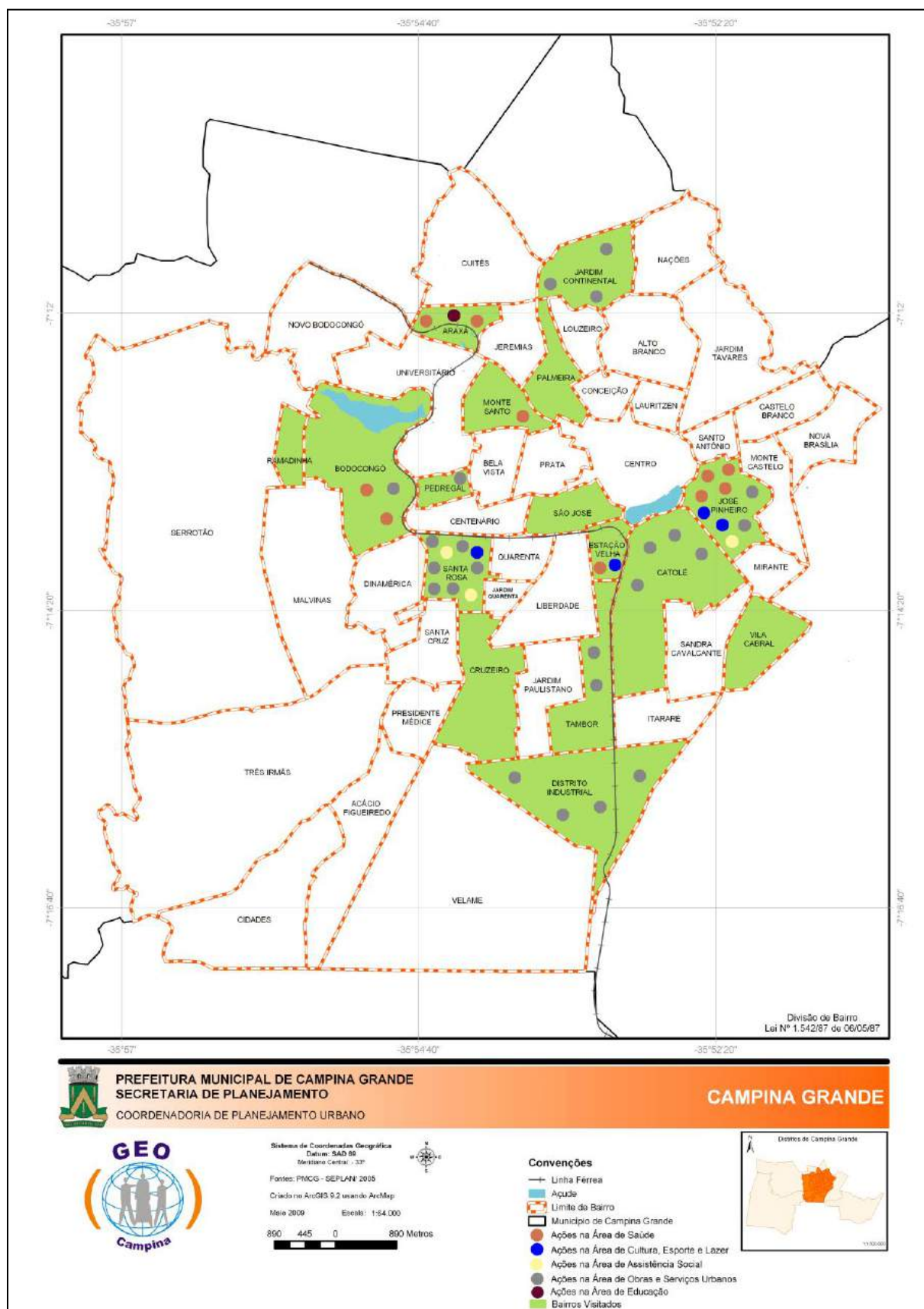
|  <p style="text-align: center;"><b>ESTADO DA PARAÍBA</b><br/> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE</b><br/> <b>SECRETARIA DE PLANEJAMENTO</b><br/> <b>COORDENADORIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO</b></p> |               |               |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|------------|
| <b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2005/2006 e 2007</b>                                                                                                                                                                                                                                                |               |               |            |
| <b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>                                                                                                                                                                                                                                                                    |               |               |            |
| <b>OBRAS EXECUTADAS POR DEMANDA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO</b>                                                                                                                                                                                                                               |               |               |            |
| <b>AÇÃO</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <b>BAIRRO</b> | <b>REGIÃO</b> | <b>ANO</b> |
| Reforma e Ampliação da Lavanderia do Quarenta                                                                                                                                                                                                                                                | Quarenta      | VII           | 2006       |
| Reforma da Lavanderia e Recuperação do Prédio da Vaca Mecânica                                                                                                                                                                                                                               | Santa Rosa    | VII           | 2005       |
| Atenção ao Centro de Convivência ao Idoso                                                                                                                                                                                                                                                    | Cuités        | III           | 2006       |
| Implantação do Projeto Digna                                                                                                                                                                                                                                                                 | Jeremias      | III           | 2005       |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Santa Rosa    | VII           | 2005       |
| Manutenção do Projeto Digna (capacitação)                                                                                                                                                                                                                                                    | Monte Castelo | I             | 2006       |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                              | José Pinheiro |               |            |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Jardim Europa |               |            |
| Implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI                                                                                                                                                                                                                           | Três Irmãs    | X             | 2006       |

Tabela 06: Obras executadas por demanda do orçamento participativo na área de assistência social, com os bairros visitados/entrevistados em destaque.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande (adaptado), 2014.

Partindo dos dados obtidos, realizamos algumas observações a começar pela quantidade de ações em cada área envolvendo os bairros percorridos. Partindo do conjunto de dezesseis bairros com os quais se teve contato durante a última etapa da pesquisa empírica, observa-se um duplo desnível: as ações não só abrangem um número limitado de bairros como também a própria quantidade de ações varia entre os próprios bairros. Área por área, temos cinco bairros atendidos dentre os dezesseis entrevistados na área de saúde; três bairros dentre os dezesseis receberam ações na área de cultura, esporte e lazer; dois dentre os dezesseis na área de assistência social; metade dos bairros entrevistados recebeu pelo menos um ação na parte de obras e serviços urbanos; e, por fim, um único bairro dentre os dezesseis abordados na pesquisa recebeu ações em educação.

Talvez o problema maior resida quando colocamos em termos totais de ações, independente das áreas: ao passo que alguns bairros receberam nove ações em diferentes áreas, houve bairros que receberam uma única ação em dada área, sem contar que cinco dos dezesseis bairros, segundo as tabelas que não mencionam tais localidades, não receberam nenhuma ação dentre as áreas aqui trabalhadas: Vila Cabral de Santa Terezinha, Palmeira, Ramadinha, São José e Cruzeiro. A representação cartográfica a seguir traz a distribuição de tais ações nos bairros campinenses visitados no universo da pesquisa, lembrando que as lógicas que possam justificar essa distribuição ainda serão levantadas a partir dos cotidianos apreendidos dos bairros no terceiro capítulo (mapa 01).



Dentre as questões levantadas nessa etapa da pesquisa, poderíamos destacar: quem foram os participantes do Orçamentos Participativos ocorridos no triênio citado? As ações implementadas pela gestão da Prefeitura Municipal de Campina Grande supriram as demandas e necessidades das populações moradoras dos bairros? Quais os recursos financeiros foram utilizados? Em qual quantidade e de qual origem (programas federais, parcerias com o governo estadual, parcerias público-privadas)? Porque alguns bairros não receberam nenhuma ação por parte do poder público municipal, a exemplo dos mencionados no parágrafo anterior? Como essas obras tem sido utilizadas atualmente pelos moradores dos bairros e como elas se apresentam na concepção dos representantes do bairro ao analisar áreas como saúde, educação e infraestrutura?

Como será discutido da secção seguinte em diante, as ações do Estado enquanto agente social do urbano repercutem no cotidiano dos bairros de forma combinada e desigual, exigindo de seus moradores relações sociais que confluem para o atendimento de suas necessidades, inclusive as mais básicas e assistidas por lei na condição de direitos sociais de cidadania. O cumprimento de tais demandas está diretamente ligado à condição cidadã dos contextos de bairro, sobretudo levando em consideração que elas foram fruto de um instrumento democrático como o orçamento participativo, apesar de suas limitações.

#### **2.4 Ações dos espaços políticos populares: “representações” e “ativismos” de bairros entre comunidades campinenses**

Inicialmente, poderíamos inserir a premissa de que a participação popular diz respeito à capacidade de mobilização social de setores da sociedade civil para gerir seus contextos. Na cidade, o grau de participação popular determina a possibilidade de autogestão, a concentração ou desconcentração de poder pelo Estado, ou, ainda, os instrumentos que possibilitam ou impossibilitam tal prática participativa<sup>54</sup>. Partindo de Souza; Rodrigues (2004, p. 82-83),

Na qualidade de participantes de activismos e movimentos, os homens e mulheres lutam por direitos, estabelecem laços de cooperação e realizam ações de caráter político e cultural. Tentam, com isso, tornar-se algo mais que simples sujeitos passivos do processo social, afirmando-se, em alguma medida, como agentes e protagonistas de seus destinos – por mais modesta que essa situação de fato seja.

No decorrer dos anos, a participação popular foi posta em segundo plano, uma “mera formalização”, como aponta Souza (2010a, p. 161)

---

<sup>54</sup> Dentre as ideias do texto constitucional, segundo Silva (2010, p. 202), destacam-se “os princípios constitucionais fundamentais norteadores do Plano Diretor são: função social da propriedade; desenvolvimento sustentável; funções sociais da cidade; igualdade e justiça social e participação popular.

A participação popular, que deveria ser vista como fator-chave para o impulsionamento de uma democratização do planejamento e da gestão, foi secundarizada, como se nota ao comparar a pouquíssima atenção dispensada aos conselhos de desenvolvimento urbano em comparação com instrumentos como o “solo criado”, tanto nas discussões acadêmicas quanto nos planos diretores progressistas. Perda de criatividade, de ferrão crítico e mesmo de eficácia foram os corolários.

Durante determinados períodos da história brasileira, a possibilidade de decisão e gestão das cidades se mostrou centrado nas mãos do político profissional, comumente acompanhado de assessores e técnicos que compunham o melhor caminho para o cotidiano urbano: reformas urbanísticas, políticas públicas enfáticas de aspectos visíveis da cidade, ações que manifestassem a presença do Estado, seja do ponto de vista do gestor paternalista/carismático, seja do autoritarismo marcado pelas diferentes relações de poder e aparelhos estatais. Na cidade e no urbano, os anseios de participação e seus graus demonstram a capacidade democrática das gestões urbanas e das políticas públicas como um todo. Segundo Santos (2010, p. 264)

Para que as discussões teóricas e as propostas de políticas públicas integradas frutifiquem em proposições e encaminhamentos concretos para o enfrentamento da questão da moradia e de outras mais referentes à vida nas cidades, é fundamental a gestão democrática das cidades, mediante a participação da sociedade civil organizada. Para a formulação de políticas que visem garantir o direito à moradia para os mais pobres. E para o controle das ações em todos os níveis, é necessária a participação das comunidades envolvidas e dos movimentos de luta pela moradia.

Entretanto, “as coisas nem sempre foram assim”: as representações de bairro expressaram durante anos um fator sociopolítico urbano a ser considerado pela política local campinense. Em outros tempos (décadas de 1970 e 1980, como apontaram as entrevistas realizadas), tais representações eram os principais canais de diálogo entre a população moradora dos bairros campinenses, tendo por equivalentes associações de moradores ou clubes de mães, também dos bairros.

No decorrer da pesquisa, surgiu a necessidade de tratamento das representações de bairro quanto à sua definição: afinal, ela é um movimento social, um ativismo social ou uma “simples” representação? Ao relacionar ação, movimento e ativismo, Souza (2009b, p. 10) disserta a partir de alguns critérios

Para mim, o conceito intermediário entre ação coletiva e movimento é ativismo social: assim como todo ativismo é uma ação coletiva, mas nem toda ação coletiva é um ativismo, todo movimento social é um ativismo, mas nem todo ativismo é um movimento social. Conceitualmente, movimento social é um subconjunto de ativismo, que por sua vez é um subconjunto de ação coletiva. Um “verdadeiro” movimento social possuiria um elevado senso crítico em relação ao *status quo* (revelando capacidade de levar em conta fatores “estruturais” e de articular isso com análises de conjuntura, e procedendo à denúncia de problemas profundos como exploração de classe, racismo, opressão de gênero etc.); nisso ele se distinguiria, por exemplo de ações coletivas coordenadas por organizações clientelistas e com um

horizonte reivindicatório pouco exigente (ou até mesmo manipuladas por políticos profissionais), como tem sido o caso de muitas associações de moradores. (grifos do autor)

Após as devidas colocações comparativas do autor supracitado, se faz necessário refletir e pesquisar tais organizações enquanto exemplos de política participativa em outros tempos-espacos campinenses.

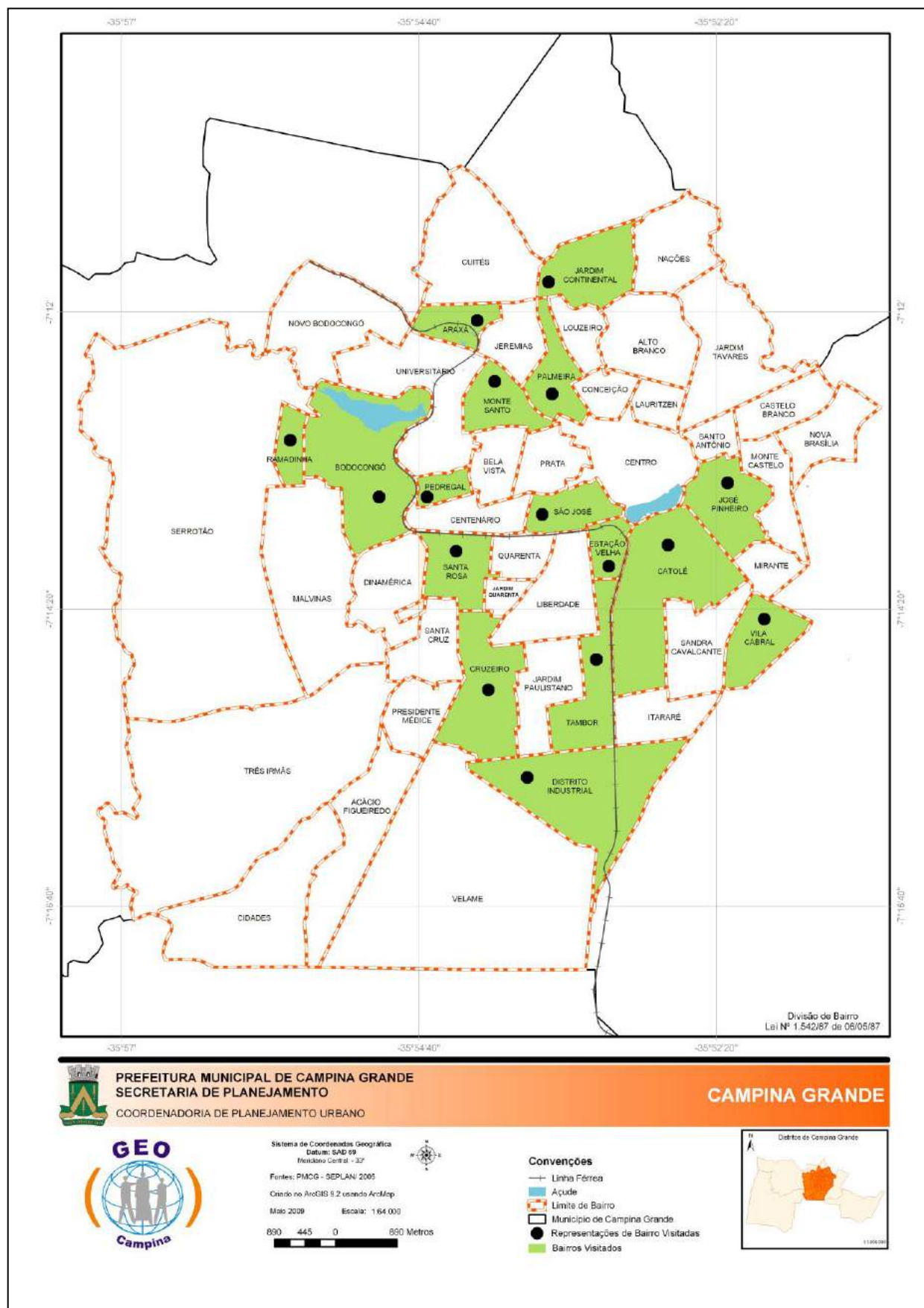
No caso do ativismo de bairro, o Espaço não é simplesmente um referencial indireto ou secundário para as lutas, pouco indo além da condução de suporte material. Ele é um referencial direto e decisivo, pois; define territorialmente a base social de um ativismo, de uma organização, aglutinando grupos e por vezes classes diferentes (em níveis variáveis de acomodação ou tensão); catalisa a referência simbólica e politicamente o enfrentamento de uma problemática com imediata expressão espacial: insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, problemas habitacionais, segregação sócio-espacial, intervenções urbanísticas autoritárias, centralização da gestão territorial, massificação do bairro e deterioração da qualidade de vida urbana. Essa característica de riqueza de vínculos com o Espaço, essa sua grande dimensão ‘telúrica’ é plena de consequências (SOUZA, 1989, p. 140).

Com o advento da gestão e do planejamento urbanos de cunho empreendedorista, os papéis antes desempenhados por esses espaços foram sorrateiramente solapados pela cooptação e pela perda de representação observada nesses primeiros anos do século XXI em Campina Grande. Na pesquisa, as representações de bairro foram elencadas na condição de ativismo social: uma forma de resistência aos poderes institucionalizados/legitimados e, simultaneamente, uma forma de representação e reivindicação quanto aos problemas existentes nos bairros<sup>55</sup>. Enquanto representação reivindicativa, pode-se aqui abrir uma digressão para comentar sobre sua espacialidade política.

A partir das entrevistas de campo, as representações de bairro (mapa 02) elencaram algumas das questões políticas em seu cotidiano. No capítulo seguinte, quando realizaremos um aprofundamento das entrevistas realizadas, a questão político-eleitoral será retomada em diferentes apontamentos realizados. Nesse momento, cabem destacar que o cotidiano do bairro, a visão do mesmo por parte de seus representantes e as relações de vizinhança

---

<sup>55</sup> Faz-se necessário explicitar as representações enquanto ativismo mediante suas práticas no contexto campinense: não se trata de enquadrar esses espaços políticos como um fim em si mesmo ou enquadramento em uma tipologia, mas de situá-la, em termos objetivos e materiais, quanto à sua abrangência ou potencial de mudança/transformação. Há, inclusive, quem considere alguns traços dessa representação enquanto movimento social: Gohn (1982, p. 29), ao realizar uma tipologia dos movimentos sociais urbanos, vai incluir movimentos de bairros, clubes esportivos, de pais, clubes de mães, movimentos da Igreja ou religiosos em geral, quebra-quebras e protestos de rua. Já Santos (2008, p. 12-13), ao tratar dos movimentos populares urbanos, enfatiza o acesso aos bens de consumo coletivo e os serviços públicos. Entretanto, situar as Sociedades de Amigos do Bairro enquanto movimento social seria impreciso se comparados os níveis de complexidade e ação de movimentos sociais de “escalas maiores” como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra ou, ainda, para ficar no eixo cidade/urbano, o Movimento dos Sem Teto e os defensores da Reforma Urbana.



Mapa 02: Representações de bairro entrevistadas e bairros visitados durante a fase de campo da pesquisa.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande (adaptado pela Pesquisa de Campo), 2015.

trouxeram perspectivas enriquecedoras à pesquisa<sup>56</sup>. As ênfases variaram entre as comunidades e mesmo alguns problemas discutidos posteriormente já foram apresentados nessas questões: veja-se, por exemplo, a questão da criminalidade do bairro, apontada como produto do desemprego (depoimento da representação do José Pinheiro) e no bairro, produto de outras localidades que tem na sua comunidade um dano colateral por estar “no meio do fogo cruzado” (representação do Monte Santo).

Outros representantes definiram seus bairros a partir das dificuldades na relação com o poder público municipal (“negligente”, segundo as representações de alguns bairros), da carência da população desenvolvendo atividades ligadas à reciclagem desde a origem dos bairros enquanto “invasões”, mas plena de acolhimento e amizade (representações do Araxá e do Jardim Continental, por exemplo), do acomodamento e conformismo de sua população “sem iniciativa” (representações de alguns outros bairros), das atividades econômicas desempenhadas no bairro e pela população (com menção constante aos setores de comércio e serviços locais), e do medo urbano cotidiano, mais uma vez ressaltando a criminalidade (e impedindo a participação em reuniões da própria representação, como relatou a liderança comunitária do Santa Rosa). As idades dos bairros, a partir das lembranças, das conquistas e das tradições desses espaços também foram pontuados (junto às representações, como os exemplos do Catolé, de Bodocongó e de Santa Rosa).

No quesito das relações de vizinhança com outros bairros, houve, nas respostas, uma ênfase nas lideranças comunitárias em detrimento das comunidades ditas, em que a grande maioria das representações viram tais coexistências na qualidade de ajudas e trocas de experiências baseadas no respeito e no companheirismo, que fortaleciam a experiência e o pensamento coletivos<sup>57</sup>. O conjunto de representações de bairro, na figura da UCES foi citada em muitas falas como grande apoio e suporte às atividades e ações das representações de bairro. A proximidade ou a distância com o Centro foram pouco mencionados, inferindo-se um certo grau de autonomia dos bairros em algumas atividades, serviços e consumo de bens.

Apesar dos particularismos e cotidianos próprios de cada contexto comunitário, há um forte diálogo entre as representações de bairros campinenses, incluindo alianças quando se

---

<sup>56</sup> Como aponta Soares (1990, p. 105-106), “a noção popular de bairro é muito mais geográfica, mais rica e mais concreta. Ela se baseia num sentimento coletivo dos habitantes, que têm a consciência de morarem em tal ou qual bairro. Cabe à Geografia definir quais são esses elementos que, unidos, dão a um bairro sua feição característica.”

<sup>57</sup> “é imprescindível que uma realidade, para ser um bairro, desperte empatia no cidadão, pois é essa empatia que é a base da identidade do bairro” (SOUZA, 1989, p. 149-150).

tratam de questões que ultrapassam os limites/a escala de um único bairro. Tais associações manifestam um dos mais importantes canais de opinião pública na sociedade civil. Sobre essa opinião, Bobbio (2010, p. 37) afirma

Na esfera da sociedade civil inclui-se habitualmente também o fenômeno da opinião pública, entendida como a pública expressão de consenso e de dissenso com respeito às instituições, transmitida através da imprensa, do rádio, da televisão etc. De resto, opinião pública e movimentos sociais procedem lado a lado e se condicionam reciprocamente. Sem opinião pública – o que significa mais concretamente sem canais de transmissão da opinião pública, que se torna “pública” exatamente enquanto transmitida ao público –, a esfera da sociedade civil está destinada a perder a própria função e, finalmente, a desaparecer.

Tomando por base as experiências narrativas, as representações de bairro exemplificam a ideia de ativismo urbano em sentido estrito e forte, como defende Souza (2006a, p. 280-281), ressaltando sua dimensão espacial

Ativismos urbanos em sentido estrito e forte giram muito nítida e explicitamente em torno de problemas diretamente vinculados ao espaço social. A questão do acesso a equipamentos de consumo coletivo e, mais abrangentemente, as condições de reprodução da força de trabalho assumem, aqui, importância central. Trata-se de um tipo de ativismo que tem origem em um clamor pelo *direito à cidade*: luta por moradia e por infra-estrutura técnica e social, luta por regularização fundiária e desestigmatização de espaços segregados, luta por um maior acesso a equipamentos de consumo coletivo; enfim, luta por um espaço urbano mais agradável, mais “convivial” menos injusto. Exemplos de activismos urbanos *stricto sensu* são o ativismo de bairro convencional e os activismos de ocupantes de imóveis (terrenos, casas ou apartamentos) vazios ou abandonados (*squatting movement*)

As representações de bairro passaram por um processo reformista no decorrer desses últimos 20 anos: se antes eram vistas como a “voz” dos bairros quanto às suas reivindicações (mesmo que algumas delas não atendidas), gradativamente limitaram suas participações a consultas irregulares e situaram seus clamores em interesses gerais da cidade, no qual o particular ou o específico do bairro tornou-se pontual e não-prioritário na agenda política local (mesmo que tais reivindicações sejam ouvidas e soluções sejam prometidas pelos candidatos que se denominam os verdadeiros “representantes do bairro”, de quatro em quatro anos).<sup>58</sup> É evidente que, com o uso de outros meios como a mídia e a internet<sup>59</sup>, as cobranças ao Estado

---

<sup>58</sup> Ao destacar a ausência de movimentos sociais urbanos expressivos e organizados em cidades médias, Vieira; Nunes; Guimarães (2010, p. 62) comentam que “tais cidades ficam à mercê dos interesses, principalmente, dos proprietários de terras, dos loteadores e incorporadores imobiliários e de empresários do setor da construção civil”. O mesmo poderia ser dito em termos de ativismo, de bairro às vezes “refém” de políticos profissionais.

<sup>59</sup> Tem-se por exemplo os programas vespertinos que trazem denúncias dos moradores e queixas populares. A título de exemplos, um jornal televisivo anuncia um calendário para que o poder público e/ou órgãos responsáveis por serviços básicos resolvam problemas do bairro levantados por seus moradores; ou ainda um programa que atende ligações ao vivo de campinenses onde eles expõem problemas (tal prática também existente em programas radiojornalísticos matutinos locais). Tal programa ainda recebe e exhibe vídeos amadores produzidos por moradores que ilustrem/provem algum problema cotidiano. As redes sociais e sites de compartilhamento de fotos e vídeos também trazem conteúdo compartilhado entre cidadãos e pessoas que engrossam o “coro de descontentes”, mas não chegam a constituir um ciberativismo no sentido proposto por Souza (2006).

continuam, mas o papel representativo coletivo desses espaços declinou e hoje, tais espaços se encontram limitados, sediando atividades culturais ou servindo de local para execução de programas sociais governamentais. Dentre as causas da crise dos ativismos urbanos apontadas por Souza; Rodrigues (2004), e que se evidenciam no caso abordado, a demagogia, o autoritarismo, a cooptação, o “caciquismo”, o personalismo e o clientelismo prevaleceram no contexto campinense, segundo depoimentos previamente obtidos. Acrescenta-se que dentre os legados do ativismo se encontram a conscientização e a conquista de direitos sociais, a politização das cidades e a criação de uma margem de manobra para a humanização do urbano (SOUZA, 2010a).

Em entrevistas com as representações de bairro, as principais atividades relatadas e desenvolvidas em seus espaços consistiram em práticas esportivas (futebol, capoeira, muay thai, judô, caratê, jiu jitsu e boxe), musicais (grupos de dança, quadrilhas, hip hop), e didático-formativas (programas governamentais como o “Brasil Alfabetizado” e “Mais Educação”, cursos diversos oferecidos em parcerias, além de bibliotecas em algumas das representações, palestras sobre saúde e segurança)<sup>60</sup>. Também foram citados grupos de terceira idade, grupos de mulheres, eventos culturais e religiosos de diferentes naturezas. Acrescenta-se nesse ponto que algumas representações restringem o uso de seus espaços a pequenos eventos familiares (casamentos, cultos, batizados, casamentos e até velórios), enquanto outras disponibilizam esses espaços para festas maiores (fotografias 08 a 19).



Fotografias 08 e 09: Oficinas de trabalho artesanal para fazer cartões de natal e curso de alfabetização, ofertados pela representação do bairro Tambor, durante a década de 1990.  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.

<sup>60</sup> Nos anexos, cartazes de atividades e parcerias com as representações a respeito dessas parcerias.



Fotografias 10 e 11: Organização e fiscalização de obra-reforma no canal que corta o bairro Cruzeiro, pela SAB do bairro, dezembro de 2015.  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.



Fotografias 12 e 13: Aula de caratê para crianças do Pedregal, oferecida na SAB do bairro, dezembro de 2015.  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.



Fotografia 14: Partida de futsal em uma das quadras da SAB no bairro Santa Rosa, novembro de 2015.  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.



Fotografia 15: Confraternização e cerimônia de posse da gestão da SAB da Palmeira, anos 2000.  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.



Fotografias 16, 17 e 18: Festividades natalinas, celebrações ao Dia da Mulher, reunião de movimentos sociais em edição do Grito dos Excluídos, na representação comunitária do bairro de Bodocongó, década de 1990.  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.



Fotografia 19: Celebração ecumênica na Associação Pró-Melhoramento do Bairro de Bodocongó, década de 1980.

Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.

No caso das festividades, alguns líderes apontaram dificuldades sobre a realização das mesmas pela desordem e casos de violência que presenciaram

Tinha muita festa até os anos 2000. Hoje a gente ainda faz uma festinha, mas teme pela não segurança. A gente entende que uma SAB não é um lugar pra festa o tempo todo. Festa social, familiar, tudo bem. Mas eu não me sinto segura pra fazer um festa com bilheteria porque você não conhece o público. Uns vem pra brincar, outros não. Isso é bem preocupante (Representação do bairro Bodocongó).

Eu que tenho de arcar com toda a despesa, fazendo festa, fazendo umas festinhas pra ver se arranja um dinheirinho pra comprar material, porque o material, pra quem não tem, não tem onde buscar e a gente tem que trabalhar, fazer festa pra poder comprar

o saco de cal pra poder pintar isso aqui (Representação do bairro Jardim Continental).

Eu poderia muito bem ter a festa de sábado, o pessoal pergunta por festa aqui na SAB. Há alguns anos tinha festa, mas as condições eram melhores. Não tem viatura, não tem segurança, não tem dinheiro pra banda. Hoje as coisas ficaram mais difíceis. A gente bota um som e cobra barato, um barzinho pra dar lucro. Mas aí eles se estranham e a briga come. O motivo do fim das festas foi uma briga com tiro e tudo. Não tem como fazer a festa, quem acaba são eles mesmos (Representação do bairro José Pinheiro).

A gente faz uma reunião aqui, poucos sócios comparecem à reunião, agora se tem uma festa grátis, todo mundo imediatamente comparece pra participar da festa, o povo chega na porta de uma festa dessa, quer entrar de todo jeito. Por isso que as festas acabaram. Faço casamento, batizado, chá de bebê, aniversário, porque vem o pessoal mais da família e não mexe em nada, mas não tá podendo fazer festa. O povo não invadia as SABs pra entrar em festa gratuitamente, não tinha confusão, briga, discussão. Você marcava uma festa, dava pra manter a SAB muito bem com o dinheiro. Hoje em dia não é mais assim, vem pouca gente pagando (Representação do bairro da Palmeira).

Eu cobro 50 centavos para o pessoal jogar nas quadras aqui. Mesmo os sócios. Nas festas, tem um desconto de 50%, mas se usufrui pagando. Nosso bairro há 13 anos o lazer não tinha nada. Agora nós temos o maior centro de lazer de bairro de Campina Grande, chama-se o Espaço do Santa Rosa. Tivemos agora com a gestão desse prefeito, a recuperação da praça do bairro, com as famílias brincando nela, os campos de pelada também. Nós temos o maior evento cultural de bairro de Campina Grande, eu digo isso com orgulho, a Noite Cultural do Bairro Santa Rosa. Ela foi iniciada ao lado da igreja, depois passou a ser aqui na SAB. É um evento diversificado do ponto de vista cultural. É um evento gratuito e sem álcool. Você pode estar bêbado antes de entrar, mas aqui não se bebe nem entra com bebida. Por exemplo, você vai pro teatro, você vai ver a cultura, não é banda voou com bebida (Representação do bairro Santa Rosa).

Uma dupla questão geográfica revelada durante o período de entrevistas diz respeito à questão do espaço das representações: por um lado, tais espaços variam drasticamente de tamanho: são casas, galpões, quadras, salas. E essa questão do tamanho está intimamente relacionada à quantidade e tipos de atividades ofertadas na representação comunitária. Algumas representações de bairro também funcionam em parceria com outras entidades ou órgãos<sup>61</sup>.

Por outro lado, a importância do espaço próprio é sentida sobretudo pelas representações de bairro que não dispõem de sede. Representações como Distrito Industrial, Estação Velha, Ramadinha e São José atuam nas casas de seus presidentes, juntando o particular-domiciliar ao coletivo-comunitário. No momento em que tais representações não dispõem de uma sede para suas atividades, elas não só são limitadas possibilidades de ação, como também perdem oportunidades valiosas para o bairro como um todo: cursos ofertados

---

<sup>61</sup> A representação do Catolé funciona próxima de um posto de polícia militar, atuando em parcerias como o projeto “Lutando pela Paz”, em que aulas de judô são ofertadas às crianças do bairro por professores também policiais. A sede da representação do Cruzeiro funciona em parceria com uma sede dos Alcoólicos Anônimos.

pelo governo, ONGs e movimentos sociais demandam, na maioria dos casos, que haja um espaço mínimo para as práticas dos mesmos. Não havendo tais espaços, os cursos não são aprovados, não contemplam as comunidades. A SAB do Catolé, por exemplo, mesmo possuindo sede própria, deixou de ganhar cursos profissionalizantes e projetos de extensão de universidades porque seu espaço foi depredado em atos de vandalismo, segundo as entrevistadas. O espaço também se constitui como elemento estrutural para realização de algumas práticas e foi determinante para sua continuidade ou fim, como ilustra o depoimento

A gente tinha um sopão comunitário e não podia botar na frente por causa do vandalismo, então a partir do momento que a base de polícia foi instalada, esse clima teve uma calma, paz mas não é 100% para eliminar a criminalidade. Esse sopão atendia mais de 150 famílias e toda sexta-feira a gente tava aqui voluntariamente sem ganhar nada, com aquele amor, e quando a gente terminava era um resultado maravilhoso que era doar para quem realmente precisa do alimento, então infelizmente, por falta de condições e segurança mesmo, a gente deu uma parada nesse projeto, mas se Deus quiser a gente vai voltar (Representação do Catolé).

Dentre os relatos dos líderes comunitários sem sede, uma explicação foi comumente apontada: gestões do governo local financiavam, mediante seus interesses, o aluguel de algumas sedes em casas, pontos comerciais e até outras entidades presentes no bairro. Com as mudanças de gestão/candidato/partido pós-eleições, algumas representações deixaram de receber essa ajuda de custo e não conseguiram se manter, fechando suas portas. Esse ciclo alterna entre representações e candidatos eleitos, influenciando relações entre as partes, benefícios aos bairros e atendimento às solicitações dos ofícios. Também foram observadas consideráveis diferenças entre as instalações e equipamentos/materiais das representações. O espaço das sedes funciona de modo determinante quanto aos atrativos e imagens que lhe são atribuídos. Em uma das entrevistas, foi mencionado que tal disparidade não deveria existir porque, inicialmente, as sedes seguiam um padrão estabelecido pela prefeitura, mas o que se vê é que algumas sofreram ampliação, outras não e houve até quem sofresse reduções e perda de seus espaços, mesmo que temporários, como no caso das casas alugadas e parcerias com outras entidades<sup>62</sup>. Tal diferença é ilustrada a partir dos registros a seguir de algumas das representações visitadas (fotografias 20 a 64)<sup>63</sup>.

---

<sup>62</sup> A representação do bairro do Tambor, mesmo tendo uma sede própria, atua em conjunto com o Clube de Mães do mesmo bairro. A SAB do São José tinha uma parceria com um clube da cidade e com a sede do Sindicato de Trabalhadoras Domésticas no mesmo bairro. Hoje essa parceria não existe mais.

<sup>63</sup> Em respeito à privacidade dos entrevistados, as representações de bairro que atualmente funcionam nas residências dos próprios líderes comunitários não foram registradas fotograficamente, justificando a escolha pelas fotografias de algumas representações possuidoras de sede própria e não de todas as entrevistadas.



Fotografias 20, 21, 22 e 23: Sede da representação do bairro do Araxá e alguns de seus espaços.  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.



Fotografias 24, 25, 26, 27 e 28: Sede da representação do bairro de Bodocongó e alguns de seus espaços.  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.



Fotografias 29, 30, 31 e 32: Sede da representação do bairro do Catolé e alguns de seus espaços.  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.



Fotografias 33, 34, 35 e 36: Sede da representação do bairro do Cruzeiro e alguns de seus espaços.  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.



Fotografias 37, 38, 39 e 40: Sede da representação do bairro Jardim Continental e alguns de seus espaços.  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.



Fotografias 41, 42, 43, 44 e 45: Sede da representação do bairro José Pinheiro e alguns de seus espaços.  
 Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.



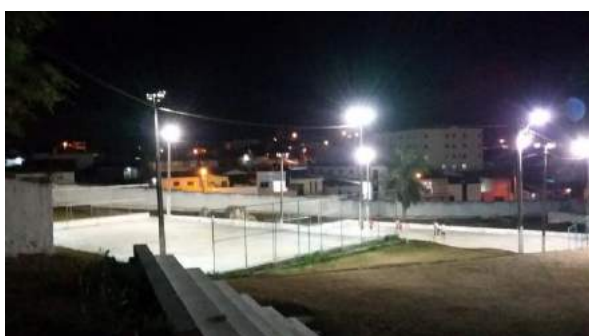
Fotografias 46, 47, 48 e 49: Sede da representação do bairro do Monte Santo e alguns de seus espaços.  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.



Fotografias 50, 51, 52 e 53: Sede da representação do bairro do Pedregal e alguns de seus espaços.  
 Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.



Fotografias 54, 55, 56 e 57: Sede da representação do bairro do Vila Cabral e alguns de seus espaços.  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.



Fotografias 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64: Sede da representação do bairro do Santa Rosa e alguns de seus espaços.  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.

Como observado durante o período de pesquisa de campo e aqui registrado fotograficamente, a variação espacial entre as sedes de bairro aborda um conjunto de situações a serem analisadas. Dentre algumas situações, portas fechadas em que as chaves se

encontram em poder de outras pessoas além dos entrevistados (o que restringiu o acesso ao conteúdo de algumas salas), organização variável em termos de limpeza e manutenção, alguns casos em que havia risco de acidentes com rachaduras em paredes, telhados danificados pelo tempo, pelas bolas esportivas da vizinhança e vandalismo que danificaram algumas das sedes representativas no decorrer dos tempos, acarretando inclusive pequenos incêndios e roubo de materiais e documentos diversos. Somados à questão das chuvas e umidade de rigorosos períodos frios, boa parte dos registros e documentos das representações foi perdida. Com raras exceções, os presidentes dispõem de tal material em suas próprias residências e alegam que não podem mostrar à pesquisa porque está em fase de atualização, reforma ou mudança. Por mais que a democracia, enquanto sistema político de regras de jogo explícitas e bem conhecidas, também contenha em sua essência algumas práticas de segredo (BOBBIO, 2015), restaram lacunas sobre tais registros que seriam importantes na constituição da história da representação e suas ações, por exemplo.

Quando ao acesso às fontes documentais sofre limitações, buscam-se outros meios para se discutir as normas e leis que regem as relações entre os agentes sociais do urbano campinense, de tal maneira que adentramos o debate entre normas e leis urbanas enquanto arcabouço para pensar Campina Grande não só quanto à execução do direito urbano, mas também refletir até que ponto esse conjunto de leis possui brechas e como se dão o conhecimento e usufruto das mesmas mediante os conflitos de interesses e relações de poder entre aqueles que fazem de Campina Grande a cidade que ela é hoje. Daí decorre a preocupação com a participação popular contemporânea e sua relação em termos de cidadania e democracia nos bairros.

### **CAPÍTULO 3 – A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA/DA CIDADE: questões de cotidiano, democracia e cidadania nas representações de bairro**

Para abordar as representações de bairro nesse terceiro capítulo, partimos da tríade composta por bairro, cotidiano e comunidade. Esses termos se justificam pela possibilidade de se analisar o urbano campinense a partir de alguns de seus bairros, pelo estudo da dimensão cotidiana que compreende as experiências nesses espaços e pelo constante emprego do termo comunidade nas falas dos entrevistados, inclusive em alguns casos, rivalizando em quantidade de vezes com o próprio termo bairro. A comunidade evocada pelas representações de bairro, na maioria dos casos, consistia na concepção de espaço de vizinhança, entre comuns ou ainda entre amigos e familiares, aconchego. Com certeza, a identidade colocada pelas comunidades que compuseram essa pesquisa não era um dado a ser desprezado, exigindo também o cuidado de não tratar tal nomenclatura/relação em termos de suspensão da totalidade campinense no qual o bairro se insere.

A segunda discussão realizada nesse capítulo diz respeito ao par dialético entre cidadania e democracia. Como essa pesquisa privilegia a dimensão política e as representações de bairro atuam enquanto agentes sociopolíticos, a questão da cidadã-democrática se expressa em como os direitos civis, políticos e sociais são exercidos ou não no cotidiano dos moradores. Certamente haver leis que defendam e garantam esses direitos consiste em um processo de luta e busca por uma sociedade melhor, contudo, as boas intenções garantidas na Carta Magna não necessariamente atendem as demandas ou atua sobre a qualidade dos serviços prestados, exigindo um olhar mais atento sobre a diferença entre ter um dado serviço público no bairro e as ações do mesmo quanto a sua eficácia. Cidadania e democracia, e essa relação será trabalhada minuciosamente, atuam como par dialético não só em termos de condicionamento recíproco, mas também como uma expressão territorial: a dimensão espacial desse par é visível no cotidiano, nos espaços políticos, nos serviços de atendimento à população, na qualidade de vida e no respeito ao usuário de serviços ligados às necessidades básicas (moradia, saúde, educação, segurança, lazer, infraestrutura, mobilidade urbana, entre outros). A participação popular, para além do voto, traz um potencial democrático ainda pouco efetivado nas cidades brasileiras, apesar de instrumentos previstos como o Estatuto da Cidade de 2001 que tem entre seus preceitos uma gestão democrática. Em Campina Grande, um dos problemas que assolam tal potencial são os limites de participação das representações de bairro, bem como seu desigual excesso de

“formalismo burocrático” em alguns casos. A democracia que poderia atuar diretamente perde espaço a uma proposta representativa limitada.

A última parte do capítulo examina situações de exclusão sociopolítica, não se limitando à falta e negação de participação popular, mas também atentando que os direitos, os exercícios de cidadania e as práticas cidadãs são precarizadas no cotidiano. Não por acaso, a lógica que permeia tais situações é justamente aquela do neoliberalismo urbano atual, em que o Estado, na defesa dos interesses privados hegemônicos, elenca as demandas sociais no fim de sua agenda de prioridades. As soluções raramente solicitadas às representações, as ações limitadas destas, a variável relação entre os líderes comunitários e as parcas visitas do poder público municipal aos bairros caracterizam uma realidade exigente de mudança para além da esfera burocrática estatal. Não que o Estado não tenha seu papel reconhecido, mas em uma perspectiva ampliada de Estado, a sociedade civil necessita de canais de diálogo com o governo que supere experiências paliativas ausentes de práxis.

### **3.1 As representações de bairro enquanto espaços políticos: “vez e voz” dos comunitarismos na tríade bairro-cotidiano-comunidade**

Como exposto na introdução do capítulo, antes de adentrar a questão das representações de bairro, se faz necessário discutir o panorama conceitual onde essas representações se inserem. Para isso, fizemos uso de três ideias que se relacionam e serviram de apoio para as discussões que se seguem, bairro-cotidiano-comunidade. Foi essa tríade que norteou as atividades de campo, bem como tornou viável a apreensão das realidades dos bairros e suas representações partindo das reflexões obtidas das leituras e depoimentos colhidos nas entrevistas.

Iniciando pela discussão acerca do bairro, Lefebvre, em uma de suas principais obras, aborda tal problemática, partindo de uma crítica à ideologia de bairro. Segundo o autor,

Empezemos por recordar que existe una *ideología* del barrio, en decadencia, pero que aún no ha perdido su audiencia ni su influencia. Como toda ideología, ésta no se nos aparece como tal ni como teoría. Sus partidarios, de buena o mala fe, hablan y se esfuerzan en poner de manifiesto sus evidencias; se colocan en el sólido terreno del sentido común, lo que les sirve para comprender y apreciar los aspectos de la vida urbana. No separan los presupuestos ni las implicaciones de esta pretendida observación empírica (LEFEBVRE, 1978b, p. 195).

Segundo o autor, para aqueles que seguem tal ideologia, o bairro seria a essência da realidade urbana, traduzindo-se em um “bairrocentrismo” que o torna medida de todas as coisas. Nesse sentido, Lefebvre faz um alerta do ponto de vista teórico-metodológico para evitar possíveis reducionismos que um sentimentalismo exacerbado poderia fazer brotar

inclusive aos olhos atentos de um pesquisador. O autor preza por um caminho relacional, trabalhando não só os bairros, mas a cidade como uma totalidade. A perspectiva dialética do autor nos lembra não só a necessidade de ir além desse preciosismo como também os limites e cuidados no tratamento com os bairros em um estudo científico.

Adentrando as possibilidades abertas na perspectiva dessa escala espacial, o autor discorre desde a possibilidade de resistência até o tratamento do bairro em meio ao qualitativo e ao quantitativo, definindo-o na conjuntura entre espaço e tempo

Un barrio consolidado y organizado de esta forma por las fuerzas sociales que han modelado la ciudad y orientado su desarrollo, puede resistir mucho tiempo después que el escalón barrio se haya deteriorado a causa del crecimiento urbano, que lo desborda, y por otros problemas mucho más amplios planteados por la práctica social. El barrio es una forma de organización concreta del espacio y del tiempo en la ciudad. Forma cómoda, importante, pero no esencial; más coyuntural que estructural. [...] El barrio sería la *minima diferencia* entre espacios sociales múltiples y diversificados, ordenados por las instituciones y los centros activos. Sería el punto de contacto más accesible entre el espacio geométrico y el espacio social, el punto de transición entre uno y otro; la puerta de entrada y salida entre espacios cualificados y el espacio cuantificado, el lugar donde se hace la traducción (para y por los usuarios) de los espacios sociales (económicos, políticos, culturales, etc.) en espacio común, es decir, geométrico. (LEFEBVRE, 1978b, 200-201)

Continuando a discussão, o filósofo do direito à cidade vai associar o bairro à sua sobrevivência e à necessidade de se pensar esse dado no urbano: sem ele, assim como na ausência de ruas, teríamos aglomerações, multidões ou qualquer outra coisa, mas não uma cidade. Daí reside o jogo entre as escalas, pois, como afirma Lefebvre (1978b, p. 202) “la estructura del barrio depende completamente de otras estructuras más vastas: municipalidades, poder político, instituciones”. Em concordância com as ideias Lefebvreas, Gohn (1982, p. 140) aponta que “é preciso considerar a cidade primeiro analiticamente, a partir de seus elementos. A tarefa de captar a interação das partes no todo não é fácil e seria um erro subestimar o bairro, que é um todo no todo”. Continua a autora em suas reflexões ao afirmar que

O bairro é a essência da vida urbana, por ser o núcleo da vida social. O bairro é antes de mais nada reflexo de uma estrutura de classes. Sua vida social nada mais é do que o espelho desta estrutura de classes. O bairro é o produto direto de uma sociedade estratificada em classes, sendo um componente desta. O tipo de habitação, de infraestrutura urbana, de equipamento coletivo que um bairro possui, reflete parte da estrutura social da sociedade, reflete a categoria social a que ele serve. Cada vez mais os bairros vão se tornando realidades presentes. O crescimento das cidades vai-se fazendo principalmente pelo crescimento de novos bairros periféricos. Os bairros “tradicionais”, ou seja, os pioneiros em certas atividades, vão cedendo lugar a outros tipos sociais e outras atividades econômicas.

Abordando a imagem da cidade, Lynch realiza algumas reflexões sobre os bairros e suas composições

Os bairros são áreas relativamente grandes da cidade, nas quais o observador pode penetrar mentalmente e que possuem algumas características em comum. Podem ser reconhecidos internamente, às vezes usados como referências externas – como, por exemplo, quando uma pessoa passa por eles ou os atravessa. As características físicas que determinam os bairros são continuidades temáticas que podem consistir numa infinita variedade de componentes: textura, espaço, forma, detalhe, símbolo, tipo de construção, usos, atividades, habitantes, estados de conservação, topografia (LYNCH, 1999, p. 74-75).

O autor ainda discorre sobre a identidade dos bairros a partir de seus nomes e suas diferentes fronteiras. Segundo Lynch, tais limites, que podem apresentar solidez e precisão de suas definições ou ainda flexibilidade e incerteza, “parecem ter uma função secundária: podem estabelecer as regiões limítrofes de um bairro e reforçar sua identidade, mas aparentemente têm pouco a ver com sua constituição”. Tal assertiva se confirma no contexto dos bairros campinenses quando os limites são estabelecidos formalmente pela Secretaria de Planejamento, mas são fluidamente vivenciados entre os bairros próximos.<sup>64</sup> Com uma boa relação interbairro e ênfase nas lideranças de bairro, uma possível fragmentação urbana não ocorre em termos de bairro ou de representação dos mesmos<sup>65</sup>.

Outra contribuição válida na discussão sobre as concepções de bairro é encontrada em Mayol (2008, p. 39), para quem o bairro é “o lugar onde se manifesta um “engajamento” social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição”. E continua o autor

o bairro é, quase por definição, um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido. Pode-se portanto apreender o bairro como esta porção do espaço público em geral (anônimo, de todo o mundo) em que se insinua pouco a pouco um *espaço privado particularizado* pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço. A fixidez do habitat dos usuários, o costume recíproco do fato da vizinhança, os processos de reconhecimento – de identificação – que se estabelecem graças à proximidade, graças à coexistência concreta em um mesmo território urbano, todos esses elementos “práticos” se nos oferecem como imensos campos de exploração em vista de compreender um pouco melhor esta grande desconhecida que é a vida cotidiana (MAYOL, 2008, p. 40).

---

<sup>64</sup> “O reconhecimento de um determinado bairro e seus limites é fruto de um sentimento da população, de sua percepção. Essa percepção sofre alteração ao longo do tempo. Conforme os bairros vão evoluindo, vão se expandindo em espaço e população, tornando-se mais complexos, tendendo a uma subdivisão através do surgimento de sub-unidades ou sub-bairros. Ao longo desse processo, a percepção do morador, passa por estágios de indefinição, quanto ao novo bairro e seus limites, enquanto os novos bairros, vão se afirmando em seus limites ao longo do tempo” (TEIXEIRA; MACHADO, 1986, p. 67).

<sup>65</sup> Associando identidade e espaço no bairro, Souza (1989) aponta o conjunto das relações sociais, bem como alguma coesão social e a vida anima essa parte da urbe. O autor ainda afirma que o bairro possui uma identidade aceita e experimentada pelos seus moradores e pelos moradores dos outros bairros, mesmo com algumas variações.

Mayol aborda o bairro a partir de seus espaços e sua relação com o tempo, do deslocamento entre espaços públicos e privados e como aconchego mediante os desníveis do espaço urbano. Prossegue o autor afirmando que “o bairro é uma noção dinâmica, que necessita de uma progressiva aprendizagem, que vai progredindo mediante a repetição do engajamento do corpo do usuário no espaço público até exercer aí uma apropriação” (MAYOL, 2008, p. 41). Na dialética entre espaços como a residência e a cidade, o bairro assim se insere

Trata-se de um dispositivo prático que tem por função garantir uma solução de continuidade entre aquilo que é mais íntimo (o espaço privado da residência) e o que é mais desconhecido (o conjunto da cidade ou mesmo, por extensão, o resto do mundo): existe uma relação entre a apreensão da residência (um “dentro”) e a apreensão do espaço urbano ao qual se liga (um “fora”). O bairro constitui o termo médio de uma dialética existencial entre o dentro e o fora. E é na tensão entre esses dois termos, um *dentro* e um *fora*, que vai aos poucos se tornando o prolongamento de um dentro, que se efetua a apropriação do espaço.

O bairro assim seria uma “ampliação do lar, da sua habitação”. Consiste em uma possibilidade de inserção/inscrição na cidade, no espaço urbano.

O bairro é o espaço de uma relação com o outro como ser social, exigindo um tratamento especial. Sair de casa, andar pela rua, é efetuar de tudo um ato cultural, não arbitrário: inscreve o habitante em uma rede de sinais sociais que lhe são preexistentes (os vizinhos, a configuração dos lugares etc.). É sempre uma relação entre uma pessoa e o mundo físico e social. É organizadora de uma estrutura inaugurável e mesmo arcaica do “sujeito público” urbano pelo pisar incansável porque cotidiano, que afunda em um solo determinado os germes elementares (decomponíveis em unidades discretas) de uma dialética constitutiva da autoconsciência que vai haurir, nesse movimento de ir-e-vir, de mistura social e de recolhimento íntimo, a certeza de si mesma enquanto imediatamente social (MAYOL, 2008, p. 43)

A prática do bairro é desde a mais tenra idade um reconhecimento do espaço enquanto social (a padaria com o pão fresquinho no fim de tarde, o campinho de futebol com a molecada local); deve-se, então, tomar aí o seu lugar. Assinatura que apresenta um início, o bairro faz parte do sujeito urbano como uma questão de pertencimento, o arquétipo de todo processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana. E nisso se misturam as expressões do cotidiano e os usos dos espaços: “A prática do bairro introduz um pouco de gratuidade no lugar da necessidade; ela favorece uma utilização do espaço urbano não finalizado pelo seu uso somente funcional” (MAYOL, 2008, p. 44). Nesse sentido,

O bairro é, por conseguinte, no sentido forte do termo, um objeto de consumo do qual se apropria o usuário no modo da privatização do espaço público. Aí se acham reunidas todas as condições para favorecer esse exercício: conhecimento dos lugares, trajetos cotidianos, relações de vizinhança (política), relações com os comerciantes (economia), sentimentos difusos de estar no próprio território (etologia), tudo isso como indícios cuja acumulação e combinação produzem, e mais

tarde organizam o dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano se torna não somente o objeto do conhecimento, mas *o lugar de um reconhecimento*.

Dentre as perspectivas geográficas, Tuan (2013, p. 207) também comenta sobre os limites e tamanhos dos bairros, atribuindo a noção de experiência ao conceito

a rua onde se mora é parte da experiência íntima de cada um. A unidade maior, o bairro, é um conceito. O sentimento que se tem pela esquina da rua local não se expande automaticamente com o passar do tempo até atingir todo o bairro. O conceito depende da experiência, porém não é uma consequência inevitável da experiência. O conceito pode ser deduzido e esclarecido por meio de perguntas, dirigidas primeiro para o concreto e depois para o mais abstrato.

Pierre George (1983, p. 76) aborda o bairro em diálogo com o exposto anteriormente por Mayol, apontando para o bairro enquanto um situar-se na cidade

A unidade básica da vida urbana é o bairro, com frequência, uma antiga unidade religiosa ou uma paróquia ainda em atividade ou um conjunto funcional como o “bairro” do mercado, a zona de agrupamento dos artesãos de uma ou várias profissões, o bairro dos conventos, etc. O bairro tem, de longa data, suas tradições, seu protetor, um santo na civilização cristã e um marabu na civilização mulçumana. O morador refere-se ao seu bairro, quando quer situar-se na cidade; tem a impressão de ultrapassar um limite quando vai a um outro bairro. A organização administrativa, geralmente, codificou estes dados empíricos e emprestou-lhes uma forma rígida. É com base no bairro que se desenvolve a vida pública, que se organiza a representação popular. Finalmente, e não é o menos importante, o bairro tem um nome, que lhe confere uma personalidade dentro da cidade.

Dentre as contribuições brasileiras, Teixeira; Machado (1986, p. 66) apontam três elementos em sua definição de bairro

Um bairro se define ou se individualiza por três elementos: paisagem urbana, conteúdo social e função. A paisagem urbana está refletida no tipo, estilo e idade das construções, no traçado de suas ruas etc.; o conteúdo social é referente ao modo e ao padrão de vida de sua população; a função é a atividade básica que o bairro desempenha dentro do organismo urbano, isto é, função residencial, comercial ou administrativa, para a qual desenvolve um determinado equipamento funcional.

No artigo citado, as autoras relacionam as concepções de bairros, quanto aos seus limites e composição, e seus usos pela população, pela prefeitura do Rio de Janeiro e pelo IBGE. O cotidiano dos bairros revelou um conflito entre as visões “oficiais” e a percepção dos moradores sobre esses espaços, adequando à necessidade de dados e informações uma perda do sentido popular (TEIXEIRA; MACHADO, 1986). Sobre a noção popular de bairro e sua importância geográfica, Soares (1990, p. 105-106) comenta que

A noção popular de bairro é uma noção de origem popular, tirada da linguagem corrente. Para o habitante de uma cidade, o bairro constitui, no interior da mesma, um conjunto que tem sua própria originalidade. [...] cada bairro é um resultante de forças do passado e de fatores do presente, mas que, em todos eles, já se esboçam alguns traços do futuro, que cabe ao geógrafo distinguir.

Apesar das dificuldades que a fluidez popular na definição de bairro apresenta, Souza (1989) comenta que a tarefa séria de se trabalhar com essa unidade espacial deve ser realizada, considerando as dimensões objetiva e intersubjetiva do objeto. Questões como identidade, percepção, contexto capitalismo, comunitarismo e demais relações entre seus moradores são conteúdos a serem considerados, mesmo em um contexto de intensa variação, sob uma perspectiva dialética. Como aponta o autor,

Vendo o bairro de modo diferenciado, a ação, a participação, a intervenção - ou a inação, a omissão e o descaso- serão diferenciadas também. Para uns, o bairro representa a casa e a rua onde se nasceu e brincou; os amigos e vizinhos, as árvores amigas, as paisagens familiares; para outros, ele apenas significa um Espaço valorizado, um locus específico onde possuem imóveis que propiciam rendas. Entre a intensa bairrofilia e a plena indiferença são tantas as possibilidades quantos são os tons de cinza entre o branco e o preto. Certamente, a intensidade e o tipo de participação individual para melhorar a vida no bairro dependem desses condicionamentos da dialética objetivo/subjetivo referidos anteriormente. Também a procura por um determinado bairro ou o desejo de mudar são influenciados, num nível mais específico, pelo grau de aceitação das valorações dominantes. Em síntese, o desejo e a possibilidade de mudar de bairro; a maneira como se vivencia o bairro onde se mora, como ele é visto, a imagem que dele se tem; a participação ou a não-participação dos indivíduos junto aos problemas e à vida do bairro; tudo isto está condicionado por uma dialética entre fatores objetivos – proletário/burguês, antigo no bairro/recém-chegado, inquilino/proprietário, jovem/velho – e valorações diferenciadas – vinculadas à diversidade de vivências da objetividade historicamente produzida. A apreciação dessa dialética é fundamental para se avaliar, sem parcializações, os vários tipos e os distintos níveis de participação na vida do bairro (SOUZA, 1989, p. 151).

Essa dialética nos permite analisar, entre outras questões, problemas e desigualdades refletidas no bairro a partir de suas carências e ausências contextuais, além de processos do cotidiano como a criminalidade. Ao exemplificar a dialética entre os processos de massificação e segregação, o autor comenta o mesmo contexto social que responde pela massificação do bairro reproduz, por meio da segregação sócio-espacial, a virtualidade de uma resistência a essa massificação e ao conjunto de problemas gerados pela crise social que se reflete no espaço urbano.

Em obra posterior, o autor discute o bairro a partir da ação de agentes como o Estado e o capital imobiliário, bem como possíveis respostas de seus moradores.

Os bairros, suas imagens e seus limites podem ser condicionados por intervenções do Estado e, na verdade, pelo próprio capital imobiliário, que pode ter interesse em “ampliar” os limites de certos bairros valorizados, criar ou recriar imagens e identidades, e assim segue. Os próprios moradores, diante de processos de declínio do *status* de um bairro, podem atuar como agentes de alteração ou “flexibilização” dos seus limites espaciais (SOUZA, 2013, p. 155).

De exemplos como esse decorrem a preocupação com o cotidiano: é nessa dimensão da vida que os agentes sociais atuam produzindo espaços que atendam aos seus interesses e, em uma sociedade capitalista, o caráter privado de tais interesses entra em conflito com os

espaços banais (SANTOS, 2009a), os contextos em que a vida se dá. Lefebvre (1978b) já comentava que é na vida cotidiana que entramos em contato com o mundo humano já realizado, com objetos que se convertem em bens estimulando ambições, necessidades e desejos. A riqueza da cotidianidade consiste, nas palavras do autor, nas mais autênticas criações, nos estilos e formas de vida que englobam gestos e palavras correntes nas culturas por gerações de pessoas. Prova disso que o cotidiano também é marcado pela repetição, pela rotina, o que acaba se configurando em sua miséria. Nas palavras do autor,

En la cotidianidad, afrontamos en el corazón de nuestra vida lo que los enormes medios de la técnica moderna no logran dominar, y que quizás no llegan a dominar si no es destruyéndolo: espontaneidad, ritmos fisiológicos, cuestiones de salud y vitalidad; léase pasiones y resurgimientos de esperanzas ilimitadas. Lo cotidiano se descubre también como dominio de la suerte y la desgracia, de la casualidad y el destino y sus sorprendentes combinaciones. Lo novelesco y lo extraordinario se mezclan en ella con la trivialidad. Hay que hacer notar también que desde hace poco tiempo las técnicas modernas (las artes domésticas) se aplican a lo cotidiano y restringen los límites del dominio del hombre. Mil instrumentos, herramientas tradicionales mejoradas o aros milagrosos, han modificado la cotidianidad. No le han arrebatado el carácter repetitivo (LEFEBVRE, 1978b, p. 87)

O cotidiano não se resume à vida do trabalho, da empresa ou da oficina, nem à vida familiar com seu entorno e relações. Também não diz respeito apenas às distrações, ao ócio e suas atividades múltiplas, mas ao mesmo tempo, engloba tudo isso: a vida do ser humano ao outro ser humano, o tempo gasto com a família, com o trabalho, com o ócio. O cotidiano constitui a substância da humanidade, o que permite ao homem vê-lo resíduo e, simultaneamente, totalidade. Os desejos, as capacidades, suas possibilidades, relações com os bens e com outros humanos, seus ritmos e atividades. Também remonta aos seus tempos, espaços e conflitos (LEFEBVRE, 1978b). Ao discutir o espaço da rua, o autor relaciona tal espacialidade ao cotidiano.

la calle representa, en nuestra sociedad, a la vida cotidiana. Constituye su escenario casi completo, su *digest*, y esto siendo exterior a las existencias individuales y sociales, o quizá precisamente por ser exterior. No es nada más que el lugar de paso, de Interferencias, de circulación y de comunicación. Es, pues, todo, o casi todo: el microcosmos de la modernidad. Con su apariencia móvil ofrece públicamente lo que en otros lugares está escondido, poniéndolo en práctica sobre la escena de un teatro casi espontáneo. La calle se repite y cambia como la cotidianidad: se reitera en el cambio incesante de las gentes, los aspectos, los objetos y las horas. La calle ofrece un espectáculo y es sólo espectáculo; el que se afana, con prisa para llegar a su trabajo o a una cita, no ve este espectáculo, es un simple extra (LEFEBVRE, 1978b, p. 90)

Na relação entre a rua e seu povo, residem diferentes possibilidades: espetáculos, belezas, grupos de pessoas, manifestações políticas, alienação e desalienação. Em obra posterior, o autor aponta para “um momento composto de momentos (necessidades, trabalho, diversão – produtos e obras – passividade e criatividade – meios e finalidades etc.), interação

dialética da qual seria impossível não partir para realizar o possível (a totalidade dos possíveis)” (LEFEBVRE, 1991, p. 20). Em meio a esse conjunto de processos, o homem do cotidiano se encontra “perdido” entravado, preso por mil laços, às voltas com mil probleminhas minúsculos. Ao mesmo tempo, conforme a ocasião, ele pode arriscar; sabe ganhar e perder. Em sua trivialidade, o cotidiano possui suas repetições: gestos no trabalho e fora do trabalho, movimentos mecânicos (das mãos e do corpo, assim como de peças e dispositivos, rotação, vaivéns), horas, dias, semanas, meses, anos; repetições lineares e repetições cíclicas, tempo da natureza e tempo da racionalidade etc. As pessoas nascem, vivem e morrem. Vivem bem ou mal. É no cotidiano que elas ganham ou deixam de ganhar sua vida, num duplo sentido: não sobreviver ou sobreviver, apenas sobreviver ou viver plenamente. É no cotidiano que se tem prazer ou se sofre.

Durante muito tempo, a ciência foi negligente com a esfera do cotidiano<sup>66</sup>. De acordo com o autor, a comunidade científica “deixa aos práticos – publicitários, planejadores – a tarefa de organizar tudo e de fabricar uma coesão com o quebra-cabeça dos fragmentos. Ou, melhor ainda, desdenham os fatos cotidianos como se não fossem dignos de conhecimento” (LEFEBVRE, 1991, p. 31). Concorde-se aqui com o autor ao propor que tratar o cotidiano, refleti-lo, pensa-lo, é caracterizar a sociedade em que vivemos, com a cotidianidade construída e retendo, entre os fatos supostamente sem importância, alguma coisa de essencial, e estabelecendo ordem aos fatos. Não apenas a cotidianidade é um conceito, como ainda podemos tomar esse conceito como fio condutor para conhecer a sociedade e o mundo, situando o cotidiano no global, na totalidade. Nostalgias, tendências a serem seguidas, lembranças e conceitos embaralham e confundem ao não distinguir a especificidade do cotidiano após a massificação da economia mercantil e monetária, assim que o capitalismo se instaurou no século XIX. “Então e assim cresceu a prosa do mundo, invadiu tudo, os textos, o que se escreve, os objetos como os escritos, chegando a expulsar a poesia para longe (LEFEBVRE, 1991). Na modernidade vigente, o cotidiano passou da condição de “sujeito” (e sua respectiva subjetividade) à condição de “objeto” da organização social. Enquanto objeto da reflexão, longe de desaparecer, ele, ao contrário, se reafirmou e se consolidou. Ao discutir os cuidados e necessidades do cotidiano, o autor ressalta que

O cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da auto-regulação voluntária e planejada. Bem cuidado, ele tende a constituir um sistema com um bloqueio próprio (produção-consumo-produção). Ao se delinear as necessidades, procura-se prevê-la; encurrala-se o desejo. Isso

---

<sup>66</sup> Aponta Carvalho (2000, p. 13) que “até um passado recente, poucos pensadores se detinham a estudar a vida cotidiana: ela era especialmente apresentada por romancistas ou ainda por historiadores enquanto registro de uma dada época histórica”.

substituiria as auto-regulações espontâneas e cegas do período de concorrência. A cotidianidade se tornaria assim, a curto prazo, o sistema único, o sistema perfeito, dissimulado sob os outros que o pensamento sistemático e ação estruturante visam. Nesse sentido, a cotidianidade seria o principal produto da sociedade de consumo dirigido, assim como a sua moldura, a modernidade (LEFEBVRE, 1991, p. 82).

Para conceber o cotidiano, para uma teoria da cotidianidade, há a necessidade de dialeticamente viver nele, aproximando-se, distanciando-se, pensando de maneira crítica. Enfatiza-se nesse ponto a vivência e sua importância na apreensão dos espaços-tempos cotidianos, na medida em que a esfera do cotidiano contém as vidas do presente. A contemporaneidade constitui o conjunto das vidas em contextos espaço-temporais distintos com seus fenômenos e processos. Como aponta Heller (2000, p. 17),

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais “insubstancial” que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente.

A vida cotidiana é marcada pela heterogeneidade, e essa marca se manifesta sob vários aspectos, do conteúdo à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. Ainda segundo a autora, a espontaneidade exerce um papel dominante na vida cotidiana. Certamente, a espontaneidade varia entre as atividades e situações mas, em todos os casos, a espontaneidade é a tendência de toda e qualquer forma de atividade cotidiana<sup>67</sup>.

Segundo Carvalho (2000), a vida no cotidiano pode ser vista como um espaço onde as experiências do acaso, do inesperado, do prazer descoberto em um dia aleatório, elevam os homens dessa cotidianidade, retornando a ela de forma diferente, transformada. Os estudos sobre a vida cotidiana apontam para a complexidade, contraditoriedade e ambiguidade de seu conteúdo, concluindo que a vida de todos os dias não pode ser recusada ou negada como fonte de conhecimento e prática social. Em cada tempo e espaço, os ritmos e as regularidades da vida cotidiana se distinguem, se tornam diferenciáveis, a vivência e experiência da cotidianidade também é diferenciável segundo os grupos ou classes sociais a que os indivíduos pertencem e em cada momento societário existente. No que tange à esfera do cotidiano, a autora argumenta que

---

<sup>67</sup> “A espontaneidade caracteriza tanto as motivações particulares (e as formas particulares de atividade) quanto as atividades humano-genéricas que nela têm lugar. O ritmo fixo, a repetição, a rigorosa regularidade da vida cotidiana (que se rompem quando se produz a elevação acima da cotidianidade) não estão absolutamente em contradição com essa espontaneidade; ao contrário, implicam-se mutuamente” (HELLER, 2000, p. 30)

A esfera do cotidiano é uma esfera precisa; é a esfera do homem concreto. A objetivação que se passa no cotidiano é aquela em que o homem faz do mundo o seu ambiente imediato. A vida cotidiana é o conjunto de atividades que caracteriza a reprodução dos homens singulares que, por seu turno, criam a possibilidade de reprodução social. Isso significa que, na vida cotidiana, o indivíduo se reproduz diretamente enquanto indivíduo e reproduz indiretamente a totalidade social. Toda a reprodução que ultrapassa o imediato na vida cotidiana deixa de ser cotidiana. Na vida cotidiana, o homem aprende as relações sociais e as reproduz enquanto instrumento de sobrevivência (CARVALHO, 2000, p. 26).

Dentre os geógrafos, duas concepções de cotidiano se fazem presentes nessa pesquisa. Apesar de pertencerem a correntes de pensamento distintas (e alguns diriam até opostas), o autor desse trabalho crê que elas não se contradizem, antes se complementam, fornecendo uma visão mais completa da questão cotidiana. Inicialmente, Tuan (2013) aborda a experiência em sua relação com o espaço e o tempo, uma coexistência marcada pela determinação de um fator no outro. Nas palavras do autor, as atividades espacializadas e temporalizadas raramente chegam ao campo da consciência de quem as executa por causa da repetição e da frequência mecânica ausente de reflexão. São os acontecimentos adversos, as mudanças que nos estimulam a refletir sobre os acontecimentos.

Tuan ainda pontua a necessidade de se pensar a experiência e o cotidiano para o geógrafo, enquanto reflexão sobre o “estar no mundo”. Na medida em que a experiência cotidiana era desconsiderada, a ciência caminhava para uma cegueira que aflige desde a pessoa comum ao mais especializado cientista. Segundo o autor, “a cegueira a respeito da experiência é de fato uma condição humana comum. Raramente prestamos atenção àquilo que sabemos” (TUAN, 2013, p. 245). Para refletir sobre essa cegueira, autores como Carlos situam o cotidiano entre novas categorias que surgem à ciência para uma apreensão mais rica e completa do real.

Novas categorias de análise se impõem como a de *cotidiano*, que ganha centralidade na medida em que o processo de reprodução geral da sociedade manifesta-se, e pode ser compreendido concretamente, no plano da vida cotidiana. A noção de cotidiano permite deslocar a questão da análise do plano do econômico sem, todavia, excluí-lo, para o plano do social, iluminando a prática real e vivida na qual afloram as contradições. Aí se encontram as determinações do político e do econômico, ora contraditoriamente, ora em suas alianças “pesando sobre a vida cotidiana”. A extensão do processo de produção – que se realiza englobando a sociedade inteira em direção à constituição de uma sociedade urbana, como realidade e possibilidade – apoia-se na constituição de um cotidiano fortemente programado e normatizado (como produto e condição da reprodução do econômico e do político) (CARLOS, 2011, p. 15).

O processo de produção e reprodução do espaço, na proposta adotada nessa pesquisa, relaciona-se não só à realização da vida, mas também ao elemento que constitui uma identidade. “A vida cotidiana se realiza concretamente a partir de um conjunto de relações que

contemplam ações, que, por sua vez, se desenrolam em espaços e tempos determinados e que encerram nossa vida, sem os quais ela não ocorreria” (CARLOS, 2011, p. 55). No plano da mercadoria, na lógica do capital, é na dimensão da vida cotidiana que a dialética entre os valores de uso e de troca dos espaços urbanos salta aos olhos, emergindo o conflito entre os agentes em suas condições espaciais objetivas e subjetivas da produção capitalista. A vida cotidiana surge como o nível da apropriação e do conflito, na qual as diferenças se expressam e são vividas concretamente. Isso ocorre porque a produção da vida não se refere apenas à produção de bens para satisfação das necessidades materiais, mas abrange também a produção da humanidade do homem (CARLOS, 2011).

Frente a essa ordem vigente, Milton Santos destaca o cotidiano enquanto uma possibilidade a ser refletida pelo homem e pela geografia. O cotidiano se enriquece com a disseminação contemporânea de informação e comunicação. “O cotidiano de todas as pessoas assim se enriquece de novas dimensões. Entre estas, ganha relevo a sua dimensão espacial, ao mesmo tempo em que esse cotidiano enriquecido se impõe como uma espécie de quinta dimensão do espaço banal, o espaço dos geógrafos” (SANTOS, 2009a, p. 321). O autor ainda complementa suas ideias ao destacar os vários processos que relacionam o cotidiano à sua dimensão espacial

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade (SANTOS, 2009a, p. 322).

Dessa política cotidiana, chegamos à discussão sobre comunidade e comunitarismo (bem como suas formas derivadas como atividade ou ação comunitária), que se fizeram presentes nas falas das representações de bairro, sobretudo ao se tratar das relações de vizinhança e dimensão política das representações. Retomando as ideias de Heller (2000, p. 70),

A comunidade é uma unidade estruturada, organizada de grupos, dispondo de uma hierarquia homogênea de valores e à qual o indivíduo pertence necessariamente; essa necessidade pode decorrer do fato de se “estar lançado” nela ao nascer, caso em que a comunidade promove posteriormente a formação da individualidade, ou de uma escolha relativamente autônoma do indivíduo já desenvolvido.

A comunidade e a prática comunitária, na abordagem recente da liquidez dos tempo-espaços, surge como reação ou resistência ao imperativo da velocidade, da aceleração contemporânea dos imperativos hegemônicos. Zygmunt Bauman (2001) situa o comunitarismo a partir de “uma reação esperável à acelerada ‘liquefação’ da vida moderna,

uma reação antes acima de tudo ao aspecto da vida sentido como a mais aborrecida e incômoda entre suas numerosas consequências penosas – crescente desequilíbrio entre a liberdade e as garantias individuais”. Esse comunitarismo coexiste com a fragilidade dos laços humanos na perseguição dos objetivos individuais pelas pessoas. O renascimento desse movimento coletivo tem ganhado destaque sobretudo aos valores de segurança e garantias que a ele se associam. Ainda segundo o sociólogo polonês, “o principal apelo do comunitarismo é a promessa de um porto seguro, o destino dos sonhos dos marinheiros perdidos no mar turbulento da mudança constante, confusa e imprevisível” (BAUMAN, 2001, p. 213-214). A comunidade atua como um procedimento de apreensão frente ao mundo: ele não é apenas uma fração da realidade, mas uma forma de nela estar, com todas as suas adversidades<sup>68</sup>. Segundo o autor,

A imagem da comunidade é a de uma ilha de tranquilidade caseira e agradável num mar de turbulência e hostilidade. Ela tenta e seduz, levando os admiradores a impedir-se de examiná-la muito de perto, pois a eventualidade de comandar as ondas e domar os mares já foi retirada da agenda como uma proposição tanto suspeita quanto irrealista. Ser o único abrigo dá a essa visão de comunidade um valor adicional, e esse valor continua a crescer à medida que a bolsa onde se negociam outros valores da vida se torna cada vez mais caprichosa e imprevisível (BAUMAN, 2001, p. 227).

Em obra destinada à relação entre comunidade e segurança, o autor situa a primeira enquanto lugar “cálido”, confortável e aconchegante, um abrigo frente aos desconfortos e perigos. A comunidade convida ao relaxamento, à segurança frente aos perigos escondidos nas sombras do mundo (BAUMAN, 2003). A confiança é outro traço comumente associado desse tipo de agrupamento: se tem a ideia de que seus membros são iguais ou se encontram na comunidade por uma causa ou condição comuns. Os perigos que os estranhos poderiam trazer são esquecidos e mesmo as discordâncias são regidas por um tom amistoso. A ideia de pertencimento é o coração na proposta de comunidade discutida pelo autor.

Em outro momento, a comunidade é posta como uma questão de classe quando os conflitos entre liberdade e comunidade surgem. Não que a comunidade ceife as liberdades, mas em um mundo líquido moderno em que a liberdade – de mercado – é exaltada aos quatro cantos, a única comunidade interessante entre “poderosos e bem-sucedidos” é aquela formada por pessoas que compartilhem a mesma posição na sociedade. A diferença entre estar em uma comunidade por escolha e fazer parte de uma comunidade por necessidade faz da questão de

---

<sup>68</sup> “A comunidade ideal é um *completa mappa mundi*: um mundo total, que oferece tudo de que se pode precisar para levar uma vida significativa e compensadora. Focando o que mais causa dor aos sem teto, o remédio comunitário da passagem (disfarçada de retorno) para um mundo total e totalmente consistente aparece como uma solução verdadeiramente radical de todos os problemas, presentes e futuros; outros cuidados parecem pequenos e insignificantes, se comparados” (BAUMAN, 2001, p. 215).

classe uma pedra de torque presente entre os variados grupos que compõe a complexa sociedade contemporânea.

Por fim, uma discussão ainda mais política vem de Harvey (2012) ao apontar o comunitarismo como instrumento para contestar a ordem e lutar por melhorias sociais. A comunidade sintetiza muitos dos anseios coletivos, lutas e alternativas frente às injustiças cotidianas. Nisso o autor cita, como exemplos, as utopias e as bandeiras de luta que já datam de certa idade até as mais recentes.

A luta para pensar alternativas – pensar e agir de outra maneira – entra em choque com as circunstâncias de uma vida cotidiana localizada, e com a consciência dela derivada. O comunitarismo como movimento utópico dá tipicamente precedência, por exemplo, à cidadania, às identificações e responsabilidades coletivas, em oposição à busca privada de vantagens pessoais e ao “discurso dos direitos” associado a ela. Esse ideal origina muitos sonhos utópicos, de Thomas More a Fourier, e suscita inúmeros movimentos políticos contemporâneos como as Comunidades de Base cristãs ou mesmo o cultivo mais suave (e alguns diriam mais fraco) de conceitos de “cidadania” como a base para uma vida boa. Para os privilegiados, a comunidade significa com frequência garantir e melhorar os privilégios já adquiridos, ao passo que para os desprivilegiados significa com demasiada frequência “controlar seu próprio barraco”. Embora a comunidade “em si” tenha sentido como parte de uma política mais ampla, a comunidade “para si” quase invariavelmente degenera em exclusões e fragmentações regressivas (HARVEY, 2012, p. 313-314).

Essa tríade composta bairro, cotidiano e comunidade se faz muito presente nas falas obtidas dos depoimentos e entrevistas da pesquisa. Esses termos apontam um horizonte válido de questões pertinentes à compreensão da realidade campinense a partir de seus bairros e dimensão espacial dos processos neles ocorridos. Como exemplo, temos que uma das preocupações da pesquisa foi a de construir uma ideia própria sobre as representações de bairro. Inicialmente, se pensou em trabalhar com as SABs (Sociedades de Amigos do Bairro), mas à medida que a pesquisa foi se aprofundando nas realidades locais dos bairros campinenses, outras denominações foram surgindo como representação de bairro, associação de moradores e sociedade pró-melhoramentos. Para fins dessa pesquisa, e de acordo com os entrevistados, essas nomenclaturas não significam diferenças entre funções desempenhadas, representatividades e ativismos dentro do bairro ou mesmo do contexto campinense. Por isso, utilizamos aqui com frequência o termo representação de bairro enquanto nomenclatura que abrange todas as denominações encontradas em campo.

Exposta a escolha terminológica, uma das primeiras questões da entrevista conduzida aos representantes de bairro foi justamente qual a concepção de representação que os mesmos

possuíam<sup>69</sup>. Alguns traços em comum foram evidenciados: 1) a maioria das definições utilizou o termo comunidade (ou termos correlatos como “união comunitária” e “trabalho comunitário”) para se referir ao bairro<sup>70</sup>; 2) buscam melhorias para o bairro visando desde qualidade de vida até voz perante os poderes públicos, além espaço político para reuniões de pessoas para debater questões do bairro; 3) algumas representações utilizam a condição de sócio para, segundo os entrevistados, se ter “vez e voz” nas reuniões, bem como participar das eleições de representação política de moradores, apesar de os benefícios e as conquistas obtidas para o bairro serem para todos, democraticamente acessível; 4) destacam o caráter voluntário e sem fins lucrativos em muitas das falas, demonstrando uma preocupação durante as entrevistas de que não “tem dinheiro na jogada” ou que o pouco dinheiro arrecadado da mensalidade dos sócios é exclusivamente utilizado na manutenção da própria representação<sup>71</sup>; 5) seu papel enquanto entidade é colocado em algumas entrevistas como sub ou mini prefeitura, atribuindo um caráter institucional e “oficial” à representação de bairro; 6) e por fim, a questão de suas sedes físicas variam drasticamente, havendo desde galpões e grandes terrenos com quadras até salas e casas alugadas, sem contar as representações que atuam nas residências de seus líderes na ausência de um espaço próprio para as reuniões e atividades, como exposto no capítulo anterior.

Para essa pesquisa de cunho geográfico, *as representações de bairro podem ser definidas enquanto espaços políticos de ativismo e representação dos bairros e/ou das comunidades em escala intraurbana, que atuam na busca de soluções e melhorias para a população residente, bem como canal de diálogo entre os moradores e o poder público municipal mediante os problemas que o bairro possa ter e suas respectivas limitações na chamada luta institucional*. Frisa-se nessa definição o papel do espaço para as representações e espaço esse não como sinônimo único-exclusivo de espaço físico ou sítio geográfico. Como se verá na análise de conteúdo (BARDIN, 1979) das entrevistas, as representações de bairro

---

<sup>69</sup> Dentre as diferentes concepções, destacamos sinteticamente: “órgão representativo da comunidade para promove-la, espaço político do povo” (Vila Cabral de Santa Terezinha), “entidade civil sem fins lucrativos que visa mais qualidade de vida, aos moradores do bairro, buscando recursos nas esferas pública e privada” (Araxá), “espaço em que os moradores se reúnem” (Monte Santo), “trabalho comunitário de reivindicação” (José Pinheiro), “união comunitária que reivindica soluções aos problemas do bairro” (Jardim Continental), “é uma mini prefeitura, onde a comunidade é representada junto às autoridades” (Distrito Industrial), “é responsável pelo bem-estar do bairro, que resolve os problemas” (Estação Velha), “órgão que procura ajudar a comunidade, melhorias, reivindicar, é como se fosse uma mini prefeitura do bairro, procura saber os problemas da comunidade” (Catolé), “espaço de encontro que agrega todos da comunidade, de cunho associativista” (Bodocongó), “entidade que representa a os interesses da comunidade” (Santa Rosa), “família, a história da comunidade, do povão, se mistura ao da representação” (Ramadinha), “representa toda a comunidade, os benefícios são para todos” (Pedregal).

<sup>70</sup> Poucas vezes a palavra bairro foi utilizada, com exceção daqueles que queriam detalhar a sigla SAB.

<sup>71</sup> Ainda sobre os sócios, há exemplos de fichas e registro no livro de sócios nos anexos dessa pesquisa.

atuam em diferentes contextos, como bairros em dimensões variadas, população, necessidades, particularidades e questões comuns ao espaço urbano campinense. Busca-se aqui uma compreensão do espaço urbano campinense a partir de seus bairros, também espaços, e representações institucionalizadas dos mesmos (enquanto espaços políticos).

A escolha da pesquisa pelas representações de bairro se deu não só pela sua capacidade (hoje limitada, como se verá) de reivindicação e luta pelo bairro junto ao Estado, mas também pela capacidade de compreensão e conhecimento do cotidiano dos bairros campinenses. Se fossemos aplicar questionários em residências, entrevistas de amostras estatísticas significativas ao montante populacional urbano de cada bairro, a pesquisa estaria comprometida por falta de tempo e pessoal, levando em consideração o atual porte de cidade média atribuído à Campina Grande com seus mais de 395 mil habitantes (IBGE, 2010). Partir das representações para os bairros e destes para a cidade se configura em uma estratégia de apreensão do contexto urbano campinense nessas últimas décadas, quando a cidade seguiu um viés empresarialista competitivo e hoje reflete as consequências de um Desenvolvimento Geograficamente Desigual do ponto de vista intraurbano. Como se verá a seguir, as representações de bairro, enquanto agentes que atuam no urbano, podem fornecer não só um panorama do contexto de bairros campinenses, como também são caminhos para discutir a questão urbana em suas intrínsecas relações de poder e como tais relações de poder se espacializam no cotidiano.

Durante as entrevistas, a questão sobre a cidade como um todo e os rumos que a mesma tem tomado levantou três posturas sendo uma delas hegemônica: Campina Grande como cidade hospitaleira (representação de Bodocongó); Campina Grande como uma cidade bonita (representação da Ramadinha); e Campina Grande como uma cidade que tem crescido muito. Com algumas variações quanto aos termos e suas intensidades, essa última conotação foi a visão da maioria dos entrevistados (14 das 16 entrevistas em representações de bairro), com algumas ênfases: um crescimento variável em alguns e outros aspectos, crescendo em alguns bairros e em outros não, verticalmente graças ao setor da construção civil e especulação imobiliária em alguns endereços da cidade.

Com respostas curtas e sem muito aprofundamento, a ideia de crescimento que vinha à mente dos representantes comunitários confluía com a expansão da malha urbana (mapa 03). Enquanto processo ainda constante, sobretudo depois da instalação de condomínios residenciais de luxo nos limites e saídas da cidade com a zona rural, Campina Grande cresce na visão das representações de bairro e tal crescimento é visto de forma positiva.

Em nenhuma das falas houve aprofundamento sobre a concepção de crescimento defendida, pontos positivos ou negativos, sem contar a total falta de relação entre tal crescimento e o bairro. Em fato, infere-se pelas entrevistas que o crescimento campinense se dá de forma alheia ao cotidiano dos bairros, não sendo estabelecidas relações entre crescimento e os bairros, ou entre os porquês desse crescimento e problemas que a cidade enfrenta hoje. Houve, inclusive, quem confundisse crescimento *stricto sensu* de expansão dos limites da cidade com desenvolvimento *lato sensu* geral e comum a todos. Nesse aspecto, cabe um alerta de Souza (2010b, p. 95-96) sobre os termos e o que os mesmos envolvem

Para algumas pessoas, uma cidade “desenvolve-se” ao crescer, ao se expandir, ao conhecer uma modernização do seu espaço e dos transportes, ao ter algumas áreas embelezadas e remodeladas. Esquecem-se, com muita facilidade, duas coisas: os custos, sociais e ambientais, de tais progressos, via de regra muito seletivos, social e espacialmente; e o contexto mais amplo (regional, nacional, internacional) de tais melhoramentos, os quais, normalmente, significam que está em curso, dependendo do país, uma extração de mais-valia e uma drenagem de renda fundiária de outras áreas, dentro ou até fora do país, as quais alimentam os projetos de embelezamento, “revitalização” etc. que conferem prestígio a certas partes de certas grandes cidades. O desenvolvimento estritamente econômico (isto é, crescimento + modernização tecnológica) em uma cidade capitalista costuma cobrar um alto preço. O brilho desse “progresso” é, contudo, tamanho, ou também tão intensificado com a ajuda do marketing e da propaganda, que cega a maioria das pessoas.

Não se busca aqui desmerecer ou desqualificar as ideias de representantes de bairro sobre a cidade ou os sujeitos que proferiram tais concepções sobre o presente campinense. Evidenciam-se aqui as representações da cidade mediante o contato com o cotidiano e os discursos que evocam Campina Grande enquanto cidade dinâmica e atrativa<sup>72</sup>. Resta a reflexão sobre os efeitos dessa dinâmica e o que decorre desse potencial atrativo urbano para a população campinense, sobretudo em termos de expansão da cidadania e da democracia em seus padrões territoriais.

### **3.2 Cidadania e democracia: o que a geografia tem a considerar sobre esse par dialético (e como pode ser analisada tal relação em Campina Grande?)**

Inicialmente, é importante esclarecer a premissa adotada no título dessa seção: boa parte do levantamento bibliográfico consultado nas reflexões aqui tratadas aponta tal relação entre cidadania e democracia enquanto um duplo condicionamento. Quando são apontadas uma cidadania sem democracia (muitas vezes sinônimo de participação parcial ou condição

---

<sup>72</sup> A esse respeito, Teixeira; Machado (1986, p. 67) comentam que “uma cidade é um conjunto de bairros, cada um com fisionomia própria, resultante da sua função, de seus habitantes e de sua idade. Todos esses bairros, mais ou menos integrados entre si, formam a cidade. Um bairro urbano tem uma feição que só a ele pertence, uma vida particular, uma alma”. Soares (1990, p. 120) também é precisa em suas colocações: “não se pode compreender uma cidade sem analisar os seus bairros, mas ao estudarmos um bairro temos sempre que ter em mente a cidade a que ele pertence”.

cívica) ou uma democracia sem cidadania (muitas vezes sinônimo de representação ou “vontade da maioria” inconsciente), tais relações são vistas como incompletas, irregulares ou injustas do ponto de vista social ou político<sup>73</sup>. Tal relação é discutida por Bauman (2013, p. 21)

Uma das chagas mais evidentes dos regimes democráticos é a contradição entre universalidade formal dos direitos democráticos (garantidos de modo igual a todos os cidadãos) e a capacidade nem tão universal de seus portadores de exercer de fato esses direitos; em outras palavras, a brecha entre a condição jurídica de um “cidadão *de jure*” e a capacidade prática de um “cidadão *de facto* – brecha que, em teoria, seria superada por indivíduos que entregam suas capacidades e recursos próprios, dos quais, contudo, eles podem não dispor –, o que ocorre num enorme número de casos.

As relações entre Estado e sociedade civil, bem como os problemas decorrentes e conhecidos nos meios midiáticos como corrupção e concentração de poder também atuam enquanto fatores determinantes dessa relação. Ao analisar a expressão “sociedade civil”, Bobbio (2010) aborda três acepções: sociedade civil seria o que sobrou após uma boa delimitação do poder estatal; a sociedade civil resultaria nos contra-poderes e nas resistências, nas reações contra a dominação, nas lutas por emancipação; e a terceira acepção, que evoca o fim do estado, a dissolução do poder político e a reabsorção da sociedade política pela sociedade civil, nos moldes gramscianos. Nesses termos, a sociedade civil

é o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver ou através da mediação ou através da repressão. Sujeitos desses conflitos e portanto da sociedade civil exatamente enquanto contraposta ao Estado são as classes sociais, ou mais amplamente os grupos, os movimentos, as associações, as organizações que as representam ou se declaram seus representantes; ao lado das organizações de classe, os grupos de interesse, as associações de vários gêneros com fins sociais, e indiretamente políticos, os movimentos de emancipação de grupos étnicos, de defesa dos direitos civis, de libertação da mulher, os movimentos de jovens etc (BOBBIO, 2010, p. 35-36).

A dialética entre cidadania e democracia se justifica pelas dinâmicas e transformações no decorrer do processo sociohistórico, ao passo que as democracias do mundo atual, além de variarem nos tipos, também se diferenciam nas idades, com, inclusive, momentos de ruptura (como ditaduras, estados de sítio ou de exceção) e de mudança (maior ou menor capacidade de participação, novas demandas quanto às políticas públicas). Relacionando política, democracia, cidadania e seus limites, Bauman (2000, p. 12) reflete sobre seu estado de arte

A arte da política, se for *democrática*, é a arte de desmontar os limites à liberdade dos cidadãos; mas é também a arte da autolimitação: a de libertar os indivíduos para capacitá-los a traçar, individual e coletivamente, seus próprios limites individuais e coletivos. Esta segunda característica foi praticamente perdida. Todos os limites

---

<sup>73</sup> Desigualdades, vulnerabilidades, desestabilizações e contestações estão entre as consequências de uma cidadania democrática, segundo Holston (2013).

estão fora dos limites. Qualquer tentativa de autolimitação é considerada o primeiro passo no caminho que leva direto ao gulag, como se não houvesse nada além da opção entre a ditadura do mercado e a do governo sobre as nossas necessidades – como se não houvesse lugar para a cidadania fora do consumismo. É nessa e só nessa forma que os mercados financeiro e mercantil toleram a cidadania. E é essa forma que os governos do dia promovem e cultivam.

O processo de construção histórico-geográfica brasileira é famoso ao apresentar diferentes padrões ou níveis de cidadania<sup>74</sup>, tanto em escalas e como em contextos local-regionais: um objetivo implícito desse trabalho consiste em apontar a geografia, a dimensão espacial dessas manifestações. Uma proposição ou caracterização da cidadania vem de Oliveira (1999, p. 117)

Entendemos cidadania como uma dada condição humana – de consciência política e social – que traz em si um ideal de bem-estar e felicidade que tem variado historicamente, de acordo com a diversidade das culturas. Como elementos desta condição temos: a participação e o nível de consciência política, o grau de igualdade ou equidade, o grau de liberdade, o nível de garantia de um conjunto de direitos, o grau de acessibilidade a bens, serviços e equipamentos sociais. O cidadão é, então, o indivíduo normatizado, ou seja, vivendo sob normas, conformadas pelo desenvolvimento material e cultural da sociedade a que pertence, acordadas por um contrato social (estatuto de direitos e deveres) e ajuizadas e reguladas pelo Estado. Portanto, a cidadania depende da *condição material e cultural* que possui um indivíduo, concebida como herança histórica, da *posição social* que ele ocupa na sociedade em questão e do *nível de participação* nas decisões que definem os seus rumos nas diferentes escalas social e geográfica, da comunidade local ao poder do Estado nacional.

A cidadania, como é concebida atualmente, passa por um processo de desconstrução, seja quanto à sua ideia original, seja quanto aos processos que a construíram no decorrer da história humana. A falta de rigor quanto a sua definição e ao seu exercício, resultou em uma desconfiança quanto a sua potencialidade ou mesmo uma transfiguração: o cidadão hoje, para além de seus direitos e deveres, passou a ser aquele que consome, que tem acesso a um conjunto de bens, status ou qualidades “diferenciadas”. O processo de empoderamento do cidadão se tornou desigual sob essas circunstâncias (HOLSTON, 2013). Tal transfiguração já tinha sido apontada por Santos (1987) quando da elaboração da Constituição de 1988. Na ocasião, o autor apontava e perguntava se havia cidadãos neste país. Talvez seja essa outra reflexão para a discussão. Como aponta Oliveira (2011, p. 184), o trabalho com a cidadania deve ser pensado em suas possibilidades

Não basta mais reconhecer a importância da temática da cidadania para a Geografia e o papel que o espaço e o território jogam nesse nexos político, ou mesmo a insuficiência do conceito de cidadania como potencial transformador da sociedade, é necessário, mais do que caminhos teórico-conceituais para a questão, que busquemos possibilidades metodológicas de compreensão/análise da realidade e

---

<sup>74</sup> Ver, entre outras perspectivas, Carvalho (2011), Houston (2013), Santos (1987) e a obra organizada por Botelho; Schwarcz (2012).

construção do conhecimento em nossa disciplina para, a partir daí, contribuir para a elaboração individual e coletiva de projetos futuros.

A cidadania no Brasil<sup>75</sup> foi muitas vezes restrita a uma minoria, dos tempos em que para se votar era necessário apresentar dada renda até tempos recentes, quando nos chamados “anos de chumbo” da Ditadura Militar, o voto era uma coisa quase irrelevante no contexto do poder centralizado. É curioso – mas não surpresa – que, em pleno do século XXI, o Estado e outros grupos hegemônicos defendam a cidadania e democracia através do voto<sup>76</sup>, quando o resultado obtido muitas vezes é a reprodução de um contexto político continuísta e retrógrado, como o que se tem aqui na região Nordeste, e com uma cidadania negada e alienada como um dos traços marcantes. Houve casos como a cidadania regulada pós-1930, apontada por Wanderley Guilherme dos Santos (1987, p. 68), relacionando a condição ocupacional e a cidadania

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo tal como reconhecido por lei. [...] A associação entre cidadania e ocupação proporcionará as condições institucionais para que se inflem, posteriormente, os conceitos de marginalidade e de mercado informal de trabalho, uma vez que nestas últimas categorias ficarão incluídos não apenas os desempregados, os subempregados e os empregados instáveis, mas, igualmente, todos aqueles cujas ocupações, por mais regulares e estáveis, não tenham sido ainda regulamentadas.

A cidadania vem sendo colocada sob a égide do capitalismo líquido parasitário (BAUMAN, 2010) em uma condição consumista, nos moldes do que Milton Santos denunciava na passagem do cidadão imperfeito ao consumidor mais-que-perfeito. Contudo, o próprio eleitor exaltado enquanto cidadão nos processos eleitorais não é necessariamente um cidadão (até porque, como se verá adiante, o direito ao voto e a participação nas eleições constitui apenas uma das facetas da cidadania entre outros direitos). Como assinala o autor,

O consumidor não é o cidadão. Nem o consumidor de bens materiais, ilusões tornadas realidades como símbolos: a casa própria, o automóvel, os objetos, as coisas que dão *status*. Nem o consumidor de bens imateriais ou culturais, regalias de

<sup>75</sup> Uma obra de referência para se discutir a história da cidadania no contexto brasileiro é a de Carvalho (2011).

<sup>76</sup> Ao discutir o avanço da cidadania no contexto brasileiro, bem como as novidades do processo de urbanização, Holston (2013, p. 150) apontou uma consciência de participação dos cidadãos desfavorecidos: “um novo tipo de argumento a favor da participação entre esses novos cidadãos urbanos: eles começaram a raciocinar que, embora pobres, tinham na verdade estabelecido ‘verdadeiros interesses’ no Estado-nação como construtores da cidade, contribuintes e consumidores modernos”.

um consumo elitizado como o turismo e as viagens, os clubes e as diversões pagas; ou de bens conquistados para participar ainda mais do consumo, como a educação profissional, pseudo-educação que não conduz ao entendimento do mundo. O eleitor também não é forçosamente o cidadão, pois o eleitor pode existir sem que o indivíduo realize inteiramente suas potencialidades como participante ativo e dinâmico de uma comunidade. O papel desse eleitor não-cidadão se esgota no momento do voto; sua dimensão é singular, como o é a do consumidor (SANTOS, 1987, p. 41).

Além da associação entre cidadania e consumismo, ou, ainda, entre cidadania e status trabalhista/acesso ao mercado formal de trabalho, também surgem debates envolvendo as possibilidades dessa condição – enquanto emancipação política – frente à emancipação humana, mediante possibilidade de superação da ordem social capitalista vigente (TONET, 2011). Contra essa última oposição, concorda-se aqui com a proposta de Harvey (2014, p. 271) de complementação, e não de antagonismo, entre as lutas. Segundo o autor,

O universo da cidadania e dos direitos, em algum corpo político de natureza superior, não se opõe necessariamente ao das classes e da luta. O cidadão e o camarada podem marchar juntos na luta anticapitalista, mesmo que muitas vezes trabalhem e escalas distintas. Mas isso só pode acontecer se nos tornarmos, como já insistia Park há muito tempo, mais “conscientes da natureza de nossa tarefa”, que é construir coletivamente a cidade socialista sobre as ruínas da urbanização capitalista destrutiva. Esse é o ar da cidade que pode tornar as pessoas verdadeiramente livres. Isso, porém, implica uma revolução no pensamento e nas práticas anticapitalistas.

Há também na literatura sobre o tema uma recorrente abordagem sobre os elementos que comporiam a cidadania, baseados na obra – hoje clássica na discussão do tema – de Marshall. Para o autor, a cidadania seria composta dos elementos civis, políticos e sociais, como caracterizados a seguir

O elemento civil é composto dos direitos necessários para a liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos, e o direito à justiça. Este último difere dos outros porque é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual. Isto nos mostra que as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis são os tribunais de justiça. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido de autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e conselhos de Governo local. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com êle são o sistema educacional e os serviços sociais (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

Respeitando os limites de tal definição, seu contexto inglês e tomando cuidado para não adotar um possível “modelo evolucionista”, sobretudo no caso brasileiro, o que fica evidente nas ideias de Marshall é a proposta de cidadania enquanto processo/construção por parte da luta dos trabalhadores por direitos e melhorias de vida (aspectos bem defendidos por, entre outros, COUTINHO, 2008a). O que não implica uma sobreposição ou “harmonia” entre

os elementos/direitos, cada um atuando no jogo de forças que compõem a cidadania de cada contexto. Sobre o contexto brasileiro, Carvalho (2011) aponta que primeiro vieram os direitos sociais, implantados durante a era Vargas. Depois vieram os direitos políticos, de maneira talvez bizarra: a maior expansão do direito do voto se deu na ditadura militar enquanto alegoria do próprio regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A ordem foi inversa à do autor inglês.

Em espaços-tempos cuja categoria de classe social tem dado lugar à novos movimentos de reivindicação e grupos sociais diversos inseridos na classe trabalhadora (o que se traduz, de um lado, em uma fragmentação da classe e, de outro, em um processo de complexificação da sociedade como um todo, dependendo de quem analisa), Sorj (2004, p. 31) aponta as lutas por direitos nesse início de século e mudanças na interpretação de Marshall

Nesse início de século XXI, no lugar do modelo de Marshall, de um conjunto de formas de cidadania que vão se acumulando, o que se apresenta é um processo bastante diferente, de implosão de direitos, com a transformação dos direitos civis e políticos pela inclusão de novos sujeitos sociais (gênero, crianças, minorias sexuais), o surgimento de novas esferas de direitos (como ecologia, reprodução, informação) e uma constante mutação (e por vezes declínio) de direitos sociais aparentemente consolidados, em particular os ligados ao mundo do trabalho.

Na concepção de Holston (2013), ao analisar questões da cidadania no contexto brasileiro, esta seria dialeticamente situada entre as trincheiras diferenciadas de classes e grupos sociais, e as insurgências de um cotidiano histórico. Segundo o autor, a cidadania na contemporaneidade se desenvolve em montagens de formas entrincheiradas e insurgentes, numa relação conflituosa e geralmente perigosa, pois as formações históricas dominantes simultaneamente produzem e restringem possíveis formulações ao contrário. Como se poderia prever, o insurgente irrompe nos mesmos lugares que sustentam o entrincheirado, mas sob circunstâncias alteradas.

Partindo do exposto, cidadania não seria “apenas” um status, mas uma prática, uma construção, e enquanto tal, demanda uma territorialidade, esta jamais fruto do acaso e sempre contextualizada. Se as formulações de Marshall datam da metade do século XX, hoje, com o advento do neoliberalismo<sup>77</sup> como fase atual do capitalismo, a cidadania passou por mudanças e questionamentos, sobretudo quanto ao seu alicerce, o Estado de bem-estar social. Este, aqui

---

<sup>77</sup> Partindo de uma análise dos direitos sociais na obra de Marx, Coutinho (2008a) aponta que as medidas neoliberais atuam sobre tais direitos na medida em que eles impõem limites à lógica do mercado, favorecendo o trabalho em sua luta para com o capital. Colocado enquanto direitos da classe trabalhadora, o neoliberalismo limita e suprime, para manter as taxas/ritmos de lucratividade.

situado enquanto agente mediador e associado à manutenção do *status quo*, sem, contudo, estar atrelado à imagem de comitê burguês em absoluto: o Estado – partindo de um viés gramsciano – manifesta um conjunto de interesses, com seus respectivos conflitos e práticas muitas vezes representantes de uma hegemonia que se dá além das condições socioeconômicas, mas também sob dimensões cultural e política. O Estado constitui junto ao capital lógicas onde os direitos e a cidadania se inserem, como aponta Harvey (2013b, p. 194), junto à territorialidade e sua soberania

Os direitos se reúnem em torno de duas lógicas dominantes do poder – a do Estado territorial e a do capital. Por mais que desejemos que os direitos sejam universais, é o Estado que os tem de pôr em prática. Quando o poder estatal não tem vontade política, as noções de direitos permanecem vazias. Logo, os direitos são derivados da cidadania e por ela condicionados. Então, a territorialidade da jurisdição se torna um problema a considerar. E um problema biunívoco: surgem questões difíceis por causa de pessoas não membros de Estados, imigrantes ilegais etc. Quem é e quem não é “cidadão” vem a ser uma grave questão que define princípios de inclusão e exclusão na especificação territorial do Estado. A maneira de o Estado exercer soberania com relação a direitos também é uma questão objeto de contestação, mas as regras globais implícitas na acumulação neoliberal do capital impõem limites a essa soberania (como a China vem descobrindo).

O Estado hoje é concebido sob uma perspectiva integradora, em que classes e grupos sociais interagem e onde os conflitos em uma determinada área podem não consistir enquanto consenso ou ditame para as demais. Quando o Estado é questionado quanto aos limites e “reduções” na internacionalização da economia, os direitos que constituem a cidadania também entram em discussão respeitando as particularidades dos contextos ainda nacionais

A redução do poder do Estado afeta a natureza dos antigos direitos, sobretudo dos direitos políticos e sociais. Se os direitos políticos significam participação no governo, uma diminuição no poder do governo reduz também a relevância do direito de participar. Por outro lado, a ampliação da competição internacional coloca pressão sobre o custo da mão de obra e sobre as finanças estatais, o que acaba afetando o emprego e os gastos do governo, do qual dependem os direitos sociais. Desse modo, as mudanças recentes têm recolocado em pauta o debate sobre o problema da cidadania, mesmo nos países em que ele parecia estar razoavelmente resolvido (CARVALHO, 2011, p. 13).

Refletindo sobre a efetividade/plenitude da cidadania, outro debate importante sobre cidadania diz respeito às suas possibilidades passiva e ativa. Segundo Coutinho (2008a, p. 60) “a primeira Constituição que emerge da Revolução Francesa, a de 1791, que expressa a hegemonia dos liberais, consagrou legalmente essa distinção entre ‘cidadão ativo’ e ‘cidadão passivo’”, distinção essa entre o usufruto dos direitos de voto e civis. Contudo, o próprio autor argumenta que a cidadania plena incorpora os direitos civis, mas vai além deles. Da discussão entre cidadania, democracia e o usufruto de espaços para criação de direitos, Vieira (2009) comenta que a cidadania, em acordo com a democracia, se constrói a partir de espaços de luta e instituições para sua expressão cotidiana, significando necessariamente conquista e

consolidação social e política. A cidadania passiva (e aqui poderíamos até questionar essa expressão, quando da negação da cidadania), outorgada pelo Estado, se diferencia da cidadania ativa, na qual o cidadão, portador de direitos e deveres, é essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política.

Associando tal uso de espaços para criação de direitos e participação política, pode-se aqui estabelecer um diálogo entre os espaços citados pelo autor anterior com o conceito de espaço político adotado por Castro (2012, p. 66-67)

Espaço político é a aquele circunscrito pelas ações das instituições políticas (instituído) e das forças instituintes, que lhe conferem um limite, dentro do qual há efeitos identificáveis e mensuráveis. Como instituições políticas cujas decisões e ações, apoiadas por normas, leis e regulamentos, afetam diferentes instâncias da vida social e como forças instituintes, aquelas exercidas por atores sociais que se organizam para ver atendidas suas demandas, nos limites de um território definido e escolhido para essas decisões e ações em diferentes escalas. [...] Nesse sentido, é possível indicar que o espaço político tem algumas características distintivas, como: é delimitado pelas regras e estratégias do poder político; é um espaço dos interesses e de seus conflitos, da norma, do controle e da coerção legitimados pelos atores sociais.

Considerando múltiplas dimensões de uma cidadania inserida no contexto burguês, Covre (1991) pensa uma concepção de cidadania plena, aos níveis econômico, político, social, cultural. E que se relacione com a construção de uma sociedade democrática. Não pode haver cidadania sem melhorias sociais obtidas da luta dos trabalhadores. É preciso que ele tenha acesso aos bens e serviços que complementam sua vida (habitação, saúde, educação) e que compõem os chamados direitos sociais. Mas, antes, é necessário que os trabalhadores tenham direitos políticos, e que exista um contexto democrático para reivindicar o seu direito de ser cidadão e de, enquanto tal, poder lutar por quaisquer de seus direitos. Paralelamente, é preciso que esses trabalhadores possam ser educados sobre a existência desses direitos, vendo dessa forma a ampliação do que há para construir em termos de uma sociedade sempre melhor.

Na análise dos espaços, Boaventura de Souza Santos analisa o que ele concebe enquanto espaço e espaço-tempo da cidadania

O espaço da cidadania é constituído pelas relações sociais da esfera pública entre os cidadãos e o Estado. Neste contexto, a unidade da prática social é o indivíduo, a forma de juridicidade é o direito territorial (o direito oficial estatal, o único existente para a dogmática jurídica) e o modo de racionalidade é a maximização da lealdade. (SANTOS, 2010, p. 126)

O espaço-tempo da cidadania compreende ainda, como uma dimensão relativamente autónoma, a comunidade, ou seja, o conjunto das relações sociais por via das quais se criam identidades coletivas de vizinhança, de região, de raça, de etnia, de religião, que vinculam os indivíduos a territórios físicos ou simbólicos e a temporalidades partilhadas passadas, presentes ou futuras. As relações sociais que constituem este espaço-tempo geram uma forma de poder que designo por diferenciação desigual e que produz desigualdades, tanto no interior do grupo ou comunidade, como nas relações intergrupais ou intercomunitárias. (SANTOS, 2010, p. 315)

Adentrando as discussões envolvendo cidadania e geografia, estas se situam em duas vertentes: na primeira, a cidadania aparece como um objetivo ou “missão” da ciência geográfica, como se viu na geografia dos professores criticada por Lacoste enquanto construção nacionalista. Já a segunda vertente aborda a questão da cidadania em suas manifestações espaciais e/ou territoriais. Talvez um bom caminho seja partir de um dicionário. Segundo Gregory et al (2009, p. 84) a cidadania pode ser definida como

The rights and duties relating to an individual's membership in a political community. In the past several centuries, the boundary of this community has been the nation-state and membership has implied some degree of integration into a common national heritage. In its early formulations, however, citizenship was understood as a set of rights and freedoms located primarily at the local scale. The expansion of individual freedoms (such as the right to work and habeas corpus) into a national institution was one of the key components of the growth of modern citizenship. It reflected a shift from local, communal relations and social rights rooted in village membership into a sense of a national community and of individual rights guaranteed by a state. This shift in scale from the local to the national and from communally sanctioned rights to those protected by the state is an absolutely fundamental aspect of modern citizenship, and one that is profoundly intertwined with the growth of industrial capitalism, liberalism and modernity in the West

Os cuidados que aqui se tem ao tratar a cidadania em sua dimensão geográfica levam em consideração que tal temática é multifacetada: é complexa, afinal existem muitas teorias e definições de cidadania, mas casos de práticas cidadãs efetivas ainda são pontuais; é política, porque junto a esse conceito, há uma gama de interesses e intenções, disputas em todos os sentidos e agentes envolvidos; é dialético, visto que a cidadania não surge ou nasce de uma hora para outra, se dá enquanto processo de luta, possui uma historicidade e os conflitos inerentes visam sempre um objetivo superior ao anteriormente alcançado. Contextualizada na sociedade capitalista, a questão da cidadania deve ser vista enquanto processo que visa uma sociedade alternativa à vigente<sup>78</sup>. Castro (2003, p. 9) apresenta a cidadania a partir das instituições e municípios

Duas perspectivas são consideradas: a de que a cidadania como prática do cotidiano social ocorre no território e a de que esta prática é influenciada pelo arcabouço institucional à disposição do cidadão. Na situação brasileira, estas condições são afetadas pelas escalas decisórias e recortes territoriais que compõem a estrutura federativa do país. Neste sentido, o município é um recorte espacial possível para a análise porque ele é um espaço político, uma escala de ação e um território onde se encontram organizadas as condições materiais e simbólicas do cotidiano social.

A cidadania deveria se fazer presente na existência e na condição humana mas, em um mundo em que muitos humanos são tratados como animais ou formas sem vida, sem futuro ou

---

<sup>78</sup> “a universalização da cidadania é, em última instância, incompatível com a existência de uma sociedade de classes. Ou, em outras palavras: a divisão da sociedade em classes constitui limite intransponível à afirmação consequente da democracia” (COUTINHO, 2008a, p. 69).

“sem nada a oferecer”, falar sobre cidadania é um exercício de reflexão e crítica, pois algo que deveria estar presente em todo lugar, tempo e em cada um, se faz ausente muitas vezes, até mesmo em lugares que se dizem “formadores de cidadãos” ou é utilizado como discurso para encobrir outras lutas tão ou mais importantes, afinal cidadania sem uma mudança radical na ordem vigente é uma cidadania falsa/incompleta. A luta por uma cidadania efetiva não deve se limitar aos direitos ou leis que a regulam, lembrando do contexto brasileiro das leis “que pegam” e das “leis que não pegam”<sup>79</sup>. Disso decorre que

O espaço urbano não é apenas um mero cenário para as relações sociais, mas uma instância ativa para a dominação econômica ou ideológica. As políticas urbanas, ignoradas por praticamente todas as instituições brasileiras, cobram um papel importante na ampliação da democracia e da cidadania (MARICATO, 2009, p. 168).

A pertinência de se discutir a cidadania a partir de sua dimensão espacial consiste em relacionar direitos, território e instituições sociais. As práticas de cidadania se dão no cotidiano em suas dimensões temporal e espacial. Sobre a universalidade da cidadania, Castro (2009, p. 202), relaciona o conceito aos limites de diferentes escalas

Na realidade, uma das dificuldades para a universalidade do conceito é justamente sua pertinência geográfica, pois se na perspectiva da moderna filosofia política ocidental existe o cidadão, nas condições objetivas dos Estados existe o cidadão nacional. Mas no cotidiano social existem cidadãos que habitam, ou seja, que vivem em lugares – porções discretas – dos territórios nacionais.

Na geografia, além de autores citados anteriormente terem discutido capítulos e/ou seções de suas obras sobre cidadania, houve casos de obras relevantes ao pensamento geográfico que não enfatizavam o tema, mas dialogavam na medida em que a cidadania era aproximada como elemento da justiça social (HARVEY, 1980) ou estavam implícitas nas geografias de diferentes agentes e suas escalas (LACOSTE, 2010). Nesse âmbito, destaca-se aqui dois geógrafos que se destacam em suas produções diretas sobre o tema.

Partindo de leituras e abordagens crítico dialéticas claramente inspiradas no legado Lefebvreano, Santos (1997, p. 134) traça um panorama das cidadanias mutiladas no Brasil

Poderíamos traçar a lista das cidadanias mutiladas neste país. Cidadania mutilada no trabalho, através das oportunidades de ingresso negadas. Cidadania mutilada na remuneração, melhor para uns do que para outros. Cidadania mutilada nas oportunidades de promoção. Cidadania mutilada também na localização dos homens, na sua moradia. Cidadania mutilada na circulação. Esse famoso direito de ir e vir, que alguns nem imaginam existir, mas que na realidade é tolhido para uma parte significativa da população. Cidadania mutilada na educação.

---

<sup>79</sup> “Assim como o indivíduo deve estar sempre vigiando a si mesmo para não se enredar pela alienação circundante, assim o cidadão, a partir das conquistas obtidas, tem de permanecer alerta para garantir e ampliar sua cidadania” (SANTOS, 1987, p. 80). Ainda no mesmo raciocínio, Castro (2009, p. 205-206) afirma que “uma vez que mesmo sob as bases legais da isonomia na escala nacional, a lei não é capaz, por si só, de garantir igualdade de acesso aos direitos na escala do cotidiano dos cidadãos”.

Assim Oliveira (2001, p. 2) retrata o status de cidadão no Brasil

ter o *status* de cidadão no Brasil, isto é, ser tratado como um igual e com impessoalidade, quase sempre gera nas pessoas um sentimento de “menos-valia” e incômodo. Ao contrário, quando temos posses, diplomas ou somos intermediados por alguém, com carta de apresentação e urna boa indicação, nos sentimos importantes e amparados por este sistema social extremamente perverso. Em outras palavras, aquilo que é uma qualidade ou condição da vida cidadã num Estado moderno, aparece aqui efetivamente como uma desvantagem, uma mera formalidade exigida pela lei e estatutos de regras.

Em uma sociedade marcada cada vez mais pela individualização e pela “cegueira moral” ao outro, os interesses divergentes ameaçam a cidadania, o público e a coletividade. Bauman (2008) coloca que o indivíduo, em oposição ao cidadão, tende a ser indiferente, cético ou desconfiado em relação ao “bem comum”, à “sociedade boa ou justa”. Quando os interesses próprios se sobrepõem aos interesses comuns, qualquer outra coisa que os indivíduos possam fazer quando se juntam pressagia restrições à liberdade de perseguir o que consideram adequado para si e não ajudará em nada nessa busca. Em suma, o outro lado da individualização parece ser a corrosão e a lenta desintegração da cidadania (e do caráter, acrescentaria SENNETT, 2012).

Denunciando o distorcido direito à cidade, a privatização do público, o desigual acesso ao lazer e o problema da poluição no urbano, o Milton Santos situa a “empobrecida” dimensão espacial

O resultado de todos esses agravos é um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente. Diante de tantos abusos, o cidadão se torna impotente, a começar pelas distorções da representação política. A quem pode um candidato a cidadão recorrer para pedir que faça valer o seu direito ao entorno, propondo um novo corpo de leis, decretos e regulamentos, ou velando pelo cumprimento da legislação já existente mas desobedecida (SANTOS, 1987, p. 48).

As escalas e territórios são enfatizadas por outro autor, enquanto tratamento geográfico da questão da cidadania

aspecto da geograficidade do conceito, importante a ressaltar, é o de sua escalaridade. A depender do país, da província ou região, da cidade ou mesmo do bairro em que se mora, a cidadania assume, entre as classes ou grupos sociais, graus diferenciados de existência e aspectos múltiplos. Assim, não é absurdo afirmar que somos mais ou menos cidadãos de acordo com o espaço em que estejamos inseridos. [...] O território se impõe como uma condição continente ao conteúdo político da cidadania e no nível de organização social, cultural e econômica existente. De modo que, fora dele (território), a cidadania torna-se uma abstração contida nos artigos da lei, sem formato definido por práticas específicas (OLIVEIRA, 2011, p. 177-178).

As práticas de cidadania ocorrem na esfera do cotidiano, seja nas espacialidades urbanas ou agrárias. Discutida e apresentada a questão da cidadania sob a ótica da ciência geográfica, pensa-la no contexto urbano brasileiro atual consiste em refletir criticamente sobre

a lógica da fragmentação enquanto interpretação para sua realidade, ou ainda sob o modelo explicativo da tendência mercadofila presente na lógica de competitividade entre as cidades e seus desenvolvimentos desiguais.

Expostas as concepções de cidadania pretendidas na pesquisa, se inicia a discussão sobre democracia. Em tempos em que o cidadão ora se transfigurou em consumista, ora é questionado para “além das fronteiras nacionais” ou, ainda, excluído dessa condição, a democracia também passou por questionamentos<sup>80</sup>: apesar das recentes manifestações envolvendo a crise de representatividade em prol de uma democracia ativa/participativa-direta<sup>81</sup>, o debate sobre as possibilidades da democracia se faz presente na longa tradição da filosofia política, nas formas de governo e naturezas do Estado enquanto instituição/sociedade política frente à sociedade civil. Sobre a origem e significado da palavra democracia, Rancière (2014, p. 117) tece algumas valiosas considerações

A palavra democracia não foi inventada por um acadêmico preocupado em distinguir por meio de critérios objetivos as formas de governo e os tipos de sociedade. Ao contrário, foi inventada como termo de indistinção, para afirmar que o poder de uma assembleia de homens iguais só podia ser a confusão de uma turba informe e barulhenta, que equivalia dentro da ordem social ao que é o caos dentro ordem da natureza. Entender o que democracia significa é entender a batalha que se trava nessa palavra: não simplesmente o tom de raiva ou desprezo que pode afetá-la, mais, mais profundamente, os deslocamentos e as inversões de sentido que ela autoriza ou que podemos nos autorizar a seu respeito.

A ideia de democracia também pode variar, junto a conceitos, quanto aos seus usos e formas de governo. Apresentando os usos descritivo, prescritivo e histórico, Bobbio (2010) adverte sobre a distribuição de poder e a vigência das leis entre os envolvidos em um regime democrático; os lados negativo e positivo desse regime (da corrupção à liberdade e direitos do povo); e o processo de democratização no transcurso histórico estatal entre as esferas social e política.

Nesse início de século, a democracia tem sido invocada discursivamente para legitimar guerras (ver o novo imperialismo norte-americano após os eventos de 11 de setembro de 2001, conforme apontam HARVEY, 2009 e HOBBSBAWM, 2007) ou passar por reformas, como a exemplificada no embate entre democracia representativa e democracia direta/participativa. Bobbio (2011), por exemplo, aponta para a expansão da democracia

---

<sup>80</sup> Incremento das desigualdades socioeconômicas, a volta das guerras na Europa sob a bandeira da “limpeza étnica”, exaltação de identidades nacionais e xenofobia foram apenas alguns dos eventos ocorridos e apontados aos defensores da democracia liberal que entoavam seu triunfo (GÓMEZ, 2000).

<sup>81</sup> Dentre análises das manifestações que tomaram o país em junho de 2013, poderíamos destacar Rolnik et al (2013) e GOHN (2014) pelas ênfases dadas aos espaços públicos das ruas e praças apropriadas durante as manifestações. Essa dimensão espacial também ganha notório destaque nas reflexões sobre o movimento anticapitalista *Occupy*, realizadas por Harvey et al (2012b).

enquanto processo, ocupando novos espaços do ponto de vista quantitativo e com ênfase em seu caráter representativo. Nas palavras de Rancière (2014, p. 80), tal processo consiste na “ação dos sujeitos que, trabalhando no intervalo das identidades, reconfiguram as distribuições do privado e do público, do universal e do particular”. Nesse processo, a vida democrática contemporânea seria marcada por, entre outros traços,

vida apolítica do consumidor indiferente de mercadorias, direitos das minorias, indústria cultural e bebês produzidos em laboratório. Ela se identifica pura e simplesmente com a “sociedade moderna”, que ela transforma ao mesmo tempo em uma configuração antropológica homogênea (RANCIÈRE, 2014, p. 43).

A questão é que o governo do povo<sup>82</sup> condiciona e é condicionado pela cidadania, colocando-se enquanto condição *sine qua non* para uma prática cidadã efetiva, inclusive com ênfases a alguns direitos, como coloca Sorj (2004, p. 33)

Nas sociedades capitalistas democráticas, delimitar a cidadania aos direitos civis e políticos não implica negar a relevância social ou moral de outros direitos, nem esquecer que os direitos civis e políticos sofrem constantes transformações no decorrer da história. A distinção entre direitos associados à cidadania e direitos específicos tem como função teórica criar um marco de referência que permita analisar o impacto da demanda por novos direitos – geralmente referidos a grupos sociais específicos – sobre as condições básicas de reprodução do sistema político-jurídico das sociedades modernas.

O caráter dinâmico e mutável da democracia fica visível na ideia de translação apontada por Bauman (2008, p. 251-252): imperfeita e incompleta, uma busca constante. Segundo o sociólogo polonês,

A democracia é, na verdade, a prática da translação contínua entre o público e o privado, de reforçar problemas privados em questões públicas e redistribuir o bem-estar público em tarefas e projetos privados. Como toda translação, ela dificilmente é perfeita e sempre permanece aberta a correções. E apresenta camadas totalmente novas de possibilidades em ambos os lados da ação translativa. [...] Podemos definir uma sociedade democrática por sua suspeita nunca totalmente mitigada de que seu trabalho não está completo, que ela ainda não é democrática o bastante.

A democracia é aqui defendida enquanto possibilidade alternativa ainda não concretizada (total ou parcialmente) na medida em que a democracia pode ser sim uma matriz discursiva do capitalismo neoimperialista contemporâneo, mas não necessariamente, a exemplo da ameaça pelo neoliberalismo no quase todo contexto latino-americano (GÓMEZ, 2000). Harvey (2013b) analisa o ponto de vista neoliberal sobre a democracia afirmando que os defensores do neoliberalismo têm uma profunda suspeita com relação à democracia: ela é considerada uma ameaça potencial aos direitos individuais e às liberdades constitucionais do livre mercado. A democracia é colocada como um luxo que só é possível em condições de

---

<sup>82</sup> Sobre a democracia, Coutinho (2008a, p. 50) comenta que “podemos defini-la como a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social”.

relativa afluência, associado a uma forte presença da classe média para garantir a estabilidade política. Em consequência, os neoliberais tendem a favorecer a governança por especialistas e elites dominante. Os neoliberais preferem afastar as instituições-chave, como o Banco Central, das pressões democráticas.

Recusando sua neoliberalização, parte-se aqui de uma postura crítica heterodoxa, que enxerga na democracia uma condição para a verdadeira mudança social. Ao analisar a renovação de instrumentos do marxismo e alguns de seus autores, por exemplo, a partir da democracia política, Coutinho (2008b, p. 72) aponta que “a luta pelo socialismo requer hoje, mais do que nunca, a expansão da democracia representativa, a sua articulação com múltiplos organismos de democracia de base, a defesa de uma vida política e cultural aberta e pluralista”. Como se vê, não só o debate sobre democracia é coberto de conflitos, como estes permeiam a democracia em si.<sup>83</sup>

Nas palavras de Bobbio (2011, p. 21-22), em obra que figura entre os clássicos da discussão sobre a relação cidadania-democracia, o autor expõe questões em aberto, além de uma seguida definição, mesmo que mínima nas palavras do autor, sobre democracia.

Mais que uma promessa não-cumprida, o ausente crescimento da educação para a cidadania, segundo a qual o cidadão investido do poder de eleger os próprios governantes acabaria por escolher os mais sábios, os mais honestos e os mais esclarecidos dentre os seus concidadãos, pode ser considerado como o efeito da ilusão derivada de uma concepção excessivamente benévola do homem como animal político: o homem persegue o próprio interesse tanto no mercado econômico como no político. Mas ninguém pensa hoje em contestar a democracia sustentando, como se vem fazendo há anos, que o voto é uma mercadoria que se cede ao melhor ofertante. Naturalmente, todo este discurso vale apenas se nos atemos àquela que chamei de definição mínima de democracia, segundo qual por regime democrático estende-se primariamente um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados.

Na relação entre democracia e capitalismo, Wood aponta a incompatibilidade entre as duas ideias: tem-se de um lado uma democracia formal capitalista em que os direitos civis/individuais são envaidecidos em nome do mercado, com suas respectivas explorações e lutas de classes<sup>84</sup>. Do outro, o diagnóstico de que uma real democracia nunca ocorreu no sistema que visa o lucro e a riqueza nas mãos de alguns poucos. Segundo a autora,

---

<sup>83</sup> “Mesmo no interior dos Estados nacionais territoriais, as condições para um governo efetivamente democrático são raras: um país real, que goze de legitimidade, assentimento e capacidade de mediar conflitos entre grupos internos” (HOBBSAWM, 2007, p. 118).

<sup>84</sup> No decorrer de comparações entre as democracias antigas e modernas, a autora sustenta a ideia de que os direitos políticos e a igualdade civil, garantidos pela democracia formal do/no capitalismo, não só coexistem, mas, também, não ameaçam as desigualdades intrínsecas às relações sociais de produção nesse sistema: “é o capitalismo que torna possível uma forma de democracia em que a igualdade formal de direitos políticos tem efeito mínimo sobre as desigualdades ou sobre as relações de dominação e de exploração em outras esferas” (WOOD, 2011, p. 193). Em concordância com o procedimento comparativo da autora, Mascaro (2013, p. 84)

O capitalismo é estruturalmente antitético à democracia não somente pela razão óbvia de que nunca houve uma sociedade capitalista em que a riqueza não tivesse acesso privilegiado ao poder, mas também, e principalmente, porque a condição insuperável de existência do capitalismo é o fato de a mais básica das condições de vida, as exigências mais básicas de reprodução social, ter de se submeter aos ditames da acumulação de capital e às “leis” do mercado. Isso quer dizer que o capitalismo coloca necessariamente mais e mais esferas da vida fora do alcance da responsabilidade democrática. Toda prática humana que é transformada em mercadoria deixa de ser acessível ao poder democrático. Isso significa que a democratização deve seguir *pari passu* com a “destransformação em mercadoria”. (WOOD, 2011, p. 8).

No desvelamento das formas jurídico-estatal e econômica no capitalismo, Mascaro (2013, p. 87) comenta sobre os limites da democracia instituídos pelo mercado para a manutenção da ordem

O campo jurídico exerce um papel fundamental na construção da moderna democracia. Sendo, tal como as demais instituições estatais, um aparato necessário à dinâmica das relações de produção capitalistas, o direito assume a dianteira, em relação ao papel da livre ação política, como elemento de balizamento das possibilidades da democracia. Ao invés de estender a deliberação política democrática ao limite, o direito restringe e qualifica seus espaços e mecanismos. Os resguardos dos direitos subjetivos fundamentais e dos ritos e procedimentos previamente instituídos possibilitam facultar a livre deliberação a um espaço temático já então delimitado e formalizado. A aparente virtude da democracia moderna seria a liberdade irrestrita de deliberação sobre os assuntos. De fato, ela é conseguida na medida dos mecanismos de apuração da vontade da maioria. Ocorre, no entanto, que, balizada, pelo direito, a ação política é ampla, livre e voluntariosa justamente num espaço que é previamente construído estatalmente. A forma política do capitalismo dá o limite da própria liberdade da vontade democrática.

Partindo do exposto e apesar de suas possibilidades alternativas à ordem vigente, faz-se necessário não supervalorizar a democracia, visto que a mesma não seria um “antídoto” contra o neoliberalismo. Ferreira (2010) lembra que mesmo em governos democráticos, o neoliberalismo e suas receitas se fazem presentes. Daí resulta a contradição: ao adotarem tal modelo, em prol de uma “modernização globalizada”, as consequências se dariam justamente no agravamento das expressões da questão social.

Se os limites da democracia são expostos nos termos jurídicos e políticos dados da ordem socioeconômica, as lutas e ações revolucionárias da classe trabalhadora são bloqueadas quando representam uma ameaça ao *status quo*. A liberdade de escolha no capitalismo acaba se configurando nas seletivas opções oferecidas pelo capital a alguns extratos da sociedade ainda dividida em classes/grupos sociais. Incorrendo, inclusive em bloqueio da própria forma democrática, se assim for necessário. No embate entre as formas representativa e direta de democracia, Mészáros (2015, p. 21) propõe uma democracia substantiva

---

complementa que “a experiência dita democrática, no seio geral das sociedades capitalistas, acaba por ser mais exceção do que regra”.

A verdadeira questão não é a “democracia direta” ou a “democracia representativa”, mas a eficaz e autorrealizável regulação de seu modo de existência pelos indivíduos sob as condições de *democracia substantiva*, em contraste com o vazio legislativo político da “democracia representativa” facilmente corruptível. E a única maneira viável de construir a democracia substantiva – e não a “representativa” de uma forma mais remota, e, ao mesmo tempo, claro, mais ou menos intensamente ressentida – é instituir uma forma de tomada de decisão da qual a *recalcitrância* está ausente, porque os indivíduos sociais *definem a lei para si mesmos* de moto a também serem capazes de *modificá-la de forma autônoma*, sempre que as circunstâncias de mudança de seus processos metabólicos sociais autodeterminados assim o exigirem.

Essa democracia substantiva é contextualizada junto ao conflito e à mudança<sup>85</sup>. Em tempos de globalização, Gómez (2000, p. 10-11) comenta o desafio da política democrática contemporânea

O principal desafio que enfrenta a política democrática nesta época de transformação consiste, precisamente, em criar condições e capacidades efetivas, por um lado, para cobrar responsabilidade das forças transnacionais e internacionais da globalização “pelo alto” que vêm se beneficiando de uma espantosa concentração de recursos de poder econômico e político em escala planetária (e que operam, portanto, para além do único e cada vez mais impotente controle democrático existente – o territorial); e, pelo outro, para legitimar instâncias de governança supranacional através de uma ampla participação – não exclusivamente interestatal – no processo de deliberação e tomada de decisão política sobre problemas globais (ambientais, direitos humanos, pobreza e desenvolvimento, etc.) que dizem respeito ao conjunto da humanidade)

No contexto político brasileiro, Weffort (1992) aponta o que denomina de sistema dual nacional, onde não só opera uma distinção entre aqueles que estão dentro (grupos sociais dominantes e organizados) e aqueles que estão fora (marginalizados pobres, desorganizados e manipulados pelos de dentro), como também opera uma democracia de conflito. Nas palavras do autor, estaríamos em uma democracia de conflito, expressão que, no contexto brasileiro, designa uma democracia em uma sociedade muito desorganizada e dividida entre integrados e marginalizados. Enquanto as democracias sociais requerem o consenso a respeito das questões econômicas e sociais básicas, a democracia de conflito depende da sólida legitimidade de regras e procedimentos, de modo a tornar possível o intenso conflito sobre as questões de substância social e econômica.

Definindo democracia e lançando questionamentos sobre o contexto brasileiro, Coutinho (2008a, p. 151) afirma que

A democracia é soberania popular, é construção de uma comunidade participativa, é igualdade. Temos aqui determinados valores que o capitalismo demonstrou claramente que não é capaz de realizar. Uma verdadeira democracia é um processo que implica não só modificações econômicas e sociais. Estou plenamente convencido de que não há solução para a humanidade fora da democracia. A experiência do Leste Europeu mostrou isso cabalmente. Mas há hoje uma disputa

---

<sup>85</sup> Nas palavras de Borja (1988, p. 24), “combinar o desenvolvimento da democracia representativa com o da democracia de participação direta supõe, portanto, legitimar o conflito e estar aberto à mudança, posto que se abrem canais à intervenção de grupos opostos no marco de estruturas flexíveis e diversas”.

política e ideológica sobre o que é democracia. No Brasil, atualmente, nenhuma força se apresenta no cenário político postulando o fim da democracia. Trata-se, então, de discutir o seguinte: “qual democracia?” Há uma concepção liberal de democracia, que a concebe de modo minimalista, como se democracia fosse apenas o respeito a algumas regras formais que permitem uma rotatividade das elites no poder através dos processos eleitorais. Nós, socialistas, temos um outro conceito de democracia: um conceito que incorpora determinadas conquistas liberais, considerando-as imprescindíveis à democracia (penso nos direitos civis, no direito de expressão, no direito ao livre pensamento etc.), mas que incorpora também outros direitos democráticos, como sobretudo, o direito à participação.

Ao situar a democracia em sua dimensão geográfica, Castro; Rodrigues; Ribeiro (2013, p. 12) introduzem obra sobre essa relação

E, aqui, democracia e geografia têm encontro marcado. A primeira, modelo político-institucional com fortes implicações sobre o espaço, objeto privilegiado de investigação da segunda. Ambas se enriquecem nesse encontro. É possível que uma ou outra nem sempre se reconheçam, porém a realidade se impõe sobre perspectivas e vieses ideológicos. O espaço é por excelência o lugar da política, que não existe no vazio da imaginação, a democracia é a política em sua forma mais pura, é a possibilidade do encontro dos indivíduos livres e diferentes, porém tornados iguais pela lei. E a geografia é a análise da ordem espacial desse encontro, dos processos e formas que daí resultam.

Apresentando o par democracia-geografia, Castro (2013, p. 24-25) realiza, de um lado, a ênfase no território, e de outro, a crítica a respeito de uma reflexão negligenciada ou parcialmente desenvolvida<sup>86</sup> na ciência do espaço

A democracia é forma de governo e envolve necessariamente a sociedade e o território. O que a torna um modelo institucional de evidente dimensão geográfica, afetado por questões como: extensão, distância, acessibilidade, escala, população, densidade, infraestrutura, urbanização, estrutura social etc. Apesar da natureza espacial da democracia, a reflexão ou mesmo a curiosidade sobre ela como teoria e como realidade empírica é estranhamente débil na geografia, ainda que temas relacionados às políticas públicas, ao Estado, à justiça social, à gestão do território, ao poder, ao espaço público etc. façam parte da agenda da disciplina.

Ao adentrar no que denomina “perigosos espaços da cidadania”, Holston (2013) aponta não só o paradoxo perverso da democracia brasileira, como situa o processo de democratização nacional em um ponto crítico. Nas palavras do autor, a democracia brasileira progrediu nos últimos vinte anos, sendo pioneira em inovações que a situam na vanguarda do desenvolvimento democrático do mundo. No entanto, exatamente quando a democracia se enraizou, novos tipos de violência, injustiça, corrupção e impunidade se agravaram. Essa coincidência é o paradoxo perverso da democratização do Brasil: ela não conseguiu superar a violência e a impunidade que laceram todos os grupos sociais. Simultaneamente, contudo, essas contraconfigurações não evitaram a consolidação de medidas significativas de

---

<sup>86</sup> Em artigo a anterior, a autora pontuou que “a democracia como problema para a pesquisa na geografia não se esgota na geografia eleitoral, tradição importante da disciplina, mas deve ir além, abrindo-se para as possibilidades dos ordenamentos espaciais em diferentes escalas que emergem dos arranjos institucionais” (CASTRO, 2011, p. 294-295).

democracia e de inovações democráticas. Na articulação entre democracia e cidadania, o autor caracteriza a cidadania democrática a partir de sua dinâmica, suas desigualdades, vulnerabilidades, desestabilizações e contestações

As igualdades da cidadania democrática sempre produzem novas desigualdades, vulnerabilidades e desestabilizações, assim como meios para contestá-las. Dessa forma, os direitos iguais dos cidadãos de se associarem geram organizações de capacidades e poderes desiguais. À medida que os cidadãos perseguem seus interesses, esses grupos são postos em confronto um com o outro na arena da cidadania. Assim, a igualdade da cidadania se torna a fundação sobre a qual uma nova desigualdade é construída e contestada. Se assim é, resulta que as contradições da cidadania são internas e não incidentais ou externas à teoria da democracia. Também deve ser o caso de essas contradições e disjunções significativas serem inevitáveis no desenvolvimento de todas as democracias, estabelecidas ou emergentes. Por isso, se não podemos considerar anormal o desenvolvimento democrático do Brasil por ser disjuntivo, o problema a investigar são as especificidades de suas contradições em relação à sua expansão (HOLSTON, 2013, p. 352).

Ao se discutir questões envolvendo cidadania e democracia, a notoriedade da questão pública/coletiva coexiste com as particularidades/individualidades de uma subjetividade<sup>87</sup>. Santos (2010, p. 240) analisa tal relação em sua complexidade

Para além das ideias de autonomia e de liberdade, a subjetividade envolve as ideias de auto-reflexividade e de auto-responsabilidade, a materialidade de um corpo (real ou fictício, no caso da subjetividade jurídica das “pessoas coletivas”), e as particularidades potencialmente infinitas que conferem o cunho próprio e único à personalidade. Ao consistir em direitos e deveres, a cidadania enriquece a subjetividade e abre-lhe novos horizontes de auto-realização, mas, por outro lado, ao fazê-lo por via dos direitos e deveres gerais e abstratos que reduzem a individualidade ao que nela há de universal, transforma os sujeitos em unidades iguais e intercambiáveis no interior de administrações burocráticas públicas e privadas, receptáculos passivos de estratégias de produção, enquanto força de trabalho, de estratégias de consumo, enquanto consumidores, e de estratégias de dominação, enquanto cidadãos da democracia de massas. A igualdade da cidadania colide, assim, com a diferença da subjetividade, tanto mais que no marco da regulação liberal essa igualdade é profundamente seletiva e deixa intocadas diferenças, sobretudo as da propriedade, mas também as da raça e do sexo que mais tarde vão ser os objetos centrais das lutas igualitárias.

Em uma perspectiva muito semelhante à de Santos (2009b) sobre a globalização enquanto possibilidade, Gómez (2000) aponta o horizonte de uma relação entre cidadania e democracia para além do mercado. Segundo o autor, contra a pretensão dominante de se apropriar do discurso democrático-cidadão apenas com alcance nacional e num sentido formal, passivo e funcional à sociedade globalizada de mercado, tem-se a necessidade e a possibilidade de um projeto de democracia cosmopolita, sustentado tanto nas garantias

---

<sup>87</sup> Relação apontada por Marshall (1967, p. 104), quando este relaciona os direitos aos deveres, coexistindo: “as obrigações correspondentes da cidadania não podem ser ignoradas. Estas não exigem que um indivíduo sacrifique sua liberdade individual ou se submeta, sem motivo, a qualquer exigência feita pelo Governo. Mas exigem que seus atos sejam inspirados por um senso real de responsabilidade para com o bem-estar da comunidade”.

institucionais e normativas que assegurem representação e participação de caráter regional e global, quanto em ações deliberativas e em rede que expandem e adensam uma esfera pública sobre as mais variadas questões relevantes (direitos humanos, paz, justiça distributiva, gênero, proteção da biosfera, saúde, etc.).

Por fim, a reflexão sobre cidadania e democracia diz respeito às ações do cotidiano vivenciado e contextualizado na ordem de cada época. Em cada tempo-espaço social, modelos de cidadania e democracia se fizeram presentes na ordem social do dia, em diferentes contextos e escalas. Como aponta Holston (2013, p. 396), abordando as limitações no urbano, “as democracias que não conseguem proteger o próprio corpo do cidadão ou produzir uma cidade justa são, hoje, muito mais numerosas do que as que conseguem fazê-lo, ainda que a promessa dessas realizações constitua boa parte do apelo democrático”<sup>88</sup>. O alerta do autor nos lembra que processos de exclusão atuam junto ao par democracia-cidadania. Tal relação é exemplificada no atual quadro da urbanização, onde “os ares das cidades NÃO libertam mais”.

### **3.3 Situações de exclusão frente à democracia e cidadania: precariedade e mutilação de direitos, exercícios e práticas na negação da participação**

Para efeitos de delimitação e rigor científico (tomando por base os cuidados e “armadilhas” de um tema como esse, já discutidos por MARTINS, 1997 e CASTEL, 2000), cabem aqui algumas considerações sobre a exclusão e sua dimensão político-geográfica<sup>89</sup>, lembrando que seu significado evoca “as condições de diferença e desigualdades sociais intrínsecas à sociedade capitalista, que tende a elevar o número de pobres e miseráveis em todo o mundo, de modo acentuado nas últimas décadas” (GUIMARÃES; VIEIRA; NUNES, 2005, p. 271). A exclusão é aqui elencada enquanto processo, como destacam os autores supracitados

O processo de exclusão social se configura quando as contradições de pobreza e desigualdade social atingem situações extremas, nas quais ocorrem rupturas nas relações sociais entre os indivíduos ou grupos e a sociedade como um todo. [...] a exclusão social não surge de repente ou de um momento para outro, mas no decorrer do tempo. Ela foi e continua sendo delineada e definida através de um processo de acirramento das desigualdades inerentes ao modo capitalista de produção. [...] a exclusão social se define como um processo dialético e exige a definição de um conceito que nos permita, ao analisar diversas realidades urbanas e, principalmente,

---

<sup>88</sup> Como lembra José Murilo de Carvalho, a democracia política ainda tem muitos problemas não resolvidos para lidar. Ao tratar a consolidação democrática no país, o autor enfatiza: “reforçar a organização da sociedade para dar embasamento social ao político, isto é, para democratizar o poder” (2011, p. 227).

<sup>89</sup> Como lembra Wanderley (2013, p. 19), “ao se tratar concretamente do tema da exclusão é necessário precisar o espaço de referência que provoca a rejeição (categoria fundamental). Qualquer estudo sobre a exclusão deve ser contextualizado no espaço e no tempo ao qual o fenômeno se refere”.

intraurbanas, indicar quais as necessidades e as condições mínimas exigidas para a valorização da vida e da dignidade do cidadão. (GUIMARÃES; VIEIRA; NUNES, 2005, p. 272-273)

Se a exclusão é concebida enquanto processo, esse se deu pela ação de agentes que atuam em determinado contexto. Tais agentes, nunca neutros, agem sob alguma(s) intencionalidade(s) como apontam Vieira et al (2010, p. 43)

Os processos sociais excludentes implicam uma origem impulsionadora que, embora possa ter certo grau de aleatoriedade, envolve também intencionalidades, as quais são excludentes por inclusão e assim revelam quais as particularidades existentes na abrangência da inclusão. A intencionalidade permite verificar a parcialidade incluída em meio a uma totalidade possível, desencadeando os processos excludentes.

Em acordo com essa concepção dialética do processo de exclusão, Sawaia (2013a, p. 9) trata de sua abrangência e multidimensionalidade na ordem vigente

A dialética inclusão/exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência. Em síntese, a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe e, relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema.

Relacionando pobreza e exclusão, Wanderley (2013, p. 23) apresenta distinção entre os processos e caracteriza a pobreza contemporânea

Embora não se constituindo em sinônimos de uma mesma situação de ruptura, de carência, de precariedade, pode-se afirmar que toda situação de pobreza leva a formas de ruptura do vínculo social e representa, na maioria das vezes, um acúmulo de déficit e precariedades. No entanto, a pobreza não significa necessariamente exclusão, ainda que possa a ela conduzir. A pobreza contemporânea tem sido percebida como um fenômeno multidimensional atingindo tanto os clássicos pobres (indigentes, subnutridos, analfabetos...) quanto outros segmentos da população pauperizados pela precária inserção no mercado de trabalho (migrantes discriminados, por exemplo). Não é resultante apenas da ausência de renda; incluem-se aí outros fatores como o precário acesso aos serviços públicos e, especialmente, a ausência de poder. Nesta direção, o novo conceito de pobreza se associa ao de exclusão, vinculando-se às desigualdades existentes e especialmente à privação de poder de ação e representação e, nesse sentido, exclusão social tem que ser pensada também a partir da questão da democracia.

A partir da concepção multidimensional, destaca-se, para fins dessa pesquisa, a dimensão política, caracterizada por Vieira et al (2010, p. 48)

Dimensão política: incluímos essa dimensão que está relacionada às possibilidades de existência de qualidade política nas relações sociais, ou seja, a existência da exclusão social estaria ligada à pobreza política. A exclusão social também deve ser analisada pela ótica da participação política, seja a partir das lutas sociais por melhorias nas condições materiais básicas, seja nas lutas por maior representatividade política por parte da população menos beneficiada ou excluída,

seja nos movimentos reivindicatórios que confluem para além daquilo que era o ponto inicial da luta e que se convertam em uma forma de luta por transformações mais amplas e coletivas para a sociedade como um todo.

Em termos de lei, quando a exclusão sociopolítica ocorre, os excluídos têm seu direito de participação negado nas elaborações e discussões concernentes ao tema. Nas palavras de Bauman (2005), sob o âmbito legal, a exclusão é negligenciada e a condição de excluído consiste na ausência de uma lei que se aplique a ela. Ao refletir sobre a exclusão e sua relação com a condição humana, o autor complementa e amplia as ideias anteriormente colocadas afirmando que

As causas da exclusão podem ser diferentes, mas, para aqueles situados na ponta receptora, os resultados parecem ser quase os mesmos. Confrontados pela intimidante tarefa de ganhar os meios para a sobrevivência biológica, enquanto se veem privados de autoconfiança e da autoestima necessárias para a sustentação da sobrevivência social, eles não têm motivo para contemplar e saborear as distinções sutis entre o sofrimento planejado e a miséria por descuido (BAUMAN, 2005, p. 44).

Acrescenta-se que, na ausência de lei, o excluído também carece de direitos e condições mínimas necessárias para sua existência<sup>90</sup>. Vieira et al (2010) discorrem sobre as precariedades<sup>91</sup> sofridas durante o processo de exclusão alegando que este se caracteriza – além dessas rupturas que designam a extrema exclusão – também pela ausência de recursos mínimos, pelo precariedade quanto às oportunidades em educação, saúde, mercado de trabalho e condições afetivas-subjetivas dignas, ou seja, haveria um conjunto de condições ou de critérios para a configuração da exclusão social, o que não significa que, para a efetivação do processo, os indivíduos ou grupos teriam de atingir todos esses critérios.

Introduzindo a dimensão geográfica da exclusão ou a relação entre essa e os territórios, Melazzo; Guimarães (2010, p. 28-29) apontam que

Os excluídos, entretanto, não se constituem como um grupo fora e apartado. Eles não controlam e não se apropriam do território. Daí sua condição de excluídos. Porém, como o próprio conceito de território indica a existência de um poder que o instaura e o controla, esse território onde vigora a exclusão social é instaurado e controlado muito mais ‘de fora para dentro’ que ‘de dentro para fora’. [...] Mais que uma situação de fatalidade e inexorabilidade de territórios em que a exclusão social predomina intensamente, porque predominam mecanismos específicos e visíveis, porque pontuais e delimitados, que tratam de gerar o distanciamento dos incluídos, construindo as desigualdades, os aglomerados de exclusão podem se referir também

---

<sup>90</sup> Segundo Wanderley (2013, p. 25), um dos traços da exclusão contemporânea, diz respeito à criação intencional de indivíduos inteiramente desnecessários, não havendo possibilidades de inserção. Nas palavras da autora, “poder-se-ia dizer que os novos excluídos são seres descartáveis”. A ideia de descartabilidade aqui exposta pode ser vista à luz dos refugos produzidos pela globalização segundo Bauman (2005) ou, ainda, como estorvo não explorável no capitalismo (VERAS, 2013).

<sup>91</sup> Nesse contexto de incerteza e precariedade, se tem os efeitos psicossociais, abordados por Sawaia (2013b, p. 107): “conhecer o sofrimento ético-político é analisar as formas sutis de espoliação humana por trás da aparência da integração social, e, portanto, entender a exclusão e a inclusão como as duas faces modernas de velhos e dramáticos problemas – a desigualdade social, a injustiça e a exploração”.

a vastas áreas no interior de nossas cidades, produzidas por processos sociais de longa duração, diluídas na construção de um projeto urbano essencialmente excludente. E que, por ser um processo lento, acomoda mais facilmente e com menos conflitos aparentes tais desigualdades no amplo mosaico das cidades brasileiras.

Quando contextualizada na cidade e no urbano, a exclusão se situa no processo de urbanização entre as políticas públicas e ações de gestão e planejamento. Vieira et al (2010, p. 42), pontuam que

A exclusão social está inserida em um debate teórico que vai além da questão urbana, mas que vem sendo utilizado principalmente para discutir os problemas das desigualdades sociais das cidades, à medida que a exclusão é abordada com base em uma matriz teórica multidisciplinar que se desenvolve calcada no campo do planejamento urbano e das políticas públicas. Desse modo, a exclusão social não é um processo específico da cidade, mas acentuou-se com a urbanização da sociedade capitalista. Nessa perspectiva, a questão da exclusão social no Brasil ganhou visibilidade com a urbanização que não foi capaz de absorver mão de obra e atender às demandas crescentes de infraestrutura.

Vieira; Nunes; Guimarães (2010) relacionam os processos de exclusão ao planejamento urbano, tomando, por exemplo, as consequências decorrentes de agentes produtores em cidades médias, na medida em que tal planejamento apresenta maior dificuldade de equacionamento em razão da força política e econômica de determinados agentes sociais, o rápido crescimento dessas cidades está produzindo um espaço urbano profundamente desigual. Quando a questão da propriedade da terra entra em jogo nos processos de exclusão, o controle dos espaços intraurbanos e suas apropriações na lógica privada expõem a dimensão geográfica entre os usuários da cidade/do urbano

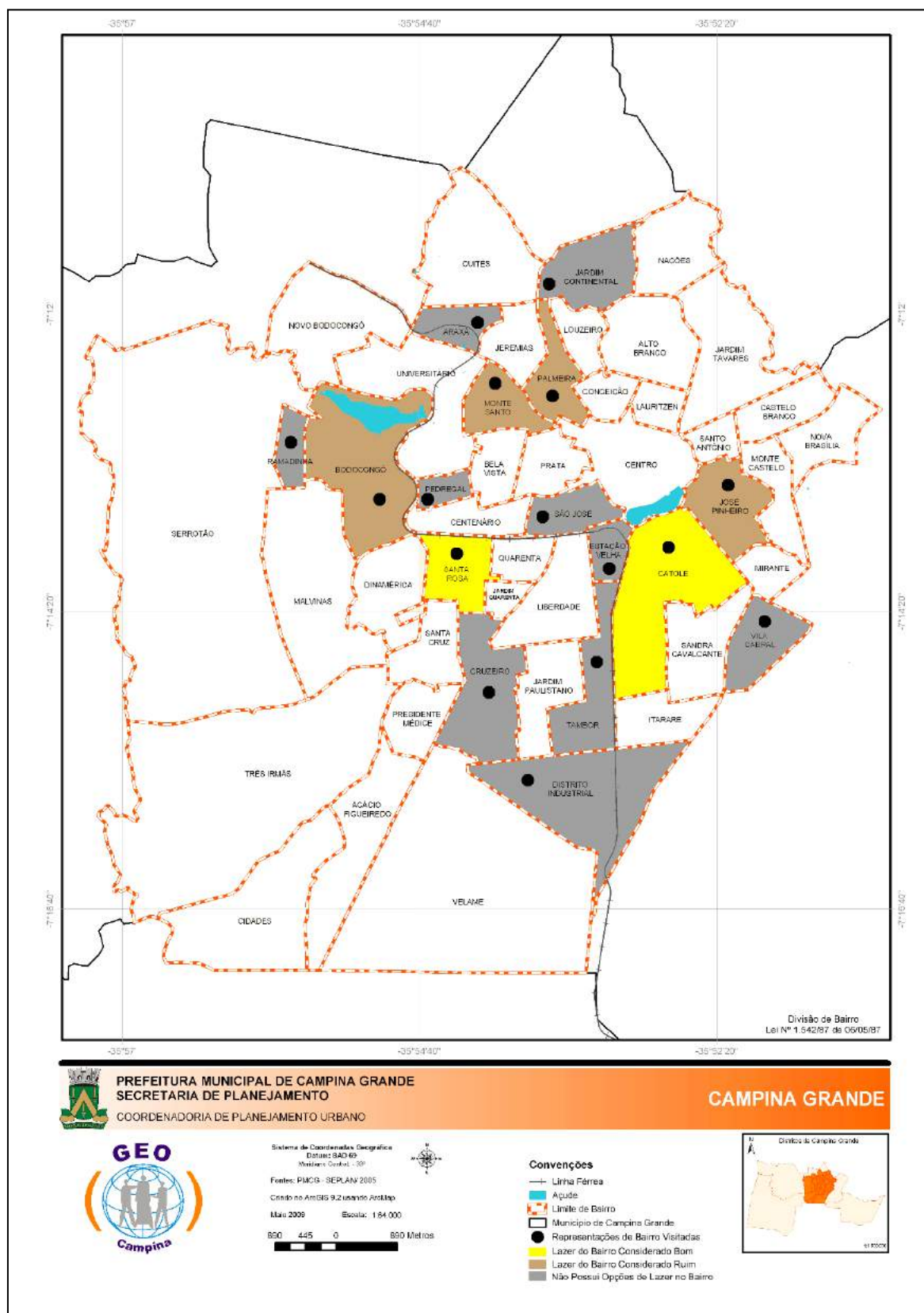
Ao considerarmos a inclusão e exclusão sociais como processos dialéticos, orquestrados e planejados, poderíamos afirmar que uma das principais fundamentações de sua ocorrência na escala intraurbana, em termos espaciais, seria a necessidade de controle desse mesmo espaço urbano pela classe dominante. E, para que isso ocorra, tornando-a uma das principais causas da existência da exclusão social, em sua dimensão espacial, temos a presença, dentro do modo capitalista de produção, da propriedade privada da terra, mais especificamente o solo/terreno urbano. [...] Propriedade privada da terra promove a exclusão social nos dois sentidos que ela assume em sua dimensão espacial. Cria, paralelamente, territórios da exclusão social, principalmente nas periferias urbanas em seu sentido geográfico e não apenas geométrico, para aqueles que têm condições de adquirir um pedaço de terra, muitas vezes clandestino, irregular ou ilegal, ou mesmo pela ocupação desses mesmos espaços, por meio de movimentos espontâneos ou organizados. Ao mesmo tempo, cria os excluídos sem espaço, desprovidos de qualquer condição material de adquirir a mercadoria “terreno”, além de já serem destituídos de outros bens materiais e simbólicos (VIEIRA; NUNES; GUIMARÃES, 2010, p. 62-63)

Mediante o exposto, a problemática de pesquisa apresenta um grau de complexidade envolvendo a multidimensionalidade (enquanto reconhecimento da totalidade social, mas com ênfase à dimensão sociopolítica) e o caráter espacial/territorial relacional (não só as relações entre os tópicos temáticos aqui levantados, mas destacando o espaço social como produto

social presente nos processos citados, bem como o território enquanto produto político). A proposta de discussão dos principais resultados obtidos durante a fase empírica da pesquisa é organizada em tópicos sobre algumas das questões abordadas no roteiro de entrevistas nas representações de bairro (apêndice 01). As áreas temáticas compreenderam desde o cotidiano do bairro, passando pelos serviços e direitos coletivos prestados ou ausentes no bairro, chegando à tríplice relação entre a população do bairro, sua entidade representativa e o poder público municipal.

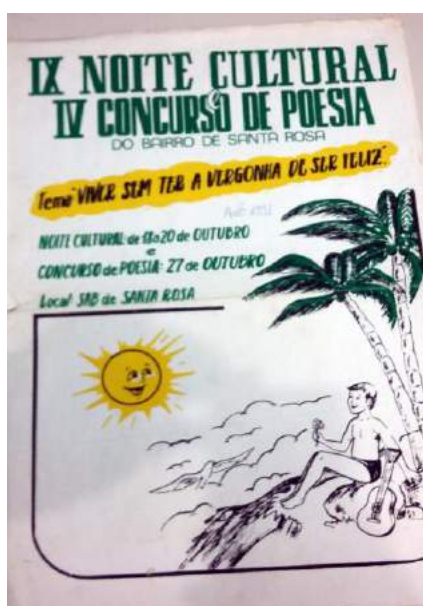
Questões pretéritas e presentes foram levantadas, visando uma premissa dialética de processo no decorrer dos tempos e espaços. Como expresso na introdução dessa pesquisa, o temor de algumas representações quanto à repercussão de suas respostas levou alguns casos ao anonimato, visando a liberdade de expressão e a franqueza nas falas de representações e populares dos bairros também ouvidos. Como previsto nos testes quanto à aplicação do roteiro de entrevista, houve consensos e dissensos nas falas, de tal maneira que as repetições de uma mesma ideia foram em alguns casos suprimidas para tornar a leitura mais fluída e dinâmica, deixando alguns exemplos para ilustrar o conteúdo das falas e termos comumente utilizados. As dificuldades quanto ao trabalho com as entrevistas, bem como os reveses sofridos na etapa de campo foram discutidos ainda na introdução.

Inicialmente adentrando a questão do lazer, os bairros visitados apresentam o seguinte padrão cartográfico, de acordo com as representações entrevistadas (mapa 03)



Mapa 03: A questão do lazer entre os bairros visitados e o ponto de vista das representações.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande (adaptado pela Pesquisa de Campo), 2015.

Partindo dessa distribuição, os bairros apresentam um perfil preocupante: apenas dois bairros dentre os pesquisados situam o lazer enquanto bom ou positivo em seus contextos. O Santa Rosa destaca as atividades esportivas e festivas oferecidas na SAB, como as Noites Culturais<sup>92</sup> (fotografias 65 a 73), enquanto o Catolé enfatiza os shopping centers, a casa de show Spazzio e o Parque da Criança. Desses três espaços lúdicos citados, só o último é público. As festas e shows que acontecem no Spazzio cobram ingressos e mesmo os shoppings impõem aos seus visitantes o consumo de algum bem ou serviço lá ofertados<sup>93</sup>.



Fotografias 65, 66, 67 e 68: Cartazes das Noites Culturais na SAB do Santa Rosa.

Fonte: Paulo Roberto Lima Sales, Sociedade de Amigos do Bairro do Santa Rosa, 2015.

<sup>92</sup> As Noites Culturais, nas palavras da representação da SAB do Santa Rosa, são eventos anuais que reúnem cultura, lazer e diversidade. A programação das festividades abrange desde bandas locais até apresentações de dança e atividades para o público infantil. A entrada é gratuita e a renda obtida da consumação de alimentos e bebidas não alcoólicas atende aos custos do evento e manutenção da SAB. Apoios de patrocinadores externos também fortalecem o evento, que data desde a década de 1990.

<sup>93</sup> Até se poderia apontar as pessoas que vão aos centros de compras apenas passear, sem comprar nada, mas em um “templo de consumo” (BAUMAN, 2000) tal qual um shopping center, os espaços das lojas, as vias descritas em suas vitrines e as promoções que constituem grandes apelos ao crédito alimentam e exemplificam a ideologia consumista do capitalismo contemporâneo discutida no capítulo 1. Mesmo que a passeio, os shoppings são espaços privados com donos, regras e seguranças dispostos a “gentilmente convidar à saída” qualquer problema ou ameaça da ordem de consumo própria daquele ambiente.



Fotografias 69, 70, 71, 72 e 73: Mais alguns cartazes das Noites Culturais na SAB do Santa Rosa.  
Fonte: Paulo Roberto Lima Sales, Sociedade de Amigos do Bairro do Santa Rosa, 2015.

Os bairros de José Pinheiro, Bodocongó, Monte Santo e Palmeira definem seus lazeres como ruins mediante as dificuldades que os projetos e opções nessa área enfrentam. Segundo seus representantes,

Vou dizer uma coisa a você: temos alguns campos de futebol, mas esses campos de futebol só são usados nos domingos pelos times amadores no decorrer da semana pelos usuários de drogas. Fora isso, não funciona nada. Antes com o Mais Educação, tinha opção aqui, mas depois acabou. Os campos não servem mais de nada (Representação do Monte Santo).

Muito pouco, tinha as festas na SAB, uma pracinha com academia na frente da igreja. O lazer o pessoal vai pros outros bairros, casas de show, clubes da cidade. Festas no Parque do Povo. Muito pouco no bairro da gente. Aqui na SAB também tem um futebolzinho, sede o espaço para ensaios de xaxado, jogar capoeira, as vezes alguma escola ou a igreja pede o espaço emprestado (Representação da Palmeira).

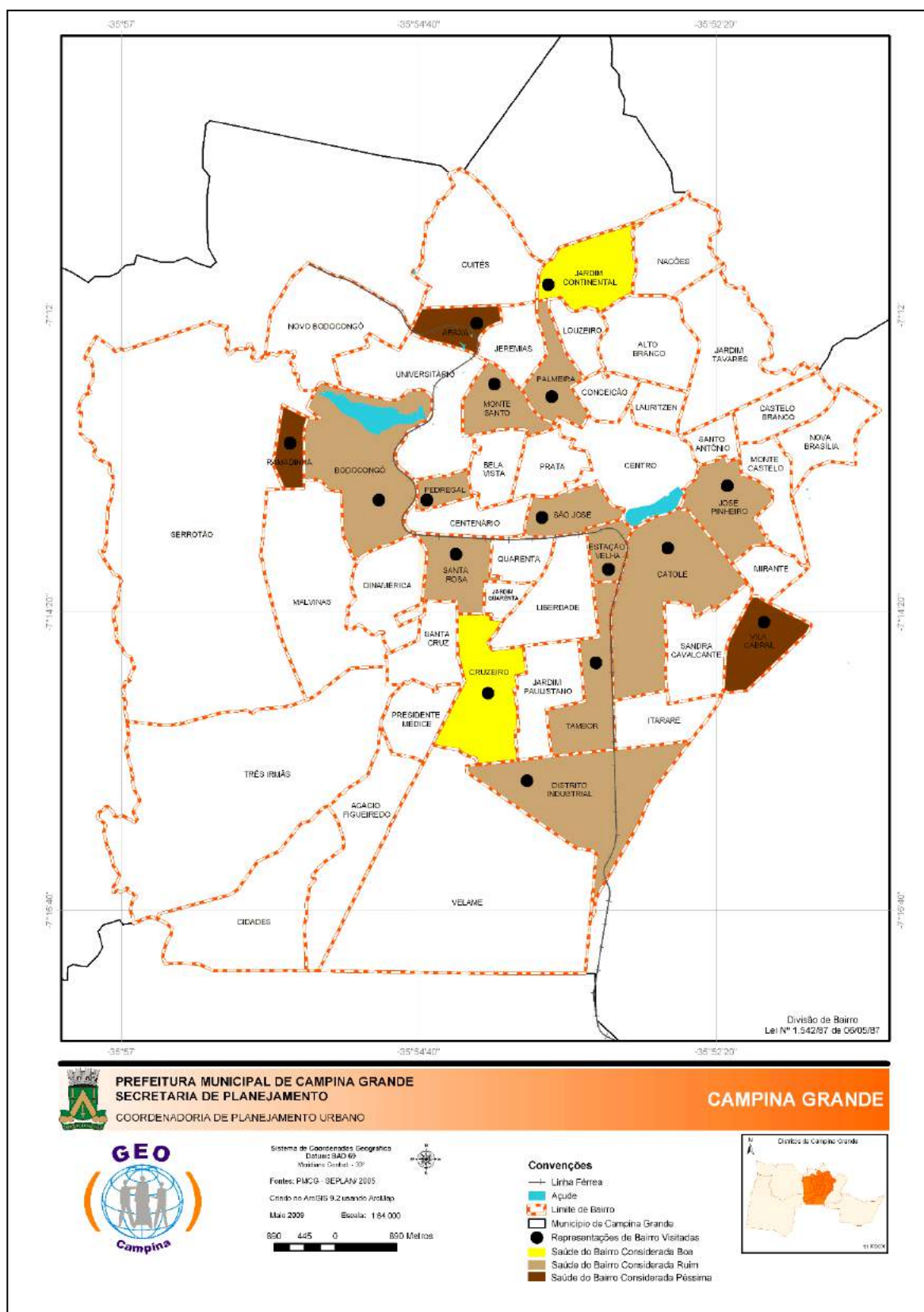
Na realidade, devido a questão de segurança, o Bodocongó e seu lazer hoje é diferente dos outros anos. Nós não temos muito lazer, nós não temos uma praça, uma pracinha centralizada para a juventude, uma caminhada, para o idoso. A área de lazer que tem é o canal, para caminhadas, mas pra quem mora longe fica difícil. Existe a promessa de ganhar um parque quando a revitalização do açude terminar, aí vai ter uma área de lazer muito interessante para Bodocongó. A gente já pediu, já fez requerimento, para usar o terreno aqui do lado, fazer uma quadra. Nas conversas com o prefeito, nem se fala tanto em quadra mas sim em centro social, alimentando várias coisas. Pela questão de espaço, visto que a SAB é bem limitada, requisitada pelo esporte. Então um centro social cairia muito bem (Representação de Bodocongó).

São destacadas nas falas as questões referentes à criminalidade e a dificuldade dos representantes em combater-las quando realizavam festividades e eventos à população. A busca de lazer em outros bairros e o uso dos espaços esportivos pelo tráfico e consumo de entorpecentes são outras questões levantadas. Os casos mais graves se encontram nos bairros entrevistados restantes. Segundo suas representações, não há opções de lazer para seus moradores<sup>94</sup>.

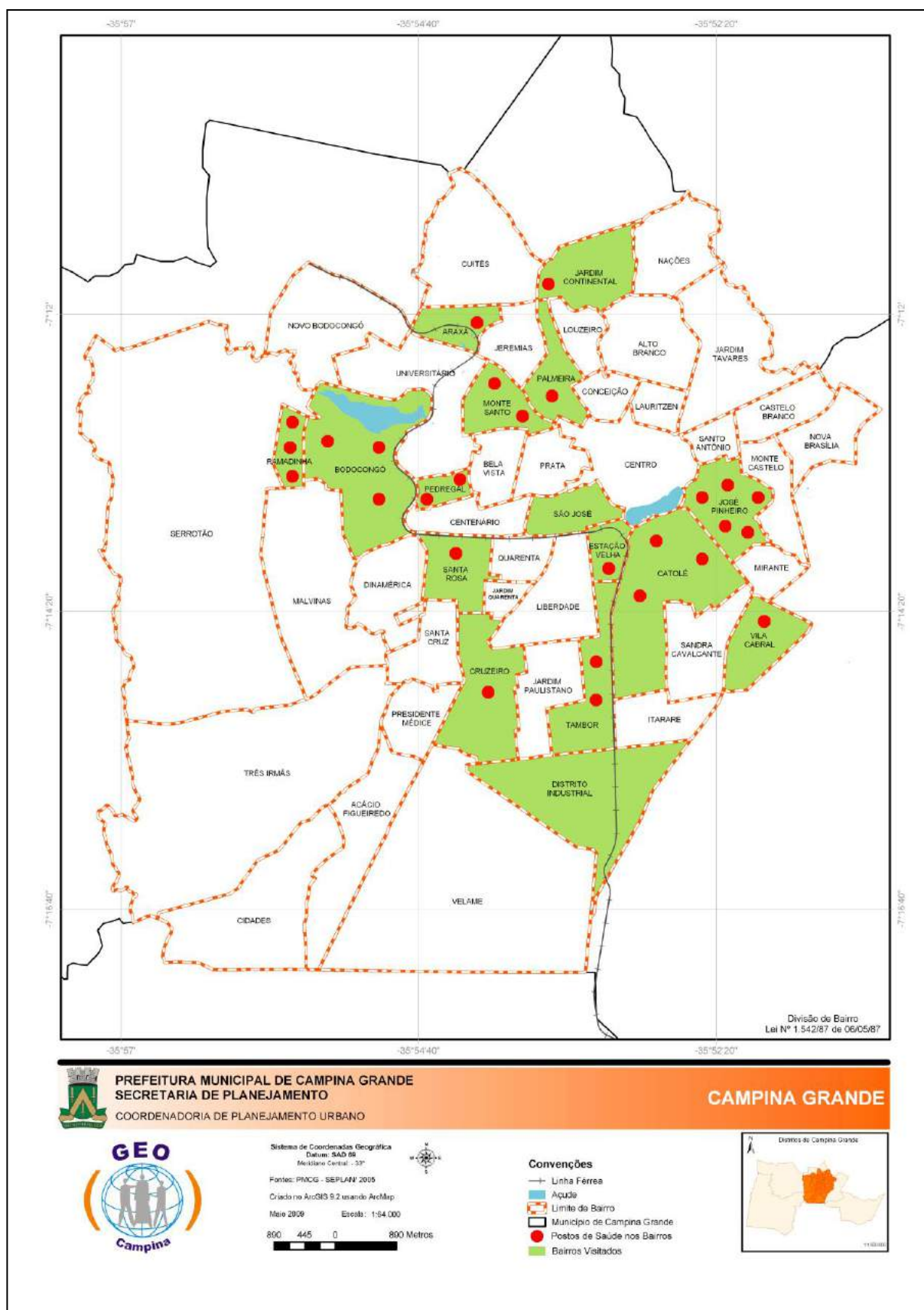
---

<sup>94</sup> Durante as entrevistas, se destacou a luta reivindicativa para obter tais espaços até casos de trocas de favores e promessas eleitorais não cumpridas. Há, inclusive, espaços perdidos para setores, como a construção civil e terrenos desocupados para ações nessa área.

A saúde entre os bairros visitados apresenta as seguintes configurações, de acordo com as representações entrevistadas (mapas 04 e 05)



Mapa 04: A questão da saúde entre os bairros visitados e o ponto de vista das representações.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande (adaptado pela Pesquisa de Campo), 2015.



Mapa 05: Distribuição dos postos de saúde em cada bairro visitado, de acordo com suas instalações.  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande (adaptado pela Pesquisa de Campo), 2015.

A questão dos serviços de saúde nos bairros apresenta desníveis e ausências nas questões de atendimento e infraestrutura dos postos da área, quando os bairros possuem tais instalações (fotografias 74, 75, 76, 77). Começando pelas representações que julgaram a saúde boa, assim elas se expressaram

A saúde do bairro ela teve pior, mas em 1986 foi fundado um programa Chegou o Doutor. Aqui na SAB foi um ambulatório, aqui funcionou muita saúde aqui na SAB, ela tem uma prestação de serviço muito forte porque a saúde nasceu aqui: o carro ficava parado na frente e aí servia de ambulatório, de consultório médico e foi o tempo passando e aí foi o tempo que foi desapropriado esse terreno vizinho aqui mas eles acharam por bem comprar uma casa, compraram essa casa e aí transformaram ela num PSF e hoje é onde vem funcionando contentemente (Representação do Jardim Continental).

Em matéria de saúde, do posto, geograficamente, estamos bem distribuídos, haja visto que temos no Jardim Paulistano e na Liberdade centros de saúde próximos com o porte de policlínica, ambos próximos do Cruzeiro. Com as precariedades, com as dificuldades que existem, nós temos uma aqui na comunidade que deixa a desejar, mas as duas citadas suprem as necessidades (Representação do Cruzeiro).



Fotografias 74, 75, 76 e 77: Unidades básicas de saúde dos bairros Pedregal, Araxá, Jardim Continental e Estação Velha.

Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.

Observam-se nas duas falas que os serviços de saúde nos bairros atendem as necessidades dos mesmos. Entretanto, se em um contexto tem-se os serviços de saúde ofertados em um posto do próprio bairro, no último contexto citado a saúde é tratada em unidades básicas de saúde de bairros vizinhos. Mediante as limitações da pesquisa, não foi possível averiguar se a população do Cruzeiro, ao utilizar os serviços de saúde de outros bairros, sobrecarregava a demanda de atendimentos e medicamentos<sup>95</sup>.

De um extremo a outro, temos as representações do Araxá, Ramadinha e Vila Cabral, que julgaram a saúde de seus bairros como péssima.

A saúde no Araxá é péssima, porque nós temos aqui um PSF que só atende o básico dos básicos, outra coisa eles não atendem. O nosso atendimento a gente tem que procurar outras unidades como Jeremias, Palmeira ou então o hospital da FAP, que exclusivamente agora está fechando a ala pediátrica, uma área das mais valiosas (Representação do Araxá).

Péssima. Já teve saúde boa. Quando a gente chegou aqui na Ramadinha, tinha dois médicos bem famosos, eles vinham a realidade do bairro e os problemas da comunidade. Eles tiveram aquele carinho de trabalhar em prol do povo. Aí veio a história de fazer posto de saúde, fazer agente de saúde, aí desmantelou tudo. Quando nós íamos nos postos dos outros bairros era melhor porque eles enxergam. Hoje eles não querem nem saber, fazem greve, e os problemas de saúde, como faz? (Representação da Ramadinha).

É péssima, não tem o básico. Quando tem um mês, não tem o outro. As pessoas daqui precisam ir para os hospitais da cidade e a saúde campinense está difícil (Representação da Vila Cabral).

As falas destacadas merecem atenção em alguns aspectos: primeiro, sobre as limitações dos postos de saúde, que serão enfaticamente elencadas nos bairros que consideraram seus serviços de saúde como ruins. A dependência de outros postos de saúde em outros bairros implica não só a questão de deslocamento, o que chega a ser um problema agravado no caso dos pacientes idosos, com dificuldades de locomoção e/ou com sequelas graves de algum mal na saúde, como também problemas nos atendimentos: entre conversas com populares dos bairros, muitas vezes a preferência foi citada, quando um posto de saúde de dado bairro atende preferencialmente os moradores daquele bairro. Após uma quantidade x de consultas, atendimentos e entrega de medicamentos, as pessoas que não tem residência comprovada naquela localidade são dispensadas para retornarem em outro dia ou recebem atenção limitada. Em casos graves e urgentes, as pessoas são encaminhadas para outros centros médicos como a UPA (Unidade de Pronto Atendimento), hospitais particulares da

---

<sup>95</sup> A SAB da Liberdade, durante a fase de campo, se encontrava em processo eleitoral, com o mandato vencido e, por isso, sem representatividade. Contatos via telefone celular e visitas à sede foram realizados à SAB do Jardim Paulistano, sem nenhum retorno no caso dos telefonemas e sem atendimento nas visitas da sede (portas fechadas e a impressão de que não eram abertas há algum tempo, segundo moradores e comércio próximos à SAB)

cidade que tenham ala coberta pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e o Hospital Regional de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes.

O terceiro grupo de bairros visitados e mais abrangente, e composto pelas representações que consideraram os serviços de saúde ruins. Algumas falas ilustram a situação atual

Tem uma questão aqui, são postos de saúde aqui dentro do bairro, mas juntando eles não dá um. São duas equipes, equipe básica, só funciona uma, só tem um médico e a outra do outro posto também tem duas equipes, mas só tem um médico. Assim, em termos de remédio, até no meu conhecimento, os remédios básicos, tipo pressão, esses remédios mais simples, aqui tem, mas o que o povo tem falado muito, reclamando muito, é a questão do atendimento (Representação do Monte Santo).

Mais medicamento, tá faltando e a gente precisa muito de médico, eles entram de férias, de recesso, aí a gente fica descoberto na hora da saúde. Os postos aqui do bairro não funcionam 100%, sempre tá faltando alguma coisa, por isso que a gente tem que se ajudar, secretário de saúde e a SAB, passar o que tá faltando (Representação do Pedregal).

Só tem hospitais (Dom Pedro I e Antônio Targino). Atende, mas assim, para o dia a dia não, pra uma consulta clínica a gente tem que ir em outros bairros, porque o meu não tem. Ele é carente de PSF e a gente vai no Centro, na Liberdade ou no Centenário (que também não estão funcionando bem) (Representação do São José).

Com relação à saúde, nós temos postos de saúde que na realidade falta mais profissionais nos postos. Porque, veja só, nós crescemos o número de famílias aqui no bairro, nós estamos com novos condomínios que os postos não vão conseguir cobrir. Temos mais de 500 famílias, mas não temos médico, uma equipe montada para dar assistência para esse pessoal (Representação de Bodocongó).

A questão da saúde, só Jesus Cristo que dá um jeito, porque não se admite hoje, eu tiro por mim que sou vítima disso, você entregar uma consulta hoje e daqui a 60 dias você não ter uma resposta, você faz seus exames que o médico vai lhe atender de retorno, o médico diz esse exame não serve mais. Agora sabemos que a saúde tem dinheiro, a saúde só não funciona porque nossos amigos políticos não deixam, porque não se admite em Campina Grande uma marcação de consulta durar 1 ano. Absurdo! Você não pode botar dentro de um posto de saúde uma pessoa política naquele tom de atender esse porque é do meu político. Saúde não depende de politicagem, ela tem que ser independente de A, B e C, você tem que atender. Porque se eu sou do lado tal é rápido, se eu for do outro, demora, fica difícil. Saúde nossa, avaliação de 1 a 10, dou 5 (Representação do Santa Rosa).

É precária. Nós temos postos de saúde, agora, por incrível que pareça, falta médico e medicamento. Por sinal uma senhora veio me procurar ontem porque não tinha remédio pra pressão que ela toma. A população também procura a gente quando estão com dificuldade para marcar uma consulta, entendeu? Então eles procuram a SAB. A gente tem bem uns 5 postos de saúde aqui. Então eles falam que a consulta está lá há meses, aí eu vou no posto conversar porque a marcação está tendo problemas, sobretudo nos pacientes graves. As vezes vou até a secretaria de saúde, pra ver se tem como adiantar aquela consulta. Então pra tudo isso eles procuram a gente. (Representação do José Pinheiro).

Em termos de ter, a gente tem. Agora ter e funcionar, aí já é outra coisa. A gente tem postos, mas em compensação, tem hora que não tem medicamento, tem hora que o médico sai de férias ou acha um emprego melhor, sai e passa seis meses sem médico. Já passamos seis meses sem médico. O médico do posto 1 ficou atendendo,

mas não dava cobertura porque o pessoal de lá era prioridade, a gente ficou aqui sem médicos. Pra você marcar uma consulta se for marcar um raio x de coluna, um eco, uma coisa mais avançada, é 7, 8 meses esperando. E aí se você tiver doente? Quando vão chegar você já tinha morrido. Acho que não tá havendo um diálogo. Tem canto aí que é mais rápido, mas aqui mesmo pra isso, não sei também se isso faz parte, não vou dizer que não tenho certeza, quando a gente se sente muito prejudicado. Vez ou outra acontece essas coisas (Representação do Tambor).

A questão saúde, não só no Catolé, como em toda a cidade e país, tem enfrentado dificuldades, a questão de atendimento com os pacientes que são hipertensos, tem diabetes, a questão da marcação de consultas, exames, falta de remédio, medicamentos, as consultas demoram muito a ser marcadas. Eu acredito que essa falha, essa falta na saúde ela é de maneira geral, ela tem muita dificuldade em ser atendida. Hoje a gente tem um atendimento, principalmente aos idosos e deficientes, com uma maior facilidade, mas mesmo assim ele não abraça toda a população e principalmente quem precisa de atendimento contínuo existem muitas falhas na medicação e nas consultas. As consultas demoram, 1 mês, 2 meses para problemas sérios, para você marcar uma consulta, hoje assim, se for caso grave, tem que ser particular. Caso você não tenha condições, você não vai ter atendimento aqui (Representação do Catolé).

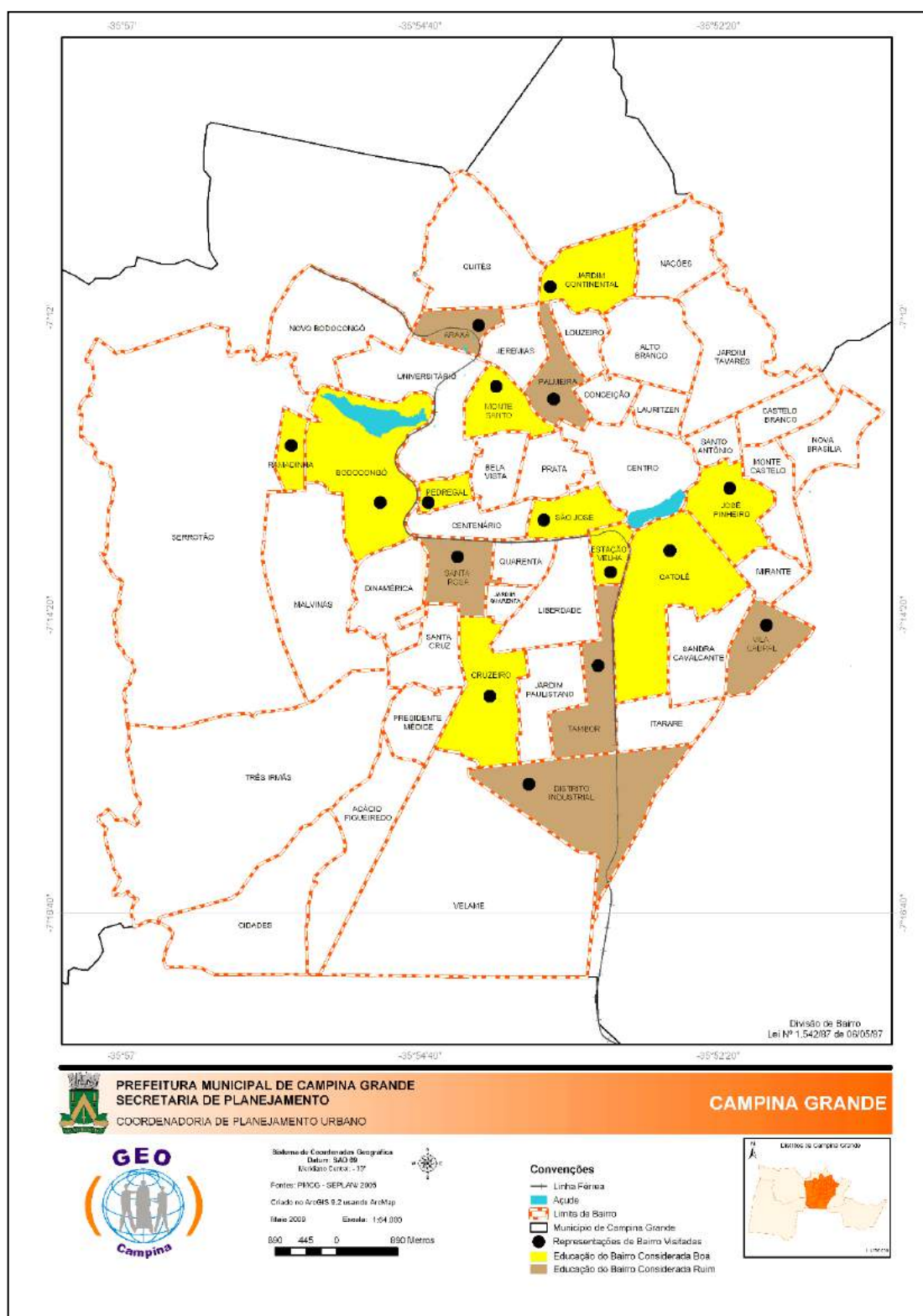
Nas entrevistas, algumas questões foram evidenciadas. Uma delas diz respeito às reclamações em termos de pessoal e medicamentos. Pelo menos seis representações de bairro apontam diretamente a falta de profissionais nas unidades de saúde, com ênfase aos médicos. Durante as entrevistas, foram relatados casos de médicos que tiraram férias sem o poder público ter providenciado um substituto provisório. Em outros casos, a ausência de um profissional sobrecarregou outras equipes de um mesmo bairro, isso sem contar com o caso de médicos que migraram para o setor privado em busca de uma remuneração maior. Exames, consultas, atendimentos gerais e emissão de receitas sofreram impactos junto à população necessitada. Outro problema sumariamente apontado diz respeito à questão de medicamentos: eles não só faltam de maneira geral (como apontado diretamente em cinco representações), como medicamentos específicos não são facilmente conseguidos.

Destacam-se nesses casos o papel dos representantes de bairro que são procurados pela população mais carente das comunidades para cobrar satisfações de atendimentos demorados ou buscar junto aos órgãos públicos de saúde a solução para problemas particulares (remédios para determinados pacientes, em sua maioria). Infelizmente, a questão político-partidária também se faz aqui presente, na medida em que os atendimentos e até a recepção dos representantes de bairro variam de acordo com as posturas políticas conhecidas. Dentre os relatos, algumas representações de bairro têm acesso fácil aos gabinetes onde se resolvem os problemas, enquanto outras demoram para serem atendidas<sup>96</sup>.

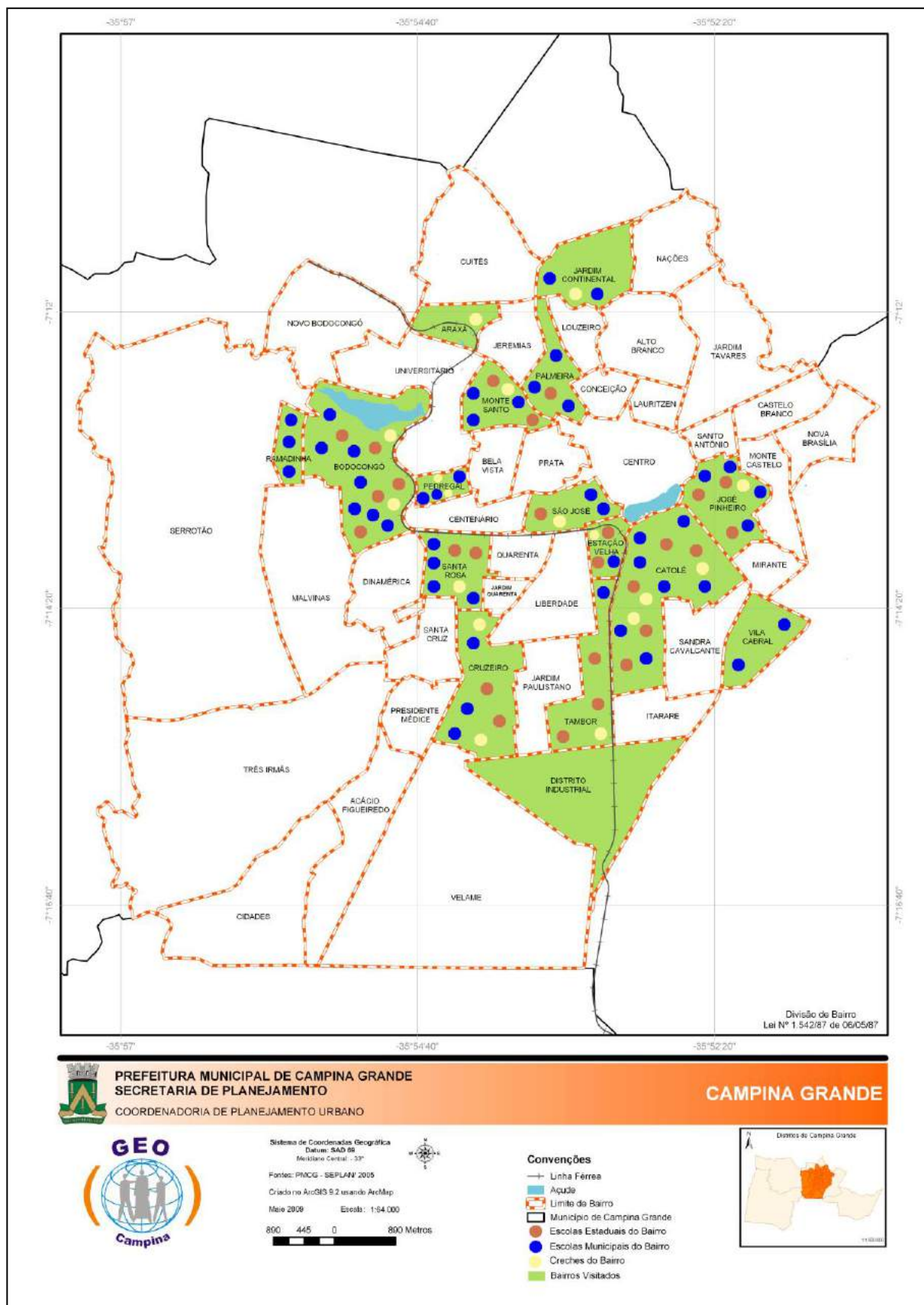
---

<sup>96</sup> Enquanto direito social básico prevista na constituição, a saúde nos bairros pesquisados revela a disparidade entre ter uma unidade básica de saúde e a qualidade em seu atendimento. Se por um lado, quase todos os bairros

O ponto de vista das representações de bairro sobre a educação de seus bairros é representado no mapa a seguir (mapas 06 e 07)



possuem postos de saúde, por outro não há garantias de que os serviços estão sendo bem prestados, de que a população está efetiva e eficazmente bem atendida mediante as demandas surgidas.



Mapa 07: Distribuição das escolas e creches em cada bairro visitado, de acordo com suas instalações e tipos.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande (adaptado pela Pesquisa de Campo), 2015.

A educação foi julgada boa pela maioria das representações de bairro. Pela quantidade de escolas de diferentes níveis, creches e a própria imagem de Campina Grande enquanto cidade com grande potencial educacional, a educação foi exaltada em algumas entrevistas como o melhor que o bairro pode oferecer. Há ênfases na questão educacional que vão desde a qualidade dos serviços prestados até as demandas do bairro e proximidade com as representações das mesmas.

Sobre a creche, eu nunca ouvi falarem mal da creche, nunca vi. Das escolas também não, agora essa creche ela é muito boa e também esse colégio, essa escola Augusto dos Anjos, eu sempre precisava do colégio, fazia algumas festinhas, era uma escola de primeira, bem organizada (Representação da Estação Velha).

Uma coisa que assim, quanto mais melhor. Aqui nós temos escolas do estado, todas do primeiro grau, e do município. E uma creche, que antes era do estado e agora é do município. Assim, em termos de educação, não temos o que falar não, são escolas muito boas, eu conheço diretores e pessoal, inclusive a gente cede uma sala para o Mais Educação (Representação do Monte Santo).

Estamos muito bem servido em educação, haja visto que próxima à comunidade aqui, comunidade que eu sempre friso perto da SAB, temos boas creches de qualidade e escolas ótimas também (Representação do Cruzeiro).

As escolas são proporcionais à quantidade de pessoas, de estudantes no bairro. Sobre as universidades, nós temos 2 das melhores do país, eu me orgulho muito. A creche daqui é boa, mas poderia ter mais (Representação de Bodocongó).

Os bairros em que as representações julgaram a educação de qualidade ruim apontaram problemas de infraestrutura, de pessoal e também mencionaram a educação informal da população do bairro no cotidiano

A educação, boa não é, a gente sabe que a educação não é boa. A educação pra ser boa, primeiro, professor tem que ser bem pago. Segundo, tem que dar condições de trabalho a ele. E não é boa, eu acredito que seja por causa dessas coisas. Agora tem escola tem, falta creche aqui no bairro que a gente tem batalhado pra pegar berçário, berçário que a gente tem creche mas não tem berçário. Pra você ter uma ideia, Cruzeiro, Tambor, Liberdade, Quarenta, nenhum deles tem berçário. Só vai ter nas Malvinas, no Pedregal, aí exclui o pessoal daqui (Representação do Tambor).

Nós temos escolas do estado e do município. Nós temos a primeira creche de Campina Grande em 1968 por aí, juntamente com o centro de bairro. Não funciona como deveria funcionar porque são cargos políticos e não gestores, tem que ser gestor, pessoas técnicas” (Representação do Santa Rosa).

O Araxá não possui escolas, é outro problema é a educação. Tem aluno aqui que anda mais de 2 quilômetros pra chegar na escola mais próxima. Principalmente quando ele já vai pro nível médio, sai da escola municipal. Aqui só tem uma creche aqui dentro do bairro (Representação do Araxá).

O povo aqui não tem consciência do ambiente do bairro, o pessoal joga lixo nos terrenos, jogam em qualquer canto, joga lixo no esgoto, joga sofá. Isso é uma questão de educação com o ambiente que o pessoal, infelizmente, não tem (Representação da Palmeira).

Os problemas educacionais relatados ilustram alguns problemas da cidade: uma distribuição desigual das instituições de ensino, exigindo não só o deslocamento pela cidade entre os estudantes, mas também evidenciando as limitações quanto sistema educacional na cidade. Nem todos os níveis educacionais são ofertados em todos os bairros, mas também há limites dentro das próprias instituições (por exemplo as creches sem berçário ou escolas sem quadro de funcionários completo/suficiente à demanda da escola).

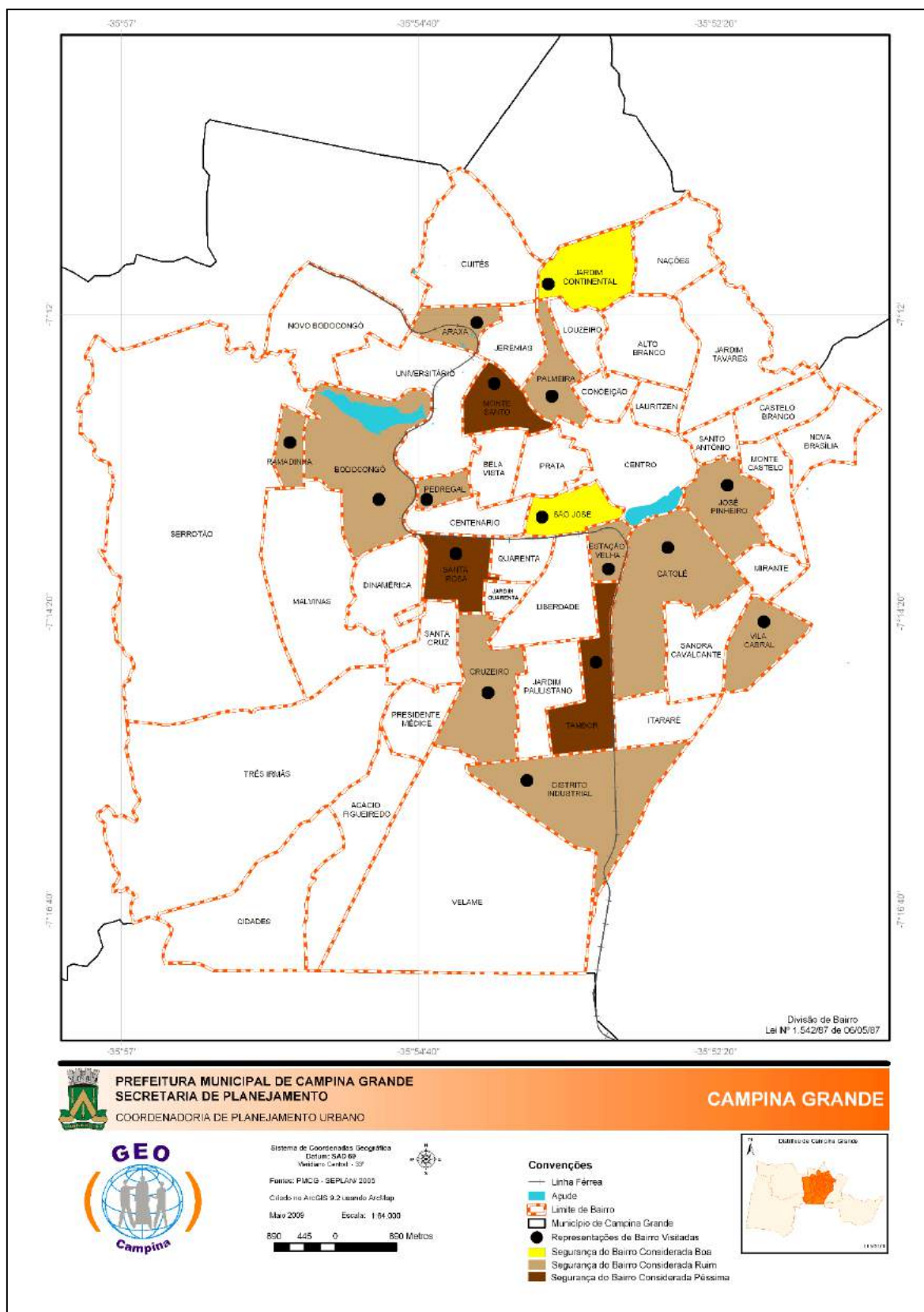
Em outros depoimentos são evidenciadas questões como as condições de trabalho (infraestrutura das escolas, questões salariais, desafios da carreira docente), a questão política envolvendo os cargos comissionados/contratados (e aqui, mais uma vez entra a questão das indicações e trocas de favores entre candidatos e políticos profissionais que providenciam vagas de emprego “aos seus”) e até questões de currículo (como o tratamento das questões ambientais apontadas no último depoimento citado e também em outros, quando a dimensão ambiental do bairro foi evidenciada junto aos problemas de infraestrutura e saneamento básico).

A concepção de educação dos entrevistados com certeza permeou suas respostas: para alguns, a educação era sinônimo de educação formal propiciada pelas escolas e secretarias de educação em níveis municipal e estadual. Para outros, a educação era enfatizada no cotidiano informal, no tratamento que as pessoas davam aos seus próximos e nas relações de vizinhança, educação como sinônimo de civilidade (SENNETT, 2014). Uma terceira concepção de educação a situou junto às ações das representações de bairro como cursos e reuniões onde se dava uma educação “mais politizada”, segundo os representantes que apontaram tal concepção. Os cursos foram colocados como oportunidades para formação e geração de renda da comunidade, havendo exemplos de casos cujas pessoas começaram uma profissão e deram um “novo rumo” às suas vidas.

Uma última questão envolvendo a educação e a juventude diz respeito à questão dos menores nas vias públicas (ruas, avenidas, travessas, becos). As escolas atuam durante os turnos, mas além do problema da evasão continuar a ser uma realidade, ela ainda é agravada, em alguns casos citados, pelas condições de vida da família. Quando a situação domiciliar se encontra “no limite”, muitos jovens vão às ruas pedir ou acabam sendo aliciados para o tráfico.

Eu vejo aqui direto, “tu quer trabalhar por um salário mínimo? Um cara oferece 1000 reais pra tu entregar uma coisinha ali”. Eu digo pra eles, “é fácil, mas tu não passa de 20. Se andar pelo certo, vive até os 50, 60, constrói família”. A resposta que eu escuto é “eu quero é o momento, eu vivo o momento” (Representação do Santa Rosa).

Os representantes de bairro também foram ouvidos sobre a questão da segurança em seus bairros, como representado abaixo (mapa 08)



Dos bairros entrevistados, apenas dois (Jardim Continental e São José) consideraram a segurança boa. O primeiro representante situou o bairro a partir da tranquilidade do cotidiano e situações pontuais, enquanto no São José, a proximidade com a guarda municipal do Centro e, sobretudo, com o 2º Batalhão de Polícia Militar instalado na comunidade, garantem a segurança do bairro apesar de suas precariedades<sup>97</sup>, como indicou sua representação.

Constituindo o grupo de bairros que consideraram a segurança péssima, Tambor, Monte Santo e Santa Rosa assim se expressaram.

Rapaz, estamos jogados. Você sabe o que é jogado, abandonado? Porque eu já disse em várias entrevistas nas rádios, o Monte Santo só tem segurança quando os PMs que moram no bairro atuam, a gente se sente mais protegido quando eles estão serviço, porque eles vêm em casa e ficam fazendo ronda por aqui, mas fora isso o Monte Santo está ao Deus dará. Já pedi várias vezes uma reunião, juro a você, a pessoa conversa com qualquer um, a pessoa bota um ofício pedindo uma audiência... será um juiz? Um governador? Pedindo uma audiência com o comandante do 2º BPM pra reivindicar alguma melhoria pro bairro, ele não me recebe. Já denunciei várias vezes no rádio, acho que ele não tá nem aí. Mas o Monte Santo tá entregue. Se você sair perguntando aos moradores daqui, todo mundo vai dizer que o Monte Santo está jogado (Representação do Monte Santo).

Por dia, uma ou duas motos roubadas. Por dia, 3 ou 4 assaltos. Uma viatura sobe e desce. A segurança, no popular, tá igual ao Brasil, péssima. O de bem trancado, o do mal solto e pedir a Deus pra que ele deixe a nossa vida (Representação do Santa Rosa).

Eu vou ser sincero, a segurança no Tambor é péssima, não é ruim não, é péssima. Aqui dentro a gente já trouxe o comandante, já fez reunião com eles e reclamação é demais, a segurança é péssima. Você tem pouco policial, eles não trabalham direito, a não ser que você pague uma gorjeta como o pessoal comerciante, todo mundo vê. Dentro do bairro não se vê ninguém, aí é pouco policial e Campina tá crescendo (Representação do Tambor).

Os depoimentos explicitam uma sensação de insegurança por parte do bairro e seus representantes. Expressões como “estamos jogados”, a grande dependência da polícia em rotas pela comunidade e uma “certa fé” de que mais policiamento é a solução dos problemas denotam a questão da segurança nos três bairros citados. Para alguém que não conhece o bairro e escuta tais palavras, a sensação é de que Campina Grande está caminhando para uma “fobópole” (SOUZA, 2008). A questão da segurança, inclusive, é citada em algumas entrevistas como justificativa para as não-participações nas reuniões de representação do bairro, para não reivindicar mais segurança ao bairro junto às autoridades e para a construção de pactos de silêncio quando algum crime é cometido. Tais pactos, como elencados por alguns representantes, “sobrecarregam” os líderes comunitários, ao passo que eles são

---

<sup>97</sup> “Para as autoridades, o São José é um bairro nobre, na mente deles não precisa de nada. Porque eles, na mente deles, eles acham que o São José é o cinema, é a praça, é a Floriano Peixoto, não é gente. Se você for comigo ali, atrás desse Banco do Brasil, você fica horrorizado, pessoas pobres, que você procura não tem nem o que comer. Se você for atrás da AABB, ali nos becos, tem gente carente demais”, aponta a representação do bairro.

identificados pela “ordem” do bairro. Não a manutenção dela, afinal, isso já é uma das “funções” da polícia, mas a responsabilidade pelo bairro, que na visão de alguns representantes, deveria ser compartilhada entre todos os moradores do mesmo<sup>98</sup>, fica concentrada nas representações. Com isso também surgem ideias entre os moradores de que as representações não são importantes ou não cumprem seu papel. As representações restantes assim se manifestam

Não é tão boa. A própria polícia não tem as condições de fazer um trabalho perfeito. Um mercadinho aqui do bairro foi assaltado 30 vezes seguidas. O cara chega pula de uma moto e pede o dinheiro, hoje quem tem uma quitanda por aqui é com as portas de ferro na frente que não pode tá de boeira, se deixar aberto, eles invadem e levam tudo, nós estamos numa situação dificultosa pra quem trabalha direito (Representação da Palmeira).

A segurança, infelizmente, a gente tem problemas. A UPS é 24 horas funcionando, mas que jamais vai deixar de acontecer alguma coisa, impedir tudo que acontece, mesmo com a gente tendo polícia no nosso bairro (Representação do Pedregal).

A segurança aqui do bairro é difícil, eu não vejo nem passar carro aqui, só quando tem assim, algum movimento, quando mata alguém, que aqui sempre mata gente e sempre a gente vê de três em três meses um matando o outro como houve agora não faz nem um mês ainda na padaria e lá em frente à creche. Naquele bequinho da rua Paraíba, que vai pra Califon também mataram de repente. Difícil aqui (Representação da Estação Velha).

Eu não sei como lhe explicar isso, porque a gente as vezes faz um ataque sem saber se está correto ou não. Mas já chegou ao ponto de partirem pra bagunça aqui na praça, briga, essas coisas e eu fui até a UPS que viesse até a praça porque estava muita bagunça e eles disseram que o trabalho deles era investigativo, não era da ossada deles. Aí eu questionei se não tinha nem como dar uma passadinha pra amenizar, diminuir, ‘vocês passando por lá já inibe’. Aí eles disseram que isso não era com eles, que eu ligasse para o 190. Aí quando o 190 veio passar já foi 3 horas depois. Infelizmente a gente tem que falar a verdade. Talvez a culpa não seja deles, o efetivo é pouco (Representação do José Pinheiro).

Deixa muito a desejar, a gente pede ronda e é muito difícil. Quando eu fazia parte do conselho de segurança, sempre tinha ronda, mas hoje em dia caiu muito. Precisamos sim de mais segurança (Representação do Distrito Industrial).

A segurança no bairro do Catolé é um ponto muito importante. Antes de nós conseguirmos esse sonho realizado, implantar uma base da força tática aqui no nosso bairro, a gente sofreu muito pela questão da falta de segurança. Todos os dias acontecem assaltos, mesmo com a base no bairro do Catolé, porque a base aqui não abrange só o Catolé, ela abrange o José Pinheiro, Sandra Cavalcante, Itararé, essa base aqui. Se fosse só aqui era mais fácil, mas diminuiu muito a questão dos assaltos principalmente na redondeza, violência a questão de crimes que no próprio bairro eram muito frequentes, assim, as pessoas temiam. Então era uma reivindicação de todos, segurança, principalmente porque no próprio prédio da SAB invadiram, roubaram móveis, tocaram fogo, o prédio era depredado. A partir do momento que a

---

<sup>98</sup> Em uma das entrevistas concedidas, uma representante de bairro comentou que em outros tempos, nas décadas de 1970 e 1980, ela e outros moradores faziam a própria segurança do bairro. Continuando o relato, quando acontecia algum crime que eles conseguiam surpreender o suspeito e leva-lo a um posto de polícia, eles eram autuados por desordem junto com o suspeito. Esse resultado, diferente do esperado em casos de “justiça com as próprias mãos”, desencorajou muitos participantes da “vigilância do bairro”.

base de polícia foi instalada, esse clima teve uma calma, paz mas não é 100% para eliminar a criminalidade (Representação do Catolé).

A questão de segurança atinge todos os bairros, questão de segurança dentro do limite do 2º BPM. A questão da segurança é muito preocupante. As pessoas não denunciam aquilo que passa, ficam no silêncio, não reclamam, mas a gente tem uma questão de segurança muito séria aqui (Representação de Bodocongó).

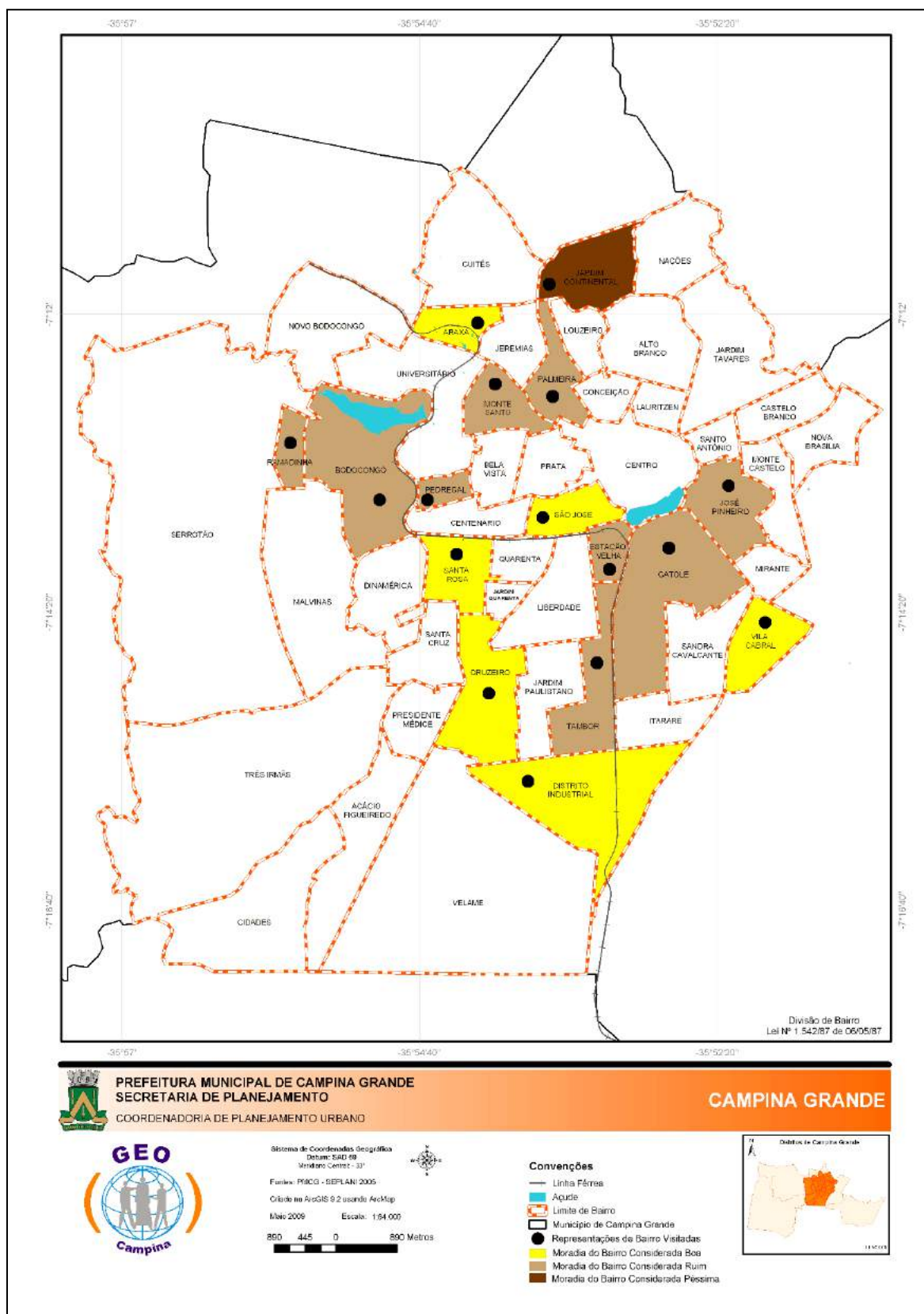
Alguns pontos são levantados nas falas aqui transcritas. O primeiro deles se refere justamente às limitações do efetivo policial quanto à questão da criminalidade. Há, novamente, uma ideia compartilhada entre representantes (e entre a população campinense como um todo) de que mais policiais na rua é um sinônimo de segurança. Entretanto, a distribuição dos mesmos é desigual<sup>99</sup>. Outra questão apontada (e de certa forma complementar à anterior) diz respeito à presença de Unidades de Polícia Solidária (UPS) em bairros como o Jose Pinheiro e o Pedregal, além do Grupo de Especial Tático junto da SAB do Catolé e delegacias nesse mesmo bairro. Por mais que exista as sedes e pontos policiais nesses bairros, como vimos nos depoimentos, a criminalidade persiste e, assim como a saúde, retomamos a ideia de que ter um posto de polícia no bairro não necessariamente vai torna-lo seguro. Até porque, como expresso nas declarações, UPSs e demais postos/delegacias precisam atender múltiplos bairros diariamente. Relatos de assaltos e pequenos furtos foram citados por populares desses bairros durante as visitas às comunidades.

Um último ponto diz respeito à disseminação da ideia de que a segurança pública é um problema que extrapola os limites do bairro, manifestando-se na cidade como um todo e visto até como um problema de escala nacional. A mídia se faz presente nas falas colhidas do cotidiano: são os programas policiais da hora do almoço, são as propagandas partidárias dizendo que a segurança melhorou ou piorou dependendo de que lado o partido se encontra no exercício de poder vigente, são as histórias que circulam pelas redes sociais e aplicativos de comunicação móveis. Justificativa para o conformismo, preocupação para as residências, a segurança, enquanto direito social básico garantido por lei ao cidadão, tem enfrentado dificuldades no contexto campinense, exigindo pensar para além do emprego da força repressora estatal como cotidianamente se prega, mas sim consolidar a emergência de uma civilidade em que o bom senso e a reflexão sobre a conjuntura urbana se façam presentes. Nesse sentido, o papel conscientizador das representações de bairro torna-se uma possibilidade essencial à convivência urbana hodierna.

---

<sup>99</sup> Alguns dos relatos obtidos de moradores dos bairros visitados, nesse aspecto, dizem respeito ao aumento de policiais nas ruas do Centro por causa das festividades de final de ano e respectivas movimentações no comércio e nos serviços bancários (datas festivas, promoções, gratificações). Nesse período do ano, os bairros perdem rondas e circulação policial mediante concentração no Centro. O mesmo pode ser dito durante o Maior São João do Mundo, sobretudo o período noturno.

No domínio da prestação de serviços referentes aos direitos sociais, a questão da moradia é consultada entre as representações de bairro e é representada a seguir (mapa 09)



Começando por um ponto em comum, independentemente dos pontos de vista dos representantes de bairros, a diversidade de moradias é notória na morfologia paisagística dos bairros visitados. Em uma cidade como Campina Grande, bairros apresentam feições residenciais diferenciadas em uma mesma comunidade (e em alguns casos, em uma mesma rua). Casas de alvenaria completa se misturam a casas de taipa, de acabamento inacabado, barracos e casas de primeiro andar determinam o “lado da rua” e o “lado dos fundos”. Sobre a questão da moradia, apenas um bairro considerou a mesma péssima. Nas palavras de seu representante,

A moradia tá péssima, a moradia aqui no bairro tá péssima, porque o povo é muito carente, foram feitos uns conjuntos aí que foram ocupados antes de terminar porque se não os invasores invadiam, antes de terminar, o pessoal começou a morar, tá precisando de mais casa, mais conjunto e eu queria que o prefeito se sensibilizasse, olhasse mais para o Continental, o Continental é um bairro humilde, é um bairro muito esquecido, o mais esquecido que tem (Representação do Jardim Continental).

Como se pode observar, e isso se repetirá nos outros relatos dessa questão, a moradia é o que mais se aproxima da discussão sobre as classes sociais no urbano: as populações de bairros são vistas a partir de alguma “consciência social”, esta variando de acordo com as falas. É falando sobre as moradias que os representantes de bairro expõem sobre grupos e classes na comunidade, sobre as diferenças entre seus membros, rompendo com a imagem generalizante do bairro como um só, homogêneo, estático. Começando pelos representantes que julgaram a moradia em seus bairros boa, temos alguns dos relatos

Hoje a questão de moradia tá satisfatória. Muitas casas foram entregues no “Minha casa, Minha vida” (Representação da Vila Cabral de Santa Terezinha).

A moradia está sendo agora com esse “Minha Casa Minha Vida”, muito bem servida e com a promessa de ser aqui na comunidade um projeto de ser executado 80 casas para suprirem invasões de partes do bairro (Representação do Cruzeiro).

A moradia aqui hoje é uma das melhores, eu considero. Porque além da comunicação, a tranquilidade daqui (Representação do Distrito Industrial).

As casas, as moradias do bairro do Araxá, desses dois anos pra cá melhorou um pouco, porque foi feito esse novo conjunto aqui do lado. Isso era tudo invasão. 90% das residências elas são de área que foi invadida, não tem documento próprio, e atualmente essa situação mudou um pouco porque foi feito esse conjunto aí vai sair a escritura pela Caixa Econômica Federal, aí vai melhorar um pouco (Representação do Araxá).

O Santa Rosa não tem pra onde crescer mais. A questão da moradia, a gente tem poucas favelas. Becos a gente tem 32, mas são escondidos nas ruas. Um bairro como o nosso tem uns conjuntos habitacionais, mas a relação é tranquila. São conjuntos do Santa Rosa e também de outros bairros. O pessoal que está no aluguel migra para esses conjuntos (Representação do Santa Rosa).

Melhorias nos bairros quanto à moradia foram obtidas recentemente a partir de programas federais como o “Minha Casa, Minha Vida”, além de parcerias entre os governos municipal, estadual e federal no decorrer dessas últimas décadas. Citados, a questão político-partidária permeou tais parcerias e o setor da construção civil foi um dos grandes beneficiários. Alguns residentes entrevistados comentaram que conseguiram empregos em obras e acompanhando a dinâmica dos conjuntos habitacionais recentes. Visitar empreiteiras e construções em andamento tem sido uma entre as tentativas de fazer parte do mercado de trabalho para alguns, na condição formal ou informal a partir de pequenos serviços ou “bicos”. A tranquilidade dos bairros em seus cotidianos também foi um traço destacado.

Já nos bairros que qualificaram suas moradias sob o termo ruim, temos tais depoimentos

Aqui no Monte Santo, você vindo Centro-bairro é a parte nobre, dividindo, é o pessoal que não quer saber de comunidade, nunca procurou associação. Eu já procurei eles, principalmente os da rua Monte Santo, ali perto do cemitério, eu procurei, procurei os comerciantes, sobretudo quando íamos fazer alguma reunião com autoridades, militares, delegados, mas eles não procuram, não dão muito cartaz. Já o pessoal dessa ‘bolinha’ aqui, que a gente chama de meio, é a classe média baixa, já eles param pra escutar a gente, frequentam as reuniões, e por fim, a gente assim já ajuda com doação de alimentos, com roupas, esse pessoal mais carente do outro lado, aquela invasão perto da FAP, da universidade. Ali é a parte mais carente daqui (Representação do Monte Santo).

A moradia aqui existe muitas casas acabadas, principalmente ali na Santa Luzia, ali eu sempre andava e existia muita gente que morava nos becos, os becos já tudo acabado, tudo caindo, existe ainda muita casa aqui “acabadinha” (Representação da Estação Velha).

A moradia uns pagam aluguel, e passam por dificuldade por conta disso, sofrem pelo aluguel. Outros estão com a casa em situação difícil, em pondo de desabar, de cair. Faz meses que falei com a defesa civil pra ver uma casa aqui do bairro, mas não resolveram o problema. Mas eles estão cientes de que a casa pode vir abaixo a qualquer momento (Representação do José Pinheiro).

Pra quem tá de fora, vê só as casas boas, os prédios, mas pra gente que tem a visão de bairro mesmo, a gente entra aqui e vê gente que não tem condição de morar, tem casas que são velhas, que precisam de ajuda, de reforma, tem muita gente carente aqui, sobretudo nos becos do Catolé. Que agora sim tá tendo visualização, porque rolou umas entrevistas, pediram. Tão consertando algumas coisas, mas tudo não, a SAB contribui para resolver isso. Falando do Catolé mesmo, é um bairro bom, mas não deixa de ter suas localidades que são precárias. O bairro do Catolé tem grandes moradias, de alto valor, prédios, condomínios, mas dentro desse bairro vive a comunidade carente, humilde, que moram em travessas e becos, que não tem uma infraestrutura boa, tem a questão do desemprego, das dificuldades, e as vezes a gente que trabalha na SAB tem dificuldades de ajudar, por ser um bairro considerado nobre. Programas sociais como o Pão e Leite não vem para o bairro porque no quadro de funcionalidade, de características do bairro, ele é fichado, ele é considerado como um bairro nobre, em que as pessoas não têm acesso a isso. Os programas têm uma visão por fora, não veem a parte carente. Tem famílias aqui que passam necessidade, que moram com dificuldade em pequenos quartos e com esgotos a céu aberto ainda, falta de iluminação, temos ainda a área crítica do bairro (Representação do Catolé).

Ainda existe muitas pessoas que vive de aluguel e moradia social. Existe um déficit de moradia, apesar de ter sido entregue conjuntos habitacionais, eles atendem pessoas que vem de outros bairros também. E pessoas carentes de baixa renda (Bodocongó).

Dentre os pontos citados nas falas das representações, podemos destacar inicialmente a diversidade de moradias que reflete a população do bairro. Observa-se que a “diversidade”, em alguns relatos, é colocada de maneira eufemística para desigualdade, quando as diferenças de renda e consumo surgem, quando as diferenças de construção e infraestrutura surgem na paisagem (fotografias 78 a 93), quando os bairros apresentam seus contrastes e eliminam a concepção de homogêneo, de um todo tal e qual igual às suas partes.

A questão do aluguel se faz presente nos bairros e este é visto como um problema das famílias comprometendo seus orçamentos mensais. Nas falas dos entrevistados, a “ideologia da casa própria”, sonho de consumo da classe média até os dias de hoje, é refletida em frases como “queria ter meu próprio teto” e “gostaria de ter uma casa para chamar de minha”. Com os programas estatais de habitação, oportunidades de moradia estão surgindo em algumas partes da cidade, mas o caráter periférico de tais obras leva consigo o dilema da localização, afinal a questão da mobilidade urbana anteriormente citada nas entrevistas ainda é um problema campinense.

Os becos, vielas e moradias em áreas de risco são também citados nas entrevistas. Visto como o modelo de moradia dos mais humildes, as representações de bairro utilizaram-se de discursos que oscilavam entre a solidariedade e a criminalização. Da primeira perspectiva, morar nesses meios consiste em um problema da pessoa ou da família, uma expressão da desigualdade social no cotidiano. A segunda perspectiva aponta para um estigmatização de que nesses espaços precários só moram “criminosos”, “bandidos”, “vagabundos” e envolvidos com atividades ilícitas. Suscita-se aqui o debate entre as condições de moradia e os sujeitos inseridos na ordem social vigente. As condições de moradia refletem no urbano as desigualdades e contrastes de uma sociedade (re)produtora de espaços que atendem interesses privados em detrimento dos espaços banais, da espacialidade cotidiana. Com isso, os espaços “que sobram” na cidade muitas vezes são as únicas opções em uma cidade marcada pela especulação e pela hipervalorização das boas localizações e serviços. A questão da moradia, enquanto direito social garantido constitucionalmente, é vista em Campina Grande como mais um exemplo de mutilação do par entre cidadania e democracia.



Fotografias 78, 79, 80 e 81: Exemplos dos bairros Araxá e Distrito Industrial quanto às moradias.  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015



Fotografias 82, 83, 84 e 85: Exemplos do bairro Jardim Continental quanto às moradias.  
 Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015



Fotografias 86, 87, 88 e 89: Exemplos do bairro Pedregal quanto às moradias.  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015



Fotografias 90, 91, 92 e 93: Exemplos dos bairros Ramadinha e Cruzeiro quanto às moradias.  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015

Além das questões levantadas quando perguntados sobre saúde, educação, moradia, segurança e lazer, a maioria dos representantes elencou outras pautas necessárias ao bairro. Oito das 16 entrevistas apontaram questões de infraestrutura (saneamento básico, tratamentos de água e esgoto, calçamento/pavimentação de ruas e canais que cortam os bairros e que merecem atenção do poder público municipal). O caso da representação do Distrito Industrial conota um processo comum a outras realidades intraurbanas campinenses

O canal do Prado é um problema. Esgotos a céu aberto, saneamento básico incompleto, tem focos de mosquito, sujeira, pessoal adoecendo e as autoridades já tomou conhecimento disso, mas até agora nenhuma atitude foi tomada. Uma solução é a conclusão do canal e de canais adjacentes que passam por aqui. A gente tem procurado as autoridades através de ofícios, de vídeos, de reuniões, mas até agora nenhuma solução foi tomada.

As fotografias a seguir ilustram questões de infraestrutura sanitária nos bairros Cruzeiro, Distrito Industrial e Pedregal (fotografias 94, 95, 96 e 97)



Fotografias 94, 95, 96 e 97: Problemas de infraestrutura ambiental nos bairros Cruzeiro, Distrito Industrial e Pedregal.

Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015

Em alguns dos relatos, a busca por soluções é constante e já data de anos, como ilustra o dramático pedido da representação do Pedregal sobre a ampliação de seu posto de saúde

Infelizmente 99% dos ofícios entregues e nada foi feito no nosso bairro. O que foi pedido ao presidente da SAB, a SAB pediu. Até agora nada foi feito. A gente tem um posto de saúde vizinho à SAB, faz tempo que a gente fez o requerimento, a gente

tem uma lavanderia que está desativada a mais de 15 anos e ninguém quer mais usar a lavanderia, porque hoje todo mundo tem um tanquinho em casa pra lavar, e gente tem um posto de saúde com 4 metros de frente, a gente tem uma lavanderia desativada com 15 metros de frente. Fiz ofício, pedi o crescimento do posto de saúde, porque não tem lugar de arrancar dente. Infelizmente quando é 5h, 5:30 o pessoal fica do lado de fora para ser atendido para quando o vigia chegar e abrir, tem que ficar do lado de fora. Se tá chovendo, tem que tá com o guarda-chuva. Por que o presidente pediu o crescimento do posto de saúde? Porque a lavanderia tem telhado e espaço para abrigar quem espera atendimento: se tiver chovendo, você está debaixo de um telhado, mas infelizmente hoje, o sofrimento no atendimento do posto de saúde é esse, chega cedo, fica do lado de fora, porque só tem 4 metros de frente e vizinho a gente tem uma lavanderia desativada a mais de 15 anos, com 15 metros por 30, uma área grande desativada há muitos anos que infelizmente dá pra aproveitar o crescimento do posto, ter um local para dentista que é fundamental nesse posto de saúde aqui. O crescimento do posto de saúde é fundamental. Como eu também sou usuário do posto, é uma preocupação minha porque vejo a situação logo cedo. Quando tem horário pela tarde de 13h, o pessoal chega de 11h pra ficar esperando também, no sol quente. Não pode! Não pode acontecer isso, tem que ter um lugar, um espaço para o usuário ser bem atendido, ora por que não? A gente quer, a gente vai fazer mais ofício, se for preciso a gente faz um abaixo-assinado com os usuários do posto de saúde.

Com o crescimento da cidade, a questão da mobilidade urbana foi outro ponto destacado, seja pela necessidade de mais transporte coletivo ou novas rotas, seja pelo questionamento de escolhas da prefeitura em sua parceria com as empresas de coletivos quanto o acesso aos pontos de ônibus. Para os representantes, a população do bairro poderia ser melhor atendida, mesmo em bairros com grande frota e opções de ônibus, como aponta o exemplo do Catolé em entrevista, em que a questão da mobilidade urbana é citada junto a outras demandas do bairro.

É necessária maior atenção dos gestores públicos para resolver a questão da saúde, a distribuição dos medicamentos e atendimento ao usuário. A questão da segurança ampliar a quantidade de policiais e viaturas, melhorias nas ruas principais do bairro, enfatizando a iluminação pública, a questão do transporte coletivo ampliar o número de ônibus que atendam a comunidade.

Algumas entrevistas apontaram ainda a questão da própria participação dos moradores-sócios nas representações de bairro. A diferença entre sócios cadastrados/registrados quanto à participação é posta em termos de sócios “ativos” e “inativos”. Além das mensalidades<sup>100</sup> não-pagas, e que em tese serviriam para pagar as contas e custos de manutenção da própria SAB, as dificuldades se exemplificam nas reuniões mensais com pouca participação de seus membros ou pela concentração de responsabilidade

---

<sup>100</sup> Enquanto entidades sem fins lucrativos de cunho comunitário, as representações de bairro adotam um sistema de mensalidade aos seus membros. Uma taxa simbólica de R\$ 2,00 (dois reais) é citada nas entrevistas junto às queixas dos representantes sobre não pagamentos, pagamentos “de última hora” para participar de eleições da própria representação e cobranças diversas de membros inativos e atrasados, pressionando os presidentes ou tratando tais espaços políticos com descaso e descrédito. Em alguns casos, representações com milhares de membros registrados em livros de ata – com carteirinha e outras identificações – chegam a ter apenas algumas dezenas entre pagantes ativos que estão em dia.

dos representantes que são cobrados a emitir a “voz dos omissos”. A representação de Bodocongó aproveita a entrevista para narrar um pouco da relação entre população do bairro e representação do mesmo.

Acredito que esse problema não é só meu. O grande problema hoje do nosso bairro é o desacreditamento que as pessoas têm com relação à representação do bairro, o ativismo comunitário. Quando eu quis ser e estar como presidente dessa entidade, não só meu como do grupo, da SAB, dos demais diretores, nós entramos com o objetivo de nos organizarmos como pessoas e como comunidade. Ora, comunidade é um grupo de pessoas que junto se encontra pra resolver os problemas daquela comunidade. Comunidade é isso, é aquele grupo que se junta, quer saber o que está acontecendo, o que houve, o que o bairro, as ruas precisam, iluminação, ônibus, calçamento. As pessoas se afastam, mas reclamam no cotidiano, nas esquinas, nos pontos de ônibus, mas não aqui, não se discute dentro do contexto da SAB. A SAB nada mais é do que um elo de ligação entre sua comunidade e os poderes públicos, as reivindicações elas partem daquele grupo de pessoas da comunidade que veem os problemas. O grande problema é esse desacreditamento, as pessoas não vêm por acreditar que unidas elas têm força, elas vêm porque elas sabem que amanhã tem alguma coisa pra dar. O sócio atuante ele é politizado na política comunitária, mas aquela pessoa que não participa da comunidade no geral assim, na questão mais problemática, aí é árduo, a gente tem as vezes até que dizer não, que não pode, e dá aquela explicação. Aí elas começam com aquela crítica, começa aquela fofoca que de que somos sustentados por político A ou B, mas não. A SAB é sustentada pelas mensalidades, nós pagamos luz, água, pintura, nós ajeitamos, compramos brindes para sortear entre eles. Então o nosso grande problema é a não participação e achismo de ver o movimento comunitário como coisa sem importância.

Por trás dessa prática, se revelam desde o individualismo no qual se resguardam aqueles que “driblam” as dificuldades do bairro até o descompromisso com a coletividade concentrada em um líder de bairro que deve “fazer tudo” e ainda é acusado de canalizador de recursos, como aponta o representante do José Pinheiro.

A bem da verdade, o trabalho comunitário ele só é árduo, um caminho estreito e espinhoso. Muitas pessoas que estão de fora acham que quando a pessoa se candidata a ser presidente de SAB, é pra tirar algum proveito. E é aí que as pessoas se enganam. Presidente anterior me falava isso e eu não acreditava. Mas o quê que traz de bom? Primeiro é o conhecimento: consegue uma cirurgia, consegue uma consulta, isso é muito gratificante. Esse trabalho não é pra quem quer, ele já nasce, já vem no sangue. As vezes penso em desistir, em outros tempos se tinha alguma ajuda, hoje não se tem nenhuma, eu tenho que tirar do próprio bolso. Hoje a gente cobra uma mensalidade de 2 reais dos sócios e paga uma mensalidade de 10 reais a UCES. Mas por incrível que pareça, nesse mês só 2 sócios pagaram. Os carentes pagam para que a gente dê benefício e interceda por eles na necessidade. A gente ameaça dizendo que quem não tiver em dia não recebe nada, mas isso não ajuda

O “declínio do homem público” (SENNETT, 2014) é denunciado pelo abandono da cena público-coletiva-representativa no qual o cotidiano se torna atomizado, individualizando a população em um clima de “salve-se quem puder” ou “depois de nós, o dilúvio”. As próprias ideias sobre o cotidiano do bairro variam mediante entre aqueles que reconhecem o papel da representação, participando com vez e voz, e aqueles que ignoram ou não se comunicam com as representações dos respectivos bairros.

- **Possíveis soluções aos problemas apontados nos bairros**

No tocante às soluções propostas pelos representantes dos bairros, a maior parte das ideias gira em torno do poder público municipal e sua participação/conhecimento quanto aos bairros e respectivas representações. As falas denotam desde a falta de interesse/iniciativa dos gestores (e aqui entra a questão sobre as posturas dos bairros e representantes dos mesmos durante as campanhas eleitorais, transfigurando-se em declarado apoio ou oposição aos candidatos e resultando em interesses seletivos entre as comunidades que compõem a cidade), até o fato de “se esconderem” atrás da burocracia e agenda de atividades diárias (“que eles saiam de seus gabinetes e venham à representação para debater com os moradores”, exclamou um representante), além do reconhecimento das representações e apoios (reformas nas sedes, ajudas com aluguéis e cursos de manutenção, mais canais de diálogo).

Acrescenta-se a resolução de problemas próprios de cada localidade, como canais de esgotamento sanitário, perfuração de poços no contexto recente de racionamento de água, reformas de escolas e maior transparência quanto aos investimentos pela cidade. Por fim, dois representantes de bairro ainda mencionaram a questão de interesse das universidades e pesquisa enquanto agentes que poderiam trazer melhorias ao bairro pelo conhecimento da realidade<sup>101</sup>. Infere-se pelas falas um destaque quanto à formação de quem poderia fazer algo a respeito. Em boa parte das representações visitadas, ser ouvido e entrevistado por alguém que possuía vínculo com a universidade simbolizava algum crédito conferido ao entrevistador, uma confiança.

É interessante pontuar que a relação entre os poderes públicos municipais e as representações de bairro variam bastante entre as gestões atuais e passadas, além de seus componentes (prefeitura, câmara de vereadores, secretarias e demais órgãos instituídos). Enquanto em alguns casos o atendimento é rápido e o acesso é facilitado, com respostas, como aponta a representação do Santa Rosa,

O gestor público que estiver ligado com as comunidades ele ganha tempo. Ele manda os fiscais e a gente sai descrevendo os problemas, a gente manda tudo pra eles. O prefeito fez agora, a gente manda tudo pra eles. A gente mandava e não tinha resposta. Agora tem resposta, positiva ou negativa, melhorou muito.

---

<sup>101</sup> A representação do Cruzeiro comentou que “solução nada mais é o que você está fazendo aqui, uma pesquisa, com seriedade e vendo, escutando quem realmente tem conhecimento de causa no bairro.”. Já o presidente da SAB do José Pinheiro vislumbra uma possibilidade ao afirmar que “a solução seria o seguinte: pessoas bastante abalizadas, como vocês da universidade, moradores daqui que estudam, que tem uma visão boa levassem um abaixo-assinado na câmara, para levantarmos todas essas questões ou pelo menos uma delas”.

Em outros, as demoras são citadas, assim como o não atendimento e a ineficácia na resolução de problemas. Um representante de bairro comentou a respeito:

As soluções dependem muito dos poderes públicos. Os políticos saem pedindo uns votinhos e passam prometendo tudo. Aqui a gente vê o seguinte, quando tem problema de água, cano estourado, eu corro lá na Cagepa pra eles virem consertar. Isso é um exemplo. Pra resolver os problemas da cidade, é necessário que os poderes públicos tenham mais um plano de trabalho cumprido, porque quando é pra se eleger prefeito promete isso e aquilo, quando ganha é tudo diferente. Falei com o prefeito pra ele dar uma ajudada aqui na SAB, aí ele disse pra eu ir na prefeitura pra falar das coisas do bairro, aí quando eu vou dizem que o prefeito viajou ou está em tal canto, ou trabalhando fora da cidade. A população também tem uma obrigação de contribuir. Não é só pagando os impostos, é se utilizando da limpeza, da organização, da rua, cuidar do bem-estar de todos. Falta a conscientização do povo: se houver uma civilização pra fazer o que é necessário, melhoraria muito.

Aos olhos de algumas representações de bairro, a variação é produto de interesses eleitorais, posicionamentos defendidos em gestões anteriores e “aliciamento” por meio de vantagens pessoais e cargos públicos<sup>102</sup>. A questão partidária também aparece nas possíveis alianças e atritos entre escalas governamentais (em sua maioria prefeitura x governo estadual). Como exemplos, depoimentos de dois barros diferentes:

A verdade é essa, já foi feito o projeto, já foi feito mas não foi concluído e segundo conversas já fizeram outro projeto, mas nada de ter tido iniciativa do poder público para resolver o problema do canal. E a gente, com certeza pede encarecidamente ao poder se a prefeitura não puder, converse com o governo do estado e tente a parceria para resolver o problema do canal que os moradores sofrem tanto e a gente que mora no nosso bairro sofre também, com o canal. Vamo tentar resolver a cobertura desse canal.

É uma coisa que eu vou pro rádio, brigo, discuto, vou pra cima mesmo e a minha revolta é que o governador queria fazer, anunciou até que tava pedindo licença da prefeitura para fazer essa obra mas, por coisa política, o prefeito sem condição, inventou de fazer e hoje a obra tá parada e não pode concluir.

Alguns candidatos construíram dentro dos espaços políticos dos bairros bases de apoio e designação de “cabos eleitorais”, mesmo quando o partidarismo é negado nas entrevistas. Tal traço é citado representações anteriores ou na separação enquanto representante/eleitor. Mesmo quando um presidente de SAB, por exemplo, afirma que tem o candidato dele “fora da SAB”, os benefícios e os tratamentos dados ao mesmo e sua representação transparecem juntos aos poderes públicos vigentes, seja por troca de favores direta ou influência indireta junto à população.

O poder público municipal, próximo ou distante do bairro, ainda é visto como o principal responsável pela solução dos problemas e anseios da população (onze das 16

---

<sup>102</sup> Uma representação de bairro comentou “Quando eles tomarem vergonha que reconhecerem as comunidades e os recursos nas SABs, aí teremos solução. Verba vem, mas eles nunca fazem nada. Nós estamos a par dessa verba que chega, mas eles não repassam. Muitas pessoas ficam quietas porque tem emprego na prefeitura ou temem represálias”.

representações entrevistadas citaram diretamente o poder público municipal como principal agente responsável pelas soluções aos problemas apontados). Em poucos casos a representação resolveu alguma questão sozinha, autonomamente, o que contrasta com tempos pretéritos, como relatam algumas experiências de “fazer com as próprias mãos” ou as limitações das representações quanto a poder fazer algo. Nesse sentido, a fala da representação do Tambor é precisa

A solução era fazer, mas como? A entidade não tem como fazer que a gente não faz, a gente só pede, como se diz. Quem tem que fazer são os órgãos públicos, a gente corre atrás e briga mas, infelizmente, é o que eles dizem que vai fazer, vai fazer, passa anos e nada. Se o órgão público tivesse interesse em fazer algo, mas a gente não pode fazer nada. Tem que ter uma atitude.

Uma questão levantada na representação do bairro Bodocongó diz respeito à rotina diária de um representante de bairro. Nas palavras da presidente, o tempo para a SAB é algo que conta muito.

A grande solução nossa, eu acredito, seria trabalharmos mais essa conscientização, ter pessoas disponíveis a se doar socialmente. Como é que eu posso te falar? Muitos diretores de representações de bairro, muitas das vezes, precisam das suas sobrevivências. Então assim as SABs hoje enfrentam uma dificuldade por essa questão. Ora eu sou presidente da SAB, mas eu não posso ficar disponível a ela, porque eu tenho a minha sobrevivência de cada dia, do trabalho. Hoje eu me apresento para fazer essa entrevista com você, porque eu estava a trabalho. Nós não somos remunerados e nem é pra ser, temos que fazer um trabalho social mesmo pra isso, é um trabalho voluntário e as pessoas precisam entender isso. Na medida que é voluntário, que não é remunerado, você precisa fazer dentro das limitações de tempo de cada um.

O cotidiano veloz impresso no urbano, somado às relações de trabalho cada vez mais precarizadas (BRAGA, 2012) faz com que muitas vezes um representante de bairro tenha que escolher entre a representação e seus outros vínculos (trabalhistas, familiares, vida íntima/pessoal). O fato da representação de bairro uma atividade voluntária pesa na dedicação ao bairro e na rotina de trabalho para “botar a comida na mesa e pagar as contas”. Lembrando que o mercado de trabalho é citado como solução em alguns problemas do bairro, mas a forma como inserir seus moradores e a própria criação das vagas a serem preenchidas carecem de aprofundamento por parte das representações de bairro.

- **Ações e atividades das representações de bairro atualmente**

Quanto às ações de cunho político das representações de bairro, além de realizar pedidos e mostrar problemas do bairro em reuniões e idas em gabinetes e secretarias, a maioria dos representantes emite e entrega ofícios em diferentes espaços do poder público

municipal. Tal documento é citado indiretamente em todas as entrevistas, além de ser mencionado diretamente em nove das dezesseis entrevistas enquanto instrumento de reivindicação da representação de bairro e enquanto trâmite legal-documental na esfera do poder local.

O conteúdo dos ofícios varia de acordo com as necessidades do bairro e do olhar que seu representante tenha sobre o cotidiano do mesmo. Entretanto, as entregas de tais documentos e, sobretudo, suas eficácias junto ao poder público, são dignas de aprofundada reflexão, na medida em que os relatos dos líderes comunitários revelam casos de sucesso e insucesso nas esperas por atendimento de questões do bairro até o presente. As citações a seguir ilustram alguns casos entre os bairros:

A gente tem procurado as autoridades através de ofícios, de vídeos, de reuniões, mas até agora nenhuma solução foi tomada.

A SAB reivindica as questões aqui do bairro de quatro formas: pessoalmente, trazendo para ver o problema. Segundo através de ofício, terceiro através de reunião de assembleia. A quarta se dá nas redes sociais.

O último ofício que eu fiz foi sobre o canal que pega a rua “X” e a rua “Y”. Reclamavam as pessoas e os comerciantes que afastavam os clientes. O requerimento foi aprovado e as obras estão previstas para 2016, coincidentemente em 2016.

O que a SAB faz é o ofício e entregar, o que pode a SAB e os diretores é isso, fazer ofício e entregar depois de ver o problema, mas infelizmente a gente entrega vários ofícios e nada foi feito pelo nosso bairro. Conclusão de calçamento, por exemplo, eu tenho mais de 10 ofícios entregues aos vereadores para a conclusão e nada foi feito. E tá lá entregue, eu tenho a segunda via de todos em casa, guardada para qualquer momento que foi pedido.

A maior parte dos ofícios a gente entrega com a foto já mostrando o problema ao vereador que faz o requerimento, tem que passar pela câmara de vereadores.

A SAB não tem resposta não. A gente quer, eu quero chamar, eu procuro, mas infelizmente a gente não tem a segunda fala que a gente vai lá mas nada é resolvido. Mas a gente procura vereadores pra entregar os ofícios, eu faço os ofícios, entrega a ele, ele faz o requerimento, é aprovado mas infelizmente não vem o que a gente pede.

A SAB reivindica as questões só em termos de ofício, a gente faz ofício para cada secretaria, faz em duas vias e a outra fica aqui, pra gente ficar documentado como foi feito o pedido. Questões de protocolo e mudanças de pessoas nos cargos atrapalham.

As questões são formalizadas por meio de ofícios e a perseverança da cobrança pra ver em que pé está, como está, quem tá, como foi e como não foi. Realmente é um trabalho da água mole em pedra dura.

Já foi feito ofício para o prefeito pedindo à secretaria de saúde um PSF. Ela falou pra mim que já está encaminhado e também já pedi pra vir nessa praça, pra ver se bota essa academia que é o que o povo mais cobra aqui no bairro. A comunidade cobra, você é presidente e você é cobrado. Eu também já fiz ofício pra ele (o prefeito) e não tive resposta, até agora não tive resposta não.

A gente envia ofício ao poder público, támo esperando agora sobre os ônibus que não passam por aqui, enviei pra câmara pra fazerem uma emenda sobre essa questão, que a gente tá com abaixo-assinado pra poder dar entrada no Ministério Público, pra ver se tem alguma solução.

A SAB atua a partir de ofícios, de abaixo-assinados, solicitações, cartazes. Agora o poder público você sabe, tem que ser tudo documentado, oficializado.

Dentre os canais de comunicação entre a população moradora do bairro, sua representação e o poder público municipal, o documento ofício se destaca enquanto prática mais comum no atendimento estatal local. Há uma questão reafirmada de se estar formalizado ou documentado, o que transmite certa seriedade e segurança à reivindicação. Contudo, como alguns dos representantes comunitários já expuseram, o alcance e eficácia desses ofícios variam desde as mãos do próprio prefeito ou dos vereadores, até a recepção de secretarias e demais órgãos públicos. O acesso aos gabinetes para formalizar as demandas varia entre gestões e entre representantes do bairro partir de fatores como partidarismo, posicionamentos quanto às eleições passadas e futuras, quantidade de eleitores no bairro (e seu comportamento em relação ao candidato/partido).

Tais fatores se fazem presentes no processo em que os vereadores confeccionam requerimentos ou na velocidade do atendimento nas secretarias quanto às demandas que chegam cotidianamente.

O uso frequente de ofícios pode inclusive se configurar enquanto limitação da representação de bairro quanto às suas solicitações, na medida em que a entrega do ofício é subentendida como procedimento padrão, substituindo o contato direto com as autoridades responsáveis e a dúvida quanto ao atendimento do que for pedido. Segundo relatos de representantes e populares dos bairros, tamanho formalismo chega mesmo a fortalecer a imagem de que a representação de bairro é um refém impotente frente à máquina estatal: se o atendimento é seletivo e as ações práticas de resolução demandam tempo em filas de outras solicitações de longa data, como agilizar os processos de protocolo e realização da gestão urbana? Como agravante da situação, prefeitos e vereadores se utilizam desses documentos para autopromoção e caciquismo. Tal prática, já evidenciada por Souza; Rodrigues (2004), corrobora para diminuir o prestígio das representações frente ao poder público municipal, minando sua capacidade de negociação junto aos interesses – por vezes, conflituosos – entre os agentes que atuam nos espaços urbanos dos bairros campinenses. Mesmo quando acompanhados de fotografias, vídeos e abaixo-assinados, não há garantia de diálogo ou de promoção quanto às ações que resolvam os problemas intraurbanos. Se no âmbito

institucional, as representações não têm legitimidade reconhecida para resolver problemas do bairro, nem recursos para sequer garantir sua manutenção, tais espaços políticos são fragilizados, tendo seus ideais de cidadania e democracia mutilados por uma ordem hierárquica superior e respectivo *modus operandi*.

As representações de bairro ainda relatam que em outros tempos, foram conseguidas reformas de casas, calçamentos, bases de polícia, cursos e ações na área de saúde, com testes de doenças e vacinas. Mas hoje “os tempos mudaram, não estamos mais na ‘vaca gorda’”, diz um representante de SAB.

Citada em seis entrevistas, a questão do orçamento participativo aparece nas falas com ressalvas e limitações, frequentemente nas concepções de representação de bairro:

Os vereadores pouco tomam causa: se você participa do Orçamento Participativo, pedindo o calçamento de uma rua, por exemplo, eles depois dizem que foram eles que pediram. Deixam a desejar porque nem todas as reivindicações da gente são atendidas.

A SAB tem feito, tudo que hoje existe no bairro, são obras dentro do Orçamento Participativo, as pessoas que fazem parte da SAB são delegados do OP e trabalhamos dentro das prioridades, problemas de saúde, educação, saneamento, nós temos feito a partir das reuniões das SABs. Aí veio a questão do OP que serviu para agir e interagir mais. Nós não deixamos de reivindicar, por exemplo, recentemente perdemos linhas de ônibus e a gente tá fazendo abaixo-assinado junto a comunidade conscientizando as pessoas de que tem que estar organizadas, mas as pessoas ficam aí nessa corrente desesperançosa e muitas vezes a gente não conquista as coisas por isso. Mas que a SAB dentro das nossas limitações a gente tem trabalhado para suprir as necessidades dentro do órgão público.

SAB, Sociedade de Amigos do Bairro, ela nada mais é, e o gestor que não assim não entender está fadado ao fracasso político, que ela funciona com as prerrogativas de uma subprefeitura, e como antes, eu falei, o gestor que bem souber usar essa ferramenta de SAB, de Orçamento Participativo, elo de ligação entre SABs, OP e UCES, é um ferramental como se fossem escalas de governança. Essas três ferramentas são primordiais se forem manuseadas, se tiverem realmente o apoio de uma gestão, seja ela qual for independente de credo, crença, partido, mas diria que ser reconhecida tal qual a uma ONG reconhece, de utilidade pública e de suma importância, reconhecida nada mais como uma entidade.

Em 1997 a gente fundou o Orçamento Participativo, que era onde tinha todas as demandas da comunidade. Como somos líderes comunitários, exigimos o vereador por perto não como único agente responsável pelo feito, mas em conjunto com a SAB. É uma família, quando a gente se reúne, faz aquela assembleia. Quando não tinha luz nem água, a gente tinha bastante famílias clamando, eles queriam sua água, sua luz, a gente vivia no escuro com um lampião.

É uma entidade que representa os interesses da comunidade. Exemplos: demandas do bairro, que são necessárias, a gente encaminha, fazendo nossa reunião de assembleia toda primeira sexta-feira de cada mês, para discutir as propostas e encaminhar via Orçamento Participativo e via demanda a cada secretário. Hoje, graças a entidade mãe, que é a UCES, a gente tem trânsito livre com os secretários, o prefeito autorizou o atendimento a um representante da comunidade, com prioridade. Porque a gente realiza um trabalho voluntário, só vem quem tem espírito comunitário e trabalhar em prol da comunidade. Qualquer assunto que uma pessoa

da comunidade chegar, vem pra reunião de assembleia e a gente discute assunto da mesma.

Olhe, isso é interesse do poder público, só falta, porque a gente já participa aqui do Orçamento Participativo, e todos os anos a gente sempre indica essas ruas pra aprovarem, quando chega no final, não faz porque não tem a rede de esgoto. Quando tem o governo estadual do lado, o prefeito é contra, quando tem o prefeito do lado, o governo é contra e assim a gente fica assim nessa jogada. É tanto que eu tô ali com um documento para levar para a Câmara dos Vereadores, pra ser votado o orçamento agora, pra ver se faz alguma emenda pra colocar essas ruas novamente.

Junto às menções sobre o orçamento participativo, soma-se uma questão mais complexa: nenhuma das representações de bairro mencionou, em nenhum momento, qualquer outro elemento de legislação urbana, como o Plano Diretor, a Lei Orgânica Municipal ou até mesmo o Estatuto da Cidade, o que nos leva algumas preocupações: há desconhecimento desses instrumentos? Houve participação popular durante a elaboração dos mesmos e suas aplicações no contexto urbano campinense? Em fato, a própria palavra “lei” só é citada em duas entrevistas e de forma genérica para falar sobre sua ineficácia quanto à criminalidade urbana. Se por um lado, o Estado é visto pela maioria dos entrevistados como alheio às realidades dos bairros, por outro infere-se que as representações de bairro desconhecem as legislações urbanas e os meios benéficos para intervir em suas realidades locais cotidianas.

#### • **Relação entre a representação de bairro e o poder público municipal**

Tal relação varia drasticamente e reflete não só nas visitas do Estado ao bairro e sua interação com a população residente, como também no próprio potencial mobilizador das representações de bairro dentro da luta institucional. Cinco das dezesseis representações entrevistadas alegaram boa ou muito boa relação com a prefeitura, enfatizando a colaboração, a realização das demandas pelas reivindicações, as ações realizadas no bairro e a recepção quando a representação vai a algum órgão municipal. A questão político-partidária foi apontada na relação por duas SABs

A relação entre SABs e poderes públicos é uma questão muito importante para o desenvolvimento da cidade e dos bairros. A gente vê hoje a questão política dentro das SABs, porque assim, se o gestor é amigo do presidente da SAB, tem uma boa comunicação, existem ações que beneficiam aquele bairro. Quando o presidente da SAB não tem nenhuma relação, nenhuma aproximação com o gestor, ou seja, tem partido político diferente, aí existem as dificuldades de trabalho. Seria muito bom se todos os prefeitos e governadores não vissem o presidente da SAB pelo lado político e sim pelo lado social. Ou seja, o representante da SAB luta por melhorias para o bairro. Hoje nós temos uma relação com o prefeito que é assim mais próxima, que é do mesmo grupo político, mesmo partido, então ações vem com bastante facilidade e em maior quantidade. Essa mesma ideia vale para os vereadores, porque os vereadores é aquela questão: se forem bem votados no bairro, então vem até o bairro. Se não, não procuram desenvolver ações, atividades, reivindicar, que eles são representantes do povo. Então muitos deles dão as costas.

É como eu lhe falei. A relação é a gente vai pedir alguma coisa, mas pra receber esse documento, ele queria que eu apoiasse ele em troca desse papel. Isso não existe. Eu tenho eu chegar em qualquer vereador desse, caracterizar a SAB com os projetos (projeto social de capoeira, muay thai e boxe) mostrar pra ele que a SAB é de utilidade pública e foi a maior burocracia do mundo pra fazer isso. Já foi outro amigo que fez autoria na câmara e foi aprovado. Mas tudo que você vai pedir a um vereador, a um prefeito, você tem que ser do lado. Se você não for do lado... Eu não devo satisfação a dar nem pra prefeito, vereador ou governador, aí não vem nada para o bairro. Tudo que vem é mingüado. Agora se for um bairro que o presidente da SAB é ligado ao prefeito, a um deputado estadual grande, que é ligado ao governo do estado, aí sim é mais fácil de vir as coisas do que para cá.

As demais representações de bairro avaliaram a relação com o poder público municipal como ruim ou péssima alegando, entre outros fatores, problemas ou falta de atendimento, inércia quanto às reivindicações, desconhecimento por parte dos vereadores e prefeitos, falta de visitas ao bairro e a não resolução das questões do bairro. Quando consultados sobre contextos e relações pretéritas, as opiniões variaram em cada bairro. A pedido dos entrevistados, suas falas e bairros não serão identificadas nesse ponto. Seguem alguns depoimentos

Bom, eu costumo dizer que não sou muito de falar do passado, não posso falar muito do que eu não vi. Eu vim morar no bairro na década de 1990. De lá pra cá eu tenho sido sócio da SAB e cada presidente teve sua forma de administrar dentro de seus limites. Na época deles eles experimentaram as mesmas dificuldades que hoje eu tenho. Apesar de que na época deles eles tiveram mais oportunidade de lutar, de buscar melhorias, de calçamentos a escolas. E hoje não, é tudo dentro desse contexto de orçamento. Aí quebrou um pouco essa responsabilidade da SAB. Eles fizeram muito nesses 64 anos de SAB. Nós temos uma relação comum entre o presidente de SAB e poder público dentro das limitações e das condições DELES. Eu acredito que em épocas passadas isso também ocorria. O que eu não concordo é você exigir, ditar, assim eu não sou ditadura não, eu vejo as pessoas verem.

Em outros tempos, há 8 anos, eu tinha uma relação melhor, já conseguia mais as coisas. Hoje eu tenho essa dificuldade aí, porque não tenho muito contato na gestão, conheço o prefeito mas o que a gente pede a gente não tem resposta.

Era diferente. A gente fazia a reunião numa esquina, que a gente não tinha sede. Tanto que hoje a gente ainda não tem uma sede, é feito aqui em casa. Tem um campo bem grande ali que é um local interessante, mas os poderes não deixam a gente construir e nem faz, fica jogando quem tem um projeto e o tempo vai passando. A gente fica indignado por isso, porque quando tem uma política, ele vem com a carinha mais lisa da vida mas não lembra do que a gente precisa.

Você vai escutar muito pelas SABs que tal espaço é do vereador A ou do prefeito X, ou é do ex-prefeito, ou apoiou não sei quem na eleição passada. Mas aqui não, isso não ocorre na daqui do bairro. Só não entra aqui politicagem, se eu entrar com o meu, lhe dou espaço pra você entrar com o seu. A SAB não é ajudada pela prefeitura, porque a SAB não é prédio público. SAB são entidades de direitos sem fins lucrativos de finalidade comunitária. Então a prefeitura não pode investir, o que a gente diz é que isso aqui pertence à comunidade. Quem usa ela é a comunidade. Quem tem que cuidar dela é a comunidade e quem tem que fazer isso funcionar é o gestor dela. O gestor tem que botar na cabeça da comunidade que para que a mesma usufrua, ela tem que contribuir.

Dos presidentes que passaram por aqui, era tudo para benefício próprio. Não olha para o seu próximo, pra quem precisa. Tem presidente que bota os milhares sócios pra votar, mas que não estão em dia. Os 40, 50 sócios daqui estão em dia. Sobre prefeitura, só teve um prefeito de Campina Grande que reconheceu as SABs e ele mudou a situação política dos bairros: Ronaldo Cunha Lima, ele abraçou as SABs como se abraçou toda a comunidade. Pra você ter uma ideia, nas merendas das escolas, vinha fardos e farturas de comidas. Ele mandava de tudo. Hoje eu digo pra você, você vai pra ver uma merenda na escola daqui do bairro, a situação é diferente. Os gestores anteriores dão atenção ao presidente da SAB por causa da troca de favores, empregos, benefícios, você fica à mercê das vontades dele.

Teve tempo que o líder comunitário tinha um dia para falar com o prefeito, com o secretário, por exemplo. No gabinete do prefeito o líder comunitário falava na quinta-feira, chegava lá ‘eu sou do bairro tal’ e o prefeito recebia na hora, no mesmo dia, porque já tinha um calendário semanal, toda quinta-feira a gente tinha o acesso de chegar no gabinete e levar os problemas diretamente ao prefeito. Isso ocorria da gestão de 2004 a 2012, a de Veneziano.

Já teve tempos melhores. Hoje o movimento comunitário tá muito afastado das autoridades.

A SAB daqui já teve vários outros presidentes além de nós, mas teve algumas ações. Não são iguais as ações de um para o outro, mas teve algumas. Tinha a distribuição de massa, do leite, tinha muitos eventos no bairro (São João), a questão do lixo era tratada com conscientização e educação ambiental, reivindicações sobre moradia. Em outros tempos essa relação com o poder público era diferente, porque eu acredito assim, não tinha essa divisão política, como a gente vê hoje, grupos políticos definidos, então quem veste a camisa vermelha é defendido pelo vermelho e discriminado pelo grupo amarelo. Quem veste a camisa amarela, existe agora, questão de cores, questão de partido, antes não tinha. Os benefícios também eram maiores, questão de assistencialismo.

A gente tinha um atendimento melhor em outros tempos, a gente ia nos gabinetes, era mais fácil de ser atendido. Hoje a gente fica numa condição sem saber o que dizer porque os prefeitos estão viajando ou em reunião, nem tem hora pra voltar. A população também peca muito, hoje tá todo mundo com dificuldade, as pessoas perguntam nas eleições ‘tu me dá o quê pra eu votar em tu?’ ou ‘quanto é?’, aí o político se livra da obrigação porque é como se ele já tivesse pago, feito a parte dele do acordo. Não pensa a população no futuro. Antes era melhor do que agora, porque era mais fácil de trabalhar. O povo não invadia as SABs pra entrar em festa gratuitamente, não tinha confusão, briga, discussão.

A relação era diferente. Assim, a gente era mais assistido. Também a gente tinha um local onde se encontrar, a gente tinha mais apoio de secretaria de saúde, não era 100%, mas era melhor porque a gente tinha grupo de terceira idade, que ficava na associação e elas eram bem assistidas pelo pessoal das secretarias, porque a gente tinha mais contato. Eu mesmo tinha mais contato, mas hoje nem laço existe mais. Aí fica difícil pra gente também trabalhar, porque o pessoal da terceira idade precisa de uma assistente social, de um fisioterapeuta, né, de um educador físico, tudo isso eles precisam. Nessa gestão a gente não vê resultado.

Rapaz, é mais ou menos por época. Você se dá bem com um, se dá bem como outro, tem aquele negócio que é partidário, que não devia haver, mas a gente sabe que tem isso. Quando tem uma pessoa lá dentro que tem mais interesse em se envolver com o político, aí quando eles estão no poder eles atendem mais, mas quando não tem... A gente aqui mesmo nenhum da diretoria se envolve com política. Não é que a gente tem raiva de política, hoje todo mundo é político, agora ter política partidária a gente não pode misturar com política social que é a nossa SAB, misturar a gente sabe que tem gente que já entra nas SABs com interesse nisso, né? Aí fica mais difícil.

A SAB aqui já foi escola. Na época o prefeito era Cássio Cunha Lima, na gestão de Cássio tinha todo um apoio. O pessoal daqui dizia que o presidente daqui era Cunha Lima. O que acontece que as SABs terem caído um pouco também era que os presidentes se beneficiavam e beneficiavam suas famílias, deixando a população do bairro desacreditada quanto à SAB.

A transcrição dessas falas para a pesquisa busca não só mostrar continuísmos e mudanças de postura no decorrer dos anos, mas, sobretudo, trazer à tona a perspectiva de que a relação entre gestão municipal e representação comunitária de bairro se dá enquanto processo. As idades diferentes desses espaços políticos trazem experiências também diferentes junto ao poder local. Se houve quem prestasse atenção nas limitações entre as relações políticas campinenses, também houve relatos de ex-presidentes que se utilizavam do espaço político da comunidade para privilégios e benefícios pessoais e “aos seus”.

Uma parcela considerável dos representantes populares entrevistados apontou que as relações Estado-representação de bairro, em outros tempos, eram diferentes das atuais. Pode-se observar nas falas posturas que variavam desde maior contato com a prefeitura até um partidarismo mais brando pela cidade. Mesmo que alguns líderes da comunidade apontem como ponto negativo a tentativa de cooptação dos candidatos nas representações de bairro, se falou com frequência em maior assistência e apoio em ações do comunitarismo aos bairros. Como se busca relacionar nessa pesquisa, as limitações anteriormente expostas sobre o atual potencial dessas representações para fazerem algo por suas comunidades podem estar ancoradas não apenas às figuras políticas dessas últimas décadas, mas à conjuntura quanto em termos de racionalidade econômica que se manifesta urbanamente na crise das ações e espaços populares combinada à perspectiva de transformação da cidade em uma mercadoria.

- **Visitas do poder público e relação-contato com o povo**

Os contatos do poder público municipal (prefeitos, vereadores, secretários) com a população dos bairros varia de maneira considerável em cada contexto: há desde vereadores que moravam no bairro e se mudaram, passeando pelo mesmo apenas esporadicamente, até aqueles que visam trocas de favores e apoios eleitorais. Outros casos destacam visitas em eventos, desde que convidados, e visitas pontuais de quatro em quatro anos. Também são relatados nas entrevistas casos de nenhuma visita de representante estatal.

A questão das visitas do bairro se consubstancia em uma oportunidade de contato direto com a população. Quando não se vai aos bairros ou às suas representações, oportunidades de diálogo e narrativas do cotidiano do bairro e seus problemas são perdidas

ou, no máximo, formalizadas a partir dos ofícios tão citados anteriormente. As visitas, quando ocorrem, são breves e alguns entrevistados até suspeitam que assim as sejam para evitar aglomerações e pedidos “em excesso”. Mediante as necessidades pessoais, o bairro acaba ficando de lado, como exemplifica a fala a seguir

O prefeito é muito difícil visitar. Vereador vez em quando tem quando a gente chama. Eu trabalho com todo mundo e aí eles vêm. Certa vez eu tinha um terreno e chamei pra fazer uma academia, uma praça lá, mas disseram não porque ficava perto da linha do trem, levou os técnicos lá e disse que não ia ter, era muito estreito. O povo tem acesso, sempre tem, mas a visita é rápida, já pra o pessoal não ficar pedindo as coisas. Porque você sabe que quando você anda por um bairro pobre, o pessoal não tem visão das coisas e muitas vezes ao invés de pedir benefício pra o bairro, fica pedindo individualmente, que esse é o mal. Que o pessoal devia aprender a pedir o necessário para o bairro.

As experiências entre os bairros e o Estado se expressam desigualmente: quatro bairros entrevistados apontaram que não ocorre visita nenhuma por parte do poder público municipal. A relação com a população local é apresentada nas entrevistas como péssima ou muito ruim. Quando em contato com alguns populares do bairro, os mesmos confirmaram a falta de contato e questionaram porque os políticos se isolavam tanto da população que os elegeu.

O poder municipal não tem visitado o bairro, só quando é tempo de política, aí eles aparecem.

Não, de jeito nenhum. Mas vai vir agora. O ano que vem não é campanha? (risos).

Não, não. Até agora nenhum deles vieram. Em 2016 ano de política, todos estarão aqui, com certeza.

Não, é uma pena, a gente lamenta muito, lastima muito, talvez nesse novo ano eles venham, que vai chegar época da política, mas eles não participam não, que se eles olhassem mais para o bairro, talvez não tivesse na situação que se encontra hoje, as ruas todas esburacadas, nós não temos a quem nos socorrer, a não ser os poderes públicos.

É difícil haver visitas, infelizmente. Às vezes se avisa que vereador tal vai no bairro, se apresentando como representante do bairro. Mas hoje quem sabe dos problemas do bairro, conhece e faz alguma coisa é o presidente da SAB, que vive diretamente com a população, mora há 40 anos no bairro, ele sabe o que tem e os problemas do bairro. Jamais o presidente renegou a qualquer um para somar, eu quero somar porque somando a gente vai crescer. Não quero dividir nada, que a gente não é melhor do que ninguém, quero somar, quero mostrar o problema para que ele seja resolvido. Prefeito, vereador, as portas da SAB estão abertas, qualquer um, as portas estão abertas para mostrar o problema e tentar resolver, que dá pra resolver, é só querer se juntar com os nossos, com os diretores e o presidente, o presidente anda de rua em rua todos os dias, tá nas ruas andando, ele sabe qual é o problema, por isso que era bom o poder, os vereadores procurar o presidente e a diretoria pra gente mostrar os problemas. Apesar de que nos ofícios que gente manda, os problemas estão lá, falta é fazer algo a respeito, mas que a gente faz o ofício e entrega, a gente cumpre.

Mesmo que as agendas políticas e as atividades de gabinetes consumam tempo considerável dos políticos (e com isso venham as interpretações de que são figuras “muito ocupadas”), não são apontados pelos entrevistados qualquer outra justificativa ou entrave para visitar as comunidades. A última fala aqui transcrita, inclusive reflete a boa vontade expressa em muitas representações de bairro de que as portas estão abertas, de que todos são bem-vindos em prol do bairro, para melhora-lo em algo.

Por outro lado, também se tem exemplos de visitas constantes, boas relações e contatos com a população:

Fazer vistoria no canal, avisa a SAB. Inaugurar praça também. O Romero é mais sensível, ele convida todo mundo, mas o primeiro a falar é o representante da comunidade. Querendo ou não, eu sou o representante dela. Tem uns prefeitos do passado que não deixaram eu falar, porque diziam que eu era oposição, mas aí rolou a troca de cadeiras e o pessoal não sabia onde me colocar, dizendo que eu apoiava oposição de novo. O pessoal pergunta pela disponibilidade na SAB, havendo mudanças nas atividades e abre o espaço. Chamamos o pessoal da comunidade para ver. O espaço é para utilidade pública, mas tem que se encaixar nas nossas regras.

Sim, hoje a gente vê, como eu acabei de dizer, o grupo que hoje está à frente da gestão pública é o grupo bem atuante, bem próximo da população e graças a Deus a gente tá vendo aí os resultados, recuperação de escolas, creches, a recuperação de esgotos, travessas sendo calçadas, que há mais de 20 anos não estava, eram esgotos a céu aberto. Então os vereadores atendem aos requerimentos, as reivindicações e o prefeito está colocando em prática essas ações. No caso, os que vem aqui eles atendem normal, todo mundo amigo. Quando uma pessoa vem reivindicar, ele faz o possível, ele atende, ele dá atenção. Quando a gente convida, sempre vem, nunca faltam, escutam as reivindicações da população e assim, a gente não pode dizer assim que eles vão atender todas, mas dentro das condições, uma boa parte são atendidas.

Solicitamos a presença do prefeito e ele é que nos veio atender a urbanização de partes do bairro que estavam emperradas. Já aconteceram aqui na SAB sessões itinerantes, o presidente da Câmara de Vereadores Antônio Pimentel Filho já esteve por aqui também, como antes frisei, o próprio prefeito. Enfim, o nosso leque é de extrema parceria. Sim, até porque, devido às carências, quando se tem uma autoridade assim por aqui a comunidade interage mais para ver e saber do que se trata. É tal qual em uma audiência que estou insatisfeito e ele tem que me dar ciência do que está sendo feito ou promessa para eu levar à minha comunidade, esse é o meu dever, levar informações de que sim ou de que não.

Na busca de uma lógica para compreender a variação de tratamento entre os bairros, os próprios representantes de bairro apontam alguns indicativos que podem nortear as escolhas: além de apoio partidário (“fazer parte do mesmo grupo político” ou estar “em um oposto”), também entram em cena a quantidade de votos recebidos pelo candidato eleito naquele bairro. Grandes quantidades de votos soam como prioridade de atendimento e agrado a uma clientela, fidedigna nas intenções de voto para o cenário político futuro. Mesmo que os eleitos tenham a obrigação de representar a cidade como um todo, de buscar melhorias em sua totalidade, infere-se pelas falas dos entrevistados que, nos exercícios das gestões, o tratamento dado pelo

Estado às questões cotidianas dos bairros é desigual e que essa desigualdade se expressa na produção do espaço quanto às políticas públicas destinadas a tais e quais bairros, além da distinção entre as sociedades política e civil, para usar os termos da oposição presente na filosofia política clássica.

Com as mudanças nos papéis das representações de bairro, uma parcela considerável da população campinense experimentou um processo aqui entendido enquanto exclusão sociopolítica. Tal processo se caracteriza pela não-participação nas decisões de governança urbana e pela ausência de canais de diálogo com o poder público local municipal. Nesse processo, a cidade e o direito à cidade acabam se configurando em benefícios de alguns, como expõe Maricato (2009, p. 124-125)

Como convém a um país onde as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias, o chamado Plano Diretor está desvinculado da gestão urbana. Discurso pleno de boas intenções mas distante das práticas. Conceitos reificados, reafirmados em seminários internacionais, ignoram a maioria da população. A habitação social, o transporte público, o saneamento e a drenagem não têm status de temas importantes (ou centrais, como deveriam ser) para tal urbanismo. O resultado é: planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, lei para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns...

Os processos de exclusão observados em campo e citados nas entrevistas adquirem três faces: o desconhecimento ou pouco conhecimento da legislação urbana, a inserção precária e desigual nas decisões políticas (o que caracteriza uma negação da participação) e o formalismo burocrático dos órgãos e seus respectivos atendimentos. Destrincharemos cada uma desses processos, apontando para a relação simbiótica entre os mesmos.

A começar pelo desconhecimento ou pouco conhecimento das leis e normas que regem o urbano, o único instrumento deliberativo e consultivo citado em algumas das entrevistas foi o Orçamento Participativo. Os representantes que citaram o OP (como abreviado em algumas das falas) situaram o horizonte de reivindicações que o mesmo possui, tendo algumas delas atendidas, outras não. Em nenhum momento o procedimento de participação foi caracterizado em detalhes, apenas a presença em reuniões e a fala quando facultada aos presentes com vez e voz. O Plano Diretor da cidade, que teve sua última revisão há dez anos não foi citado e quando perguntado pelo mesmo, o que se viu foi um conjunto de desconhecimentos quanto a sua utilidade e mesmo sua caracterização. O mesmo é expresso pelo Estatuto da Cidade, lei de 2001 que rege boa parte da relação entre as cidades e seu ministério na capital federal.

Não se busca aqui afirmar que o pleno conhecimento das leis asseguraria uma solução para todos os problemas, ou mesmo que “estar lá no papel” seja garantia de seu cumprimento. Mas na medida em que a legislação urbana (e mesmo leis mais gerais correlatas, como o

artigo sexto da Constituição) é desconhecida, o suporte jurídico das reivindicações é prejudicado. Tal prejuízo é comprovado nos direitos sociais não assistidos à população em termos de educação, saúde, moradia, segurança, lazer saneamento básico, ou concretizados após um processo de luta junto ao poder público municipal (invasões, protestos, reuniões, apelo na mídia local, etc.).

Na medida em que as representações de bairro não conhecem a legislação urbana, e por conseguinte não a utilizam em prol de suas causas, todo o ideário de “boas intenções” como gestão democrática, maior qualidade de vida e oportunidades para a população cai por terra, não se fazendo presente no horizonte reivindicatório do ativismo comunitário campinense. Mesmo que as representações tenham estatutos arrojados e uma boa organização formal (ver exemplo de estatuto de representação de bairro nos anexos), a questão das normas também é sentida quando em alguns casos, as funções de membros da diretoria são executadas e/ou concentradas nas mãos de seus membros mais ativos. Quando a representação da comunidade é centrada em uma única pessoa (e alguns casos assim foram conhecidos durante as entrevistas), surgem problemas na questão de tempo dedicado à representação comunitária, relação entre a representação e órgãos municipais (que enxergam visitantes frequentes como *personas non gratas*) e mesmo entre a representação e a própria população do bairro, na medida em que bairros campinenses possuem milhares de moradores e a liderança comunitária não consegue “dar conta” da demanda de causas e questões a serem resolvidas.

Apesar de regidos por leis de diferentes escalas (Constituição de 1988, Estatuto da Cidade de 2001, Plano Diretor e Lei Orgânica do Município, por exemplo), os bairros campinenses retomam uma questão antiga de Marx nas Glosas Críticas (2010): os limites da consciência política e do conhecimento das leis que, em um contexto capitalista, regem as relações e atendem aos interesses específicos de grupos e classes sociais. Se as leis que permitem operações urbanas e apropriações dos espaços para atender o *boom* da construção civil são desconhecidas do grande público, os empreendimentos e ações do capital imobiliário continuarão o imperativo do lucro da terra urbana sob a imagem de progresso e de “uma cidade boa para se morar”. Certamente não basta o conhecimento da lei, mas se lançar na reivindicação sem um suporte legal consiste não só em “jogar no campo do time adversário” em termos de luta institucional, mas legitimar um processo de exclusão implícito bem utilizado entre os conhecedores da legislação urbana que a consultam para construir, especular e realizar obras de autopromoção, sob um manto de trabalho popular.

O segundo processo de exclusão, intimamente relacionado ao já citado, diz respeito à inserção precária e desigual nas decisões políticas (o que caracteriza uma negação dessa participação). Muitas representações de bairro se queixaram de não serem ouvidas pelos “representantes eleitos do povo” (prefeitos, vereadores e mesmo secretários de diversas áreas), de estabelecerem contatos apenas em eventos pontuais (festas, inaugurações e algumas obras) e de não serem consultados quanto aos rumos que a cidade está tomando. A distância entre os gabinetes e as representações de bairro foram citadas como um grande entrave à participação popular, como mundos distintos. Comunidades apontaram que o governo local desconhece o cotidiano dos bairros e que tal processo vem de longa data, configurando-se em uma prática envolvendo candidatos e partidos diferentes ao longo dos anos. Acrescente-se a essa questão a ausência de determinados serviços nos bairros (variando de médicos à níveis de escolaridade e rondas da polícia) e a quantidade insuficiente de profissionais e estrutura para atender atendimentos entre os bairros (moradores que vão a outros bairros solicitar atendimento médico por limitações de sua própria comunidade, por exemplo).

A partir desse segundo processo de exclusão, os padrões territoriais de democracia-cidadania oscilam não só em termos de qualidade de vida da população, como também de exercício dessas relações. É aqui que se operam as mutilações e precariedades democrático-cidadãs: na ausência de canais de diálogo entre as representações de bairro e o governo, na variável qualidade dos serviços básicos prestados e problemas decorrentes desses desníveis, no comportamento conformista de que só os poderes públicos podem fazer alguma coisa para resolver problemas do bairro e mudar dada situação (opinião, inclusive, repetida pela maioria das representações e populares ouvidos), na distância entre as representações e os poderes públicos por questões partidárias e conflitos quanto aos posicionamentos e interesses em jogo. Práticas apontadas por Souza (2000) e Souza;Rodrigues (2004) para analisar a crise dos movimentos sociais urbanos como o comportamento demagógico, a cooptação de líderes, influência partidária, “caciquismo” e indiferença, sem contar a politofobia de parcela considerável da população ouvida são práticas que não só se fizeram presentes, com maior ou menor intensidade, nas entrevistas concedidas à pesquisa, mas que também consolidam a exclusão sociopolítica no contexto campinense quanto às decisões cotidianas quanto aos rumos da cidade.

A terceira forma de exclusão reside no formalismo burocrático-documental e seus respectivos atendimentos. Os chamados ofícios foram citados na maioria das entrevistas, em alguns casos como o único instrumento reivindicatório que a representação de bairro dispunha

para solicitar algo ou resolver alguma questão da comunidade. Em alguns casos, representantes alegaram ter entregue vários ofícios sobre um único assunto e, ainda assim, não obtiveram qualquer resposta ou contato. Vários determinantes são levados em consideração para julgar a entrega de ofícios eficiente ou não. Dentre eles, se destacam o local onde o ofício é entregue e a quem se entrega (secretaria de determinado órgão municipal ou até o responsável pelo mesmo, a um vereador pessoalmente ou a algum de seus assessores), a origem geográfica quanto ao bairro de origem do vereador (um vereador que seja natural de determinado bairro, na maioria dos casos, busca atender, mesmo que parcialmente, a demanda solicitada, de forma a manter aquele espaço sob sua influência, territorializando-o em um sentido eleitoral) e a relação entre a representação e o poder público municipal. Sobre esse último, a regra é popularmente conhecida, mas merece a sua narrativa: determinada entidade de bairro apoia ou se posiciona em favor de determinado candidato na eleição. Esse candidato ganha e a parceria estabelecida durante os meses de campanha tende a se tornar uma aliança, em que a entidade de bairro transfigura-se num “comitê” do candidato, agora eleito. Os contornos dessa aliança ganham características variadas.

Mesmo nas entrevistas que declararam as representações de bairro apartidárias, ou que defenderam a ideia de que “fora do espaço político do bairro eu tenho meu candidato”, os contatos internos nos “bastidores do poder” são lembrados nas trocas de favores e apoios em dadas ocasiões. Há uma procura mútua dependendo da ocasião e a necessidade de um vereador, por exemplo, é de suma importância em alguns processos: o ofício, nas mãos do vereador certo, pode se tornar um requerimento para votação pela câmara de vereadores. Caso aprovada, se estuda o início da obra ou da ação requisitada.

Em algumas situações narradas, a formalização dos pedidos se dá de outra forma. Os próprios representantes de bairro vão até os órgãos responsáveis da prefeitura para dialogar com o governo em si. Os exemplos mais comuns surgiram na questão da saúde, quando líderes de bairro foram até a secretaria de saúde ou à unidade básica de saúde para cobrar algum medicamento em falta para a população, saber da demora quanto a algum atendimento, ou ainda questionar a validade e negação de consultas em casos graves. Houve, inclusive, relatos dos próprios representantes, também usuários dos serviços públicos de saúde e, de certa forma, também vítimas dos problemas apontados anteriormente nessa área.

Mediante o debate que permeia os usos do termo exclusão, a questão tem sido exposta não só em um conjunto de situações com os quais a população dos bairros entrevistados tem lidado diferentemente, mas também em uma das formas como alguns bairros tem se

identificado. Seja nas relações de vizinhança, seja na imagem do bairro quanto a sua população e seu papel no todo urbano, a exclusão, aqui enfatizada em sua dimensão sociopolítica, é agravada no contexto campinense por vícios de gestão municipal de longa data e que foram agravados nos últimos 20 anos, quando a cidade adentrou o modelo neoliberal de desenvolvimento urbano. Em fato, a exclusão em Campina Grande é produto de um sistema político que se apropria de pedaços da cidade para interesses partidários e pessoais daqueles que deveriam ser eleitos para desenvolver a cidade em um projeto onde as pessoas fossem prioridade. Daí surgem as vozes das representações de bairro: elas não só merecem ser ouvidas e o diálogo com o poder público aprimorado, como também pode simbolizar um outro caminho para compreender esse contexto urbano nesse início de século.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: pensando contra-racionalidades, contraespaços e possibilidades a partir da participação popular comunitária**

Ao término dessa caminhada (e início de outra, como assim a vida é), algumas reflexões merecem ser nesse momento realizadas, não no sentido conclusivo do trâmite acadêmico de uma tese, mas enquanto caminhos a serem percorridos a partir de tudo que foi realizado até aqui. A começar pelo subtítulo dessa seção, porque ele manifesta uma necessidade, um ato: o pensar. Lembrando que esse trabalho é antes de tudo uma pesquisa e não um projeto de intervenção, os limites e as possibilidades desses escritos são de certa forma imprecisos: eles não vão mudar a realidade, pelo menos diretamente e a curto prazo. Talvez suas ideias se disseminem, talvez não. Mas o ato de pensar, refletir criticamente sobre um dado contexto sempre será, pelo menos, o passo inicial de todo geógrafo preocupado em compreender o que se passa no mundo das coisas e pessoas, dos objetos e das ações. Não por acaso, Paul Claval (2010) certa vez definiu a geografia como ciência que trabalha com as visões de mundo. Ver, sentir, pensar, essas ações precedem a práxis, a transformação, a mudança e todas devem ser consideradas em conjunto, em dialética.

A trajetória atual das representações de bairro em Campina Grande se situa no que Marcelo Lopes de Souza denominou de “crise dos movimentos sociais urbanos”. Como vimos, o contexto urbano campinense experimenta os processos de um modelo de gestão e planejamento que tornam a cidade mais atrativa ao capital, que a transforma em mercadoria em suas apropriações do solo urbano, com seus respectivos conflitos entre a necessidade e o lucro, entre os valores de uso e de troca; que tem suas expressões da questão social agravadas no cotidiano desse início de século, quando a iniciativa privada se torna a “tendência do momento”.

Quando, a poucas décadas, Campina Grande buscou caminhos para superar uma estagnação de seus investimentos, a projeção e inserção da cidade no nascente processo de globalização foram hegemônicos em detrimento dos anseios da população. A cidade já enfrentava alguns dos problemas urbanos aqui apontados, mas a preocupação e resolução sobre os mesmos deu lugar à “esperança” trazida pelo turismo de eventos, pelo incentivo às atividades de comércio e serviços, pela crença de que se a economia campinense progredisse todas as outras dimensões que compõem a vida social iriam “responder à altura”. Na questão da habitação, por exemplo, o que se viu foi o alvorecer de uma cidade que hoje cresce sob uma aparente “forma desordenada” em extensão de seus limites urbanos e “arranhando os céus” com obras em vários setores da cidade. A reificação do urbano campinense é estampada

na mídia como uma cidade promissora, onde investidores de diferentes origens e raios de ação, devem ficar atentos. Assim Campina Grande tem experimentado seu desenvolvimento: desigualmente.

O Estado certamente teve sua contribuição em meio a isso tudo. Em um modelo de Estado que a participação popular não foi ouvida em seus anseios e necessidades, os gestores políticos fizeram escolhas sob vieses economicistas privados associados ao que popularmente se denomina de “politicagem”. As eleições se tornaram espetáculos midiáticos, as propostas se travestiram de piadas, ofensas e promessas que, em alguns discursos, soam absurdas, além da construção de imagens político-eleitorais idolatradas entre a população até os dias de hoje: “Ai de quem falar mal de doutor (sic) fulano de tal, que manda na cidade desde sempre”.

Ao lado do Estado, variando entre a oposição “ferrenha” e a “aliança caciquista”, as representações de bairro (SABs, associações, líderes comunitários, entre outras denominações aqui sintetizadas) constituíram um mosaico de posições variadas no jogo das intencionalidades urbanas, cuja proximidade com o poder público municipal não só variava e varia bruscamente, como também resiste, em alguns casos aqui mencionados, em prol de sua própria existência. Dentre os agentes sociais urbanos enfatizados nessa pesquisa, mas também acrescentando outros como os especuladores imobiliários e os grupos marginalizados, as representações de bairro sintetizam os principais caminhos entre o povo e seus governantes, mesmo com os ataques neoliberais a uma cidade mais humana, mais consciente e mais democrática.

As expressões geográficas de tais perspectivas urbanas se materializam no que foi denominado de padrões territoriais de democracia-cidadania. Cada bairro, mediante seus potenciais de participação, serviços ofertados e capacidade de resolver seus problemas internos, tem no território um instrumental para compreender seu panorama e pensar alternativas rumo às resoluções de demandas e pendências. Questão recorrente entre os bairros visitados, muitos deles possuem postos de saúde, escolas, opções de lazer e moradia, até postos de polícia comunitária (bairros do Pedregal e do José Pinheiro) e hospitais (distribuídos entre quatro dos bairros pesquisados), mas a questão do atendimento no cotidiano é discutida pelas comunidades quanto às suas limitações. A relação entre o poder público municipal, não só na figura dos órgãos responsáveis pelo atendimento da população, mas também das relações próximas ou distantes da mesma, e os dezesseis bairros pesquisados atesta o mal-estar de uma relação variável e minada pelos interesses político-partidários, pelas

relações de poder expressas em diferentes escalas e pelo cerceamento dos canais de diálogo entre as sociedades política e civil.

Em tempos-espacos de Estatuto da Cidade, Plano Diretor e orçamentos participativos, a democracia urbana ainda não se efetivou na Rainha da Borborema, como se viu em demandas e ações que atendiam seletivamente os bairros. Certamente, outras escalas de governo, como o estadual (no caso da polícia militar x criminalidade) e o federal (no exemplo dos programas habitacionais) participam dessa dinâmica, mas não se justifica o fato de que boa parte da população campinense só é “consultada” nas pesquisas eleitorais e votos de quatro em quatro anos. O próprio atendimento ao povo carece de melhorias durante os pleitos.

Pensando em apontamentos para mudar essa situação, a pesquisa apresenta nessa secção três caminhos/possibilidades a seguir, visando uma Campina Grande politicamente mais próxima do cidadão comum e sua participação. Tais perspectivas contam com plena consciência de suas limitações e dificuldades de execução, não se traduzindo em panaceias ou “receitas mágicas”. Acrescenta-se que, seguindo a linha de raciocínio defendida durante a tese, tais ideias podem ser relacionadas em termos de complementaridade e interdependência entre as mesmas.

- **Apontar os caminhos de uma contra-racionalidade, com seus contraespaços, frente a lógica de governança vigente**

Uma questão sobre o espaço urbano dessa pesquisa deve ser elencada a partir do diálogo entre duas ideias que se complementam: de um lado, as contra-racionalidades espaciais; de outro, os contraespaços. Os pontos em comum que levam ao diálogo dizem respeito ao caráter alternativo/insurgente<sup>103</sup> que tais ideias possuem. Nas considerações finais de sua obra, após expor categoricamente a problemática espacial, Santos (2009a) define as contra-racionalidades no contexto da racionalidade capitalista vigente, paralelas ao que Foucault chamaria de Poder com “P” maiúsculo. Essas contra-racionalidades se dariam entre os grupos marginalizados e subalternos, ocupantes dos espaços em que o capital não demonstra interesse, onde a racionalidade dominante exclui de uma forma ou outra, gerando uma escassez de recursos e práticas. Essa conjuntura é a base de um potencial criador frente

---

<sup>103</sup> A insurgência aqui é colocada nos termos de Holston (2013, p. 62) enquanto “um processo que é uma ação na contramão, uma contrapolítica, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta. Insurgência não é imposição de cima para baixo de um futuro já orquestrado. Ela borbulha do passado em lugares onde as circunstâncias presentes parecem propícias a uma irrupção”.

ao real existente, constituindo novas formas de racionalidade, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes simultaneamente.

Já os contraespaços são apresentados por Ruy Moreira como expressão espacial dos movimentos que contestam, se insurgem em um dado contexto. Citando como exemplos greves, ocupações, lutas e manifestações, o processo de exclusão também se faz presente, “razão por que é o contraespaço dos excluídos sociais a forma de levante que acaba por dar a marca de imagem do contraespaço como uma forma de luta contra o espaço instituinte da ordem” (MOREIRA, 2012, p. 217). Dentre seus resultados, variáveis, tem-se desde transformações radicais, até mudanças, confrontos, movimentos e questionamentos do *status quo*.

As ideias de Santos e Moreira embasam teoricamente a possibilidade de mudança a partir do questionamento e da reflexão. Em uma sociedade onde tudo aparece “dado e acabado”, com seu proceder naturalizado e como único recurso a adaptação, ideias como contra-racionalidades e contraespaços merecem atenção na medida em que um outro caminho é possível. Certamente, não caímos em um estágio de euforia<sup>104</sup>, de que tudo muda do dia para a noite em um piscar de olhos. Lembremos do caráter processual da luta e do ativismo de bairro: em determinados momentos, as representações comunitárias tiveram apoio dos gestores públicos, outras vezes não; foram ouvidas pelos órgãos municipais em alguns casos e tiveram suas demandas resolvidas, em outros casos nada foi feito; ofereceram diferentes atividades para a população dos bairros, e hoje apresentam um conjunto de limitações, de falta de espaço físico na sede até requisitos não atendidos para oferta de cursos.

As representações de bairro podem ser também consideradas exemplos de contraespaços frente à massificação e individualização do urbano que mina ações coletivas e práticas comunitárias. O que se faz necessário, junto a essa condição, é pensar como tais entidades da sociedade civil também podem construir contra-racionalidades, sobretudo em um contexto heterônomo de escolhas já construídas e influenciadas pelas práticas de cooptação político-partidária. Se o espaço urbano campinense é alvo de agentes e seus vetores carregados de intencionalidades privadas, que utilizam a cidade como instrumento de

---

<sup>104</sup> Slavoj Žižek, nas obras citadas nessa pesquisa, critica a tendência em nossa sociedade de “nos atirmos rumo a um propósito” de maneira cega, sem um mínimo de reflexão. Em tempos-espacos de “faça você mesmo” ou “faça alguma coisa”, concordamos com o filósofo esloveno quando ele sugere pararmos para pensar e ver o que realmente pode/deve ser feito. Não que estejamos contestando a famosa tese de Marx contra Feuerbach de que “os filósofos passaram muito tempo interpretando a realidade e agora chegou a vez de transforma-la”, mas agir de forma impulsiva sem uma organização – inclusive espacial – das ideias, pode se configurar em um ato vazio.

multiplicação de seus lucros, uma racionalidade diferente da vigente necessita ser pensada e produzida, tendo nas atividades comunitárias de bairro um terreno fértil de ideias e conhecimento do cotidiano junto a sua população.

- **Estimular práticas espaciais de democracia direta como premissas na relação entre poder público municipal e bairros/comunidades**

O debate entre democracia representativa/indireta e democracia participativa/direta é extenso e antigo na tradição da ciência política. Vez ou outra o tema surge em eventos, notícias e entrevistas que buscam apreender determinado momento vivido na contemporaneidade, a exemplo dos levantes contra o aumento tarifário dos transportes coletivos ou o fechamento de escolas. Pontos favoráveis e contrários a ambos sistemas políticos são apresentados, de forma que alguns argumentos, inclusive, utilizam justificativas geográficas como logística de um processo eleitoral e população em um dado território nacional.

A necessidade de práticas de democracia direta na gestão e no planejamento urbanos de Campina Grande se justifica no exposto pelos representantes de bairro quanto às relações com o poder público municipal, esse composto por prefeitura, câmara de vereadores, secretarias de diferentes serviços e seus respectivos responsáveis. Situação enraizada e decorrente da política profissional brasileira de longa data, muitos candidatos, ao se elegerem, se ocupam da máquina estatal e seus compromissos de tal maneira que não visitam as populações dos espaços que alegam representar. Entre visitas pontuais à convite das próprias representações e caminhadas pelos bairros de quatro em quatro anos, muitos nomes políticos são citados em menção do “candidato caô”<sup>105</sup>, que projeta uma imagem de popular e “amigo do povo” durante a campanha, mas que se isola do mesmo durante todo seu mandato. As obras e feitos nas proximidades das eleições também são lembradas pelos líderes comunitários em suas falas, com ênfase de que “um ano eleitoral é sempre ano de visita de candidato prometendo de tudo no bairro”.

Pouquíssimas vezes autoridades locais visitaram as representações de bairro ou mesmo tiveram contato com a população do mesmo nos últimos vinte anos. Tal lacuna é sentida em termos democráticos pelo desperdício de experiências cotidianas dos moradores dos bairros

---

<sup>105</sup> Música da banda O Rappa, em seu primeiro CD, a melodia traz a figura de um candidato que visita uma comunidade carente: “Ele subiu o morro sem gravata / dizendo que gostava da raça / foi lá na tendinha, bebeu cachaça / e até bagulho fumou / Foi no meu barracão / e lá usou lata de goiabada como prato / eu logo percebi é mais um candidato às próximas eleições”.

que não são compartilhadas junto ao poder público local, e também na ausência de contatos/encontros entre representantes de bairro e prefeitos, vereadores e secretários, prática exercida em outros tempos, segundo a memória de representantes comunitários mais antigos.

Certamente, não se busca aqui cair na armadilha de uma generalização. Afirmar que nenhum político tem contato com a população que o elegeu é uma falácia do senso comum. Entretanto, o que se questiona aqui é o caráter direto/indireto da relação. Em Campina Grande, a figura do político profissional eleito, construída pelas representações de bairro consultadas, é marcada de adjetivações como “autoridade”, “figura a se temer”, “pessoa distante”, “filho da comunidade”, “amigo”, “inimigo”, “interesseiro”, “pessoa caridosa”, entre outros. As características diferem justamente pela relação que o político estabelece com determinado bairro durante seu mandato.

A sensação de “abandono”, “esquecimento” foi outro traço obtido de algumas entrevistas, quando alguns representantes do bairro apontaram os problemas do mesmo e situaram o contexto comunitário em termos de exclusão e descaso, também com as próprias representações quando seus presidentes não são recebidos em repartições públicas, recebem atendimento demorado/cansativo ou, ainda, quando não conseguem resoluções para os problemas que expõem, inclusive vivenciados por eles mesmos em alguns exemplos.

O recuo democrático-cidadão que essas relações exemplificam traduz-se também na perspectiva espacial. As sedes das campinenses representações de bairro apresentam potencial, enquanto espaços políticos, para o debate, a discussão e o diálogo entre a população e o poder local. Reuniões e convites de pauta são marcados com frequência, mas nem sempre atendidos. Há casos de envio de funcionários da prefeitura para ouvir a população, substituindo o vereador ou o prefeito, ao mesmo tempo que contratempos e mudanças na agenda acarretam ausências. A situação é ainda mais grave quando algumas representações comunitárias perdem os espaços físicos de suas sedes (ou nunca possuíram tais instalações), comprometendo não só reuniões de moradores e visitas políticas, mas também perdendo a oportunidade de melhorias para a população do bairro como cursos e palestras, sem contar com serviços gratuitos e atividades recreativas. Alguns entrevistados também mencionaram a condição de suas sedes em um contexto de descaso em termos de infraestrutura e segurança, outro par de limitações.

A democracia direta é posta aqui como horizonte possibilitado pelo encontro entre representantes estatais e a população, mas não concretizado na realidade campinense. Quando

a gestão democrática é citada no Plano Diretor<sup>106</sup> da cidade ou em sua Lei Orgânica<sup>107</sup>, mas não se efetua no cotidiano urbano de seus bairros, por exemplo, o descrédito da população sobre o sistema político vigente, as leis e até as representações de bairro se consubstancia enquanto entrave para uma prática efetivamente cidadã-democrática. A consolidação de uma experiência democrática direta se dá enquanto processo e pode ter nas associações comunitárias um espaço de suma importância para sua consolidação, na medida em que ele pode reunir momentos de diálogo e conhecimento das dificuldades diárias, com o debate de possíveis soluções e recursos disponíveis para melhorar a qualidade de vida da população, o que implica esforços para o fortalecimento das mesmas.

- **Fortalecer as representações de bairro enquanto espaços políticos instrumentais da pedagogia e da politização urbanas**

Em algumas de suas obras, Souza (2006, por exemplo) aponta que o movimento comunitário urbano atua como forte instrumento de politização e pedagogia da cidade, sendo alguns de seus principais legados. Não se trata aqui de uma “cartilha” ou uma educação em termos formais de aulas e avaliações. O autor desse trabalho acredita que as representações de bairro, para além da “mera” representação formal e em prol de um ativismo em sentido estrito, precisam pensar, “apesar do Estado” e apesar das limitações próprias da relação representação-bairro, práticas que fortaleçam as atividades comunitárias campinenses. Alguns elementos, como a boa relação entre seus líderes e a conscientização política da realidade local, apontam para a concretização dessa possibilidade. Pensar os bairros e suas representações é também pensar o espaço urbano campinense, é situar-se enquanto cidadão de uma cidade que cresce e apresenta potencialidades exploradas pela iniciativa privada, mas que repercutem heterogeneamente no cotidiano da população.

---

<sup>106</sup> Art. 9º A gestão democrática é entendida como o processo decisório no qual será assegurada a participação direta dos cidadãos, individualmente ou através das suas organizações representativas, na formulação, execução e controle da política urbana, garantindo: I – a transparência, a solidariedade, a justiça social e o apoio à participação popular; II – a ampliação e a consolidação do poder dos municípios e de suas organizações representativas na formulação das políticas e no controle das ações, através de conselhos e fóruns; III – a consolidação e o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão das políticas públicas e descentralização das ações do governo municipal; IV – a capacitação em conjunto com a sociedade civil; V – o estímulo aos conselhos e outras entidades do movimento popular; VI – a instituição de espaços para discussão, avaliação e monitoramento sobre a execução deste Plano Diretor (CAMPINA GRANDE, 2006).

<sup>107</sup> Art. 4º, Parágrafo Único - Serão prioridades do Município, além do previsto no caput deste artigo, as seguintes:

I - estruturação, organização e preservação dos espaços e serviços municipais, orientando-os para o livre e efetivo exercício da cidadania, para o desenvolvimento dos valores democráticos e afirmação das vocações históricas, tendo em vista propiciar à população condições de vida em padrões compatíveis com a dignidade humana, a justiça social e a promoção do bem comum (CAMPINA GRANDE, 1990).

Os líderes comunitários dos bairros visitados demonstraram pontos de vista valiosíssimos para compreender seus contextos e o que se passa com Campina Grande como um todo. Eles estão próximos de seus moradores, trazem um conjunto de experiências de vida política e dominam o *know how* da prática associativista urbana. Em entrevistas, muitos destacaram suas participações na história do bairro, melhorias conquistadas pela luta reivindicativa e até mesmo pelos contatos “nos bastidores” que agilizaram ações e atividades pela comunidade. São vozes que não devem ser silenciadas ou ignoradas, e esse foi um dos propósitos dessa pesquisa: trazer pontos de vista muitas vezes desconhecidos pela população campinense e, infelizmente, também pelo poder local-municipal.

As representações de bairro, enquanto espaços políticos, possuem uma perspectiva geográfica que precisa ser levada em conta pelas políticas públicas e por sua população que, em alguns casos, reage com descrédito e desconfiança. Tais espaços são convites para tratar do cotidiano comunitário, para falar e ser ouvido. Mesmo que a quantidade de sócios “ativos” esteja drasticamente reduzida, como se ouviu nas entrevistas, os benefícios do bairro são de usufruto coletivo (inclusive de moradores externos), inferindo que as ações das associações de bairro trazem mais qualidade de vida para suas populações e desenvolvimento local na escala de seus bairros. Fortalecer as representações de bairro em termos materiais e condições para suas atividades é também fortalecer os bairros e suas populações. Nesse sentido, fortalecimento se torna sinônimo de empoderamento, perspectiva política que visa ampliar a consciência da realidade e maneiras de intervir na mesma em prol de uma coletividade.

*Foi pensando nessas questões que a pesquisa se deu, procurando fornecer subsídios para pensar a Campina Grande desse início de século, sob a perspectiva do ativismo comunitário. Essa proposta atua como horizonte para se pensar uma cidade mais democrática e humanizada.*

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARANHA, Gervácio Batista. Trem e Empório do Algodão em Campina Grande: notas sobre a história de uma cidade (regionalmente) cosmopolita. **Cadernos Nordeste em Debate**. Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, ano 1, nº 1, 1993, p.07-23.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

\_\_\_\_\_. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

\_\_\_\_\_. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

\_\_\_\_\_. **Danos colaterais**: desigualdades sociais numa era global. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2013.

\_\_\_\_\_. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

\_\_\_\_\_. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

\_\_\_\_\_; DONSKIS, Leonidas. **Cegueira moral**: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2014.

BECKER, Bertha Koiffman. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Democracia e segredo**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

\_\_\_\_\_. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

\_\_\_\_\_. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

\_\_\_\_\_; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. vol. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

BORJA, Jordi. A participação cidadina. **Espaço & debates**: poder local: convergência entre estruturas, forças e agentes, São Paulo, ano VIII, n. 24, 14-25, 1988.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim; MAIA, Doralice Sátyro. Das feiras às festas: as cidades médias do interior do nordeste. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. A “ilusão” da transparência do espaço e a “é cega” no planejamento urbano: desafios de uma geografia urbana crítica. **Revista CIDADES**, Presidente Prudente, v. 6, n. 10, 289-306, 2009.

\_\_\_\_\_. A segregação como fundamento da crise urbana. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; DANTAS, Eustógio W. Correia (Org.). **Panorama da geografia brasileira 2**. São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. Da “organização à produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: \_\_\_\_\_. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOUZA, Marcelo Lopes de (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: \_\_\_\_\_. PAULO NETTO, José. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: \_\_\_\_\_. WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; BELFORE-WANDERLEY, Mariangel. **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000.

CASTRO, Iná Elias de. A democracia como um problema para a geografia: o fundamento territorial da política. In: \_\_\_\_\_. RODRIGUES, Juliana Nunes; RIBEIRO, Rafael Winter (Org.). **Espaços da democracia**: para a agenda da geografia política contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

\_\_\_\_\_. Instituições e território. Possibilidades e limites ao exercício da cidadania. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 7-28, 2003.

\_\_\_\_\_. O espaço político: limites e possibilidades do conceito. In: \_\_\_\_\_; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (Org.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. O problema da espacialidade da democracia e a ampliação da agenda da geografia brasileira. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 291-305, out. 2011.

\_\_\_\_\_; RODRIGUES, Juliana Nunes; RIBEIRO, Rafael Winter. Para o encontro da geografia com a democracia. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Espaços da democracia: para a agenda da geografia política contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 11. ed. São Paulo: Ática, 1999.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

\_\_\_\_\_. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

\_\_\_\_\_. **Terra dos homens: a geografia**. São Paulo: Contexto, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOUZA, Marcelo Lopes de (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias geográficas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COSTA, Antonio Albuquerque da. **Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo**. Recife, 2003. p. 245. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Federal de Pernambuco.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008b.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FERREIRA, João Sete Whitaker. Cidades para poucos ou para todos? Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um “urbanismo às avessas”. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 27. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

GEORGE, Pierre. **Geografia urbana**. São Paulo: Difel, 1983

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **Reivindicações populares urbanas**: um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

GÓMEZ, José Maria. **Política e democracia em tempos de globalização**. Petrópolis: Vozes, CLACSO, LPP, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 3**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GREGORY, Derek et al (Org.). **The dictionary of human geography**. 5. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

GUIMARÃES, Raul Borges; VIEIRA, Alexandre Bergamin; NUNES, Marcelo. Cidades médias: territórios da exclusão. **Revista CIDADES**, Presidente Prudente, v. 2, n. 4, 267-287, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

\_\_\_\_\_. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

\_\_\_\_\_. **Espaços de esperança**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo**: história e implicações. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013b.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013a.

\_\_\_\_\_. et al. **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012b.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 17. ed. Campinas: Papirus, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **De lo rural a lo urbano**. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978b.

\_\_\_\_\_. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

\_\_\_\_\_. **The survival of capitalism: reproduction of the relations of production**. London, Allison and Busby, 1978a.

LIMA, Damião de. **Impactos e repercussões sócio-econômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984)**. São Paulo, 2004. p. 300. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas / Universidade de São Paulo.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MAIA, Doralice Sátyro et al. Campina Grande: dinâmica econômica e reestruturação urbana, permanências e transformações. In: ELIAS, Denise; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOARES, Beatriz Ribeiro (Org). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Campina Grande e Londrina**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

\_\_\_\_\_. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: \_\_\_\_\_; ARANTES, Otília; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. É a questão urbana, estúpido! In: \_\_\_\_\_ et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINS, José de Souza Martins. **Exclusão Social e a nova desigualdade**. 3.ed. São Paulo: Paulos, 1997.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”**: De um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MAYOL, Pierre. O bairro. In: \_\_\_\_\_; CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MELAZZO, Everaldo Santos; GUIMARÃES, Raul Borges. Ponto de partida: a desigualdade social e a definição da política urbana. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Exclusão social em cidades brasileiras**: um desafio para as políticas públicas. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis**: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Cidadania no Brasil: elementos para uma análise geográfica. **GEOgraphia**, ano III, n. 6, p. 1-7, 2001.

\_\_\_\_\_. O retorno à cidade e novos territórios de restrição à cidadania. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (Org.). **Território, territórios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

\_\_\_\_\_. Para compreender o “leviatã brasileiro” – a cidadania como nexos político-territorial. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOUZA, Marcelo Lopes de (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. Um conceito de cidadania para se trabalhar a cidade. **GEOgraphia**, Niterói, ano I, n. 1, p. 93-120, 1999.

PONTES, Beatriz Maria Soares. Poder local e instrumentos de intervenção da política urbana: o caso do Rio Grande do Norte. In: \_\_\_\_\_; SÁ, Alcindo José de (Org.). **O Brasil na Geopolítica Contemporânea**. Camaragibe: CCS Gráfica e Editora, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A reforma e o plano: algumas indicações gerais. In: GRAZIA, Grazia de (Org.). **Plano diretor**: instrumento de reforma urbana. Rio de Janeiro: Fase, 1990.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. Produção contraditória do espaço urbano e resistências: In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SADER, Emir. Estado e democracia: os dilemas do socialismo na virada do século. In: \_\_\_\_\_. GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo II**: que Estado para que democracia?. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009a.

\_\_\_\_\_. As cidadanias mutiladas. In: LERNER, Julio (Org.). **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológico da geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Studio Nobel, 1987.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008c.

\_\_\_\_\_.; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Regina Bega dos. Geografia urbana e práxis – a prática política alimentando as discussões teóricas; a pesquisa e a teoria sustentando e aprofundando a reflexão sobre a prática. **Revista CIDADES**: Brasil urbano: desafios e agendas, Presidente Prudente, v. 7, n. 12, 257-269, 2010.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SARAIVA, Luiz Arthur Pereira. **Formação e dinâmicas socioespaciais do bairro da Estação Velha – Campina Grande – PB**: cotidiano, transformações e heterogeneidades de um lugar. Campina Grande, 2009. 142p. Trabalho acadêmico orientado. Curso de Licenciatura Plena em Geografia. CEDUC / UEPB / DHG.

\_\_\_\_\_. **Entre a justiça e a exclusão nas políticas de desenvolvimento urbano**: conflitos e intencionalidades na implantação do complexo jurídico e os territórios de exclusão no bairro da Estação Velha – Campina Grande – PB. Recife, 2011. 152p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. CFCH / UFPE / PPGeo.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: \_\_\_\_\_ (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013a.

\_\_\_\_\_. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013b.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

\_\_\_\_\_. **Autoridade**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

SILVA, José Borzacchiello da. Cidades ingovernáveis. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (Org.). **O Brasil, a América Latina e o mundo**: espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina: Anpege, Faperj, 2008.

\_\_\_\_\_. Geografia urbana – uma agenda nacional. **Revista CIDADES**: Brasil urbano: desafios e agendas, Presidente Prudente, v. 7, n. 12, 191-205, 2010.

SILVA JUNIOR, Geraldo Francisco. Campina Grande: desenvolvimento histórico no século XX. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de (Org.). **Campina Grande em debate**: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas. Campina Grande: EDUEPB: EDUEFCG, 2009

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Maria Therezinha de Segadas. O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro. In: \_\_\_\_\_; BERNARDES, Lysia M. C. **Rio de Janeiro**: cidade e região. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.

SOJA, Edward William. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

\_\_\_\_\_. O espaço como questão pessoal. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (Org.). **O Brasil, a América Latina e o mundo**: espacialidades contemporâneas (I). Rio de Janeiro: Lamparina: Anpege, Faperj, 2008.2013

\_\_\_\_\_. Uma concepção materialista da espacialidade. In: \_\_\_\_\_. COSTA, Rogério Haesbaert; SILVEIRA, Carmen B. (Org.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: Dep. Geografia, 1983.

SORJ, Bernardo. **A democracia inesperada**: cidadania, direitos humanos e desigualdade social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

\_\_\_\_\_. **ABC do desenvolvimento urbano**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010b.

\_\_\_\_\_. As drogas e a “questão urbana” no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa (Org.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010c.

\_\_\_\_\_. Cidades, globalização e determinismo econômico. **Revista CIDADES**, Presidente Prudente, v. 3, n. 5, 123-142, 2006b.

\_\_\_\_\_. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista CIDADES**: Formas espaciais e política(s) urbana(s), Presidente Prudente, v. 7, n. 11, 13-48, 2010c.

\_\_\_\_\_. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes**: escritos de divulgação científica e análise política. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

\_\_\_\_\_. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. Introdução: a “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. **Revista CIDADES**: ativismos sociais e espaço urbano, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, 9-26, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a.

\_\_\_\_\_. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 51 (2), 139-172, 1989.

\_\_\_\_\_. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. 11. ed. In: CORRÊA, Roberto Lobato; CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_. Urbanização e desenvolvimento rediscutindo o urbano e a urbanização como fatores e símbolos de desenvolvimento à luz da experiência brasileira recente. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 56(1/4), 255-291, 1994.

\_\_\_\_\_. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. São Paulo: Ática, 1996.

\_\_\_\_\_; RODRIGUES, Glauro Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

TEIXEIRA, Marlene P. V.; MACHADO, Rosa Maria. Conceito de bairro – unidade popular ou técnica?. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, Rio de Janeiro, 66-71, 1986.

TONET, Ivo. Cidadania ou emancipação humana?. Disponível em: <<http://www.ivotonet.xpg.com.br>>. Acesso em 03 jun. 2011.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduep, 2013

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: \_\_\_\_\_. ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

VERAS, Maura Pardini Bicudo. Exclusão social – um problema brasileiro de 500 anos (notas preliminares). In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

VIEIRA, Alexandre Bergamin; NUNES, Marcelo; GUIMARÃES, Raul Borges. Desigualdade e exclusão em cidades médias brasileiras. In: MELAZZO, Everaldo Santos; GUIMARÃES, Raul Borges (Org.). **Exclusão social em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

VIEIRA, Alexandre Bergamin et al. Exclusão social: a formação de um conceito. In: MELAZZO, Everaldo Santos; GUIMARÃES, Raul Borges (Org.). **Exclusão social em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

WEFFORT, Francisco. **Qual democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O império do capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.

ZIZEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do real!:** cinco ensaios sobre o 11 de Setembro e datas relacionadas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. **Primeiro como tragédia, depois como farsa.** São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Violência:** seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. **Vivendo no fim dos tempos.** São Paulo: Boitempo, 2012.

## **APÊNDICES**



Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de Ciências Geográficas  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

A PARTICIPAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS REPRESENTAÇÕES DE BAIRRO NA GESTÃO E NO PLANEJAMENTO DE CAMPINA GRANDE/PB: “ativismos” entre precariedades democrático-cidadãs

## **ROTEIRO DE ENTREVISTAS NAS REPRESENTAÇÕES DE BAIRRO CAMPINENSES**

### **IDENTIFICAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Representante de que bairro? \_\_\_\_\_

Há quanto tempo representa o bairro? \_\_\_\_\_

Além de representante do bairro, trabalha em algo? Se afirmativo, em quê? \_\_\_\_\_

### **QUESTÕES PROPOSTAS**

- Do seu ponto de vista, o que é uma representação de bairro? Qual sua concepção sobre essa entidade?
- Como o bairro pode ser caracterizado quanto ao seu cotidiano, ao seu dia a dia e aos seus moradores?
- Qual a sua visão sobre o bairro? Pelo que ele pode ser identificado ou o que chama a atenção nele?
- Qual a sua visão sobre a cidade de Campina Grande/PB e os rumos que ela tem seguido?
- Como o bairro se relaciona com a cidade (distância, serviços, relação com outros bairros)?
- Quais serviços básicos (saúde/PSFs/hospitais, educação/escolas/universidades, moradia, segurança, lazer) são ofertados aqui no bairro?
- Quais outros problemas o bairro enfrenta atualmente?
- Do ponto de vista da representação de bairro, quais as possíveis soluções para os problemas citados?
- O que a representação de bairro tem feito perante os problemas do bairro?
- Havia representação de bairro ou outra representação em décadas anteriores? Se afirmativo, como ela(s) era(m) e quais suas ações?
- Há algum registro das representações anteriores? Se afirmativo, de que tipo?
- Como se dá a relação entre o poder público municipal e a representação de bairro atualmente?
- Em outros tempos, a relação anteriormente colocada era dessa mesma forma? Houve mudanças?
- Prefeitos e vereadores tem visitado o bairro e/ou sua representação de bairro? Com que frequência?
- Nas visitas, caso ocorram, como se relacionam com a população?
- Como a representação de bairro reivindica questões do bairro e de seus moradores?
- Quais são as atividades desenvolvidas pela representação de bairro atualmente? E em outros tempos?
- A representação de bairro conhece a legislação urbana campinense? Tem participado dela ou trabalhado a partir dela? Faz uso de seus instrumentos na gestão e no planejamento da cidade?



Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de Ciências Geográficas  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
A PARTICIPAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS REPRESENTAÇÕES DE BAIRRO NA GESTÃO E NO  
PLANEJAMENTO DE CAMPINA GRANDE/PB: “ativismos” entre precariedades democrático-cidadãs

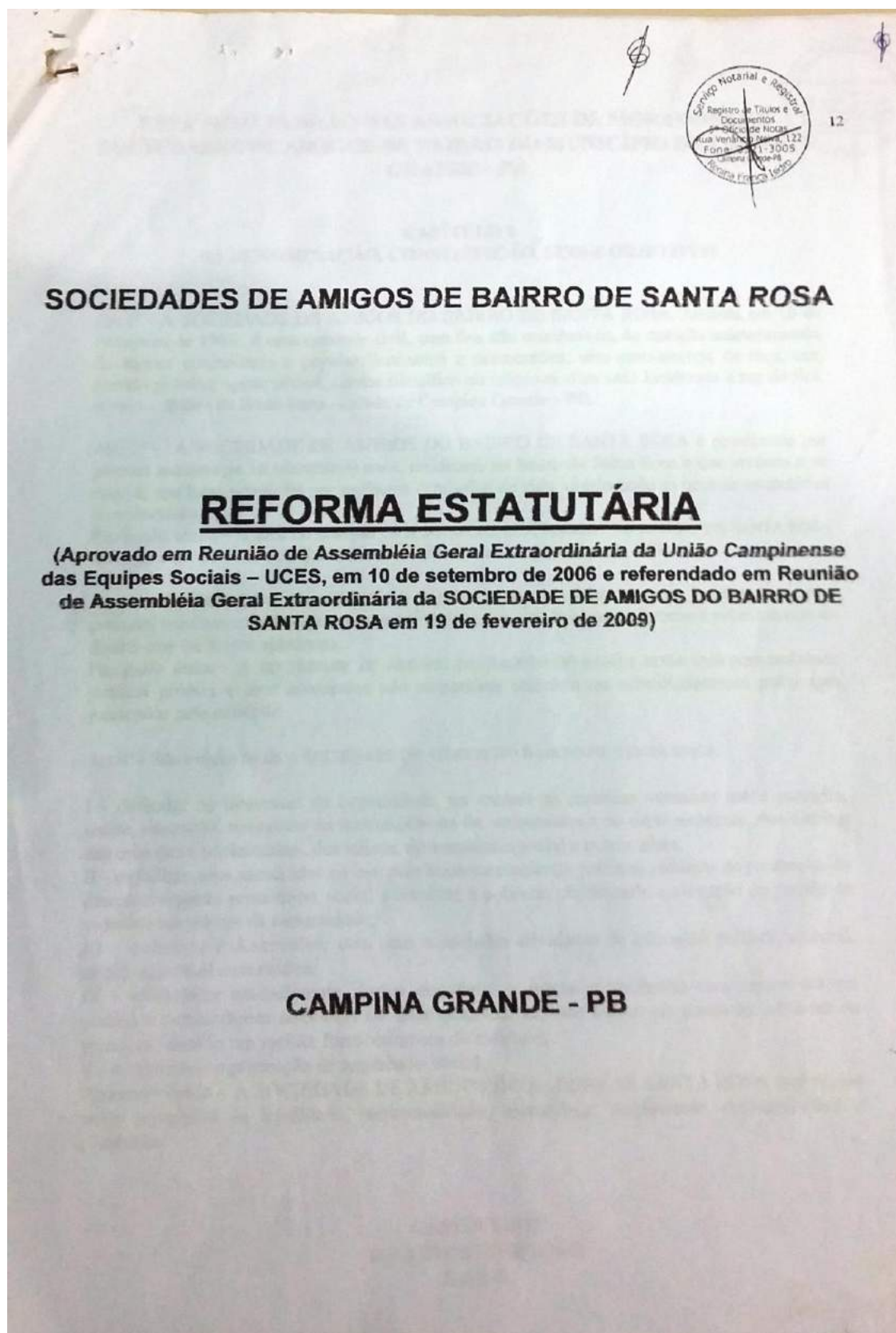
### **TERMO DE CONSENTIMENTO DAS ENTREVISTAS**

Eu, \_\_\_\_\_, concordo em participar, voluntariamente, do estudo “A PARTICIPAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS REPRESENTAÇÕES DE BAIRRO NA GESTÃO E NO PLANEJAMENTO DE CAMPINA GRANDE/PB: “ativismos” entre precariedades democrático-cidadãs”, tendo como foco de investigação o papel das representações comunitárias nas políticas urbanas em suas dimensões geográfica e democrático-cidadã.

Concordo que as informações possam ser utilizadas em futuras publicações, desde que não comprometam negativamente a minha pessoa ou a representação da qual faço parte. Reservo-me ao direito de interromper minha participação quando desejar ou achar necessário, e de não responder a qualquer questionamento que não julgue pertinente ou que me comprometa de alguma forma.

Campina Grande, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015

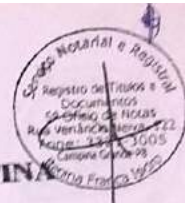
## **ANEXOS**



Anexo 01: Estatuto de uma representação de bairro – versão atualizada e vigente, com reforma estatutária (no exemplo, Sociedade de Amigos de Bairro do Santa Rosa). Segundo os representantes entrevistados, o modelo de estatuto é igual par todas as representações, respeitando as particularidades de cada bairro.  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.

Nilza = 3083-2470  
Jorge = 2823-7358

8



# ESTATUTO PADRÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E SOCIEDADES DE AMIGOS DO BAIRRO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - PB

## CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, FINS E OBJETIVOS

Art.1º - A SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA, fundada em 16 de Fevereiro de 1963, é uma entidade civil, com fins não econômicos, de duração indeterminada, de caráter comunitário e popular, autônoma e democrática, sem preconceitos de raça, cor, partido político, opção sexual, credos filosófico ou religioso, com sede localizada à rua do Sol, nº 941 - Bairro de Santa Rosa - cidade de Campina Grande - PB.

Art. 2º - A SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA é constituída por pessoas maiores de 16 (dezesseis) anos, residentes no bairro de Santa Rosa e que venham a se engajar nas lutas populares por melhores condições de vida, obedecendo as normas estatutárias e regimentais.

Parágrafo único - A área de atuação da A SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA abrange todo o o bairro de Santa Rosa, na cidade de Campina Grande - PB.

Art.3º - A SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA, pessoa jurídica de direito privado, regulamentar-se-á pelo presente Estatuto, por seu Regimento Interno e pelas normas de direito que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo único - A SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA terá personalidade jurídica própria e seus associados não respondem solidária ou subsidiariamente pelos atos praticados pela entidade.

Art.4º - São objetivos da A SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA:

- I - defender os interesses da comunidade, no tocante às matérias versando sobre moradia, saúde, educação, transporte de massas, direito do consumidor e do meio ambiente, dos direitos das crianças e adolescentes, dos idosos, da assistência social e outros afins;
- II - mobilizar seus associados na luta pela implementação de políticas públicas de promoção do desenvolvimento econômico, social e combate à pobreza, objetivando a elevação do padrão de vida dos moradores da comunidade;
- III - incentivar e desenvolver com seus associados atividades de educação política, cultural, social, esportiva e recreativa;
- IV - estabelecer entendimento, firmar convênios e trocar experiências com outros setores sociais e organizações nacionais ou internacionais, pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, visando um melhor funcionamento da entidade;
- V - desenvolver a promoção da assistência social.

Parágrafo único - A SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA será regida pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

## CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO Seção I

## DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

Art. 5º - São órgãos administrativos da SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA:

- I - O Conselho Diretor - CD;
- II - O Conselho Fiscal - CF;
- III - A Assembleia Geral - AG.



### Seção II DO CONSELHO DIRETOR - CD

Art. 6º - A SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA é administrada por um Conselho Diretor, que será composto por: 01 (um) - Presidente, 1 (um) - Vice Presidente, 1 (um) - Primeiro Secretário, 1 (um) - Segundo Secretário, 1 (um) Primeiro Tesoureiro e 1 (um) - Segundo Tesoureiro e é o órgão responsável pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Geral e das normas estatutárias da entidade.

§ 1º - As reuniões do Conselho Diretor acontecerão ordinariamente, todos os meses e, extraordinariamente, quando convocada pelo presidente, caso faça-se necessário.

§ 2º - As decisões do Conselho Diretor serão tomadas por maioria simples dos votos dos presentes à reunião e esta só acontecerá com a presença da maioria simples dos seus membros.

§ 3º - De qualquer decisão do Conselho Diretor caberá recurso à Assembleia Geral, que poderá mudar a decisão do Conselho Diretor, desde que esta decisão seja tomada pela maioria dos sócios presentes que estejam em pleno gozo de seus direitos e deveres.

§ 4º - São órgãos auxiliares do Conselho Diretor os Departamentos abaixo relacionados, indicados e nomeados pelo Presidente e referendados pelo Conselho Diretor e pela Assembleia Geral:

- a) Departamento de Educação e Cultura;
- b) Departamento Social;
- c) Departamento de Esporte e Lazer;
- d) Departamento de Eventos;
- e) Departamento de Comunicação e Divulgação;
- f) Departamento de Juventude;
- g) Departamento de Meio Ambiente;
- h) Departamento de Patrimônio.

Art. 7º - São atribuições do Conselho Diretor:

- I - administrar a entidade de acordo com as suas finalidades e zelar pelo seu patrimônio;
- II - apreciar e emitir parecer sobre acusações de violação deste Estatuto praticada por membros de qualquer um dos órgãos administrativos da entidade, ou por seus associados;
- III - indicar nomes para apreciação da Assembleia Geral quando das vacâncias de cargos nos órgãos administrativos;
- IV - criar departamentos, assessorias ou comissões que se façam necessárias;
- V - elaborar e apresentar a previsão orçamentária anual;
- VI - elaborar o Regimento Interno de funcionamento da entidade;
- VII - apresentar, anualmente, relatório das atividades desenvolvidas no exercício;
- VIII - exercer outras atribuições de sua competência não especificadas neste Estatuto.

Art. 8º - Compete ao Presidente:

- I - convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor e da Assembleia Geral;
- II - representar a entidade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, de acordo com o que prevê este Estatuto;

- III - assinar, junto com o Secretário, as convocatórias, correspondências oficiais, avisos e resoluções;
- IV - abrir e movimentar conta bancária com o Tesoureiro;
- V - assinar com o Tesoureiro os balancetes, balanços e prestações de contas;
- VI - cumprir e garantir o cumprimento dos objetivos e das decisões aprovadas pelos órgãos administrativos da entidade;
- VII - proceder sindicâncias quando houver denúncias de irregularidades na entidade;
- VIII - indicar nomes à apreciação do Conselho Diretor para os Departamentos e nomeá-los após homologação da Assembléia Geral;
- IX - assinar convênios e contratos do interesse da entidade;
- X - exercer outras atribuições de sua competência não especificadas neste Estatuto.

Art. 9º - Compete ao Vice-Presidente:

- I - substituir o Presidente na sua ausência e impedimentos, auxiliá-lo e representá-lo sempre que necessário;
- II - coordenar e acompanhar as atividades dos Departamentos.

Art. 10 - Compete ao 1º Secretário:

- I - secretariar as reuniões do Conselho Diretor e da Assembléia Geral;
- II - organizar e administrar o arquivo geral, as atas e documentos legais, bem como a agenda de atividades da entidade;
- III - assinar, junto com o Presidente, os documentos relativos à secretaria da entidade;
- IV - preparar e expedir as convocatórias de reuniões da entidade;
- V - substituir o Vice-Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Art. 11 - Compete ao 2º Secretário substituir o primeiro secretário nas suas faltas e impedimentos e auxiliá-lo quando necessário.

Art. 12 - Compete ao 1º Tesoureiro:

- I - ter sob sua guarda e responsabilidade todos os valores da entidade;
- II - superintender e supervisionar os serviços de caixa e contabilidade, além de manter atualizados e organizados os documentos da tesouraria;
- III - preparar e apresentar a prestação de contas mensal da entidade ao Conselho Diretor, ao Conselho Fiscal e a Assembléia Geral;
- IV - assinar, com o Presidente, cheques e dar quitação ou assinar documentos relativos a recebimentos;
- V - receber as mensalidades dos associados e as subvenções ou auxílios de qualquer fonte destinados à entidade;
- VI - abrir, manter, e movimentar conta corrente em nome da entidade, juntamente com o presidente, em instituições bancárias;
- VII - preparar, juntamente com o Presidente, a prestação de contas do Conselho Diretor que encerra o mandato e enviá-la à UCES.

Art. 13 - Compete ao 2º Tesoureiro substituir o primeiro tesoureiro nas suas faltas e impedimentos e auxiliá-lo quando necessário.

### Seção III DO CONSELHO FISCAL - CF

Art. 14 - O Conselho Fiscal da SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA é composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes com total autonomia.

§ 1º - As reuniões do Conselho Fiscal acontecerão ordinariamente, todos os meses e extraordinariamente, quando convocada pela maioria dos seus membros, caso haja necessidade.

§ 2º - Em sua reunião mensal o Conselho Fiscal convocará o tesoureiro da entidade para apresentação da prestação de contas do mês anterior;

§ 3º - O Conselho Fiscal será eleito juntamente com o Conselho Diretor;

§ 4º - Em caso de vacância do cargo do conselheiro eleito, este será substituído pelo suplente, conforme hierarquia.

Art. 15 - São atribuições do Conselho Fiscal:

- I - apreciar e dar parecer sobre balanços, balancetes e prestações de contas da entidade, antes de serem apresentados ao Conselho Diretor e à Assembléia Geral;
- II - examinar e acompanhar a execução orçamentária da entidade;
- III - receber e analisar os balancetes mensais da tesouraria;
- IV - acompanhar e fiscalizar as atividades do Conselho Diretor.

#### Seção IV DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 16 - A Assembléia Geral, órgão máximo e soberano de deliberação da SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA, constituída pelos associados de que trata o art. 2, será convocada nos termos deste Estatuto e reunir-se-á ordinariamente todos os meses.

Art. 17 - São atribuições privativas da Assembléia Geral:

- I - discutir e decidir sobre a política geral da entidade e o seu plano de lutas e trabalho;
  - II - eleger e empossar o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal da entidade;
  - III - fixar e corrigir os valores das contribuições mensais dos associados;
  - IV - conhecer e aprovar a previsão orçamentária de cada exercício;
  - V - aprovar as prestações de contas com o prévio parecer Conselho Diretor e do Conselho Fiscal;
  - VI - referendar os nomes indicados pelo Conselho Diretor para os Departamentos;
  - VII - aplicar as penalidades previstas neste Estatuto quando forem praticadas infrações por membros de qualquer um dos órgãos administrativos da entidade ou por associados;
  - VIII - avaliar as iniciativas e realizações do Conselho Diretor e aprovar o relatório de suas ações no final do mandato;
  - IX - apreciar e referendar o pedido de filiação de sócios;
  - X - referendar os nomes indicados pelo Conselho Diretor para preencher as vacâncias de cargos dos órgãos administrativos da entidade quando necessário;
  - XI - requerer esclarecimentos por parte do Conselho Diretor sobre a situação política, econômica e financeira da entidade;
  - XII - discutir e opinar sobre as políticas públicas municipais de interesse da sociedade civil;
  - XIII - deliberar sobre qualquer outro assunto de interesse da entidade.
- Parágrafo único - O Regimento Interno disciplinará e regulamentará o funcionamento das atividades da entidade e da organização da Assembléia Geral.

Art. 18 - A Assembléia Geral será instalada em primeira convocação com a presença da maioria simples dos associados em pleno gozo de seus direitos e deveres, e em segunda convocação para mesma data e local, 30 (trinta) minutos após, com a presença de um quinto (1/5) deles.

Parágrafo único - As deliberações da Assembléia Geral serão tomadas pela maioria simples dos votos dos presentes à reunião, somente exigido *quorum* qualificado nos casos expressamente previstos neste Estatuto.



Art. 19 - Em qualquer tempo e sempre que o interesse exigir, por proposta do Conselho Diretor ou subscrita por um quinto (1/5) dos associados, será convocada reunião extraordinária, cuja convocação explicitará os motivos, não sendo permitidas discussão e deliberação de assuntos que não constem na pauta da reunião.

Parágrafo único - A convocação da Assembléia Geral Extraordinária será feita através de ofício protocolado ou via correio a todos os associados, de Edital afixado em locais públicos, ou ainda por meio de publicação em um jornal de circulação na cidade, 08 (oito) dias antes da data marcada.

Art. 20 - A Assembléia Geral Extraordinária se reunirá com as seguintes finalidades:

I - destituir, após apuração de denúncias, qualquer um dos membros dos órgãos administrativos da entidade, desde que cumpridas as formalidades do art. 51 deste Estatuto, sendo garantido o amplo direito de defesa ao acusado;

II - julgar, em grau de recurso, as penalidades aprovadas pelo Conselho Diretor;

III - discutir, propor e votar as alterações deste Estatuto;

IV - deliberar sobre qualquer assunto de caráter extraordinário, desde que não infrinja as disposições deste Estatuto.

§ 1º - A Assembléia Geral Extraordinária instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria simples dos associados que estejam em pleno gozo de seus direitos e deveres, sendo as suas deliberações tomadas pela aprovação da maioria simples de votos dos presentes.

§ 2º - Para as deliberações referidas nos incisos I e III deste artigo, será exigido o voto concorde de pelo menos 2/3 (dois terços) dos presentes à assembléia, especialmente convocada para esse fim.

§ 3º - A Assembléia Geral Extraordinária instalar-se-á, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, observados os *quorums* previstos nos parágrafos anteriores.

## Seção V DOS DEPARTAMENTOS

Art. 21 - Os Departamentos da SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA têm como finalidade auxiliar o Conselho Diretor em suas funções e outras atribuições por este definidas.

Parágrafo único - Cada Departamento poderá compor sua equipe de trabalho para auxiliar na execução de suas atribuições.

Art. 22 - Compete ao diretor do Departamento de Educação e Cultura:

I - promover, através de parcerias com a UCFES e com outras instituições públicas e privadas, a realização de cursos de capacitação e aperfeiçoamento para a comunidade;

II - desenvolver e viabilizar atividades que contribuam para a elevação cultural dos moradores do bairro, tais como a realização de palestras, debates ou grupos de estudos sobre temas de interesse da comunidade;

III - fazer intercâmbio cultural com as outras entidades do movimento popular.

Art. 23 - Compete ao diretor do Departamento Social:

I - contribuir para a elaboração das políticas sociais da entidade;

II - coordenar a execução das atividades sociais da entidade em seu âmbito e propor medidas para o seu incremento.

Art. 24 - Compete ao diretor do Departamento de Esporte e Lazer:



I - promover e desenvolver a interação e o intercâmbio sócio-desportivo entre as entidades do bairro, exaltando a prática esportiva como instrumento indispensável à superação do bairro, formação de sua personalidade;

II - coordenar, promover e incentivar atividades esportivas e recreativas com as entidades do bairro.

Art. 25 - Compete ao diretor do Departamento de Eventos:

I - promover eventos em datas comemorativas;

II - elaborar, em conjunto com os outros Departamentos, o Calendário Anual de Eventos da entidade;

III - apoiar logisticamente as atividades dos demais Departamentos.

Art. 26 - Compete ao diretor do Departamento de Comunicação e Divulgação:

I - coordenar o conjunto de atividades de comunicação da entidade;

II - planejar e desenvolver projetos de divulgação e editar publicações de interesse da entidade e do movimento comunitário;

III - preservar a imagem pública da entidade e a padronização dos símbolos que a identifiquem;

IV - estabelecer e organizar a comunicação com os órgãos de imprensa do município.

Art. 27 - Compete ao diretor do Departamento de Juventude:

I - articular experiências de juventude no bairro, organizando e dinamizando as ações já existentes;

II - promover o engajamento dos jovens nas atividades onde eles ainda não demonstram interesse pelas ações sociais promovidas pela entidade;

III - buscar e possibilitar a formação dos jovens da comunidade para uma consciência cidadã;

IV - manter um diálogo aberto diante das várias experiências jovens de maneira a buscar e discutir políticas públicas para a juventude;

V - criar e viabilizar projetos de formação através da parceria com instituições sociais e públicas.

Art. 28 - Compete ao diretor do Departamento de Meio Ambiente:

I - promover intercâmbios com órgãos ambientais públicos e privados e com entidades não-governamentais, visando a preservação e conservação dos recursos naturais;

II - realizar palestras e seminários na entidade com o objetivo de consolidar o controle social na Política Municipal de Meio Ambiente;

III - propor projetos de desenvolvimento sustentável e educação ambiental para a entidade.

Art. 29 - Compete ao diretor do Departamento de Patrimônio:

I - zelar pelo patrimônio da entidade;

II - acompanhar a execução dos serviços contratados pelo Conselho Diretor, bem como a manutenção das instalações, móveis e equipamentos.

### CAPÍTULO III DOS ASSOCIADOS

Art.30 - Os sócios da SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA serão alinhados nas seguintes categorias:

I) Fundadores - todos aqueles que tomarem parte da Assembléia Geral de fundação da entidade;

II) Efetivos - todos aqueles que foram propostos por um ou mais sócios e que foram aceitos pela Assembléia Geral;

III) Contribuintes - todos aqueles que fazem contribuições financeiras mensais ou temporárias à entidade, sem terem o direito de votar nem serem votados;

IV) Benemérito - todos aqueles que tenham prestado relevantes serviços à comunidade sendo dignos de reconhecimento e que terão direito a voz, mas não a voto.

Art. 31 - São direitos dos sócios fundadores e efetivos:

I) votar e ser votado para qualquer cargo eletivo da entidade;

II) propor ao Conselho Diretor a admissão de novos sócios;

III) apresentar e propor medidas que visem o engrandecimento da entidade;

IV) freqüentar a sede social e participar de festividades e outras realizações promovidas pela entidade;

V) receber sua carteira de associado;

VI) receber os benefícios oferecidos pela entidade;

**Parágrafo único** - Somente poderão exercer seus direitos, os sócios que estiverem em dia com suas obrigações financeiras e estatutárias junto a entidade.

Art. 32 - São deveres dos sócios fundadores e efetivos:

I) respeitar e cumprir as normas estatutárias, o regimento interno e as decisões dos órgãos administrativos da entidade;

II) pagar suas contribuições mensais em dia;

III) participar das reuniões de assembleias gerais ordinárias e extraordinárias;

IV) zelar pelo bom nome da entidade e por seu patrimônio.

V) cooperar e trabalhar em prol dos objetivos da entidade, zelando pela sua respeitabilidade;

VI) denunciar por escrito ao Conselho Diretor ou ao Conselho Fiscal, irregularidades praticadas por qualquer membro dos órgãos administrativos da entidade.

#### **CAPÍTULO IV DAS ELEIÇÕES**

**Art. 33** - A eleição do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal da SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA realizar-se-á no primeiro semestre do ano que se encerra o mandato vigente.

§ 1º - O Conselho Diretor e o Conselho Fiscal serão eleitos pelo voto em chapa completa.

§ 2º - Será considerada eleita a Chapa que obtiver a maioria simples dos votos.

§ 3º - Acontecendo empate na apuração dos votos, será considerada eleita a Chapa em que o candidato a presidente seja mais idoso e, se houver novo empate, o eleito será o candidato que esteja há mais tempo associado na entidade.

**Art. 34** - O mandato do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal é de 03 (três) anos, tendo início no momento da sua posse e terminando na posse da próxima diretoria.

**Art. 35** - A diretoria eleita deverá ser empossada pela UCES no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o pleito.

**Parágrafo único** - Se algum dos eleitos não assumir o cargo até 10 (dez) dias após a posse da diretoria, o cargo será declarado vago e o Conselho Diretor indicará outro sócio para ocupar a vacância, desde que referendado pela Assembleia Geral.

**Art. 36** - O voto dos associados será por sufrágio universal, intransferível, secreto e direto.

§ 1º - Só terão direito a votar nas eleições da SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA os sócios fundadores e efetivos que residam no Bairro ou Conjunto, que

estejam em pleno gozo dos seus direitos e deveres e cuja filiação dos mesmos tenha ocorrido pelo menos 06 (seis) meses antes do pleito.

§ 2º - Só terão direito a ser votado nas eleições os associados que tiverem participado de pelo menos 50% (cinquenta por cento) das reuniões de Assembléia Geral da entidade durante o mandato vigente.

§ 3º - Os sócios fundadores e efetivos que receberem o título de sócio benemérito terão o direito de votar e ser votado, desde que estejam em pleno gozo de seus direitos e deveres.

§ 4º - Os sócios maiores de 16 (dezesseis) e menores de 18 (dezoito) anos e os não-alfabetizados terão o direito de votar, mas não poderão ser votados.

§ 5º - Não poderão ser candidatos nas eleições da entidade nenhum político profissional que tenha sido empossado em cargos eletivos e que estejam exercendo o mandato.

§ 6º - Os candidatos à reeleição não terão que se afastar de suas funções.

§ 7º - Os diretores eleitos que desejarem ingressar na atividade política e se candidatar a cargos eletivos, terão que se afastar com 06 (seis) meses de antecedência e só poderão voltar a exercer suas funções na entidade no encerramento do mandato eletivo.

Art. 37 - O presidente da SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA só poderá exercer, no máximo, dois mandatos consecutivos, neste cargo.

Art. 38 - A diretoria que encerra o mandato tem a obrigação de preparar os sócios que tiverem a pretensão de assumir cargos na entidade, podendo solicitar à UCES a realização de cursos, palestras e debates para esse fim.

Art. 39 - A abertura do processo eleitoral deverá ser feita em Assembléia Geral Extraordinária, realizada 60 (sessenta) dias antes do pleito.

Parágrafo único - A Assembléia Geral Extraordinária de que trata o *caput* deste artigo deverá ser convocada através de Edital, 08 (oito) dias antes da sua realização.

Art. 40 - Na abertura do processo eleitoral será constituída uma Comissão Eleitoral, composta de 03 (três) membros da Assembléia Geral, com o objetivo de organizar, administrar e realizar todo o processo eleitoral, inclusive julgar recursos até a proclamação final dos eleitos.

§ 1º - O Conselho Diretor deverá prestar todas as informações solicitadas pela Comissão Eleitoral e esta também deve fornecer as informações sobre o processo a qualquer pessoa interessada.

§ 2º - A Comissão Eleitoral é autônoma, respeitando o que estabelece este Estatuto.

§ 3º - A Comissão Eleitoral não poderá intervir na administração da entidade.

§ 4º - É vedada a participação de qualquer candidato como membro da Comissão Eleitoral.

Art. 41 - As eleições serão regulamentadas por normas elaboradas pela Comissão Eleitoral e referendadas pela Assembléia Geral, na forma deste Estatuto.

Art. 42 - As inscrições das chapas completas que concorrerão às eleições da SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA deverão ser feitas junto à Comissão Eleitoral pelo candidato a presidente, 15 (quinze) dias antes da data fixada para o pleito, devidamente digitadas ou datilografadas e assinadas por todos os seus componentes.

§ 1º - Na ausência do registro de chapas no prazo previsto no *caput* deste artigo, a Comissão Eleitoral, mediante Edital, dilatará o prazo para as inscrições por mais 15 (quinze) dias e das eleições para 15 (quinze) dias após o encerramento das inscrições.

§ 2º - Persistindo a ausência de inscrições de chapas, o presidente que encerra o mandato convocará uma Assembléia Geral Extraordinária, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, para deliberar sobre o futuro administrativo da entidade.

Art. 43 – Após as chapas serem inscritas e oficializadas, a Comissão Eleitoral terá 05 (cinco) dias para encaminhar à UCES todas as informações relativas ao Processo Eleitoral para a devida organização e fiscalização, que deve constar de:

I) cópia das atas de todas as reuniões relativas ao pleito, inclusive a que iniciou o processo de eleição;

II) cópias dos editais de convocação;

III) cópias dos ofícios emitidos e resoluções tomadas pela Comissão;

IV) relação dos sócios aptos a votar.

Parágrafo Único – em caso de inelegibilidade de algum componente em qualquer das Chapas, esta terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas antes das eleições para regularizar a situação.

Art. 44 - Qualquer recurso impetrado contra a validade do processo eleitoral deverá ser apresentado à Comissão Eleitoral no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a data das eleições.

Parágrafo único – Havendo recurso, os eleitos ficarão impedidos de tomar posse até o julgamento final do processo.

Art. 45 - A Comissão Eleitoral emitirá parecer sobre o recurso no prazo de 72 (setenta e duas) horas após o recebimento deste e o encaminhará à União Campinense das Equipes Sociais - UCES.

Art. 46 – A UCES terá o prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento do processo para concluí-lo e emitir parecer conclusivo, podendo para isso, convocar as partes interessadas para serem ouvidas, inclusive à Comissão Eleitoral.

Art. 47 - No caso de anulação das eleições será convocada uma Assembleia Geral Extraordinária para, no prazo máximo de 08 (oito) dias, marcar uma nova eleição, respeitando-se o que dispõe este Estatuto.

## **CAPÍTULO V DAS NORMAS DISCIPLINARES**

Art. 48 - Perderão o mandato os membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal da entidade que, sem justificativa, faltar a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas do seu órgão ou de Assembleias Gerais, durante o mandato.

§ 1º - Em caso de perda de mandato ou renúncia de qualquer membro dos órgãos citados no caput desse artigo, o seu substituto será indicado pelo Conselho Diretor e referendado na reunião de Assembleia Geral subsequente ao fato, ressaltando o que dispõe o artigo 8º deste Estatuto.

§ 2º - A justificativa de ausência às reuniões deverá ser feita por escrito e apresentada com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e, sempre que possível, deve vir acompanhada da respectiva comprovação.

Art. 49 - Incorrerá em pena disciplinar e será passível de punição qualquer membro do Conselho Diretor ou do Conselho Fiscal que, entre outras, praticarem as seguintes faltas:

I - prejudicar, direta ou indiretamente, os interesses da entidade, desrespeitando este Estatuto, o Regimento Interno e as deliberações dos seus órgãos administrativos;

II - improbidade administrativa;

III - falta de decoro;

IV - apropriação indébita;

V - abuso de autoridade;

VI - danificação do patrimônio da entidade;

VII - representar a entidade ou fazer uso indevido de seu nome sem que para tal tenha investidura orgânica ou esteja devidamente autorizado.

Art. 50 - Também incorrerá em pena disciplinar os associados que, entre outras, praticarem as seguintes faltas:

- I - desrespeito a qualquer membro dos órgãos administrativos da entidade, quando no exercício de suas funções;
- II - falta de decoro nas reuniões de assembleia;
- III - motivo grave que atente contra o nome da entidade;
- IV - danificação do patrimônio da entidade.

Art. 51 - Cabe ao Conselho Diretor analisar, instruir e recomendar à Assembleia Geral, com parecer circunstanciado, de acordo com a gravidade das infrações previstas neste capítulo, as seguintes penalidades:

- I - advertência por escrito;
- II - suspensão dos direitos pelo prazo de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias;
- III - destituição temporária ou definitiva do cargo;
- IV - exclusão do quadro de sócios.

Art. 52 - As penalidades previstas no artigo anterior serão aplicadas a qualquer membro dos órgãos administrativos da entidade e de seus associados.

Parágrafo único - A suspensão, destituição e exclusão só poderão ter lugar em Assembleia Geral da entidade, expressamente convocada para apreciação da gravidade do motivo e, para ser válida, necessita de obter o voto favorável de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos membros presentes.

Art. 53 - Qualquer associado, no gozo de seus direitos e deveres, poderá denunciar membros dos órgãos administrativos da entidade e encaminhar diretamente ao Conselho Diretor e ao Conselho Fiscal da entidade, por escrito, denúncia pedindo a apuração de fatos que impliquem nas penalidades descritas nos artigos 51, deste Estatuto.

§ 1º - Após tomar conhecimento das denúncias apresentadas e, se acatadas, os dois Conselhos se reunirão e nomearão uma Comissão de Sindicância, composta de 03 (três) membros, para investigar a veracidade ou não dos fatos.

§ 2º - A Comissão de Sindicância terá um prazo de 30 (trinta) dias para apurar os fatos e emitir relatório com parecer circunstanciado para o Conselho Diretor, que tomará as providências cabíveis e comunicará a Assembleia Geral para referendo.

§ 3º - Será assegurado ao acusado amplo direito de defesa.

§ 4º - Não será permitido ao denunciante nem ao denunciado fazer parte da Comissão de Sindicância.

## CAPÍTULO VI DO PATRIMÔNIO

Art. 54 - O patrimônio da SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA destina-se única e exclusivamente às finalidades da entidade e será formado pelos bens móveis e imóveis que existam ou que vierem a ser incorporados por compra, doação, legado ou outras formas legais.

Art. 55 - Constituem fontes de recursos da entidade, entre outros:

- I - as contribuições associativas mensais;
- II - as receitas oriundas de convênios firmados com os poderes públicos;
- III - doações e legados dos associados, de pessoas físicas, jurídicas e entidades públicas e privadas, em moeda corrente do País ou em bens móveis ou imóveis;

IV - doações, auxílios, subvenções de particulares ou dos poderes públicos e rendas eventuais inclusive decorrentes de aplicação de fundos e das festividades e promoções realizadas.

Art. 56 - Os bens patrimoniais pertencentes à SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA somente poderão ser alugados, cedidos, alienados ou onerados mediante autorização do Conselho Diretor.

## **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 57 - Os membros dos órgãos administrativos da entidade não serão remunerados em razão das competências, funções ou atividades que lhe sejam atribuídas por este Estatuto, exceto pelo pagamento de diárias e passagens quando a serviço da entidade.

Art. 58 - A SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA, sob nenhuma forma ou pretexto, não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio.

Art. 59 - A SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA somente poderá ser dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, com a presença de 2/3 (dois terços) dos representantes de seus associados, em pleno gozo de seus direitos e deveres, conforme estabelece este Estatuto.

Art. 60 - Em caso de dissolução da SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA, o patrimônio remanescente será destinado à entidade de fins idênticos ou semelhantes ou à instituições públicas.

Art. 61 - A SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA somente aplicará suas rendas, recursos e eventuais resultados operacionais, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Art. 62 - O presente Estatuto só poderá ser reformulado, no todo ou em parte, após 04 (quatro) anos, pela Assembleia Geral da UCES e na forma do art. 20 deste Estatuto.

Art. 63 - O ano social da SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA começa no ano civil.

Art. 64 - Os casos omissos deste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral da entidade.

Art. 65 - Fica eleito o foro da cidade de Campina Grande - PB, para qualquer demanda judicial envolvendo a SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA.

Art. 66 - O presente Estatuto entrará em vigor após a sua aprovação em Assembleia Geral Extraordinária e registro em cartório, revogadas todas as disposições em contrário.

Campina Grande, 19 de FEVEREIRO de 2009.



Arnildo Vieira de Andrade



REGINA FRANÇA  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

## CERTIDÃO DE REFORMA ESTATUTÁRIA

Certifico que, nesta data, o **ESTATUTO** da: **SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DE SANTA ROSA**, foi reformado, conforme **REFORMA ESTATUTÁRIA** registrada sob **Nº 115.433, Livro A -31**, datado **08/11/2011**, estabelecido à Rua do Sol, Nº 941 – Santa Rosa, na cidade de Campina Grande – Estado da Paraíba.

O referido é verdade e ao arquivo do *Serviço de Registro Civil das Pessoas Jurídicas* se reporta. Para constar, mandei emitir esta **Certidão** que subscrevo e dou fé.

Campina Grande (PB), 08 de novembro de 2011.

Maria Adelmá Canejo da Silva  
Substituta



Rua Venâncio Neiva, 122 - Centro - Campina Grande - PB - CEP 58.400-090 - Fone/Fax (83) 3321-3005

**REGISTRO DE SÓCIOS** MAT.: 04

Nome: Paulo Roberto dos Santos Sócio 04 da União Dos  
Moradores da Ramadinha - Filho (a) \_\_\_\_\_ e

Profissão: PCO

Data de Nascimento: 08/11/48 Naturalidade: C. Ceará

Estado: CE Cart. Ident.: 214288 CPF: 000000000

Endereço: R. Manoel A. Silva N.º 470

G. Sangüíneo (ABO) A Fator RH + Doador de Órgãos e Tecidos.: ☒ Sim ☐ Não

**RECADASTRADO** Campina Grande, 1/1/1

EM, 08/10/2006

Paulo Roberto dos Santos  
Assinatura do Sócio

---

**REGISTRO DE SÓCIOS** MAT.: 05

Nome: Paulo Roberto dos Santos Sócio 05 da União Dos  
Moradores da Ramadinha - Filho (a) \_\_\_\_\_ e

Profissão: PCO

Data de Nascimento: 08/11/48 Naturalidade: C. Ceará

Estado: CE Cart. Ident.: 214288 CPF: 000000000

Endereço: R. Manoel A. Silva N.º 470

G. Sangüíneo (ABO) A Fator RH + Doador de Órgãos e Tecidos.: ☐ Sim ☒ Não

**RECADASTRADO** Campina Grande, 1/1/1

EM, 12/10/2006

Paulo Roberto dos Santos  
Assinatura do Sócio

---

**REGISTRO DE SÓCIOS** MAT.: 06

Nome: Paulo Roberto dos Santos Sócio 06 da União Dos  
Moradores da Ramadinha - Filho (a) \_\_\_\_\_ e

Profissão: PCO

Data de Nascimento: 08/11/48 Naturalidade: C. Ceará

Estado: CE Cart. Ident.: 214288 CPF: 000000000

Endereço: R. Manoel A. Silva N.º 470

G. Sangüíneo (ABO) A Fator RH + Doador de Órgãos e Tecidos.: ☐ Sim ☒ Não

**RECADASTRADO** Campina Grande, 1/1/1

EM, 12/10/2006

Paulo Roberto dos Santos  
Assinatura do Sócio

Anexo 03: Registro no livro de sócios da representação (no exemplo, representação da Ramadinha).  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.

 **SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO SANTA ROSA-SAB**  
Rua: do Sol, 941 - Bairro de Santa Rosa - CNPJ - 09.243.593/0001-91  
CEP: 58.107.035 - CAMPINA GRANDE- PB

**FICHA DE SÓCIO**

Nº de ORDEM \_\_\_\_\_ ano 200\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ Naturalidade: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_ Estado civil: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Data de nasc. \_\_\_\_\_

Grau de Instrução: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

CIC/CPF: \_\_\_\_\_ Registro geral: \_\_\_\_\_

Categoria de sócio: \_\_\_\_\_ Data de Filiação à SAB: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Sócio

\_\_\_\_\_  
Secretaria



Anexo 04: Registro no livro de sócios da representação (no exemplo, representação da Ramadinha).  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.

## A Sab de Santa Rosa É...

... O Lugar onde se faz amigos

Não se trata só de prédios, salas, festas, programas, horários,

Conceitos...

**A SAB DE SANTA ROSA** é sobretudo, gente

Gente que trabalha, que estuda

Que alegra, se conhece, se estima

O Diretor é gente

A comunidade é gente

O Sócio é gente

O Não-sócio é gente

**A SAB DE SANTA ROSA** será cada vez melhor.

Na medida em que

Cada um se comporta como colega, amigo, irmão

Nada de "ilha" cercada

De gente por todos os lados

Nada de Olé conviver com as pessoas

E depois descobrir que não tem amizade a ninguém

Nada de ser tijolo que forma a parede

Indiferente, frio só.

O Importante na **SAB DE SANTA ROSA** não é só ser

Comunidade, é também participar, contribuir para o crescimento da entidade  
é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é se amarrar  
nela !

Ora, é lógico

Na **SAB** assim vai ser fácil!

Trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz

(Adaptação de um texto de Paulo Freire)

Anexo 05: Texto lírico sobre a identidade de uma representação de bairro, adaptado de Paulo Freire (no exemplo, Sociedade de Amigos de Bairro do Santa Rosa).  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
SECRETARIA DA FAZENDA  
DEPARTAMENTO DA RECEITA

# ALVARÁ

LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

CONCEDIDO A

**SACIA SOCIEDADE DE AMIGOS DO CONJ.I.ALEXANDRINO**

PARA SE ESTABELECE A

Logradouro: **RUA** Endereço: **MANOEL ALVES DO NASCIMENTO** Número: **136** CEP: **58.100-000**  
Bairro ou Distrito: **DISTRITO INDUSTRIAL** Complemento: **CONJ.IRM.ALEXANDRINO**

COM A SEGUINTE ATIVIDADE PRINCIPAL

**91.99.5-00- ATIVIDADES ASSOCIATIVAS SEM FINS LUCRATIVOS**

Nº Processo: 13890/2006  
ENQUANTO SATISFIZER AS EXIGÊNCIAS DE ACORDO COM AS POSTULANTES E TÍTULOS  
CONSTANTES DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

**044.549-3**

CGC / CIC

**07.892.707/0001-07**

INÍCIO DA ATIVIDADE

**24/10/2006**

GRUPO

**00 (XXXXX)**

VALIDADE

**24/10/2007**

EMITIDO EM

**24 /10 /2006**

CONFERIDO

**24 /10 /2006**

VISTO

**24 /10 /2006**

FUNÇÃO: AGENTE FISCAL

Este alvará deve ser colocado em lugar de destaque. Qualquer alteração no endereço, atividade, prazo ou denominação social, deve ser comunicado à SECRETARIA DA FAZENDA no prazo de 30 dias (art. 90 Código Tributário Municipal).

Nº 007379

Av. Floriano Peixoto, nº 692 - Centro - Fones(s): 341-2030 e 341-5172

Anexo 06: Alvará de funcionamento de uma representação de bairro campinense (no exemplo, Sociedade de Amigos de Bairro do Conjunto Irmãos Alexandrino também conhecido como Distrito Industrial).  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.

**SENAI**

**Paraíba**

## **Certificado**

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Departamento Regional da Paraíba

Confere a

**LUZIA DE FÁTIMA COSTA**

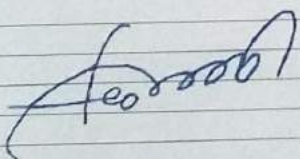
Curso:

**Modelista do Vestuário**

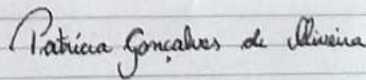
Período de 02/03/2015 a 11/05/2015.

Na cidade de Campina Grande - PB

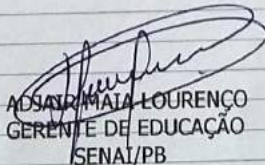
Carga horária 160 horas



FRANCISCO B. GADELHA  
PRESIDENTE DA FIEP



PATRÍCIA GONÇALVES DE OLIVEIRA  
DIRETORA REGIONAL



ADAIR MAIA LOURENÇO  
GERENTE DE EDUCAÇÃO  
SENAI/PB

**SENAI**  
Serviço Nacional  
de Aprendizagem  
Industrial

Departamento  
Regional da  
Paraíba

**FIEP**  
Federação das  
Indústrias do  
Estado da  
Paraíba

**SESI**  
Serviço Social  
da Indústria

**IEL**  
Instituto  
Euvaldo Lodi

Anexo 07: Certificado de curso oferecido em representação de bairro em parceria com o SENAI/PB (no exemplo, curso de Modelista do Vestuário ofertado na Sociedade de Amigos de Bairro do Conjunto Irmãos Alexandrino também conhecido como Distrito Industrial).

Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.

# SABAC Sociedade dos Amigos do Bairro do Cruzeiro

Sede Própria - Fundada em 09 de Maio de 1967  
C.G.C. (M.F.) 00.241.324/0001-96 CPF 058633214-34  
Rua José Gonçalves de Lucena, 300 - Cep. 58.100 - Campina Grande - Paraíba

OP./044/DEZ./94.

Campina Grande-PB, 30 de Dezembro de 1994.

Da : DIRETORIA DA SOCIEDADE DOS AMIGOS DO BAIRRO DO CRUZEIRO-SABAC.

À : GRUPO UNIDOS DE STª CRUZ DE ALCOÓLICOS ANÔNIMOS.

NESTA.

Vimos através deste comunicar ao Grupo Unidos de Stª Cruz que, recebemos o pedido feito e expedido em 28 Fevereiro de 1994 sobre utilizar a sala onde funcionava o Posto Policial nesta Entidade; sendo feita uma acatuação por parte desta Diretoria, vendo que o 2º Salão Social desta Entidade na qual realizavam-se as Reuniões de A.A, estão em freqüente atividade festivas, reuniões extraordinárias realizadas pela Sab ou mesmo, reuniões que há muito tempo se realiza, do Clube Esporte Democrata e do Ilustre Clube de Mães. Portanto sendo estudado estes fatos voltado ao pedido verbal e documentado por vocês com o englobamento de um trabalho sério a qual vocês realizam, cedemos uma dependência desta Entidade, já citada acima, dando total liberdade para reforma estrutural do prédio para que o lugar, ou seja, esta dependência sirva para as reuniões de A.A, pois a mesma fica afastada dos salões onde se realizam as festividades não atrapalhando mais as reuniões do Grupo que se trata de uma longa terapia em prol das pessoas deste bairro onde já foram retirados ao longo deste trabalho que data desde 22.11.1990. Mais de vinte cidadãos, que hoje estão fora da vida alcohólica sendo sobrios na serenidade de graças a Deus. neste ano de 1994.

Sem mais para o momento queremos desejar a todos que fazem parte do Grupo Unidos de Stª Cruz do Alcoólicos Anônimos nossos sinceros votos de alta estima e distinta consideração, agradecidos ao trabalho a qual vocês decidiram fazer e realizaram graças a Deus, um feliz Ano novo a Todos e votos de honra e sobriedade a cada dia.

Cordialmente..

PRESIDENTE DARDEN LOPES ARAUJO

1º SECRET. DARDEN LOPES ARAUJO

**BANCO DE ALIMENTOS SESC/SENAC-PARAÍBA** **Recibo de Cessão de Alimentos**

 RCA Nº **4878**

Data da Emissão: 27/11/2015 Página: 1

Endereço: RUA DESEMBARGADOR SOUTO MAIOR 291 3o. ANDAR  
 Bairro: CENTRO CEP: 58.013-190  
 Município: CAMPINA GRANDE UF: PB  
 Tel.: (83) 241-2986 CNPJ: 03.602.934/0001-91

**BENEFICIADO**

Nome/Razão Social: SOCIEDADE DE AMIGOS DO CONJUNTO IRMÃOS ALEXANDRINO  
 Endereço: RUA MANOEL ALVES DO NASCIMENTO Número: 136 Complemento: CASA  
 Cidade: CAMPINA GRANDE UF: PB CEP: 58.100-000  
 Telefone: (83)3331-6810 Contato: EVANDRO CPF/CNPJ: 07892707000107 RG/Inscrição Estadual: 00

**ITENS CEDIDOS**

| Código                | Descrição | Qtde          | Embalagem | Total  | Unidade |
|-----------------------|-----------|---------------|-----------|--------|---------|
| 116                   | BERINJELA | 36,000        | 1,000     | 36,000 | KG      |
| *** ÚLTIMA PÁGINA *** |           |               |           |        |         |
| LOCAL DE ENTREGA      |           | SUBTOTAL      | 36,000    | 36,000 |         |
| Extensão              |           |               |           |        |         |
| Doador                |           | Transportador | Recebedor |        |         |

1ª via - Doador, 2ª via - Transportador, 3ª via - Recebedor

Anexo 09: Recibo de cessão de alimentos do programa Mesa Brasil SESC/SENAC PB (no exemplo, Sociedade de Amigos de Bairro do Distrito Industrial).  
 Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.

SOCIEDADE DE AMIGOS DE BAIRRO DE SANTA ROSA-SAB

RUA DO SOL,941-SANTA ROSA-CAMPINA GRANDE-PB.

FONE: 3342-3229 9332-0023

CNPJ 09.243.593/0001-91

E-mail:sabdesantarosa@yahoo.com.br

002  
Ofício Sab nº 002/2015

Campina Grande, 18 de Maio de 2011

, 25 JANEIRO - 2015

Assunto: RECONSTRUÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA.

SENHOR PREFEITO

A Direção da Sociedade de Amigos de Bairro de Santa Rosa SAB, Considerando que este é um importante bairro de Campina Grande, que apresenta uma considerável carência em ÁREAS DE LAZER, vem reivindicar uma atenção ao PODER PÚBLICO MUNICIPAL, em relação a uma área que encontra-se DESATIVADA A MAIS DE 25 ANOS. Trata-se da PRAÇA DR. FRANCISCO PINTO, que entendemos necessita ser reativada para fins de funcionalidade. Nesse sentido, em nome desta comunidade solicitamos a AUTORIZAÇÃO DE VOSSA EXCELÊNCIA, para executar assim que for possível os SERVIÇOS DE RECONSTRUÇÃO, com mecanismos de incentivos ao LAZER E ESPORTE, deste espaço urbano, para que possamos promover na cidade através deste bairro, um local de Integração Social que seja de utilidade pública da população em geral.

A PRAÇA DR. FRANCISCO PINTO fica localizada no cruzamento da Av. Presidente Costa e Silva com a Rua Men de Sá, próximo da Rua Cerâmica.

Esperando contar com o seu empenho para atendimento deste pleito, antecipamos aqui nossos agradecimentos.

CORDIALMENTE

*Manuel Belo*  
Manuel Belo

1º SECRETÁRIO S.A.B

*Paulo Roberto Lima Sales*  
Paulo Roberto Lima Sales

(Presidente S.A.B)

Ao Exmo. Sr.

Prefeito : VENEZIANO VITAL DO REGO SEGUNDO NETO

Campina Grande-PB

RECEBIDO EM, 18 / 05 / 2011

*Paulo Roberto Lima Sales*  
CAIXINHA DO PREFEITO

Mat. 11366

15 1135

Anexo 10: Modelo de ofício enviado à Prefeitura Municipal de Campina Grande (no exemplo, Sociedade de Amigos de Bairro do Santa Rosa).

Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.

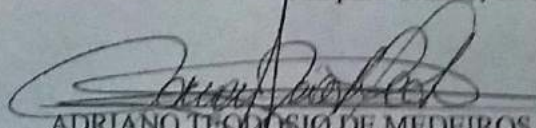
SOCIEDADE UNIÃO DOS AMIGOS DO BAIRRO DA PALMEIRA  
Rua Ana Azevedo, 528 – Palmeira – Campina Grande/PB  
CNPJ: 35.578.863/0001-25

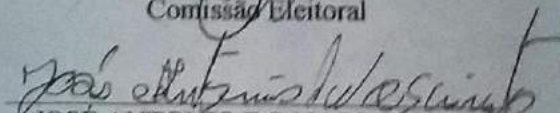
### EDITAL DE COMUNICAÇÃO III

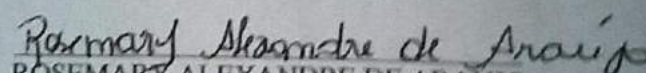
A SOCIEDADE DE AMIGOS DO BAIRRO DA PALMEIRA, representada pela Comissão Eleitoral, no uso de suas atribuições e seguindo orientações da UCES, torna público o presente Edital, cumprindo o que determina os Estatutos da entidade e o Estatuto da UCES, **COMUNICA** a todos os sócios e sócias o recadastramento (pagamento das mensalidades) **só poderá ser efetuado com a apresentação de um documento do sócio (a) com foto e com o comprovante de residência.**

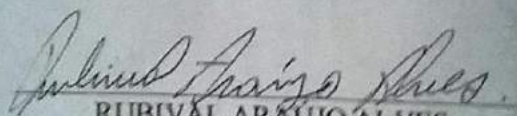
Nada Mais a publicar.

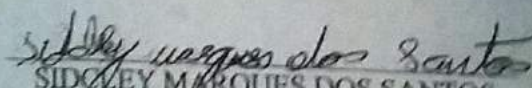
Campina Grande, 19 de maio de 2014.

  
ADRIANO TEODOSIO DE MEDEIROS  
Comissão Eleitoral

  
JOSÉ ANTONIO DO NASCIMENTO  
Comissão Eleitoral

  
ROSEMARY ALEXANDRE DE ARAUJO  
Comissão Eleitoral

  
RUBIVAL ARAUJO ALVES  
Comissão Eleitoral

  
SIDCEY MARQUES DOS SANTOS  
Comissão Eleitoral

UNIÃO AMIGOS DO BAIRRO DA PALMEIRA - UCES  
José Bastião Pereira do Silva  
Presidente

Anexo 11: Modelo de edital de comunicação, comumente fixado em paredes e quadros de aviso das representações de bairro (no exemplo, Sociedade de Amigos de Bairro da Palmeira).

Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.

## **PARCEIROS DE CONTRIBUIÇÃO COM A SAB.**

- PROGRAMA LEITE DA PARAÍBA (Governo do Estado)
- Professor Cuscuz – Capoeira Sábado e Domingo.
- Mesa Brasil – SESC.
- ASSISTÊNCIA JURÍDICA 15 EM 15 DIAS Dr. Rui.
- EXAMES DE VISTA – ÓTICA JULIANA.
- AULAS DE VIOLÃO. Professor Salviano (Segunda).
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE.
- BRECHÓ.

***Todos esses parceiros trazem  
benefícios para a comunidade.***

# PRATIQUE CAPOEIRA



**LOCAL : SAB DA PALMEIRA**

**HORARIOS : TERÇAS & QUINTAS**

**19:00 AS 21:00 HS**



**MAIORES INFORMAÇÕES**

**(83) 98841-3391 OI**

**(83) ☎ 99107-1275 CLARO**

**RESPONSÁVEL : CONTRA – MESTRE CABEÇA**

Anexo 13: Aviso fixado a respeito de aulas de capoeira ofertadas na representação de bairro (no exemplo, Sociedade de Amigos de Bairro da Palmeira).

Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.



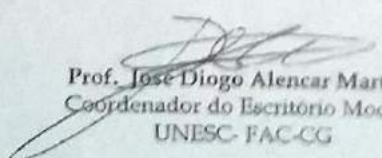
UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR DE CAMPINA GRANDE  
FACULDADE DE CAMPINA GRANDE - FAC-CG  
CURSO DE DIREITO  
ESCRITÓRIO MODELO DE ADVOCACIA

OFÍCIO 001/2014 NPJ

Campina Grande-PB, 19 de agosto de 2014.

Prezado Presidente,

O ESCRITÓRIO MODELO DA UNESC FACULDADES, com sede neste município, na Rua Vila Nova da Rainha, nº 366, Centro, CEP nº 58.400-220, por meio de seu Coordenador, abaixo-assinado, vem respeitosamente à presença de V.Excia. requerer celebração de convênio com a SOCIEDADE UNIÃO DOS AMIGOS DO BAIRRO DA PALMEIRA, inscrita no CNPJ nº 35.578.863/0001-25, localizada na Rua Ana Azevedo, nº 528, Bairro Palmeira, nesta cidade, representada por seu Presidente Severino Flor da Silva, visando ao desenvolvimento de atividades para atendimento jurídico de pessoas carentes daquele bairro.

  
Prof. José Diogo Alencar Martins  
Coordenador do Escritório Modelo  
UNESC-FAC-CG

  
Windson Alves Pereira  
windsonalvespereira@gmail.com  
(83) 9139-6464 / 9083-8468

Ilmº Sr. Severino Flor da Silva  
Presidente da Sociedade União dos Amigos do Bairro da Palmeira  
NESTA



UNESC - União de Ensino Superior de Campina Grande  
CNPJ: 03.890.380/0001-70

Rua Joaquim José do Vale, 670 • Jardim Távares • Campina Grande - PB • CEP: 58.403-240  
Fone: (83) 3321.5990 • E-mail: unesc@unesc.com.br • Home Page: www.unescfaculdades.com.br

UNIDADE I

Pr. eça Carlos Américo Sousa, 111 - Santa - Campina Grande - PB  
Fone: 3021-4804 - CEP: 58.400-000 - 087-2-40.880.0000-00

UNIDADE II

Av. Manoel José de Almeida, 111 - Santa - Campina Grande - PB  
Fone: 3021-4804 - CEP: 58.400-000 - 087-2-40.880.0000-00

Anexo 14: Avisos fixados a respeito de parceria entre universidade privada e representação de bairro (no exemplo, Sociedade de Amigos de Bairro da Palmeira).

Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.



**SOCIEDADE UNIÃO DOS AMIGOS DO BAIRRO DA PALMEIRA**

Rua Ana Azevedo, 528 – Palmeira - Campina Grande-PB

CEP: 58.401-093 – e-mail: sabpalmeira@live.com

CNPJ: 35.578.863/0001-25

Gestão: Severino Flor da Silva

Campina Grande-PB, 29 de agosto 2014.

Prezados,

Conforme convênio firmado entre a **SOCIEDADE UNIÃO DOS AMIGOS DO BAIRRO DA PALMEIRA** e a **UNESC – UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR DE CAMPINA GRANDE**, com o intuito de garantir atendimento jurídico de forma gratuita aos cidadãos de nosso bairro, informamos que o atendimento se dará da seguinte forma:

Local: **ESCRITÓRIO MODELO**

**RUA VILA NOVA DA RAINHA, n° 336 – Centro.**

Horário: **07:00h às 11:00h**

Segunda à Quinta para a área Penal;

Terças e Quintas para as demais áreas, conforme encaminhamento prévio pela SAB da Palmeira.

Cordialmente,

**SEVERINO FLOR DA SILVA**  
Presidente

**Windson Alves Pereira**  
windsonpereira@hotmail.com  
1319729-615613680-3456  
**WINDSON ALVES PEREIRA**  
Diretor Responsável



GOVERNO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

PROGRAMA LEITE DA PARAÍBA

COMUNICADO

APÓS O RECADASTRAMENTO DO PROGRAMA LEITE DA PARAÍBA FORAM ANALISADAS TODAS AS FICHAS E PERMANECERAM INCRITOS NO PROGRAMA OS BENEFICIÁRIOS QUE ESTÃO DENTRO DOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELO GOVERNO FEDERAL ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS) E PERMANECERAM OS MESMOS. SÃO ELES:

PARA SER BENEFICIÁRIO CONSUMIDOR DO PROGRAMA AS FAMÍLIAS PRECISAM POSSUIR RENDA PER CAPITA (POR PESSOA) NO MÁXIMO  $\frac{1}{2}$  (MEIO) SALÁRIO MÍNIMO E TER ENTRE OS MEMBROS DA FAMÍLIA:

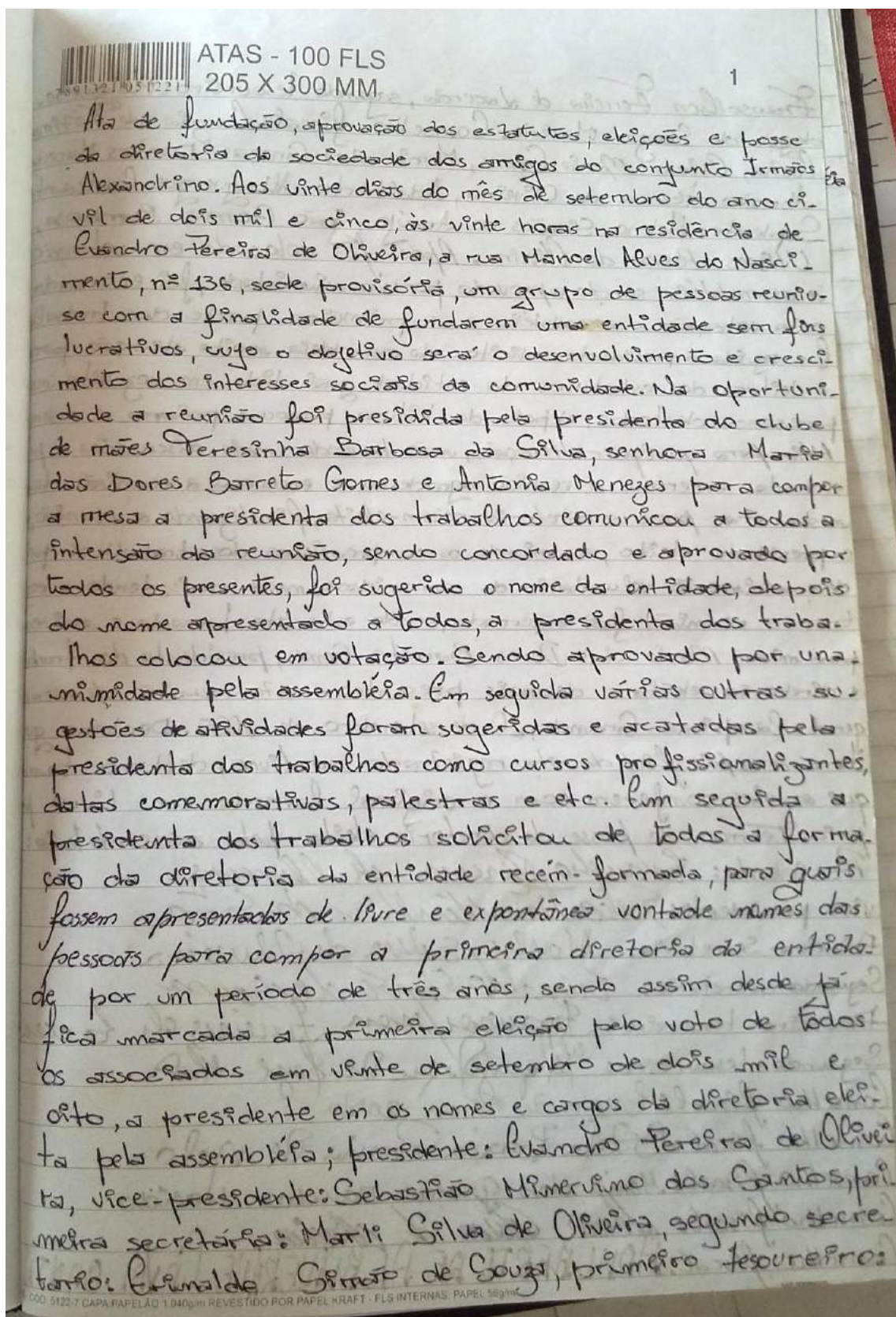
- GESTANTES, A PARTIR DA CONSTATAÇÃO DA GESTAÇÃO PELAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E QUE FAÇAM EXAME PRÉ-NATAL;
- CRIANÇAS DE 2 ATÉ 7 ANOS DE IDADE QUE POSSUAM CERTIDÃO DE NASCIMENTO E QUE ESTEJAM COM CONTROLE DE VACINAS EM DIA;
-  NUTRIZES ATÉ 6 MESES APÓS O PARTO E QUE AMAMENTEM, NO MÍNIMO, ATÉ O SEXTO MÊS DE VIDA DA CRIANÇA; *(6 meses à 2 ANOS)*
- PESSOAS COM 60 ANOS OU MAIS;
- PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
- TODAS/OS BENEFICIÁRIOS E OU RESPONSÁVEIS PRECISAM ESTÁ CADASTRADOS NO CADÚNICO, TER NÚMERO DE INSCRIÇÃO SOCIAL (NIS).

**A SAB entrega leite do  
Governo do Estado 6 (seis)  
dias por Semana**

Na Segunda –Feira,  
entregamos o de Segunda e  
terça-feira

Na quarta Feira entregamos,  
o da Quarta e Quinta Feira  
Na Sexta Feira entregamos o  
de Sexta e o de Sábado

A SAB bem Servindo a  
Comunidade.



Anexo 16: Modelo de páginas no caderno de atas das representações de bairro. Uma questão recorrente nas visitas e entrevistas das representações de bairro campinenses diz respeito à ausência de livros de atas, documentos que se encontram nas residências de seus presidentes, bem como poucos registros escritos e fotográficos das atividades atuais e pretéritas (no exemplo, ata de fundação, aprovação dos estatutos, eleições e posse da diretoria da Sociedade de Amigos de Bairro do Distrito Industrial).  
Fonte: Luiz Arthur Pereira Saraiva, 2015.

Francislon Ferreira de Lacerda, segundo tesoureiro: Melo  
deque de Souza Macêdo. Conselho fiscal: Luzia de  
Costa, Estela Maria Gomes, Maria das Graças Dantas  
Abraão Pessoa de Oliveira, Adalberto Albuquerque  
Suplente: Helene Simões de Araújo, João Gomes Barboza  
Ulisses Pessoa de Oliveira. Após foi colocado em votação  
a assembleia, sendo aprovado por unanimidade, foi encerrada  
esta votação a assembleia e a primeira parte dos trabalhos.  
Em seguida a presidente solicitou da assembleia muita atenção para  
a leitura dos estatutos da entidade qual lida em voz alta na  
presença de todos, depois da leitura passou a palavra a as-  
sembleia para qualquer alteração, não havendo mais discussões a  
presidente encerrou a reunião agradeceu e encerrou a reunião  
nesta ata posse a diretoria recém-eleita, finalizando a reunião  
o presidente eleito, assumindo os compromissos dos trabalhos  
desenvolvimento voluntário da comunidade, nada mais tendo a  
traz a reunião foi encerrada, sendo esta ata lavrada e assinada  
por mim Maria das Dores Barreto Gomes, presidente dos trabalhos  
a diretoria eleita e demais presentes a esta reunião de  
geral. Campina Grande, 20 de setembro de 2005. Declaro  
esta a cópia fiel da ata registrada no livro, declaro  
que as vias conferem com o original lavrado em livro  
próprio. Termo de posse da diretoria eleita pela assembleia  
Presidente: Evangelho Pereira de Oliveira  
vice presidente: Sebastião Mímilino dos Santos  
Primeira-Secretaria: Morly Silva de Oliveira  
Segundo-secretário: Eivaldo Simão de Sousa  
Primeiro-tesoureiro: Francisson Ferreira de Lacerda  
Segundo-tesoureiro: Elziquie de Souza  
Conselho fiscal: Luzia de Fatima Costa  
Conselho fiscal: Estela Maria Pereira de Melo  
Conselho fiscal: Maria das Graças Dantas Macêdo  
Conselho fiscal: Adalberto de Albuquerque Camilante

Suplente: Helene Simões da Raísa

Suplente: JOÃO GOMES BARBOSA

Suplente: ~~Antônio Augusto~~

A presidente dos trabalhos e todos os presentes na assembleia geral:

Maria das Dores Barreto Gomes.

Antônia Meneses de Brito

George Luiz de Lira Lins.

Seila Llanera Oliveira da Costa

Souza de Fátima Costa

JOÃO GOMES BARBOSA

× Carlos Guedes de Miranda

Dorian Valéria Costa de Oliveira

~~Antônio Augusto~~

Marly Silva de Oliveira

Frausilsson Ferreira de Lacerda

Edmundo Aguiar de Santo

Maria Gorete Muniz Miranda

~~Antônio Augusto~~

~~Antônio Augusto~~

Helene Simões da Raísa

Evandro Pereira de Oliveira

Estela Maria Pereira de Melo

Helene Simões da Raísa

Maria das Graças Dantas Macêdo

Erinaldo Simão de Sousa

Campina Grande, 20 de setembro de 2005

Evandro Pereira de Oliveira  
Presidente